



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
CURSO DE LETRAS-TRADUÇÃO - INGLÊS

APOIO DE REFERENCIAIS EM TRADUÇÃO
NO BRASIL, A EXEMPLO DA UNIÃO EUROPEIA

MÁRCIO FRANCISLEY MONTEIRO DOS SANTOS

MÁRCIO FRANCISLEY MONTEIRO DOS SANTOS

**APOIO DE REFERENCIAIS EM TRADUÇÃO
NO BRASIL, A EXEMPLO DA UNIÃO EUROPEIA**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção de menção na disciplina Projeto Final de Curso Letras-Tradução-Inglês, sob a orientação da professora Norma Diana Hamilton, do curso de Letras – Tradução – Inglês da Universidade de Brasília.

Brasília

Mar 2020

Sumário

1. Introdução	04
2. Objetivos.....	10
3. Reflexões teóricas	17
4. Relatório	100
5. Referências bibliográficas	121
6. Lista de Tabelas	200
7. Anexos	201

Resumo

Iniciando com a objetivação de padronizações das traduções públicas, e tendo-se como ponto de partida a comunicação e função a serem desempenhadas pelos textos de chegada em língua inglesa, nas culturas de chegada, a pesquisa analisa as aplicações das teorias de *skopos* e de normas, a partir de Toury (1995/2012) e Chesterman (1993/2002/2013/2016), para estas finalidades. O ponto inicial se dá em revelar como atingir o *skopos* de cumprimento das funções desejadas aos textos traduzidos e nisso adotar as normas (Toury; 1995/2012 e Chesterman; *ibid.*) de uso para este fim, para que os hábitos de usos linguísticos nas culturas de chegada apontem como são realizadas as funções de gêneros, registros e contextos. Também foi profícuo constatar que ferramentas digitais para consultas de terminologias, de registros e de rótulos das atividades administrativas de estado viabilizam traduções profissionais e uniformes, tal como em padronizações, que são nesta pesquisa orientadas conforme o exemplo da União Europeia (plataforma IATE *online*) e do Canadá (plataforma *Terminus Plus*). Tais iniciativas não apenas asseguram padronizações e consistência em traduções, como igualmente propiciam o exercício do ato tradutório com agilidade e qualidade. Para reforço das metas tradutórias de domesticação e de naturalidade, conforme o *skopos* das funções a serem realizadas pelas traduções, especial observância do léxico de menos latinismos é exposto com consulta de corpus linguístico comparável e do corpus de referência COCA - *Corpus of Contemporary American English*. O contexto dessas traduções é dissemelhante das traduções literárias e portanto, uma apresentação da realidade de traduções institucionais é elaborada para a ideal distinção de gênero e escopo das funções textuais. A naturalidade e idiomaticidade defendida nesta pesquisa visa atenuar potenciais falhas de comunicação e dos desempenhos esperados da função textual, à medida que é discutida a realidade de traduções que evidenciam divergências (não idiomáticas) e que resultam em linguagens identificadas como inapropriadas, nas formas de “*translationese*” (Kang; *ibid.* e Munday; 2009); textos híbridos: ‘características que de alguma forma parecem ‘fora de lugar’ / ‘estranhas’ / ‘inusitadas’ para a cultura de chegada” (Schäffner 1997: 325; *apud.* Hornby: 2006) e “*internal lingua francas*” (Koskinen; 2014). Um benefício resultante deste trabalho torna factível um grande empenho de instituições selecionadas para a meta de padronizações que assegurem a realização de *skopos*, com idiomaticidade e naturalidade em traduções como parte dos propósitos, por meio das normas validadas e de corpus linguístico, para que oportunamente o estado disponha de garantias em sua gestão quando em uso de traduções.

Abstract

In taking from the outset the goals of standardization in public translations and having as a starting point communication and functions to be fulfilled by target texts in the English language, this research analyses the application of theories such *skopos* and norms, according to Toury (1995/2012) and Chesterman (1993/2002/2013/2016), towards these goals. The starting point consists in revealing how to reach the *skopos* of fulfilling the desired roles of the translated texts and thus making use of norms to that end, so that the linguistic habitual uses taking place in the target cultures will signal how the functions and roles of genres, registers and contexts are to be undertaken. Assessing that digital tools targeted at searches for terminologies, registers and labels of administrative tasks within the state was also much suitable, which turn out bolstering professional and uniform translations, similarly to those under standardizations, which are modeled here after the European Union (the IATE *online* platform) and the Canadian platform *Terminus Plus*. The latter initiatives not only ensure standardizations and consistency in translations, but they likewise bring about a translational performance enabled with adroitness and quality. In order to strengthen the translational purposes towards domestication and naturalness, according to a *skopos* of the textual functions to be in place, the research weighs in especially on fewer latinates, so as to bear the expressive usage of these alternatives out, which is carried out through analyses of a comparable corpus and a reference corpus entitled COCA - *Corpus of Contemporary American English*. The scenario in which such translations are found is unlike that of literary translations, and therefore, an assessment and review of institutional translations is addressed in this research, so that the realm at hand is better clarified in terms of scope and textual functions. Naturalness and idiomacity as advocated here aims to mitigate potential failures of communication and of expected performances of a text, in that the reality of translations fraught with unidiomatic features are discussed because they wind up displaying a language identified as inappropriate, under the notions of “*translationese*” (Kang; *ibid.* and Munday; 2009); hybrid texts: ‘features which somehow appear ‘out of place’ / ‘strange’ / ‘uncommon’ in the target culture (Schäffner 1997: 325; *apud.* Hornby: 2006) and “*internal lingua francas*” (Koskinen; 2014). A resulting outcome of the work carried out in the research makes it feasible that great endeavors by select institutions make it possible that the *skopos* of idiomacity, naturalness and function in translations be met for the *skopos*, by applying the habitual norms. That in turn can be achieved by way of validated norms and linguistic corpora, which allows the State to steer its stewardship through translations more effectively.

APOIO DE REFERENCIAIS EM TRADUÇÃO NO BRASIL, A EXEMPLO DA UNIÃO EUROPEIA

1. Introdução

O objetivo desta pesquisa é buscar fundamentações teóricas e métodos práticos para a padronização de traduções da administração pública. As traduções inseridas no âmbito da pesquisa envolvem o par de línguas inglês-português, nas duas direções, por esse motivo, a pesquisa aborda análises a partir do inglês para comparações com domesticação e também discute maneiras pragmáticas de domesticação para o português do Brasil, quanto aos aspectos de léxico, colocações, perífrases e idiomatismo. Este trabalho apresenta ocorrências tradutórias que indicam divergências entre traduções livres na administração pública, ocorrências que teriam maior eficiência se inseridas em padronizações pontuais, para a efetividade de comunicações e de atividades estatais no governo brasileiro. A citar, a maior parte do léxico em textos redigidos originalmente em língua inglesa, nos países anglófonos e em produções textuais profissionais, aparece com menos latinismos¹. É notável que os modos tradutórios brasileiros divergem de produções textuais originais nas nações de língua inglesa e nos contextos de uso profissional da língua, por essas traduções conterem demasiados latinismos, ainda que seja característico o emprego de alternativas, que serão expostas em tabelas (relatório e anexo 5). Assim, é necessário apresentar exemplos em que as traduções nacionais de crivos oficiais contêm demasiados latinismos e dessa forma, esta tarefa incluirá postular uma padronização estatal, com menos latinismos, que possa permitir consistência e fluência em traduções nacionais que envolvam o estado e seus órgãos. É possível, desta maneira, que o *skopos* (Reiss e Vermeer; 2013) determine melhor comunicação, responsabilidade e a realização da função pretendida na cultura de chegada (Vermeer; 2013), desde que atendidas as decisões quanto à domesticação ou estrangeirização (VENUTI,

¹ Neste trabalho, utilizo 'latinismos' para me referir a construções ou radicais próprios do idioma latim.

(1995/1999; p. 126; 2008) dentro de propósitos específicos das comunicações do estado e entre nações.

Para servir ao objetivo deste trabalho, além de reflexões teóricas, foi decidida a utilização de amostragens textuais de léxico (em pequeno corpus monolíngue e de comparação) encontradas *online* (documentos emitidos pelo *Publications Office* – UE), para podermos desenvolver comparações que poderiam permitir postular padronizações e elaboração de corpora linguístico e glossários para pronta consulta *online*, adequados à empresa de padronizações. Os corpora contêm os arquivos na forma de corpus comparáveis, editados pela instituição *Publications Office* – UE. Também, as alternativas adotadas por traduções a partir do português brasileiro são obtidas com buscas em mecanismos automáticos de pesquisas, tais como *Google* e *Bing*, que exibem resultados do corpus de traduções *Linguee.com*, ou da comunidade *Proz.com*.

Os glossários devem ser elaborados por algumas gestões públicas para consulta *online*, por tradutores inseridos nos contextos contratuais de traduções públicas (talvez, incluindo profissionais do estado). Esse gênero das traduções públicas abrange constantemente um léxico específico para “instituições, órgãos, serviços interinstitucionais e organismos” (Anexo A9; Código de Redação Interinstitucional - UE). Diversas atividades da administração pública com características lexicais oficializadas e fixas são pesquisáveis por exemplo, com a plataforma IATE² – UE (vide objetivo 3), também com bancos de dados de instituições internacionais, inclusive do Canadá: por ex.: *Termium Plus* e o dicionário do Banco Mundial: Glossário bilíngue de termos de micro finanças - *Glossary of Microfinance Terms* (2007).

Essas observações são voltadas à demonstração de que traduções com menos latinismos permitem melhor alcance de um *skopos* por meio de linguagem mais natural e idiomática, sob o viés das produções textuais originais em países anglófonos, ou em contexto profissional, como premissa. Dessa forma, é tido como direcionamento as normas *communication* (Chesterman; 1993; p. 67) e outras normas, acerca do produto e das expectativas (Chesterman: *ibid.*; Munday; 2009: 211), as normas de Toury (1995: 55; 2012: 169 a 173) e ainda, as demais normas de Chesterman (*Memes of translation*; 2016). Mecanismos de buscas similares aos da EU e do governo do Canadá (*Termium Plus*[®]), como também inúmeros glossários oficiais auxiliam na atividade de padronizações, aspectos esses que são analisadas nesta pesquisa por meio de testagem por amostragens. Conclui-se com a pesquisa, que adotar ferramentas

² <https://iate.europa.eu/home> (acesso em 29/07/2020)

profissionais de bancos de dados padronizados eleva a qualidade e a agilidade, para melhor eficiência do ato tradutório.

Nisso, adota-se traduções fluentes e idiomáticas, correlatas à noção de linguagem natural de Newmark (1988; p. 26), para que os textos de chegada tenham função comunicativa, ao partir de outra cultura, nesse caso, a brasileira (para versões de português brasileiro para inglês) em que se destaca, nesta pesquisa, léxico sem raízes latinas como alternativas, inclusive com o uso de amostragens para fins de confirmação em textos reais (vide anexos 3-5 e relatório). Igualmente, Mossop (1988; 66/1990: 343) também propõe estratégias úteis neste sentido, quanto à idiomaticidade e naturalidade. Até certo ponto a teoria *skopos* de Vermeer e Reiss trabalha a naturalidade no produto traduzido, sob a noção funcionalista de *skopos* tendo-se “a tradução como uma oferta de informações [que] primariamente dependente da situação do receptor/recipiente (mais especificamente, as expectativas do público de chegada)” (Vermeer e Reiss; 2013; 74). Dentre as proposições de Newmark novamente, adota-se as seguintes proposições para a naturalidade, com decisões tradutórias de relativo menor uso de latinismos (vide anexo 5):

Naturalidade pode ser facilmente definida, porém não tão facilmente tê-la por concreto. O uso natural compreende uma variedade de expressões idiomáticas ou estilos, ou registros, determinados primariamente pela situação do texto, i.e. onde ele é geralmente publicado ou geralmente encontrado, em segundo, determinado pelo autor, assunto e público leitor, todas essas são usualmente dependentes da situação particular. [...]

O uso natural, então, deve ser distinguido da “linguagem comum”, linguagem simples e não técnica usada por filósofos de Oxford (para explicações filosóficas) e na língua básica, que está em algum lugar entre o formal e informal, que é facilmente compreendida e construída a partir das estruturas sintáticas e palavras mais frequentemente usadas de uma língua – linguagem básica é o núcleo de uma língua produzida naturalmente. (Newmark; 1988; p. 26)

Em oposição à definição de Lawrence Venuti -, em relação a traduções fluentes (1999; p. 126), em que ele aborda textos literários em seu conceito, na perspectiva de que deve-se preservar o estrangeiro e sua cultura -, utilizo o pragmatismo conforme Mossop (1988; 66/1990: 343), Munday (2004; Hatim e Munday: 2008/2009/2016)) e Chesterman (*Memés of Translation*; 2016; p. 63), que discutem a tradução idiomática mais voltada à domesticação. Ainda assim, dentre as diversas noções encontradas, são válidos breves relatos das noções de Venuti (1995/1999; p. 126/2008). Posterior justificativa está demonstrada com algumas comparações à esta noção, apoiada em Chesterman (*Memés of Translation*; *ibid.*):

[...] traduções fluentes que produzem o efeito ilusório de transparência, efeito semelhante a um produto não traduzido. Estratégias fluentes buscam sintaxe linear, sentido unívoco, uso corrente, consistência léxica; [os tradutores] desviam-se de construções não-idiomáticas, polissemias, arcaísmos, jargões, qualquer efeito linguístico que chame a atenção às palavras como palavras, e portanto antes se ocupam ou interrompem a identificação do leitor. Na tradução fluente, a ênfase está na familiaridade, em tornar a linguagem reconhecível tal que seja invisível. (Venuti; 1999; p. 126)

As normas de expectativas – [“expectancy norms”] – são estabelecidas pelas expectativas dos leitores de uma tradução (de qualquer tipologia) em relação à o que uma tradução (desse tipo) deveria ser. Essas expectativas são em parte regidas pela tradição de tradução que prevaleça na cultura de chegada e em parte, pela forma de textos paralelos (de um tipo de texto similar) na língua de chegada (cf. Hermans 1991), isto é, pelo cenário e por estruturas prevalecendo na cultura de chegada. Podem também ser influenciadas por fatores econômicos ou ideológicos, relações de poder dentro e entre culturas e questões similares. Essas normas abrangem uma vasta gama de fenômenos. Os leitores (que podem ou não incluir o cliente) poderão ter expectativas acerca do tipo textual e convenções de discurso, quanto um aspecto de estilo e de registro, quanto ao grau apropriado de gramaticalidade, quanto à distribuição estatística de características textuais de todos os tipos, como colocações, escolhas léxicas e assim sucessivamente. (Chesterman; *Memes of Translation*; 2016; p. 63)

Uma vez superadas as decisões acerca da preservação da cultura de partida, ou da fluência com domesticação, em cada *briefing* do skopos definido, deve-se objetivar traduções idiomáticas neste trabalho. É fato que o corpus de extrações manuais (documentos da UE) e o corpus COCA norte americano (*Corpus of Contemporary American English*) atestam até mesmo incidências maiores de unidades lexicais pontuais, sem latinismos, realidade esta considerada idiomática no idioma inglês e portanto, servindo como meta de domesticação (exemplos estão no anexo 5). Nisso, o primeiro enfoque é orientado ao emprego de teorias dos estudos da tradução, com uma perspectiva de padronização de traduções no âmbito das diversas administrações públicas brasileiras e seus propósitos, tendo-se como principal escolha, a teoria *skopos* (funcionalismo). A pesquisa se fundamenta, então, no exemplo dos avanços em regulações e padronizações europeias: especificamente na UE – União Europeia –, por meio das autoridades respectivas inseridas na empresa de regulações e divulgações em 24 idiomas³, das comunicações oficiais entre membros da UE.

É de grande efeito que o documento objeto das análises lexicais esteja em língua inglesa e traduzido por mim para o português brasileiro, para que a domesticação avaliada por via de normas de uso (Toury; *ibid.* e Chesterman; *ibid.*) nesta pesquisa seja válida para as direções inglês - português brasileiro e português – inglês, haja vista que as situações de idiomaticidade são notáveis nos dois idiomas trabalhados. O ponto de referência dos documentos em inglês

³ https://ec.europa.eu/info/departments/translation_en (acessado em 28/06/2020)

<https://www.europarl.europa.eu/translation/en/introduction.html> (acessado em 28/06/2020)

permitirá a análise léxica (para domesticação) desejada em inglês como língua de chegada, por meio da comparação de como se traduz no Brasil para o inglês, com preservação incompatível da maior incidência dos latinismos. Esse aspecto é evidenciado com documentos de redação originais de língua inglesa, nos corpora comparáveis e nas consultas aos corpora COCA (vide anexo 5) ou BNC – *British National Corpus*.

Neste sentido, para que se possa focalizar as ocorrências que se seguem, a seção final da pesquisa apresenta tais aspectos textuais com brevidade, com maiores comparações em anexos (vide anexos 3 a 5 e relatório): (a) de colocações (sob o viés semântico), que permeiam o português ou o inglês; (b) os traços específicos do registro e gênero, (c) terminologias; (d) marcas de registro, frente às normas brasileiras de hábitos e usos (Gideon Toury/ Chesterman); (e) perífrases e idiomatismo de menos latinismos.

Nestas análises lexicais, o primeiro documento é um relato do panorama das atividades de supervisão na UE de 2017: *Atividades de Supervisão em 2017 – Oversight Activities in 2017* (com parcial tradução e amostragens de léxico) –, para apresentação institucional do órgão europeu EIOPA. Esse documento introdutório precede o documento principal traduzido por mim neste trabalho, do mesmo órgão: *Análítica de Megadados (Big Data) para seguros de autos e de saúde, uma revisão temática – Big Data Analytics in motor and health insurance, A thematic review*.

O órgão EIOPA é a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Trabalhistas, constando oficialmente, na UE, na base de dados terminológica IATE como Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma. A seguir, apresento nas demais etapas, a descrição e definição da autoridade em Terminologia Interativa para a Europa – IATE (*Interactive Terminology for Europe*).

Mormente, o documento *Análítica de Megadados* propõe um viés de prestações de serviços ao público de plenas responsabilidades e supervisões granuladas, a fim de que se assegure a exímia execução de serviços e suas garantias para os clientes em seguridades; algo que também garante melhor qualidade de vida e de direitos humanos nesta era digital e tecnológica, no século XXI. Com isso, etapas iminentes do acordo Mercosul-UE poderão incluir tais inovações nas relações brasileiras da negociação, como também prestigiar a atuação nacional com o modelo de supervisões na era digital (vide anexos 1-4 e relatório). A partir das supervisões e fiscalizações, em que são aplicadas as mais avançadas tecnologias da informação e da computação de complexidades, são empregados tanto hardware computacional de alto

desempenho, quanto *software* diversos para coleta de dados-chaves, classificações e aprendizagem automática por máquina. Outrossim, as tecnologias contribuem para preservação da vida, por meio de dados analíticos, da segurança individual contra crimes virtuais e por meio da sustentabilidade dos negócios,

As amostragens escolhidas no documento principal contêm itens característicos da porção algo-saxônica do inglês, ao invés de latinismos, pois, como meta de traduções fluentes e significativamente de domesticação (em contraste a VENUTI: 1995/1999; p. 126/2008), faz-se uma aproximação à linguagem natural dos países anglófonos. Também, aplicam-se as mesmas considerações na direção de tradução inglês-português (técnicas detalhadas mais adiante). Inclusive, partindo desta análise de textos originais ainda não traduzidos, foi possível identificar as versões empregadas por tradutores brasileiros contendo latinizações (por consultas em corpus linguístico *liguee.com* e na comunidade *Proz.com*), com contraste do léxico empregado em língua inglesa nestes dois textos já relatados (vide anexos e relatório, para outras amostragens lexicais). Apesar de ocorrerem naturezas textuais de especificidades lexicais, busca-se muito frequentemente encontrar a distinção entre as variabilidades na tradução livre, quanto aos nomes de órgãos públicos (citados na plataforma canadense *TERMIUM Plus®* como: “títulos oficiais”), seus poderes oficiais e demais atividades estatais. O documento traduzido para a pesquisa apresenta essas tipologias, de nomenclaturas e entidades públicas, plausíveis de uma gestão padronizadora, a fim de que haja consistência e fidelidade dos propósitos do poder público. A mesma abordagem é aplicada aos itens do Código de Redação Interinstitucional - UE, (Anexo A9; p. 271), de órgãos de administrações públicas, com comparações em tabelas (anexos 3 e 4 e relatório).

2. Objetivos

No contexto de comunicações e atos governamentais, a pesquisa parte da premissa de que todo país ao estreitar relações legais ou comerciais, que exijam consultas e geração de documentos irá precisar de suas devidas traduções, quando não disponibilizadas, por exemplo, por parte de uma instituição como a União Europeia, ou outra representação estatal. As administrações públicas não prescindem do trabalho de tradutores para a aproximação entre as partes em cada etapa de negociações, para cada documento requerido (o que pressupõe as informações padronizadas para nomeações de instituições e processos da máquina pública que permeiam as atividades estatais e seus instrumentos de ação). Ademais, uma necessidade de traduções fundamentadas em ética e responsabilidades, segundo Chesterman (2016). A partir disso, os enlaces teóricos que aqui utilizo e designo como estratégias contém as proposições de: (i) propósito – *skopos* – e função (Reiss 1971/2000; Reiss e Vermeer 1984; Nord 1988/91/2005); (ii) contexto, participantes e cultura (Vermeer 1986, 1989), Snell-Hornby (2006: 54; 55); (iv) Toury: “descritivistas”/”normas vigentes”, Andrew Chesterman (1993 e 2002): “normas profissionais” e “normas de responsabilidades” (Chesterman 2016; Newmark 1988).

Analisar os textos (a) *Oversight Activities in 2017* e (b) *Big Data Analytics in Motor and Health Insurance: A Thematic Review* e suas traduções para português do Brasil compreende exemplificar o gênero aqui denominado de **comunicações estatais**, por se enquadrarem razoavelmente às ações públicas e por culminarem, geralmente, em traduções voltadas tanto a comunicações quanto a avaliações de *status quo* de atividades públicas, com vistas a medidas e programas (administrativas ou não). Neste sentido, atividades governamentais frequentemente exigem obtenção de informações estrangeiras e reconhecimento das funções ou situações entre as partes, que constam em documentos oficiais de cada país, o que exige a produção tradutória de cada documento, que se idealmente otimizadas, favorecem a padronização. Sem alguma padronização entre diferentes produções textuais traduzidas, sem corpora linguísticos para consultas *online*, não há reforço ao exercício público, para se dirimir as fragilidades das comunicações.

Especificamente, os documentos escolhidos contém também o principal material para as análises do gênero textual deste contexto e os itens candidatos a padronizações, tais como

nomes de programas públicos, de entidades públicas e órgãos e por fim, um léxico próprio dos atos públicos recorrentes nas comunicações: colocações e sintagmas, inseridos em diversos documentos. Esses por sua vez, com frequência, são traduzidos livremente sem formas padrões já estabelecidas, tais como ocorrem com os órgãos do governo brasileiro, traduzidos no portal⁴ *online* do Governo Brasileiro em língua inglesa (também disponível em português: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos-do-governo>). Essas formas tradutórias são indicativas da necessidade de uma mudança, elencadas a partir dos objetivos específicos e espelhadas em outras nações. A breve discussão das decisões tradutórias adotadas no portal em idioma inglês (Governo Federal Brasileiro) encontra-se nos anexos 3 e 4.

Ainda, dentro dos objetivos gerais, há um esforço para desenvolver um diálogo entre a teoria *skopos* e as funções de comunicações e atividades estatais, nas estratégias e escolhas de tradução, dentro do modelo de Reiss (*ibid.*), em concordância com as avaliações de Hatim (*Translation Studies*; 2009; p. 40):

A fim de identificar a extensão e propósitos, devemos adotar critérios retóricos, funcionais e tradutórios e relacionar esses (e a gama de propósitos que deles surgem) a tais categorias como “contexto de situação”, “contexto de cultura”, “propósito retórico” e assim por diante. Isso deu origem à noção de uma tipologia textual, originalmente destinada, por Reiss, como um conjunto de diretrizes para o tradutor prático. (*Translation Studies*; 2009).

O órgão da UE escolhido para análise de linguística de corpus, de pequeno corpus, para comparações entre formas livres de traduções com domesticação denomina-se EIOPA – *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, que conforme a padronização da UE, pelo portal de terminologias IATE⁵, é traduzido por Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (não adotei esta versão do portal). O banco terminológico IATE (*Interactive Terminology for Europe*), por si, retorna sua função “Terminologia Interativa para a Europa”, que “é o banco de dados de terminologia da UE, [que] vem sendo usado nas instituições da EU e agências desde o verão de 2004 (nos meses de junho a setembro) para fins de coleta, disseminação e gerenciamento de terminologias específicas da UE. O projeto foi lançado em 1999 com a meta de fornecer uma infraestrutura baseada na Web para todos os recursos terminológicos da UE, aprimorando a disponibilidade e padronização de informações”, tendo-se a versão em língua inglesa:

⁴ <http://www.brazil.gov.br/government/how-the-government-works> (acessado em 15/06/2020)

⁵ <https://iate.europa.eu/home> (acessado em 15/06/2020)

(Interactive Terminology for Europe) is the EU's terminology database. It has been used in the EU institutions and agencies since summer 2004 for the collection, dissemination and management of EU-specific terminology. The project was launched in 1999 with the aim of providing a web-based infrastructure for all EU terminology resources, enhancing the availability and standardisation of the information. (disponível em <https://iate.europa.eu/home>; acesso em 24/6/2020) (vide tradução na Seção Metodologia)

Para servir ao objetivo geral neste trabalho, o de postular uma padronização estatal que possa permitir consistência e fluência em traduções nacionais que envolvam o estado e seus órgãos, é necessário desenvolver alguns passos ao longo da pesquisa: (i) mostrar que essa tarefa é melhor elucidada por meio de consulta às **observações opinativas** dos órgãos da EU, (ii) as Diretrizes Federais Norte Americanas para Linguagem Simples e Direta e de seus especialistas; e quanto ao provimento dos (iii) Guias Gramaticais e de Estilo e o Código de Redação Interinstitucional, os quais anexam as motivações e proposições de cada guia e dos esforços desempenhados, com vistas às traduções na União Europeia. Vale ressaltar a sugestão europeia do uso de um Guia da Comissão Europeia – *European Commission* – Guia de Dicas ao Tradutor para língua inglesa.

Objetivos específicos: (i) avaliar a variabilidade das traduções livres nos itens contidos no texto principal e naqueles de apoio (expostos em tabelas; nos Anexos 3 a 5 e Tabela 7). Isso permite notar que os bancos de dados terminológicos reduzem a inexatidão ou ambiguidades do produto traduzido; (ii.) é válido para a pesquisa desenvolver breves notas do documento *Federal Plain Language Guidelines* (Março de 2011), adotadas como justificativas complementares; (iii.) analisar a **amostragem** contida no Código de Redação Interinstitucional, que está localizada no Anexo A9 (p. 271) - Instituições, órgãos, serviços interinstitucionais e organismos: lista multilíngue.

Metodologia

As **designações brasileiras e estrangeiras de órgãos**, quando traduzidas por diferentes tradutores/tradutoras, são demonstradas em Anexos (vide anexo 4 e relatório) para partir como primeira análise de divergências, refletindo com os exemplos europeus. Para fins pragmáticos, será realizada pequena análise lexical de um documento interino do Acordo Mercosul-UE (2019/2020) – Anexo 3.

É exemplificador, que as entidades públicas europeias IATE e *European Union Terminology* e *European Commission* disponibilizam versões em várias línguas, de diversos documentos e *websites*, para melhores resultados comunicativos e definem padronizações, desde terminológicas até mesmo glossários padrões para instituições públicas da UE e demais organizações associadas, como também de legislação para consultas multilíngues. Neste sentido, a discussão específica é expor análises de teorias da tradução para comparações das normas (Toury e Chesterman; *ibid.*; *ibid.*), de hábitos verificados, para possibilitar buscas e análises de corpora linguístico, para elaborações de glossários de terminologias. Não obstante, serão discutidos perigos ou perdas frente a fortes normas (Toury; 2012: 169 a 173 e Chesterman; *ibid.*) em detrimento da cultura de partida (Venuti; 1995/1999; p. 126/2008), conforme defende também Schleiermacher (1813/2004). São adotados como apoio, o amparo teórico e as noções de Antoine Berman (2012: A Tradução e a Letra ou o albergue do Longínquo) quanto às “tendências deformadoras”.

Como software de exemplo, segue a descrição do banco terminológico IATE (*Interactive Terminology for Europe*), tendo-se que: “O projeto foi lançado em 1999 com a meta de fornecer uma infraestrutura baseada na *Web* para todos os recursos terminológicos da UE, aprimorando a disponibilidade e padronização de informações”:

(Interactive Terminology for Europe) is the EU's terminology database. It has been used in the EU institutions and agencies since summer 2004 for the collection, dissemination and management of EU-specific terminology. The project was launched in 1999 with the aim of providing a web-based infrastructure for all EU terminology resources, enhancing the availability and standardization of the information. (disponível em <https://iate.europa.eu/home>) (vide tradução na Seção Metodologia)

Ainda, a autoridade supervisora signatária dos documentos aqui analisados, EIOPA, consiste em “um órgão conselheiro independente, voltado à Comissão Europeia, ao Parlamento

Europeu e ao Conselho da União Europeia”, que por definição em seu portal *Web*, é apresentada como:

[...] Uma das agências da UE que executam tarefas legais específicas, técnicas ou científicas e que provê consultoria fundada em evidências. Desse modo, [...] ajuda a formar políticas e leis bem informadas nas esferas da UE e esferas nacionais. A EIOPA é uma das três Autoridades Supervisoras Europeias. As outras duas são a Autoridade Bancária Europeia (EBA - European Banking Authority) e Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA - European Securities and Markets Authority).” (traduções originais do serviço IATE e trechos com grifos, de: https://www.eiopa.europa.eu/about/mission-and-tasks_en, acessado em 15/06/2020)

A Autoridade Europeia EIOPA descreve sua função e missão, no portal *Web* do órgão nos termos a seguir. A ferramenta mostrou-se eficaz para a tradução escolhida, sob o contexto de uma era digital e transformada pela tecnologia. É também um instrumento de atuação pública validado neste trabalho, por sua relevância no contexto brasileiro, frente ao iminente “Acordo Mercosul-EU” (2019/2020):

Por meio de sua função de supervisão, pautada no Manual de processos de revisões supervisoras e reguladoras, a EIOPA apoia as autoridades supervisoras nacionais em suas tarefas de prestação de supervisões com alta qualidade, assim como a fiscalização de par de igualdade e adequada aplicação de medidas de supervisão dentro da União Europeia.

Esta meta é inicialmente atingida por meio de estreita cooperação e diálogo aberto com autoridades supervisoras nacionais. Neste contexto, a EIOPA desenvolveu inúmeras ferramentas a fim de facilitar o engajamento efetivo com supervisores nacionais e a fim de fortalecer suas competências de supervisão. Essas ferramentas variam desde participações bilaterais estruturadas, revisão de pares e revisões de balancetes, até projetos consistentes, participação em colegiados além-fronteiras de supervisores e ao definir plataformas de cooperação juntamente com as diferentes autoridades supervisoras nacionais. (grifos meus. Texto extraído do sumário de Oversight activities in 2017)

Os documentos analisados e traduzidos contêm informações de circulação regular, de comunicação para consulta livre e aberta dentro e fora da União Europeia, qualidade essa do documento que demonstra a utilidade pública das comunicações por parte do órgão de publicações oficial intitulado Serviço das Publicações da União Europeia⁶ - *Publications Office of the European Union*. Este documento concerne ao [apoio às] “autoridades supervisoras nacionais em suas tarefas de exercerem supervisões efetivas, assim como de fiscalizarem o nivelamento e aplicação apropriada de medidas supervisoras dentro da União Europeia” (grifos meus).

⁶ Consultado em: <https://iate.europa.eu/home> (31/03/2020)

[...] supports national supervisory authorities in their tasks to deliver high-quality effective supervision, as well as overseeing the level playing field and appropriate application of supervisory measures within the European Union. (Oversight Activities in 2017; página 3, linha 3)

Frente a padronizações, também é necessário levar em consideração alguns aspectos e seguir alguns passos ao longo da pesquisa, inclusive o de se basear na iniciativa norte americana com o guia de linguagem simples e direta, denominado *Plain English*, no documento resultante *Federal Plain Language Guidelines* (Março de 2011). Também as iniciativas IATE -UE E Termium Plus são modelos para esta meta. O serviço oficial para o *Plain English* define que:

A rede de informações e ação para uma linguagem direta – Plain Language Action and Information Network (PLAIN) [que] é uma comunidade de funcionários federais dedicada à ideia de que os cidadãos merecem comunicações claras partindo do governo [norte americano]. Acreditamos que ao se utilizar uma linguagem simples e clara, isso permite economia às agências federais de tempo e dinheiro, como também oferece melhores serviços ao público norte americano.” (<https://plainlanguage.gov/>, acessado em 23/06/2020; grifos meus).

Uma orientação inicial é possível a partir da visão europeia, para que a investida de padronizações e uniformidade de qualidade seja viável e factível. Neste sentido, esta pesquisa validou os relatos de legitimidade dos documentos traduzidos pela UE conforme esperada e definida pela Comissão Europeia, que incluem os seguintes itens de (a) a (d):

- a) Quanto ao entendimento de padronização e inerentes justificativas práticas, o autor do preâmbulo do Código de Redação Interinstitucional (2011), Pierre de Boissieu aponta as diferenças entre idiomas e a necessidade de especialistas nesta meta:

Essa normalização das práticas linguísticas é um resultado particularmente notável, visto que todas as convenções e regras de trabalho comuns contidas na presente obra foram elaboradas pelos nossos especialistas, respeitando as especificidades de cada uma das línguas. (ibid.; preâmbulo)

- b) Adotando como justificativa pragmática, Reicherts (2011) reúne as características aqui consideradas igualmente justificáveis, considerando-se as aproximações entre o Brasil e diversos países que adotam o idioma inglês nas negociações entre estados:

Esta obra demonstra que o multilinguismo não precisa ser motivo de disparidades, pois fornece um ponto de referência em comum, para diferentes grupos linguísticos, assim como para instituições, órgãos públicos e autarquias que nos últimos anos se multiplicaram. Esta obra reúne

recursos linguísticos, o que transforma uma aparente disparidade em uma fonte de unidade entre todos os envolvidos na produção de textos para a União Europeia. (Martine Reicherts; Interinstitutional Style Guide; 2011) (grifos meus)

- c) Quanto aos benefícios resultantes de normas definidas, Reicherts exemplifica o que poderia ser a realidade brasileira a partir de normas e orientações oficiais, a exemplo da UE, quanto à “harmonia [e] unidade da mensagem”, para itens padronizados nos textos em língua inglesa:

As conclusões do Comité Interinstitucional «Código de Redação» são aplicáveis ao conjunto das instituições, dos órgãos e organismos da União Europeia e o Serviço das Publicações deve velar pela sua aplicação. Respeitar o Código é garantir a imagem de uma Europa decidida a servir o cidadão: assegurar-lhe um serviço na sua língua, zelando ao mesmo tempo pela harmonia e pela unidade da mensagem difundida a todos. (Martine Reicherts; Interinstitutional Style Guide; 2011; p. 06)

- d) A implantação de normatizações fixadas em lei e deliberadas na UE foi realizada em 2009 e atribuída ao órgão: Serviço das Publicações da União Europeia (JO L 168 de 30.6.2009, p. 41; Artigo 1.º). Essa entidade pública, Serviço das Publicações, possui dentre outros, “grupos linguísticos [que] são constituídos por representantes das diferentes entidades linguísticas das instituições: juristas e/ou linguistas, tradutores, terminólogos, revisores de provas, etc.” (grifos meus)

Diferentemente de uma meta ampla demais, tratando de arranjos redacionais no par de línguas inglês-português, outro passo meu para servir aos objetivos específicos deste estudo, é enfatizar itens lexicais ou de partes de discurso (como colocações e terminologias) que atribuem maior responsabilidade final ao produto traduzido, segundo o *skopos* e conforme a norma *accountability* de Andrew Chesterman (1993/2013).

Tornaram-se muito úteis as análises nos corpora COCA e BNC de estatísticas de ocorrências dos termos não latinos (aqui eliminados excessos de latinismos), com vistas à meta de domesticação. As buscas nos corpora atestaram por estatísticas que embora o idioma contenha 80% de latinismos em seu vocabulário, um texto não seguirá obrigatoriamente essa mesma frequência de usos, assim sendo, é presente uma porção notável de escolhas vocabulares, as quais são exemplificadas no relatório e no anexo 5. Com isso, passo para as reflexões teóricas e procedimentos de pesquisa.

3. Reflexões teóricas

As amostragens adicionais para discussão de léxico anglo-saxão, acompanhadas das estatísticas do uso lexical nos países de língua inglesa frente à prática nacional estarão acompanhadas de tabelas com exemplos de um pequeno corpus (vide anexos 4-5 e relatório). Estatísticas e estudos que mensuraram as incidências em uso redacional natural da língua, na expressão originária em língua inglesa, serão apresentados como justificativas para a proposta de domesticação na Língua de Chegada – LC, utilizando-se a noção de traduções idiomáticas e comunicativas (Peter Newmark; 1988 apud Brian Mossop; 1988; p. 66 e 67):

Peter Newmark, em seus bem conhecidos textos (dissertativos) sobre traduções comunicativas e semânticas – “communicative and semantic” – já destacou que poucas passagens em [tais] textos podem precisar ser traduzidos mais literalmente, porém, concorda que a abordagem “comunicativa” (orientada à mensagem, idiomática, equivalente mais próxima do natural) seja, geralmente a decisão correta para textos em que a identidade pessoal do autor original é irrelevante. (ibid.: página 67).

O cenário das traduções públicas canadenses também pode fornecer melhor norteamento quanto a padronizações; além do exemplo europeu discutido; por essa razão está incluído um breve relato da iniciativa canadense (Brian Mossop; 1988; *Translating institutions: a missing factor in translation theory*; p. 67). Nas reflexões cabe constatar as disparidades, sob o viés de normas (decorrentes do uso “habitual geral” – Toury (2012: 169 a 173): “*norms of translation*”) e contrastes em usos lexicais, locuções e colocações em países anglófonos frente às práticas brasileiras. No intuito de demonstrar a legitimidade de documentos públicos consistentes, entre vários da tipologia (gênero e registro discutidos nestas reflexões teóricas), as comparações supracitadas, tanto do Brasil, quanto da UE estão demonstradas no relatório.

Retomando Venuti (1995/1999; p. 126/2008), para contrastar, por razão de sua definição de que traduções fluentes sejam reprováveis, contudo um ponto de partida de conceitualização da fluência em tradução, tem-se como relevante observar a validação dessa, por outros autores e estudos. Esse contraste é feito em função de Venuti (ibid.) ter abordado traduções literárias e não das tipologias alusivas à atuação ou administração estatal. Por um lado, por não estar vinculada aos propósitos desta pesquisa o gênero literário, conforme descrito por Venuti (ibid.), concernente à tradução com linguagem natural ou idiomática, por outro lado, as definições de Venuti de idiomaticidade são verificadas. As propostas teóricas para a tradução idiomática, de Newmark (ibid.) e Mossop (1988; 66; /1990: 343) estão validadas na pesquisa; igualmente às

definições constantes de dicionários ou glossários de tradução, nas obras *Translation – An advanced resource book* (Basil Hatim e Jeremy Munday; 2004) e outras com edições de Munday (2004: Basil Hatim e Jeremy Munday; 2008/2009/2016). Ainda, a pesquisa segue as noções do dicionário: *A Dictionary of Translation and Interpreting* (John Laver e Ian Mason; “datado por Ian Mason”, em novembro, de 2018⁷) – Dicionário de Tradução e Interpretação – obra não publicada oficialmente⁸. Destaca-se que inúmeras outras obras citam a autoria de Venuti (ibid.) sobre a tradução idiomática, apesar de sua reprovação às traduções “fluentes” na tradução literária, mesmo que esse conceito seja perene nos estudos da tradução e em debates; pois implica a invisibilidade do tradutor e até mesmo do autor (Venuti: 1995/1999; p. 126/2008). Inclusive didaticamente, nas obras de Munday (2004/2008: pp. 31 e 32/2009/2016: p. 239) os paradigmas são debatidos e discutidos. Algumas obras tratando dessa discussão, por ex.:

1. *The Turns of Translation Studies – New paradigms or shifting viewpoints?* (Mary Snell-Hornby; Universidade de Vienna; 2006; p. 146);
2. *The Routledge Handbook of Translation Studies* (Robert Holland; 2013; p.p 332 e 334)
3. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies (Second edition)*; Mona Baker e Gabriela Saldanha);
4. *The Routledge Handbook of Translation Studies* (Emily O. Wittman; 2013; p. 439)
5. *Memes of Translation: The spread of ideas in translation theory* (Andrew Chesterman;; Revised edition; 2016 p. 26)
6. *The Routledge Companion to Translation Studies; Revised Edition (Edited by Jeremy Munday)* na seção *Key Concepts: domestication; idiomatic translation* (Conceitos chaves: domesticação e traduções idiomáticas, respectivamente).

O documento ao qual são atribuídas a atenção e análise textual-lexical centrais contém itens característicos da porção algo-saxônica do inglês, ao invés de latinismos no original em língua inglesa, pois como meta de traduções fluentes (e significativamente de domesticação), faz-se aproximação à linguagem natural (Newmark; 1988; p. 26) dos países anglófonos. Inclusive, partindo da análise de textos originais ainda não traduzidos, foi possível identificar as versões empregadas por tradutores brasileiros, de dadas unidades de tradução, contendo latinizações (por consultas em corpus linguístico e na comunidade *Proz.com*). Esse fato se mostra em oposição às formas adotadas em língua inglesa nos dois textos: (a) *Oversight*

⁷ A obra não foi efetivamente publicada em forma física ou concluída contratualmente.

⁸ Disponível em formato de documento Microsoft Word, na Internet.

Activities in 2017 e (b) *Big Data Analytics in motor and health insurance_ - A thematic review*. O sentido inverso de tradução, na direção do inglês para o português brasileiro, revela que as unidades lexicais, locuções ou colocações genuínas de uso real em inglês aqui analisadas não possuem significativa relação de radicais latinos, característicos do vocabulário da língua portuguesa.

No entanto, estas análises se destinam a justificar também o modelo de padronização europeia, exemplificando uma proposição de glossários brasileiros padronizados, a fim de se expurgar riscos de inconsistências entre traduções independentes. Em forte contraste, os autores teóricos adotados no presente trabalho expõem discussões e análises que não se encerram apenas em terminologias ou glossários de entidades governamentais - descritas em frases curtas ou unidades de tradução. Ao invés, aplica-se significativamente ao gênero, propósito (*skopos*) e funções desta tipologia textual, inclusive ética e responsabilidade final (estas duas, discutidas por Chesterman: 2016: p. 61 a 68) do profissional tradutor, como coautor de valores de diálogos públicos.

Neste sentido, a interpretação de Munday (2009; p. 15) é marcante na tipologia avaliada, de que Newmark (2009; p. 20-21) e Hermans (2009; p. 93-105) destacam a função do tradutor como de “re-enunciador” e que “re-vocaliza” o texto fonte do autor, que nas formas textuais escritas ocorre “metaforicamente” (*The Routledge Companion To Translation Studies*; 2009; 15).

Sob a premissa de que os gêneros textuais brasileiros em comunicações oficiais, tais como na EU, caracterizam “processos sociais engendrados e voltados a metas, constituindo eventos interativos e que se realizam para os propósitos daqueles que nesse sentido interagem” (Rose; 2012: *The Routledge Handbook of Discourse Analysis - Genre in the Sydney school*), considera-se neste trabalho os parâmetros de gênero e registro textuais de David Rose. Como proposta de gênero textual e registros (também observados em traduções com a esfera pública, por exercício empírico), são também consideradas as definições conferidas por David Rose (*The Routledge Handbook of Discourse Analysis*, 2012, p. 209), nestes dois segmentos intercalados:

[...] em termos da linguística funcional, isso significa que gêneros são definidos como uma configuração recorrente de sentidos, os quais realizam práticas sociais de uma cultura, [...] e que essa interpretação semiótica social necessita ir além de gêneros individuais, a fim de considerar como tais gêneros se relacionam. (ibid.)

⁹ Hermans (*The Routledge Companion To Translation Studies*; 2009; 15)

Adiante, David Rose oferece uma visão mais direta quanto a uma noção particular de registro, que é um aspecto que permeia as traduções de governos (conforme Koskinen 2014; p. 10), nos seguintes termos:

[...] contextos de situações variam nestas três dimensões gerais ('relações dos falantes, suas experiências das atividades sociais e a efetivação desses atos e construtos unidos ao discurso dotado de sentidos' [grifos meus]. A dimensão alusiva às relações entre aqueles que interagem é conhecida como tenor; aquela alusiva a suas atividades sociais é conhecida como campo e as alusivas ao papel da linguagem é conhecida como modo. Nos termos de Martin (1992; apud David Rose), o tenor, campo e modo de uma situação constituem o registro de um texto, (Rose; 2012; p. 210).

Não somente, este teórico traz à luz que “a faixa que compreende gêneros descritos, pela Escola de Pesquisas de Sydney é ampla e diversificada, que, porém, ainda é apenas uma fração do repertório de gêneros disponíveis aos membros de uma cultura”. Assim sendo, conforme concorda Anna Trosborg (1997), não há uma forma exata de se identificar perfeitamente um único gênero ou registro em conteúdos textuais, em detrimento de outros, pois textos são dinâmicos e essa dinâmica envolve múltiplos gêneros e até mesmo múltiplos registros:

Recentemente, estudos da retórica enfatizaram mais as dinâmicas sociais e constituição social e formas não literárias de escrita e fala. Com o trabalho feito na década de 1980 nos campos da Linguagem para Propósitos Específicos e Discurso Profissional, houve mudança de enfoque no sentido de um interesse crescente nas funções socioculturais de gêneros disciplinares; por ex., as comunicações jurídicas e científicas e inúmeras pesquisas sobre áreas profissionais importantes surgiram, tais como as apresentadas por Maher (1986; apud Trosborg; 1997) acerca do inglês da medicina, e Bhatia (1987; apud Trosborg), acerca do inglês jurídico. (Trosborg; *ibid.*)

Ao idealizar a pesquisa em tradução destes documentos, que estão traduzidos e analisados quanto a unidades de tradução (principalmente a partir dos originais em inglês, para leitura comparativa), quanto a colocações e locuções, evidenciou-se que a teoria funcionalista contribui para o gênero, assim como para o registro textual adotado, para as considerações de padronizações. Isto é, para a realização dos propósitos desejados pelo estado via traduções, o viés da teoria *skopos* contribui muito, somado por normas e pela naturalidade discursiva. Desta forma, com maiores contribuições das teorias funcionalistas, com decisão pelas considerações de Reiss e Vermeer (2013), quanto aos propósitos de tradução, é adotada a teoria de **skopos** (apoiada às teorias das normas), por estes motivos:

[...] cada transferência inevitavelmente envolve mudanças de valores [definido aqui quanto às naturezas distintas entre os léxicos anglo-saxão, latinismos e outros], que podem ser aceitos como muito normais no ato tradutório, com enfoque principal sobre o conjunto de realidades e valores cognitivos comuns a todos os seres humanos, ou tratados como um problema fundamental de toda tradução. A decisão dependerá, dentre outras coisas, do tipo de texto ou gênero em questão: ficção ou não fictício, correspondências de negócios, propaganda política, informes para turismo, etc. [...] (Vermeer e Reiss; 2013; 27)

Portanto, como um texto é “transmitido/recebido/traduzido/interpretado como um texto de um tipo ou de outro, [nossa] a resposta dinâmica a este problema é que a decisão depende do propósito ou *skopos* da ação tradutória” (Reiss e Vermeer (2013; p. 27). Efetivamente, as estratégias de principal efeito validadas neste trabalho, são auxiliadas ainda por Andrew Chesterman (1993; p.p. 171-176 e 2002), em relação aos propósitos e às normas “profissionais”, “de responsabilidades”, “de comunicação”, normas “das relações” e normas “das expectativas do traduzir”, como também pelas normas descritas por Gideon Toury (1995: 55; 2012: 169 a 173).

Para Koskinen (2014; p. 10), são tratados diversos gêneros textuais e tipologias ao mesmo tempo, por um estado que se utiliza de traduções, desde “legislativos e outros textos jurídicos e administrativos, até mesmo documentos secundários, exigidos por lei ou necessários para os processos legais” (ibid.). Alternadamente, segundo Koskinen (ibid.), “regimes de traduções legais, oficiais e autorizadas são, então, em suas totalidades inseridos na ‘arte de governo’ com o uso de traduções”, mas também pela “utilização de diversos outros tipos de textos e tipos de traduções, que não são restritos a funções governamentais” Koskinen (2014; p. 10).

Ainda quanto ao gênero, seguindo o funcionalismo, em especial a teoria *skopos*, vale ressaltar a distinção entre registros e gêneros, como também entre LGP – *Language for General Purposes* e LSP – *Language for Special Purposes*, não obstante a diferenciação ou até mesmo noções estabelecidas para registro e gênero ainda serem debatidas e dissemelhantes entre autores e diferentes estudos (Anna Trosborg; 1997). Adotando as considerações publicadas pela Coordenação de Terminologias, sob a direção da Direção-Geral da Tradução do Parlamento Europeu (*Directorate-General for Translation*) em um periódico de tradução denominado *The Linguist*, com relação a padronizações em tradução, é considerado sobre a linguagem LSP:

Terminologias não são acima de tudo, termos, são fundamentalmente sobre conceitos (e é claro, os termos utilizados para designar conceitos). Como tradutores, temos que compreender o significado por trás do texto fonte e produzir aquele significado em outra língua. A maior parte dos textos que traduzimos são um misto de linguagem de propósitos gerais e linguagem de propósitos especiais, que apresentam diferentes desafios. Para traduzir linguagem LGP, é exigido

total compreensão da linguagem em LF – língua fonte –, o assunto tratado e os propósitos do documento original e da tradução e é exigida a capacidade de se escrever bem no idioma de chegada. (*The Linguist*; issue 52,4; grifos meus.)

Uma iniciativa destinada a bancos de dados de terminologias padronizadas e de trechos textuais recorrentes, próprios do discurso no registro tratado, devem abranger: pronomes de tratamentos, nomes de órgãos públicos, rotulações dos projetos, serviços e atividades públicas, como programas ou atividades administrativas gerais, incluindo a tarefa de construção terminológica, para acesso público a bancos de dados terminológicos e de padrões de partes do discurso textual (colocações, locuções e etc). Parte das exposições concentra-se na apresentação de divergências em traduções livres (Tabelas 6 e 7 e Anexos 3 a 5) desses itens textuais, assim como comparações da recorrente expressão de vocabulário derivado do Latim, quando da tradução a partir do português do Brasil, que não resultam em textos fluentes ou compatíveis com países anglófonos ou com os contextos profissionais. Adiante, apontamentos com argumentações de Newmark (2007) e pesquisas de David Crystal (2003) encerram as razões para redução de radicais típicos do português, que não devem permear demasiadamente as traduções. Como resposta inicial a esse problema, a Comissão Europeia dispõe do banco terminológico IATE (*Interactive Terminology for Europe*) – Terminologia Interativa para a Europa. Acerca deste, o artigo publicado no periódico *The Linguist*, apresentado pelo IATE propõe:

[...] Ao traduzir LSP, existe a necessidade de habilidades complementares, [pois] ao ler o texto de partida, o tradutor identifica termos (isto é, palavras ou sintagmas com um significado preciso em dado campo técnico); identifica os conceitos que aqueles termos trazem e reproduz aqueles conceitos no idioma de chegada com o uso de termos equivalentes (em terminologia). Há geralmente, menos variações no vocabulário disponível ao tradutor, uma vez que o termo técnico correto deve ser usado. (*The Linguist*; in *Terminology Coordination*¹⁰; 27 de janeiro, de 2014)

Retomando a utilidade de se recorrer a textos originais em língua inglesa, tem-se que a identificação de dissemelhanças (vocabulário alheio ao latim, ou alheio ao português brasileiro), evidencia que um texto voltado à língua inglesa deve dirimir esses usos demasiados. Com o uso de plataformas de consultas, uma preocupação válida se dá com a fidelidade, a fim de também não adotar falsos cognatos. Portanto, a fidelidade está considerada conforme Vermeer e Reiß, via Schäffner (2009/2011: p. 117) como:

¹⁰ <https://termcoord.eu/2014/01/better-terms-tips-using-iate/> (acessado em: 18/06/2020)

[A] regra [de fidelidade] diz respeito à coerência intertextual entre o texto que é o resultado do ato tradutório (o *translatum*; Vermeer 1989b: 174; o *translat*; Reiß e Vermeer 1991:2) e do texto fonte (em LP – língua de partida); ainda, estipula que alguma relação deva permanecer entre os dois, pois foram atingidos o princípio dominante de **skopos** e a regra de coerência (intratextual).

(Christina Schäffner; 2009/2011: Routledge Encyclopedia of Translation Studies, Second Edition; p. 117)

Além disso, é adequado o paradigma estabelecido pelas normas resultantes de usos habituais entre tradutores, de acordo com Gideon Toury (1995: 55; 2012: 169 a 173) e também, as normas exigidas à prática tradutória profissional, conforme Andrew Chesterman (1993; apud Mona Baker; *Encyclopedia of Translation Studies – Second Edition*; 2011; p. 191), pois a padronização deve seguir as normas da cultura de chegada. Embora Baker (2009/2011) apresente uma crítica que muito contribui às práticas de pesquisas, igualmente ao ensejo de padronizações:

Chesterman (1993) tenta refinar a noção das normas ao estender-se na distinção entre normas profissionais e normas das expectativas. As normas profissionais surgem a partir do comportamento profissional competente e governam os métodos e estratégias aceitáveis do processo tradutológico. Podem ser subdivididas em três grandes tipos: normas de responsabilidades são éticas e demandam padrões profissionais de integridade e integralidade (vide ética); as normas de comunicação são sociais e enfatizam o papel do tradutor como especialista em comunicação; as normas de relações são linguísticas e exigem que o tradutor estabeleça e mantenha uma relação apropriada entre os textos de partida e de chegada, com base em sua compreensão das intenções do autor/escritor, ou encomendador original, o público leitor pretendido e o propósito da tradução (ibid.: 8-9; vide abordagens funcionalistas). As normas de expectativas ‘são estabelecidas pelos utilizadores da tradução, por meio de suas expectativas do que uma tradução (de um dado tipo) deveria ser e o que um texto nativo (de um dado tipo) na língua de chegada, deveria ser’ (ibid.: 9). Ao tentar estabelecer conformidade com as normas de expectativas operantes em uma dada comunidade, o tradutor irá simultaneamente entrar em conformidade à normas profissionais daquela comunidade (ibid.: 10). (Baker: 2009/2011: Routledge Encyclopedia of Translation Studies, Second Edition; pp. 191 e 192)

[...]

Baker (2007, discorrendo em uma obra), critica a teoria das normas mais amplamente por essas darem enfoque em comportamentos repetitivos e abstratos, ao invés da complexidade de escolhas mais concretas, do dia-a-dia. Ao enfatizarmos nossa atenção sobre os comportamentos repetitivos, a autora argumenta, a teoria das normas ‘privilegia fortes padrões de socialização naqueles comportamentos, e dessa forma, tende a encobrir as incontáveis tentativas individuais e em grupos, de atenuarem os padrões dominantes e dogmas políticos e sociais que ainda prevalecem’ (ibid.: 152)

(Baker: 2009/2011: Routledge Encyclopedia of Translation Studies, Second Edition; p. 193)

Algumas dissemelhanças apontadas pela pesquisa estão brevemente singularizadas e um artigo do periódico europeu *The Linguist (Terminology Coordination*¹¹: jan/2014), com a comparação entre “*fraud x swindling x embezzlement x misappropriation*”. As formas concorrentes contidas no artigo devem ser tratadas ao se engendrar uma plataforma de padronizações ou de consultas, pois conforme as normas profissionais de Chesterman (ibid.), observa-se que a ética vinculada às expectativas está fortemente inserida nas atividades de estado. Isso é imperativo porque desprezar as normas poderá comprometer a tradução. Não somente as afirmações iniciais no periódico estão presentes no gênero e registro avaliados, são também as considerações de contexto, inerentes ao registro textual, que implicam, conforme o artigo revela, por exemplo, o questionamento:

“[...] fraude (*fraud*) é o mesmo que trapaça (*swindling*), ou peculato (*embezzlement*) o mesmo que apropriação indevida/sonegação (*misappropriation*)? Se não, qual a diferença entre essas palavras? A expressão *évasion fiscale* significaria sonegação tributária, que é ilegal (‘tax evasion’), ou significa fuga de tributação (‘tax avoidance’), que é ilegal, apesar de talvez apenas moralmente duvidoso? A plataforma IATE não apenas fornece termos e definições, também aponta onde as palavras foram encontradas.”

É evidenciado nesse trecho anterior que a similaridade dos radicais pode se tornar uma perda à comunicação. O artigo prossegue apontando que cada termo e definição deve ter sua referência à sua fonte que levou o tradutor ou terminólogo a incluí-los no banco de dados. Pois, da mesma maneira que a ferramenta de buscas *Google*, o IATE constitui-se uma valiosa ferramenta:

[...] por fornecerem informações que de outra forma seriam muito difíceis de se encontrar, no entanto não necessariamente confiáveis. Deve-se confiar em informações não porque foi encontrada via *Google* ou via IATE, mas sim porque se confia na fonte original. (*The Linguist*; ibid.)

Tendo a plataforma IATE como ferramenta de referência produzida por corpora, cabe ressaltar as aplicações da linguística de corpus para os objetivos desta pesquisa e para os estudos da tradução em geral, sob a forma de CTS – *Corpus-Based Translation Studies*. Conforme Baker (1993), desde o início dos estudos da linguística de corpus os inúmeros ganhos se

¹¹ <https://termcoord.eu/2014/01/better-terms-tips-using-iate/> (acessado em: 18/06/2020)

tornaram factíveis e promissores. Relatam também a atuação de Baker na linguística de corpus as obras *The Routledge Encyclopedia of Translation Technology* (2015), *Text and Technology* (1993), *The Corpus-based Approach: A New Paradigm in Translation Studies* (Sara Laviosa; 1998), *Corpora in Translation* (Zanettin; 2014), *Corpus-based translation studies: Where does it come from? Where is it going?* (Sara Laviosa; 2004).

Para Baker (1993), à época de suas primeiras observações, já havia avanços que realizavam um papel mais direto nas preparações para o trabalho de linguística de corpus. Um desses desenvolvimentos foi a “interrupção do que podia-se chamar de ‘visão semântica’ da relação entre os textos de partida e de chegada.” Por um longo tempo, o discurso na tradução era dominado pela ideia de que o significado, ou mensagens, existiam e deveriam ser transferidas de um texto de origem para textos de chegada. A dicotomia tradicional de traduções palavra-por-palavra ou sentido-por-sentido é um produto desta visão de significado. Mas Baker (1993) afirma que ao mesmo tempo que a noção de equivalência começou a ser reavaliada, ou talvez ainda antes, novas ideias começaram a se desenvolver acerca da natureza do sentido na tradução e que Firth (1968: 91; apud Baker 1993) foi um dos primeiros a declararem que “uma abordagem que conecte estruturas e sistemas de linguagem a estruturas e sistemas no contexto de situação seja ‘mais facilmente relacionada aos problemas de tradução’”. Baker (1993) expõe que igualmente, Hass (1968: 104; apud Baker 1993) destaca que, na prática, a correspondência de significado se volta à correspondência de uso”. Baker concorda com Hass (1968:104) e cita que “‘duas expressões são equivalentes em sentido se e apenas se ‘há uma correspondência entre seus usos’” (Hass; *ibid*). Neste sentido, Baker acredita que “estudos que levem em consideração o contexto e ainda mais, estudos que tentem investigar o uso são, por definição, apenas plausíveis se estiverem disponíveis dados reais e no caso dos usos, se estiverem disponíveis significativas quantidades de dados (Baker 1993; 237).

Segundo Baker (1993), as teorias de normas de Toury (1978) somente são possíveis de concretização via a linguística de corpus. Baker entende que “as normas são uma categoria de análise descritiva e que somente podem ser identificadas por referência com um corpus de textos de partida e de chegada, cujos escrutínios permitiriam registrar as estratégias de tradução” que são repetitivamente adotadas, como preferenciais frente a outras estratégias disponíveis em uma dada cultura ou sistema textual. Segundo a autora, o conceito de normas não norteia o equilíbrio apenas em favor do texto de chegada, mas ainda, presume que o objeto principal de análise nos estudos da tradução não seja uma tradução particular, mas um corpus coerente de textos traduzidos.

No entanto, vale ressaltar a posição de Baker mais direcionada aos universais de tradução, conforme a autora define como propósito:

A tarefa mais importante que aguarda a aplicação de técnicas de corpus nos estudos da tradução, parece-me, que seja o esclarecimento da natureza de textos traduzidos como um evento comunicativo mediado. Para tanto, será necessário desenvolver-se ferramentas que nos possibilitarão identificar características de traduções, isto é, características que tipicamente ocorrem em textos traduzidos, ao invés de expressões originais e que não sejam resultados de interferência de sistemas linguísticos específicos. (Baker; 1993; 243).

Analisando as percepções de Baker, Laviosa (2008) identifica os trabalhos e considerações da iniciativa de Baker, mas prossegue quanto aos dois campos de atuação da linguística de corpus, nos estudos da tradução: DTS (*Descriptive Translation Studies*) e CTS (*Corpus-based Translation Studies*):

Ambos os campos que atuam inquirindo investigam amostragens autênticas de uso da linguagem ao invés de dados linguísticos idealizados ou intuitivos; as regularidades linguísticas são consideradas como normas probabilísticas de comportamento, em contraste a regras prescritivas. Ademais, esses padrões de linguagem são inextricavelmente relacionados a variáveis socioculturais tanto quanto refletem e reproduzem culturas. (Laviosa; *Corpus-based translation studies: Where does it come from? Where is it going?* 2008; p. 08)

Segundo Laviosa (2008) as leis de Toury (ibid) podem ser expostas pragmaticamente via corpus linguísticos, quanto aos resultados obtidos acerca das “relações textuais especiais criadas no texto de partida, tais como colocações criativas, que são frequentemente substituídas por relações convencionais no texto de chegada (tais como colocações habituais ou típicas), que levam à extinção do conjunto original de relações textuais. Para Laviosa (2008), detectar as normas se torna possível e profícuo por meio de corpus linguísticos e seus recursos de software, em concordância com Baker (1993). A única preocupação levantada por Laviosa (2008) está na manipulação dos volumes de dados para os corpora linguísticos, pois é necessário criar e refazer os volumes de documentos, sempre de acordo com os propósitos a serem alcançados, quando a autora inclusive cita a literatura no Brasil. O destaque se dá no trabalho de compilação, que de tempos em tempos deve ser realizado:

É um problema recorrente em CTS, que o profissional deva de tempos em tempos compilar corpora bilíngues e monolíngues. Em um país com o Brasil, por exemplo, onde cerca de 90 por cento de toda a literatura publicada é literatura traduzida, seria problemático projetar um corpus comparável extenso, identitário e equitativo de textos de narrativas, utilizando os mesmos critérios adotados pela criação do Corpus

Comparável de Inglês (ECC - English Comparable Corpus (ECC) (Magalhaes; 2001). (Laviosa; 2008; p. 13)

Demais análises dos potenciais da linguística de corpus também são tratadas por Zanettin (2014), quando o autor aponta que as primeiras aplicações da linguística de corpus à pesquisa em tradução remontam à década de 1980 e que os estudos da tradução baseados em corpus (CTS ou CBTS – *Corpus-Based Translation Studies*) cresceram desde então e posteriormente estabeleceram-se como uma subárea. Na interpretação de Zanettin sobre o trabalho de Laviosa (1998, apud Zanettin; 2014), a autora havia intitulado sua introdução a uma edição do periódico *Meta*, como “A abordagem baseada em corpus: Um novo paradigma nos estudos da tradução” e assim, inúmeras monografias e coleções de volumes publicados veem sendo pautados nesse trabalho de Laviosa (Zanettin; 2014).

Conforme esclarece Zanettin (2014), houve um impacto decisivo na prática tradutória proveniente de corpora, quanto ao trabalho de estudantes de tradução, de profissionais e de usuários de traduções. Para o ensino aos tradutores, as aplicações incluem tanto abordagens experienciais de uso de corpus quanto treinamentos em traduções assistidas por computadores. Zanettin observa que atualmente os tradutores confiam largamente em metodologias assistidas por computadores para realizarem seus trabalhos e que as memórias de tradução, um tipo específico de corpora paralelo dinâmico, são uma ferramenta padrão da atuação profissional. Ademais, segundo Zanettin, as aplicações práticas de corpora na tradução também incluem sistemas de tradução automática por máquina, que milhões de pessoas utilizam em suas vidas cotidianas e esses sistemas alicerçam-se em grande parte nas técnicas de tradução estatísticas por máquina, baseadas em corpus.

Alguns apontamentos de Zanettin (2014) se aplicam diretamente a esta pesquisa, com relação à sua noção de que o estudo das normas de usos (Toury 1995:54-55) pode ser melhor realizado com o emprego da linguística de corpus. Esse ponto de vista de Zanettin é elucidado quando o autor destaca que na década de 1980, uma abordagem descritiva aos estudos da tradução teve início com as metas de investigação da tradução por meio de fatores observáveis em traduções existentes, as quais deveriam ser primariamente vistas no contexto da cultura de chegada, ao invés de relações com seus textos de partida (Zanettin; 2014; p. 4). O autor observa que um conceito chave desenvolvido dentro dessa abordagem descritivista é o das normas, definidas como contextos socioculturais intersubjetivos que regulam o comportamento de tradutores e que se situam entre regras absolutas e idiosincrasias pessoais (Toury; 1995; 54-55, apud. Zanettin; 2014; 04). Para Zanettin, as normas são vistas como aquelas que dão

orientação à atividade de tradução em todos os níveis, e segundo Toury (1995), desde a decisão de se traduzir um texto em primeiro lugar, até a escolha das estratégias implementadas no processo tradutório e que determinam a composição linguística real de uma tradução.

Quanto à linguística de corpus neste contexto, Zanettin prossegue apontando o enlace ideal entre as duas noções e práticas nos estudos da tradução, ressaltando que Toury via que a revelação das normas seria a principal tarefa dos estudos descritivistas da tradução e que seria o passo preliminar para se chegar à formulação de “leis” do comportamento tradutório, definido como “tendências probabilísticas que caracterizam todos os textos traduzidos”. Neste enlace defendido por Zanettin, a linguística de corpus adota uma abordagem empírica aos estudos da linguagem, como os estudos descritivistas da tradução e ambas as áreas de pesquisas possuem interesse na performance, ao invés de competência. Para resumir a realidade da linguística de corpus, Zanettin descreve que sua função básica está em textos reais, em contraste aos processos cognitivos e que os estudos da tradução baseados em corpus semelhantemente se ocupam primariamente com traduções na forma de produtos linguísticos. Em relação à metodologia, Zanettin identifica que a linguística de corpus fornece os recursos e ferramentas que permitem aos pesquisadores investigarem e descobrirem regularidades de comportamentos linguísticos em grandes volumes de textos traduzidos, assim suprimindo as exigências para se fundamentar a pesquisa em tradução em evidências empíricas (Zanettin; 2014; 04).

Zanettin apresenta no artigo intitulado *Corpora in Translation* (2014), que os estudos baseados em corpus usualmente envolvem a comparação de dois (sub) corpora. Os textos traduzidos são comparados tanto com os textos de partida (corpus paralelos) ou com outro (sub) corpus, construído conforme critérios de *design* similares (corpus comparável), na mesma língua ou em outra. Esses corpora, segundo Zanettin, são utilizados para se investigar regularidades de textos traduzidos, de tradutores e regularidades de línguas sob contraste. Em sua ótica, ao elaborar sobre a lei de padronizações de Toury, e sobre outros estudos prévios, Zanettin faz menção a Baker (1993): “propôs uma lista desafiadora de “características universais de tradução” (Zanettin; 2014; p. 05), que consistem em padrões linguísticos recorrentes que distinguem textos traduzidos de textos não traduzidos. Porém, neste trabalho, os universais de tradução de Baker (1993) não estão inseridos nas metas e não se aplicam, pois as normas recorrentes aqui consideradas são aquelas que definem as funções domésticas dos textos por meios de hábitos usuais e amplamente adotados na cultura de chegada. Entretanto, o programa de pesquisa de Baker inspirou vários projetos que se prontificaram a testarem a existência de universais de tradução. Conforme reforça Zanettin (2014; 05), Laviosa investigou

a hipótese de simplificação após elaborar e analisar os corpora: corpus comparável *English Comparable Corpus* (ECC), criado ao serem reunidos o corpus *Translational English Corpus* (TEC), um corpus multilíngue comparável de textos compostos de textos de jornais e de narrativas tradutológicas e um corpus comparável compilado com textos extraídos do Corpus Britânico *British National Corpus* (BNC). Zanettin destaca alguns pontos observados por Laviosa (2008), dentre eles, um que se adequa à presente pesquisa para metas de domesticação: alta proporção de itens lexicais de alta frequência: “*higher proportion of high-frequency lexical items*” (Laviosa 2008a:123). Neste caso, o léxico persistente, mesmo com a atual configuração do vocabulário em inglês com 80% de latim.

Por esta razão, fica mais próxima a evidenciação de que análises de corpora para obtenção de itens lexicais conforme as frequências de usos pode servir para cumprimento das metas de domesticação. Neste sentido, o Anexo 5 contém dois exemplários de um corpus de mais de 1 bilhão de palavras que comprova a existência real de léxico sem latinismos, mesmo com a predominância de 80 % de léxico na língua, de origem latina. Os hábitos tradutórios na União Europeia representam neste trabalho, um norteamento de como as determinações padronizadas não empregam 100% de vocabulário latinizado nas traduções da plataforma IATE ou em documentos da EU (geralmente disponibilizados pelo órgão *Publications Office*). Essas observações estão melhor tratadas no relatório e nos anexos 3 a 5.

Para situar um dos corpora utilizados nesta pesquisa, é válido incluir sua apresentação no site oficial de análises *online*, que também é acompanhada de um resumo dessa natureza de um grande corpus (corpus COCA – *Corpus of Contemporary American English*):

O Corpus de Inglês Americano Contemporâneo – Corpus of Contemporary American English (COCA) é o único corpus extenso com equilíbrio de gêneros, de inglês americano. O corpus COCA é provavelmente o corpus de inglês mais utilizado e está relacionado com muitos outros corpora de inglês que criamos, os quais oferecem mais profundas percepções que são incomparáveis, acerca de variações na língua inglesa. (Disponível em <https://www.english-corpora.org/coca/>)

O corpus contém mais de um bilhão de palavras de textos (mais de 25 milhões de palavras a cada ano de 1990 até 2019), de oito gêneros: inglês falado, ficção, revistas populares, jornais impressos, textos acadêmicos e (com a atualização de março de 2020): televisão e legendas de filmes, blogs e outras páginas da Web. (Disponível em <https://www.english-corpora.org/coca/>)

Dentre as características do corpus, o resumo de apresentação inclui:

[...] A habilidade de se limitar e comparar entre gêneros e períodos é uma vantagem deste corpus. [Inclusive o serviço do corpus COCA destaca que sua diferença está também na] “atenção que ele dá às palavras mais altas (no topo), de 60.000 palavras e a vasta gama de informações para cada palavra, incluindo as informações de frequências, definições, sinônimos, entradas no banco de dados WordNet, assuntos relacionados, concordanciadore, clusters de palavras

(agrupamentos), websites que contêm a palavra com uma “palavra-chave” e linhas de concordância KWIC. Todas essas características tornam o corpus COCA o corpus ideal para pesquisadores, professores e estudantes.

(Documento digital: The COCA corpus (new version released March 2020))

Uma das vantagens reportadas entre teóricos e estudiosos nos estudos da tradução se dá no contexto de treinamentos a estudantes de tradução, como por exemplo, quando Laviosa (1998: *The Corpus-based Approach: A New Paradigm in Translation Studies*) reporta que Bowker, “ainda perante uma perspectiva pedagógica, relata os resultados de um experimento interessante, no qual ela compara duas traduções produzidas por um grupo de treineiros em tradução”. Laviosa descreve o experimento: “Uma tradução foi realizada com o uso de recursos convencionais; a outra com o auxílio de um corpus monolíngue especializado, que foi consultado com o uso de funcionalidades analíticas fornecidas pelas ferramentas *WordSmith Tools*.” O resultado que aqui se equipara para a proposta de padronizações com qualidade e uniformidade, é em semelhança, concernente ao fato de que “as traduções auxiliadas por corpus foram de mais elevada qualidade com respeito à compreensão da área de especialidade, com respeito às escolhas de termos corretos e expressividade idiomática.” Também é identificado por Laviosa que Bowker observou que embora ela não haja encontrado melhoras com relação à gramática e ao registro, o uso do corpus não foi associado a uma menor performance. Essas descobertas experimentais são animadoras e encorajadoras, segundo Laviosa. A autora conclui que outros acadêmicos e pesquisadores serão inspirados a buscarem este novo tipo de trabalho experimental na área aplicada de treinamentos gerais e técnicos.

O cenário profissional conforme visto por Zenettin (2014) é bem recebido por outros autores, inclusive por Laviosa (1998), quando expressa sua aprovação da visão de Zenettin quanto aos laboratórios de treinamentos em tradução, concluindo em seu artigo *The Corpus-based Approach: A New Paradigm in Translation Studies*, que os respectivos trabalhos de Zanettin e de Bowker são de especial interesse para os responsáveis diretamente na área aplicada de treinamentos de tradutores, pois “Zenettin demonstra como pequenos corpora tanto de linguagem geral quanto especializadas podem ser utilizados para construir uma variedade de atividades de sala de aula estruturadas e de enfoque próprio”, destinadas a otimizarem a compreensão dos estudantes dos textos na língua de partida e destinados também a produzirem textos na língua de chegada mais fluentes (Laviosa; 1998; p.05). Neste ponto há convergência nesta pesquisa quanto às noções de idiomaticidade e naturalidade (textos fluentes), que podem

ser atingidas por meio do emprego de corpora. Laviosa defende ainda que não é irrazoável prever que a ideia de Zenettin de se fornecer aos estudantes uma “estação de trabalho para treineiros em tradução” poderá em breve se tornar um acréscimo comum em algumas instituições progressivas e mais tecnologicamente avançadas (Laviosa; 1998; p. 05).

Da forma como Laviosa (1998), reconhece as observações de Zanettin acerca dos recursos para treinamentos, igualmente, as análises da realidade do tradutor profissional conforme Zenettin revelam que as novas práticas tecnológicas elevam as qualidades e eficiências do traduzir (após o autor descrever o cenário ideal para treinamentos em tradução). Segundo as observações de Zenettin, na seção Corpora na profissão de tradução (*Corpora in the translation profession*), do artigo *Corpora in Translation* (Zanettin; 2014) é este o cenário:

A maioria dos tradutores – tanto free-lance quanto contratados em uma agência de traduções, e independentemente se estejam traduzindo manuais técnicos, publicidades ou romances – fazem uso de computadores. As traduções são produzidas em forma de textos eletrônicos, enquanto os textos de partida são também geralmente disponibilizados naquele formato. Dessa forma, muito do trabalho em tradução é realizado em um ambiente assistido por computadores (CAT), os quais podem variar desde um desktop padrão equipado com software de processamento de textos e um navegador, até uma estação de trabalho de traduções completa que consiste de uma pluralidade de ferramentas especialmente desenvolvidas para tradutores de textos técnicos e localizadores (localizers). As empresas de traduções organizam seus fluxos de trabalhos em torno de sistemas de gerenciamentos de projetos que distribuem as tarefas de tradução, as memórias e terminologias para e entre os tradutores individuais. (Zanettin; 2014; p 13).

À medida que Zanettin retrata o ambiente profissional com as soluções tecnológicas, o autor faz menção a memórias de tradução, que segundo Zanettin “é certamente a ferramenta que mais vem contribuindo para a mudança da forma como a profissão é executada e para criar um novo perfil de trabalho que envolve competências específicas e conhecimentos.” Quanto a sua posição sobre o papel e a natureza das memórias de tradução, Zanettin expõe que “o conceito por trás dos softwares de memórias de tradução, que podem variar desde pacotes de software comerciais sofisticados até aplicações básicas em software *freeware*, se dá na possibilidade de se “reutilizar segmentos de traduções anteriores, assim economizando tempo e elevando a acurácia e produtividade” (Zanettin; 2014; p 13). O autor comenta ainda que logo após a aquisição de um sistema de memória de tradução, essa é uma cápsula vazia que é preenchida com uma memória crescente e dinâmica conforme os tradutores forem salvando suas traduções juntas com os textos de partida em segmentos pareados, que são denominados unidades de tradução (*translation units* - TUs). O autor destaca que com o tempo, o banco de dados da memória de tradução se torna uma espécie de corpus paralelo e quando uma nova

frase a ser traduzida faz associação com um segmento já traduzido, o sistema traz a tradução anterior.

Além de apresentar como é feito o real uso das memórias de tradução, Zanettin defende ainda que sistemas de memórias de tradução, também, comumente incluem um sistema de gerenciamento de terminologia que os tradutores podem utilizar para procurarem termos individuais, que aparecem em um segmento anterior ainda não traduzido. O autor também relembra Bowker e expõe que segundo Bowker (2011, apud Zanettin; 2014) os “sistemas de gerenciamento de terminologias pessoais já amplamente substituíram bancos de dados institucionais na prática terminográfica e que os corpora mudaram a maneira como entradas terminológicas são compiladas e utilizadas” (Zanettin; 2014; p. 14).

Além da União Europeia adotar o uso de memórias de tradução, sob amparo institucional, as memórias de tradução culminam geralmente na base de referência denominada IATE. O portal IATE contém, desde os nomes das instituições públicas nos 24 idiomas traduzidos, até projetos e programas de cada autoridade pertencente à União Europeia, como também novas nomenclaturas atuais de negócios e das autoridades. Ainda em maior detalhe, a apresentação do portal IATE diz:

A Terminologia Interativa para a Europa (*Interactive Terminology for Europe*) é o banco de dados terminológico da UE. O IATE vem sendo usado nas instituições da UE e agências desde junho de 2004 para a coleta, disseminação e gestão de terminologias específicas da UE. O projeto foi inaugurado em 1999 com o objetivo principal de prover uma infraestrutura baseada na Web para todos os recursos de terminologias na União Europeia, melhorando a disponibilidade e padronização das informações. (<https://iate.europa.eu/home>)

Há, não obstante, outras instituições europeias participantes dos processos padronizadores de traduções, a citar a Direção-Geral da Tradução¹² (*Directorate-General for Translation*), que “traduz textos escritos para todas as línguas oficiais da EU para a Comissão Europeia. Assiste e melhora na diversidade de línguas dentro da EU e auxilia a trazer a políticas de ação da União Europeia para mais perto dos cidadãos, portanto elevando a legitimidade, transparência e eficiência da UE.” Dentre as atribuições deste órgão estão:

- Traduzir leis, documentos das políticas de ação, correspondências e outros textos redigidos por ou para a Comissão Europeia;
- Auxiliar a Comissão na comunicação com o público em todas as línguas oficiais da UE;

¹² <https://www.eumonitor.eu/9353000/1/j9vvik7m1c3gyxp/vh77m0u213x1> (acessado em: 18/06/2020)

- Realizar edições em documentos originais esboçados por autores da Comissão, que dia a dia redigem em línguas que não são as suas;
- Aconselhar outros departamentos da Comissão quanto a questões linguísticas e quanto ao gerenciamento de *websites* multilíngues.

Outras plataformas são destinadas à tradução jurídica na UE e às diretrizes e recomendações desde redacionais até de software especializados (por ex.: “*LegisWrite*¹³” é uma ferramenta para a criação, revisão e trocas entre as instituições, de documentos oficiais, tanto de natureza jurídica, quanto não jurídica). Em virtude de constantes demandas de traduções governamentais, orientadas a propósitos entre nações estrangeiras, ou entre particulares e estatais que envolvem idiomas distintos, é perene a atuação de tradutores em assuntos e ações públicas. Isto é, nas formulações e produções tradutórias de textos e em mídias nas quais se inserem atos e interesses públicos. Por esta razão, foi tomada a decisão de se avaliar a natureza de traduções documentárias e comunicativas entre governos, com os documentos exemplificadores: (a) “*Oversight Activities in 2017*”; (b) “*Big Data Analytics in Motor and Health Insurance – A thematic review*” e (c) *New EU-Mercosur trade agreement: The agreement in principle*. (Vide anexos 3-5)

Nas intenções de padronizações, um primeiro passo aponta para os ensaios de Friedrich Schleiermacher e das normas. A priori, em Schleiermacher (1813/2004; ‘*On the different methods of translating*’, in L. Venuti (ed.) (2004); pp. 43–63)), como primeiras considerações, adota-se que:

[...] se possa produzir em outra língua, uma réplica de uma obra [...] que em suas partes individuais correspondam perfeitamente às partes individuais do original, porém, mesmo se tendo as diferenças entre línguas, ainda se teria seu efeito aproximado ao original. (Schleiermacher; 2004/2012; 48).

No entanto, Schleiermacher (ibid.) também expõe que frente a ocasiões de impossibilidades do traduzir, há dois métodos: **paráfrase e imitação**. Nisso, Schleiermacher aponta que a paráfrase “pode talvez reproduzir o conteúdo de um trabalho com alguma acurácia, mas a impressão deixada pelo trabalho pode ser dispensada por completo” (ibid.), pois “fica evidente que todas essas palavras não poderiam ter saído originalmente de uma mente humana” (ibid.). Assim sendo, buscarei expor como as normas e convenções podem ser beneficiadas por propostas teóricas para solução dessa questão. Essas, complementadas por conceituações da

¹³ Interinstitutional Style Guide, EU Publications Office (p. 18)

tradução idiomática de Brian Mossop (1988; p. 66) e “comunicativa vs. Semântica” (Peter Newmark; 2007; p. 110):

Minha própria abordagem também foi dualista ao aplicar traduções “semânticas” (orientadas pelo texto de partida) a textos muito definitivos e literários [muito definitivos: políticos, científicos, filosóficos ou jurídicos], e “comunicativos” (orientados pela língua de chegada) a textos gerais não literários e técnicos. (Peter Newmark; 2007; p. 110)

Contudo, haja vista que há tantas discordâncias quanto à teoria de tradução, particularmente no novo cenário que descrevi, entendo que seja necessário reconsiderar seus propósitos, a fim de enumerar os fatores que estão ausentes na teoria da tradução como essa existe atualmente; e então propor uma nova teoria, ou talvez, uma “retórica”, a qual seja uma concatenação ou uma rede de teorias de tradução e do traduzir. (Newmark; 2007; p. 110)

Os ensaios teóricos elencados, combinados e suplementados, nesta pesquisa, se dão de acordo com as noções de Newmark (*ibid.*), em alusão à sua afirmação de uma retórica “a qual seja uma concatenação ou uma rede de teorias de tradução e do traduzir” (que o autor definiu para os estudos da tradução, e aqui, para a pesquisa em padronizações). Ainda, das definições de teorias prioritárias, não são prescindíveis das observações de Venuti (*ibid.*), Scheiermacher (preservação cultural; *ibid.*) e de Antoine Berman (2012); neste último, pelas distorções e corruptelas subsequentes do ato tradutório, denominadas por Berman como tendências deformadoras. Cabe sob esses aspectos, a condução de *briefings* que determinem se ocorrerá “apagamento” ou “invisibilidade” do tradutor (Venuti; 1995), ou deformações, diante de marcas culturais ou valores hegemônicos assim considerados.

Um aspecto das traduções governamentais pode fazer-se presente tal como nas descrições de Venuti (1995/1999; p. 126/2008), quanto à sua noção de fluência na tradução, por apagar o autor original, e isto se mostra na representatividade natural de cultura de origem, ou seja, pode ser observado quanto às marcas contextuais e culturais. Neste sentido, Venuti (*ibid.*) argumenta acerca de “valores culturais e políticos” que atualmente não prevalecem no contexto de domesticação – incluindo aqueles valores em sintonia com os quais a cultura estrangeira está representada (*ibid.*). Em sua visão, o estranhamento ou marcas do estrangeiro devam estar preservadas e respeitadas (Venuti; 1999; *Introduction*). Nesta fase de suas exposições, Venuti revela sua visão de que “para possibilitar que o texto estrangeiro atinja um público em massa, as traduções de classificação *best-seller* devem ser inteligíveis conforme várias identidades domésticas, que foram construídas pela cultura estrangeira, frequentemente estereótipos que permitem fácil reconhecimento (*ibid.*; p. 127), porém apenas no segmento literário, que não concerne a esta pesquisa. Sob Venuti, é comunicada uma questão que suscita debate e

possivelmente está inserida em muitos debates, quanto a padronizações com domesticação, em um pequeno trecho de seu livro *The Scandals of Translation* (1999): “Ainda, como pode alguma marca estrangeira ser registrada em uma tradução, senão por meio de outra língua – por meio do gosto de um outro tempo e de um outro país?” (Venuti; 1999; p. 05).

Partindo da observância de culturas distintas e empregando uma meta de propósitos (*skopos*) a serem alcançados, com menor perda de marcas culturais (Venuti; *ibid.* e Berman; 2012), o tema tão efêmero de padronizações apresenta-se plausível por meio de devida aplicação das teorias aqui elencadas, incluindo-se linhas teóricas de Newmark, de “uma concatenação ou uma rede de teorias de tradução” (*ibid.*), somada às particularidades a serem solucionadas nas questões de gêneros e registros, para o *skopos* pré-definido. Também, isso exige um modelo, no Brasil, que priorize mais alternativas aos latinismos e que busque as traduções “idiomáticas” (Brian Mossop; *ibid.*; Munday: 2009: pp. 121; 126/2008: 31 e 32)) com menor efeito de estranhamento no produto resultante, se considerados o registro e o gênero na língua de chegada. Com relação ao estranhamento, vale ressaltar o conceito de linguagem natural na tradução, apontada por Newmark:

Naturalidade pode ser facilmente definida, porém não tão facilmente tê-la por concreto. O uso natural compreende uma variedade de expressões idiomáticas ou estilos, ou registros, determinados primariamente pela situação do texto, i.e. onde ele é geralmente publicado ou geralmente encontrado, em segundo, determinado pelo autor, assunto e público leitor, todas essas são usualmente dependentes da situação particular. [...] (Newmark; 1988; p. 26)

O uso natural, então, deve ser distinguido da “linguagem comum”, linguagem simples e não técnica usada por filósofos e por Oxford (para explicações filosóficas) e na língua básica, que está em algum lugar entre o formal e informal, que é facilmente compreendida e construída a partir das estruturas sintáticas e palavras mais frequentemente usadas de uma língua – linguagem básica é o núcleo de uma língua produzida naturalmente. (Newmark; 1988; p. 26)

Para questionar se há um tom natural de um texto resultante de tradução para propósitos comunicativos, Newmark comenta que “a naturalidade é essencial”, por isso “não é possível traduzir apropriadamente se a LC – língua de chegada não é de uso habitual” do tradutor. Newmark prossegue com recomendações quanto a essa avaliação:

[...] Você encontraria isso em situação real, seria possível ver isso, no *The Times*, no *The Economist*, no *British Medical Journal*, também na forma de um aviso, atrás de um tabuleiro de jogos, em um dispositivo, livro texto, ou livro infantil?” Faz parte do uso real, é comum naquela tipologia de escrita? Qual a frequência de usos disso? Não se pergunte: isso é inglês? Há mais inglês do que os patriotas, puritanos e chauvinistas possam saber. (Newmark; 1988; p. 26)

Conforme o autor (ibid.) questiona sobre a tipologia, adotar aqui a definição apresentada por Hatim (Translation Studies; 2009; p. 40) e em acordo com muitas visões teóricas de tipologias textuais (por ex.: Trosborg; 1997), uma definição de tipologia que seja orientada em torno da teoria *skopos* permite até mesmo complementar a avaliação da fase de *briefing* do *skopos*. Com a identificação de registro, considera-se na pesquisa também sua origem, que Hatim delinea como fundamental:

[...] debates quanto ao “propósito”, em estudos recentes de tradução [...] vem se concentrando na noção de propósito da tradução, para entrega conforme estipulado pela comissão organizadora de tradução. Porém, de acordo como Reiss antecipou há muitos anos, este tipo de *skopos* é apenas um elemento na configuração de propósitos, dentro do processo de tradução e interpretação.

A fim de identificar os potenciais propósitos, devemos invocar critérios retóricos, funcionais e tradutórios e relacioná-los (também a variedade de propósitos que deles emanam) a tais categorias como “contexto de situação”, “contexto cultural”, “objetivos retóricos” e assim por diante. Esse movimento resultou no surgimento da noção de uma tipologia textual, originalmente destinada, por Reiss, a um conjunto de diretrizes para o tradutor prático. (Hatim; Translation Studies; 2009; p. 40)

Até mesmo as noções oferecidas por Reiss (1971/2000; apud Hatim (2009; p. 40) acerca de tipologias textuais, no total de somente três tipos básicos poderia conferir maior garantia ao trabalho com *skopos*, com a devida execução do *briefing* e tendo-se em uso as categorias suscitadas por Reiss (*Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained*; 2014; p. 182): “contexto de situação”, “contexto cultural”, “objetivos retóricos” e etc. Entretanto, muitas outras formas foram apresentadas para se definir registros e gêneros e não existe consenso, conforme comenta Trosborg (1997: pp. 1; 4 e 5):

Esta popularidade não significa, no entanto, que exista um consenso geral sobre o significado do termo [gênero/registo]. Inúmeras perguntas estão prevalecendo. Como os gêneros se relacionam com o registro e tipos textuais? Como um gênero deve ser identificado e distinguido de outros gêneros? Os critérios para definição são internos, ou a classificação é baseada em critérios externos, ou ambos? Precisamos de sistemas de uni-critério ou de multicritérios? Quais são as características de gêneros específicos? Essas características diferem entre culturas e se sim, de quais maneiras? Além disso, nosso conhecimento de gêneros específicos ainda deixa muito a desejar. Trosborg (1997: pp. 1; 4 e 5)

Não obstante, Trosborg (1997) insiste em cunhar suas definições e opiniões quanto a gênero e registro em seu estudo *Text Typology: Register, Genre and Text Type* (1997). Dentre suas significantes contribuições concernentes à tipologia, a autora reconhece a importância de se definir gêneros textuais e registros ante a ação tradutória, inclusive apontando o aspecto de

“variação funcional da linguagem” (ibid.; p. 02). Com relação a suas definições, Trosborg expõe:

Gêneros são as categorias de textos espontaneamente distinguidas por falantes amadurecidos de uma língua, e até mesmo podemos fazer menção a uma “tipologia popular” de gêneros. Textos utilizados em uma situação particular para um propósito particular podem ser classificados [...] como: guias de usuários, rimas infantis, poemas, cartas de negócios, artigos jornalísticos, novelas de rádio, anúncios publicitários, etc. Tais categorias são tidas como gêneros. (Trosborg; 1997; p. 04).

Registro, como uma variação funcional de linguagem, é uma “categoria contextual correlacionando agrupamentos de características linguísticas com recorrentes traços situacionais” (Gregory e Carroll 1978: 4). Subcódigos de uma linguagem em particular foram distinguidos com base na frequência de características léxico-gramaticais de uma variedade em especial de texto (vide, por ex, Crystal e Davy 1969, Gregory e Carroll 1978). Estudos sobre as frequências de propriedades sintáticas (vide, por ex., Barber 1962, Crystal e Davy 1969, Gustaffsson 1975) fornecem evidências empíricas que confirmam afirmações intuitivas e impressionísticas acerca de altas/baixas frequências de certas características sintáticas em diversas variedades de linguagem. (Trosborg; 1997; *Introduction*: p. 03).

Em sua conclusão daquele estudo, Trosborg argumenta que compreender os gêneros de comunicações escritas em alguma área de especialidade é essencial para o sucesso profissional (ibid.; p. 08). A presente pesquisa busca responder à indagação de Trosborg (ibid.), acerca de “dessas características que podem diferir entre culturas e se sim, de quais maneiras”. Sua justificativa se dá por razão de que “a função do gênero deve ser compreendida a partir da perspectiva do criador do texto/tradutor, que deve apoiar-se no conhecimento de registro e gênero para o eficiente cumprimento do trabalho”, pois concordando com Couture (1986: 82; apud Trosborg; 1997), a autora apresenta distinções práticas, tais como aquela em que o “gênero especifica condições para se começar, estruturar e terminar um texto, enquanto que o registros ‘impõem restrições no aspecto linguístico de vocabulário e sintaxe’”. Até o atual panorama dos estudos em registros e gêneros, como apontado por Trosborg, as postulações ainda produzem pouco consenso, mesmo tendo ela adotado uma visão particular.

Este trabalho tem dentre os objetivos pragmáticos e um dos específicos, utilizar um pequeno corpus para observar os caminhos empíricos para a domesticação isenta de predominantes latinismos (vide relatório e anexos 3 a 5). Assim, foi identificada a visão de Trosborg de que “registro, como uma variação funcional da linguagem é uma categoria contextual correlacionando agrupamentos de características linguísticas com características recorrentes específicas” (com destaque para o fato de serem “características recorrentes”, avaliadas aqui como normas); que ela adotou de Gregory e Carroll (1978: 4).

Finalizando a análise do que permite a domesticação na tradução de versão, no par inglês-português (partindo do português para inglês; porém também para português, como língua de chegada, para o contraste e coletas desta pesquisa), pode-se levar em consideração alguns aspectos de vantagens linguísticas da língua inglesa, uma vez que a meta exige uma primeira análise para demonstrar a natureza da língua inglesa, com menos latinismos. Isso é então equiparável às normas tradutórias mais difusas. Diversas características adicionais, fora os radicais do português brasileiro, são apresentadas conforme Peter Newmark, em seu texto *A New Theory of Translation* (2007; p.p. 102 e 103), seletivamente escolhidas:

1. seu monossilabismo, que otimiza sua concisão e sua qualidade enfática. suas mudanças de classes de palavras de monossílabas; por ex.: to round, the round,
2. round the corner, a round run, turn round – que com frequência reforçam a força de um verbo ao convertê-lo em um substantivo (por ex.: it's a con, a read, a let down).
3. seus verbos frasais, às vezes convertidos em sintagmas nominais – phrasal nouns (a “run down”) e por vezes adjetivos “run down”); estes são frequentemente tanto metafóricos quanto físicos, em paralelo de mente e corpo e, portanto, com frequência muito polissêmicos e às vezes sutilmente ambíguos.
4. Seu enorme e exclusivo vocabulário, combinando em princípio, o componente greco-latino intelectual, com as palavras anglo-saxônicas monossilábicas, em princípio.
5. Sua natureza “porosa” devido ao fato de que, diferentemente de muitas outras línguas, seu contato com a maioria das línguas sofre resistência rara, exceto pelo período do século XVIII, dessa forma, o que assegura em princípio que apenas as mais adequadas palavras sobreviveram. Apesar de muitas lindas palavras não terem sobrevivido.
6. Contribuições de Shakespeare, incluindo cerca de 1.700 neologismos que ele criou e sobretudo, todos as expressões idiomáticas semi-*proverbais* de grande influência que são utilizadas. Há aproximadamente 1.200 citações no dicionário *Chambers Dictionary of Quotations*, que podem ser consideradas como palavras “chaves” (relevantes) na língua. Sua introdução de novos sentidos para palavras existentes e sua introdução de léxico do latim e do francês também é notável. [O autor agradece à David Crystal pela primeira estatística].

O único item que apresenta dúvida quanto à adequação à tradução de domesticação é o item que se segue, do modelo linguístico proposto por Newmark (2007; p.p. 102 e 103), devido à escassa clareza ou contextualização do que o autor identifica como “versões usuais”:

7. A variação não cultural, não correlacional, desapegada de uma única cultura, serve como uma língua franca auxiliar, que é mais prontamente traduzível que as versões usuais tão longas e idiomáticas.

As análises de amostragens dos textos apontadas neste trabalho demonstram quando a paráfrase se mostra tecnicamente viável e quando a imitação compromete a ponto de literalidade. Isso por sua vez aponta processos que exigiriam uma terceira tomada de decisão, segundo Schleiermacher: “Na minha opinião, existem apenas duas possibilidades. Ou o tradutor deixa o autor em paz o máximo possível e desloca o leitor para ele; ou ele/a deixa o leitor em paz ao máximo e desloca o escritor a ele.” A partir deste viés, expondo como apoio teórico à pragmática com os textos aqui tratados, é demonstrado que a imitação e a terceira estratégia são

candidatas recorrentes para o gênero, à medida que se adote a teoria de *skopos*, para que se priorize as “intenções” comunicadas nos textos, inseridas em normas de tradução (Toury; 1995: 55; 2012: 169 a 173) e em teorias de traduções “profissionais” de autoria de Andrew Chesterman, sob suas normas (1993; 171-176).

Conforme sintetiza Munday (2009), os argumentos de Toury foram mais orientados na saída do prescritivo (“X deve ser traduzido como Y”) para enfaticamente o descritivo (“no texto A, produzido sob condições e restrições B, X é traduzido como Y”). Ainda pertinente aos hábitos constatados em produtos textuais traduzidos, é identificado o trabalho de Toury como apontamento de uma solução produtiva e eficaz, pois de acordo com Munday (2009; p. 11): “o conceito central é de normas que operam no processo tradutório, a partir da seleção de textos para as escolhas textuais. Normas estão vinculadas a ‘regularidades de comportamentos’ (Toury 1995: 55; 2012: 169 e 170)”, ressaltando-se, os comentários de Munday (2009; pp. 10 e 11) sobre a postulação teórica descritivista (ibid.):

[...] portanto, a escola descritivista é direcionada à observação do comportamento tradutório em um corpus de textos traduzidos, utilizando-se uma metodologia replicável que permite que generalizações sejam feitas. Estas generalizações podem, com maior investigação, levar à formulação de “leis” probabilísticas de tradução que remete a ideia de universais de tradução.
(Munday: 2009; pp. 10 e 11)

A despeito das apresentações iniciais das teorias de primeira etapa, destacam-se as descobertas de Kaisa Koskinen (2008; 981 apud Chesterman; 2013), pois revelaram que entre tradutores entrevistados após os treinamentos com teorias, na União Europeia, comumente podem não fazer pleno usufruto dos treinamentos. Isso caracteriza perdas dos treinamentos, haja vista que:

[...] produz frustração e a necessidade de se reverter a aprendizagem que foi feita. Um exemplo disto está documentado no estudo de Koskinen, de traduções da EU (2008:98f; apud Chesterman; 2013), que demonstra que tradutores da UE treinados, acham seus ambientes de trabalho em Bruxelas e Luxemburgo, em algumas situações, de tal forma que seus treinamentos prescritivos em teorias orientadas aos objetivos devem ser abandonados. Durante entrevistas de grupos de especificidades com tradutores sobre o tema, as respostas que observa Koskinen variam desde expressões de frustrações até motivos de risos espontâneos, pois os tradutores lembravam que suas experiências de tentarem aplicar o que tinham aprendido para tarefas tradutórias, não se relacionavam às suposições dadas em seus treinamentos. Como uma tradutora da UE, [a autora] argumenta, às vezes o profissional evidentemente tem que esquecer sobre a importância de considerar o *skopos*, tem que esquecer da importância de se considerar um especialista em comunicação, das definições voltadas ao público receptor, de ter como opção um [*briefing*] cuidadoso e assim por diante. (Koskinen 2008; 981 apud Chesterman; 2013; p. 84)

Conforme Chesterman (ibid.) revela com base nas entrevistas e estudos de Koskinen, é válido ressaltar que “a realidade das traduções na UE inclui o fato de que alguns textos são traduzidos meramente porque, por razões legais, simplesmente têm que existir em todas as línguas oficiais, não porque serão realmente lidos por alguém” e não serão, em verdade alguma, “instâncias de comunicação”. (Chesterman; 2013; p. 84)

Fica aparente que as padronizações, no sentido empírico cotidiano das traduções na EU, não permitem que sejam referência inquestionável, a partir das conclusões de Koskinen (ibid.) e de Chesterman (ibid.). No entanto, a infraestrutura definida e aperfeiçoada nas ferramentas digitais para consultas e produtividade perfazem a experiência, à medida que empregam linguística de corpus e glossários padronizados, como também as equipes de especialistas que criam todo o conteúdo digital disponível para o profissional. Igualmente, o aproveitamento é plausível com a iniciativa do governo canadense, por meio da plataforma *Termium Plus*¹⁴ ®.

Dentre os especialistas atuantes na empresa terminológica e de bancos de dados legais e jurídicos, na União Europeia, estão aqueles do objetivo 2.1 (iv): “grupos linguísticos [que] são constituídos por representantes das diferentes entidades linguísticas das instituições: juristas e/ou linguistas, tradutores, terminólogos, revisores de provas, etc.” (grifos meus).

N. B.: Apresentação no portal canadense *Termium Plus*®:

[...] Um dos bancos de dados mais amplos para terminologia e linguística do mundo, o *Termium Plus* oferta acesso a milhões de termos em inglês, francês, espanhol e português. Pode-se encontrar termos, abreviações, definições e exemplários de usos sobre uma abrangente variedade de áreas especializadas. O banco de dados consiste em uma ferramenta essencial para a compreensão de algum acrônimo, para a verificação de algum título oficial, localização de algum equivalente em outro idioma e muito mais. (grifos meus; acesso em 03/10/2020).

Retomando o enfrentamento à questão das decisões com modelos ou estratégias, uma contextualização apresentada por Venuti (1999; p. 03) posiciona as produções tradutórias em quanto à prática e seus limites dos processos, argumentando que, “as traduções são produzidas por muitas razões, sejam literárias e comerciais, pedagógicas e técnicas, publicitárias [ou] diplomáticas.”. Acerca da limitação geral observada por Venuti:

Ademais, nenhum tradutor ou instituição ao iniciar uma tradução pode esperar ter controle ou até mesmo ficar ciente de cada condição de sua produção. E nenhum agente de uma tradução

¹⁴ <https://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng>

Apresentação no portal *Termium Plus*®: um dos bancos de dados mais amplos em terminologia e linguística do mundo, o *Termium Plus* oferta acesso a milhões de termos em inglês, francês, espanhol e português. Pode-se encontrar termos, abreviações, definições e exemplários de usos sobre uma abrangente variedade de áreas especializadas. [...]. (grifos meus; acesso em 03/10/2020).

pode esperar antecipar cada consequência dela, os usos aos quais ela será colocada, os interesses atingidos, [ou] os valores que ela possa vir a envolver. No entanto, são essas condições e consequências que oferecem as mais decisivas razões para o discernimento, entre os riscos envolvidos no traduzir e na recepção das traduções. (Venuti; 1999; p. 03)

Com a premissa de que as consequências do processo ou do produto tradutório não poderem ser antecipadas, fica mais evidente que a teoria de *skopos* pode, *de facto*, ser significativa na antecipação, por meio do *briefing*. Em linhas gerais, os registros textuais presentes em traduções na UE incluem os tipos de documentos e assuntos como nas tabelas (1) – tipos de documentos e (2) – especialidades. Essas tipologias ocorrem no cenário brasileiro também, mas a padronização na União Europeia se dá nos termos da citação a seguir:

Tabela 1: documentos

Textos legislativos	Discursos
Degrações de áudio	<i>Briefings</i> (P.S.: nas administrações governamentais)
Notas dirigidas à imprensa	Acordos internacionais
Declarações de políticas	Respostas escritas e faladas de assuntos parlamentares
Estudos técnicos	Relatórios financeiros
Minutas	Questões administrativas internas
Informações para equipes	<i>Scripts</i> e legendas para filmes e outros materiais de divulgações
Correspondências com ministérios, empresas, grupos interessados e indivíduos	Todos os tipos de páginas de Web e publicações para tomadores de decisão e para o público em geral.

Como funcionam as traduções do DG – *Directorate General (Directorate-General for Translation¹⁵)*: os (as) tradutores(as) precisam ser capazes de identificarem o registro correto para cada tipo de tradução, assim como ter domínio perfeito da língua de chegada; precisam ser flexíveis e fazer análises válidas e ter competência de compreensão de assuntos complexos. Dentro dos departamentos linguísticos, tradutores individuais se especializam em assuntos específicos. (*Translation and multilingualism; European Commission; 2014; p. 05*)

Tabela 2: especialidades

Relações exteriores	Sociedade da informação e mídia
Assuntos trabalhistas e sociais	Agricultura
Educação, cultura e juventude	Justiça e direitos do cidadão
Mercados e serviços internos	Políticas regionais
Recursos energéticos e naturais	Estatísticas
Assuntos marítimos e pesca	Tributação e alfândega
Pesquisa, ciência e tecnologia	Meio ambiente
Saúde e proteção ao consumidor	Empreendedorismo
Negócios e comércio	Transporte
Administração	Competitividade
Assuntos econômicos e financeiros	

¹⁵ Direção-Geral da Tradução do Parlamento Europeu

Sob a direção do Diretório Geral – DG: *Directorate-General for Translation*, o trabalho em traduções na UE adota “[a execução] de campanhas para se promover a escrita clara e concisa, na Comissão Europeia. Os editores também realizam cursos de escrita para inteligibilidade clara, para colegas em outros departamentos da “Comissão”, ou para Diretórios Gerais”; ainda, “há premiações anuais exemplificadoras de destaque em trabalhos com escritas de qualidade” (*Translation and multilingualism; European Commission; 2014; p.06*)

A relevância do banco de dados terminológico e linguístico IATE é demonstrada na capacidade que possui: “combina dados terminológicos de todas as instituições e de todos os organismos da União Europeia, contendo aproximadamente 8,7 milhões de termos e 500.000 abreviaturas”, mas também, porque o conteúdo do banco de dados é criado e atualizado por tradutores e terminólogos de todas as instituições na UE. A plataforma contém “terminologia de todos os campos de atividade das instituições da UE (*Translation and multilingualism; European Commission; 2014; p. 13*)

Na opinião do Serviços de Publicações, “[um] pré-requisito fundamental para uma boa tradução é um texto original bem escrito. Documentos claros, concisos e de elevada qualidade são essenciais a qualquer administração pública, [...]”. Adotando esta mesma premissa, as produções em traduções brasileiras podem ter por aproveitamento o exemplo europeu, à medida que se disponibilize pesquisas por conteúdos de qualidade para uniformização das comunicações via traduções.

A realidade das traduções institucionais de estado no Brasil se assemelha muito à pragmática europeia, uma vez que os itens nas tabelas 1 e 2 idealmente têm correlação com as atividades administrativas nacionais. Em função das exigências atribuídas aos tradutores europeus serem igualmente relevantes no contexto brasileiro, nota-se que as teorias de *skopos* somadas à teoria de Chesterman de *expectancy norms*, *professional norms* e somadas às noções discutidas por Toury (2012: 168; 169 a 173 e 175), incluindo os argumentos de Vermeer e Reiss (2013; p. 27), tem-se uma proposição pragmática, para enfrentamento a uma padronização. Isso porque as tipologias sempre contêm registros como nas normas e o propósito será corresponder aos registros, ao máximo possível.

Inicialmente, a teoria *skopos* contém destaque no cenário de tradução, com suas metas e propósitos, perante a visão de que “qualquer forma de ato tradutório, incluindo portanto, a tradução propriamente, pode ser concebida com uma ação, como implica o nome. Qualquer ação, ou ato, tem uma meta, um propósito.” (Hans J. Vermeer; *Skopos and Commission in Translational Action; 1989; traduzido por Andrew Chesterman: 2012; p.p. 191 e 192*). A partir de suas proposições para o *skopos* de tradução, Vermeer em 1986, afirma que “[o propósito] é

parte da própria definição de uma ação” e no texto de 1989, traduzido por Andrew Chesterman (ibid.), ele acrescenta que “a palavra *skopos* é um termo técnico para a meta ou propósito de uma tradução. Um propósito inicial e *ipso facto*, conforme descrito pela UE como “pré-requisito fundamental [a uma administração pública]: documentos claros, concisos e de elevada qualidade [que] são essenciais a qualquer administração pública”.

Ademais, na teoria de Vermeer e Reiss: uma ação leva a um resultado, uma nova situação ou evento, e possivelmente, a um ‘novo’ objeto”. Portanto, adotando as perspectivas funcionalistas de *skopos*, o ato tradutório é visto como uma “ação tradutória que conduz a um ‘texto de chegada’ (não necessariamente um que seja verbal); o tradutório conduz a um *translatum* (isto é, o texto traduzido resultante), como uma variedade particular de texto de chegada” (Vermeer; 1989; *The Translation Studies Reader; Third Edition* 2012; p. 191).

O aspecto pragmático do *skopos* está definido nos termos em que a comissão de uma tradução se dê a partir da definição do “propósito de qualquer ato tradutório e o modo em que será executado, [sendo] negociados com o cliente que solicita o serviço. Uma especificação precisa da meta e modo é essencial ao tradutor” (Vermeer e Reiss; ibid.).

Por definição, o conceito remonta ao grego e se dá como: propósito, meta, objetivo (Hatim; (*The Routledge Companion to Translation Studies – Revised Edition*; 2009; p. 39). Em sua explanação prática, Vermeer expõe que “isto é claramente uma verdade análoga de *translation proper* [as relações da tradução]: o *skopos* e modo de execução devem ser adequadamente definidos para que o tradutor do texto cumpra sua tarefa com eficácia.” (Vermeer; 1989; p.p. 191 e 192). Vermeer prossegue ao identificar o tradutor como responsável pelo desempenho da tarefa comissionada, pelo *translatum* final (ibid.), nos termos em que:

Até onde o *skopos* [propósito] devidamente especificado esteja definido a partir do ponto de vista do tradutor, o texto de partida é constitutivo da comissão e como tal, a base para todos os fatores hierarquicamente relevantes que por fim, determinam o *translatum*. (Para leitura sobre o texto como parte de uma ação-complexa-em-uma-situação, vide Holz-Mänttari 1984; Vermeer 1986.) (ibid.; 2012; p. 192)

Desde 1986, o cenário cultural global vem sendo amplamente diferenciado, sob os auspícios da era digital e do século XXI. Nisso, Vermeer não declarou que a situação global hodierna aproxima culturas dinâmica e agilmente, pelo contrário, sua visão demonstra um afastamento cultural, que à sua época dificultava o ato da escrita intercultural. Suas palavras revelam o reflexo de exíguas tecnologias e menor acesso a diversidades culturais:

Um texto fonte é usualmente redigido originalmente para uma situação na cultura de partida; daí seu status como “texto fonte” e assim, o papel do tradutor no processo da comunicação intercultural. Isso permanece uma verdade quanto a um texto fonte que tenha sido redigido especificamente com a comunicação intercultural em mente. Na maioria dos casos, o autor do original não possui o conhecimento necessário da cultura de chegada e seus textos. Se ele tivesse de fato o conhecimento de pré-requisito, claro que redigiria seu texto sob as condições da cultura de chegada, na língua destinada. A linguagem é parte de uma cultura. (ibid.; 2012; p. 192)

Vermeer conclui que “[é] então inesperado que a mera ‘transcodificação’ de um texto de partida, meramente ‘transpondo-o’ para uma outra língua possa resultar em um *translatum* apropriado à negociação”. Com respeito à uma melhor descrição do *translatum*, o autor elucida:

O texto de chegada, o *translatum*, é voltado à cultura de chegada e é isto que por fim define a adequação. Tem-se, portanto, que os textos fontes e de chegada podem divergir um do outro consideravelmente, não apenas na formulação e distribuição do conteúdo, mas também em relação aos objetivos que são estabelecidos para cada e em termos de qual arranjo do conteúdo é realmente determinado. (Naturalmente, pode haver outras razões para uma reformulação, tais como o quanto a cultura de destino verbaliza um dado fenômeno de uma forma diferente, [...]). (Hans J. Vermeer; 1989; p.193)

Vermeer aponta que não é menos evidente que o *translatum* pode também ter a mesma função (*skopos*) que seu texto de partida. Ainda, que até mesmo neste caso, o processo tradutório não é meramente uma “transcodificação” (a menos que esta variação de tradução seja realmente intencional), uma vez que conforme uma teoria uniforme de tradução, o *translatum* deste tipo também é primariamente destinado, metodologicamente, a uma situação em uma cultura de destino, ou a situações na cultura de destino. (ibid.; p. 192). Em seguida, cabe considerar as relações entre os dois textos (L1 e L2) por via da exposição do *skopos*, pois nessa linha teórica, tem-se como fato que “à medida que o tradutor julga a forma e função de um texto de partida como adequadas *per se*, com respeito ao *skopos* predeterminado na cultura de destino, podemos falar de um grau de ‘coerência intertextual’ entre os textos”. (ibid.; 2012; p. 193).

Retomando a questão levantada sobre a imitação, de Schleiermacher (1813/2004; *The Translation Studies Reader*¹⁶; *Third Edition*; 2012), Vermeer defende, por exemplo, que “um *skopos* legítimo poderia ser uma exata imitação da sintaxe do texto original, talvez para fornecer aos leitores na cultura de chegada, informações sobre essa sintaxe”. Apesar de não ter associação direta com esta pesquisa, o autor propõe uma situação de tradução quanto à tradução literária: “Ou uma imitação exata da estrutura de um texto de partida em uma tradução literária, poderia servir para criar um texto literário na cultura de chegada. Por que não?”. Em síntese, na situação de tomada de decisões, Vermeer elucida que a questão se dá mediante ao fato de “que

¹⁶ Na etapa de revisão de teorias encontra-se sua posição filosófica e empírica acerca de paráfrase e imitação.

o tradutor deve saber o que está fazendo, e quais consequências há em tal ação, por ex., qual será o efeito que um texto criado desta maneira na cultura de chegada e em qual intensidade, o efeito será diferente daquele do texto de partida na cultura de partida.” (ibid.; 2012; p. 193).

À medida que a teoria adota o conceito de *commission*, aqui refletindo uma ordem de serviço encomendado, ou comumente, “ordem de serviço para traduções”, algumas observações conforme o viés da própria teoria elucidam alguns aspectos pragmáticos, frente à solicitação ou encomenda, seguidas da definição particular de *commission*:

Uma pessoa que traduz incumbe-se de fazê-la por razão de escolha deliberada [...], ou porque tem uma exigência para fazê-la. Aquele que traduz como resultante de sua própria iniciativa ou de mais alguém: em ambos os casos, atua de acordo com uma “encomenda” (*commission*) (Auftrag). (Vermeer, 1989; The Translation Studies Reader; Third Edition 2012; p. 198).

Passamos a definir uma comissão [ordem de serviço] como as instruções, decididas por si próprio, ou por mais alguém, para executar uma dada ação – aqui: traduzir. (Em todo o artigo, tradução é considerada por incluir a interpretação.) (Vermeer, 1989; The Translation Studies Reader; Third Edition 2012; p. 198).

Atualmente, na prática, encomendas são normalmente feitas explicitamente (‘Por favor traduza o texto em anexo’, apesar de raramente elucidar o propósito último do texto. Na vida real, a especificação de propósito, destinatário etc. são geralmente suficiente de forma indireta e aparente, a partir do pedido propriamente: a menos que seja especificado, se presumirá que em nossa cultura, por exemplo, um artigo científico sobre alguma descoberta astronômica deva ser traduzido como um artigo técnico para astrônomos e o local real de publicação é considerado irrelevante. Ou, se uma empresa deseja que uma carta de negócios seja traduzida, o que se presume é que a carta será utilizada pela empresa participante (e na maioria dos casos, o tradutor está prontamente familiarizado com as realidades redacionais internas da empresa, etc. Até onde essas pressuposições são válidas, pode-se afirmar que qualquer tradução é realizada de acordo com um skopos. Na ausência de uma especificação, podem ainda com frequência falar de um skopos implícito (ou subentendido). No entanto, parece apropriado destacar aqui a necessidade de uma mudança de atitude entre muitos tradutores e clientes: o quanto possível, informações detalhadas concernentes ao skopos devem sempre ser fornecidas. (Vermeer, 1989; The Translation Studies Reader: Third Edition; 2012; p. 199)

Quanto à realização de uma encomenda (“*commission*”), o autor defende que esta “é contingente às circunstâncias da cultura de chegada, não àquelas da cultura de partida” e o que depende da cultura de partida é o texto de partida. Em relação à natureza inerente a traduções, Vermeer entende que a encomenda, ou ordem de serviço, é apenas indiretamente dependente da cultura de partida, à medida que uma tradução, por definição, deve envolver um texto de partida. (ibid.; p. 199). Outra questão abordada pelo autor concerne à comum noção da relação entre as culturas de partida e do texto de chegada, em que a execução se torna dependente nos termos dessa relação somente em um caso especial, com relação à cultura alvo, (um caso especial): “isto é, até onde a encomenda é basicamente dependente da função do texto de partida”, sendo este um apontamento do aspecto “cultura” e **somente** cultura (Vermeer; ibid.).

Em alusão a uma discrepância na situação exposta acima, no entanto, nenhuma tradução é possível, conforme Vermeer, pois seria “no máximo um texto reescrito ou similar a isso”. Sua perspectiva geral entre as línguas é de que se deve observar que uma cultura de chegada geralmente oferece uma vasta gama de potencial, inclusive, por ex., extensão da língua via a adoção de fenômenos de outras culturas e até onde isso se aplica, depende da cultura alvo (Vermeer, 2012; p. 200).

Ademais, quanto à definição de comissão – *ordem de serviço de tradução* –, Vermeer afirma que a encomenda compreende (ou deveria compreender) tantas informações quanto possíveis acerca de: “(1) a meta, por ex., uma especificação da meta da comissão (cf. os esquemas de fatores de especificação de Nord 1988: 170); (2) as condições sob as quais a meta desejada deverá ser atendida (naturalmente incluindo as questões práticas tais como prazo e taxas).” É definido, por Vermeer que a declaração das metas e as condições devem ser explicitamente negociadas entre o cliente (solicitante da ordem de serviço) e o tradutor, pois “o cliente pode por vezes ter um entendimento ou impressão imprecisa ou até mesmo irreal sobre a forma que um texto poderia ser recebido na cultura de chegada” (ibid.; p. 199). Na sua forma de apresentar os processos de consulta pré-tradução, Vermeer destaca que o tradutor deve ser capaz de fazer as sugestões argumentativas e que uma ordem de serviço pode (e deveria) “ser apenas vinculada e conclusiva e aceita dessa forma, pelo tradutor, se as condições estiverem claras o suficiente. Porém, Vermeer ressalta que “[está] consciente de que esta exigência envolve um grau de maiores expectativas; sim, é algo que exige um esforço.)”

A vinculação da teoria de *skopos* com a “comissão” – *commission* –, de Vermeer, é possibilitada por meio de seu entendimento de que “é precisamente por meio da encomenda que o *skopos* é definido” destacando também que um tradutor pode também definir sua ordem de serviço própria (ibid.; p. 200). Sua visão é que, ao se negligenciar a especificação da comissão – encomenda –, ou do *skopos*, o profissional incorre em uma consequência fatal: “há pouco consenso até hoje, acerca do melhor método de tradução para um texto qualquer. No contexto do *skopos* ou da ordem de serviços, isso agora deve ser possível, ao menos com relação à macro estratégia.” (Vermeer: 2012: *The Translation Studies Reader*; p. 201). Para os procedimentos ele elucida que:

[...] O *skopos* também pode auxiliar a determinar se o texto de partida precisa ser ‘traduzido’, ‘parafraaseado’ ou completamente ‘reeditado’. Tais estratégias levam a variedades terminológicas diferentes do ato tradutório, cada uma baseada em um *skopos* definido, que por si só é baseado em uma ordem de serviço específica. (Vermeer; 2012; p. 201)

Considerando observações de Venuti (1995/1999/2008) e Schleiermacher (*The Translation Studies Reader; Third Edition*; 2012; p. 50), quanto à estrangeirização, fica notável a relevância das observações da teoria *skopos*, de que o *skopos*, “de forma alguma afirma que um texto traduzido deve *ipso facto* ter conformidade com os comportamentos ou expectativas da cultura de chegada, que uma tradução deva sempre ‘estar adaptada’ à cultura de chegada”, pois essa é apenas uma das possibilidades (Hans J. Vermeer; *Skopos and Commission in Translational Action*; 2012; in *The Translation Studies Reader; Third Edition*; p. 201). Pragmaticamente, o viés funcionalista da teoria é que a teoria “emprega igualmente bem o tipo oposto de tradução, deliberadamente marcada, com a intenção de expressar características da cultura de partida, por meios da cultura de chegada”, assegurados os casos híbridos. Deve-se ressaltar que os gêneros e registros nas atividades administrativas aqui tratadas quase nunca contém a tipologia textual literária, mas podem estar paramentados de traços culturais.

Conforme o autor, o objetivo da teoria consiste em saber “qual a razão de uma tradução, que o tradutor seja consciente da ação [...]. A teoria apresenta-se contrária à crença de que “não existe meta alguma; de que a tradução seja uma atividade sem propósitos”.

As etapas que foram apresentadas quanto à ordem de serviço e definição do *skopos*, conforme sintetiza Hatim (*The Routledge Companion to Translation Studies – Revised Edition*; 2009; p.p. 39 e 40), na prática, propõem que as decisões do tradutor são determinadas por muitos fatores, tanto textuais quanto contextuais. Quando Hatim interpreta que um dos fatores é a “formação do público, que conta com a forma como um texto de chegada é projetado para ser recebido”, em maior parte, determina qual estratégia de tradução será mais apropriada. Hatim (ibid.; 2009; p.p. 39 e 40). Neste sentido, Hatim (ibid.) afirma que “diferentes propósitos podem ser alcançados por diferentes estratégias de tradução: adequação da tradução, paráfrase (*thin glossing*) ou reedição (*thick glossing*)”, que podem cumprir diferentes necessidades comunicativas. Essas, por sua vez, remetem às reflexões cautelosas de Antoine Berman (2012: *As tendências deformadoras*; pp. 67 a 87).

Como observação particular da teoria, tem-se que “o conceito de *commission* então leva ao mesmo resultado da teoria *skopos* destacada anteriormente: um *translatum* é principalmente determinado por seu *skopos* ou sua encomenda, aceita pelo tradutor por ser adequada à meta” (Vermeer: 2012; p. 200). Ademais, quanto à noção de fidelidade, o autor esclarece que “um *translatum* não é uma imitação fiel *ipso facto* do texto de partida, ‘Fidelidade’ ao texto original (qualquer interpretação ou definição de fidelidade) é um *skopos* possível e legítimo, [...]” (Vermeer; ibid.; p. 200).

A teoria conta com contribuições de Reiss, acerca das tipologias textuais e gêneros textuais, para reforçarem a encomenda de serviços. Nisso, também contribui Reiss com “uma teoria do *brief* (minuta de apresentação) de tradução ou comissão (ordem de serviço) para complementar a teoria de *skopos*” (*Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained*; 2014; p. 194) (grifos meus).

Na obra de Reiß e Hans J. Vermeer, intitulada *Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained* (tradução de 2014), os atributos de gênero são vistos como participantes na identidade de um texto, e se isso ocorre, as convenções de gênero também participam de forma crucial na comunicação verbal (Reiß e Vermeer: 2014: 168). São destacadas três funções para as convenções de gênero: “as convenções de gênero podem servir (1) como características de identificação, (2) como gatilhos às expectativas, e (3) como uma diretriz para a compreensão de textos (Reiss e Vermeer; *idid.*).

A respeito das expectativas, os autores evidenciam que caso as expectativas não sejam supridas, podem condicionar o texto como defectivo; enquanto que, se tais defeitos fizerem os “leitores pararem e pensarem se há algum propósito por trás do uso das convenções ‘inapropriadas’, isso poderá gerar novas interpretações do texto ou de suas partes, ou poderá falhar em atingir o resultado comunicativo pretendido” (*ibid.*; p. 169). Para finalidades práticas, as questões propostas pelos autores servem à função técnica da tradução, com a decisão por domesticação de gêneros e registros envolvidos:

Todas essas possíveis consequências têm um impacto na tradução do texto. No primeiro caso, os tradutores provavelmente corrigem os defeitos, caso o texto de chegada seja idealizado a atingir a mesma função que o texto de partida (a menos que o texto seja um ‘documento’) e se desejarem não serem acusados de violarem as convenções esperadas. No segundo caso, poderão tentar imitar o desvio das convenções esperadas, por interpretarem como intencionais, a fim de produzir o mesmo efeito (talvez até ‘alienação’) para o público alvo. No terceiro caso, será impossível traduzir adequadamente o sentido pretendido. (Reiß e Vermeer; 2014; p. 169)

As relações entre a tradução e o gênero textual, segundo os autores, é de processo recíproco: “o gênero guia a interpretação de um elemento textual em particular e elementos textuais em especial, (convencionalmente) orientam a forma que um texto esteja projetado para um gênero” (*ibid.*; p. 170). Dentre outras relações entre a tradução e o gênero, os autores declaram que a funções de convenções de gêneros, na comunicação, “podem influenciar o comportamento do tradutor de diferentes formas e em variados graus, ao orientarem suas decisões tradutórias” (*ibid.*; p. 170).

Essas correlações remetem igualmente às discussões de fidelidade e de lealdade ao texto de partida. Na seção de conceitos chaves de Munday (2009; 188), é apontado que a fidelidade é considerada de forma particular na teoria *skopos*. Essa visão quanto à fidelidade é concebida pelos termos “lealdade” ao texto/autor e inclusive “fidelidade”, que resumidamente são:

2. Na teoria *skopos*, ‘lealdade’ (cf. Nord 1991/2005, 1991) descreve as inter-relações dos participantes em um processo de tradução, incluindo o autor do TF – Texto Fonte, aquele que envia o TF, o tradutor e aquele que recebe o texto de chegada. Daí os tradutores ficam ocupados com a responsabilidade tanto para com o autor do TF quanto para com o público que recebe o Texto de Chegada.

3. a regra de fidelidade na teoria *skopos* descreve a exigência por coerência intertextual entre o TF e o Texto de Chegada. Esta coerência é útil caso haja uma correlação entre o que o autor do TF tenha tido como objetivo, e a interpretação do tradutor, disso e como as informações do TF são reproduzidas no Texto de Chegada. (Munday; *The Routledge Companion to Translation Studies; Revised Edition*; 2009; p. 188)

Na teoria *skopos*, a fidelidade é debatida e apresentada conforme noções tais como equivalência e adequação; tradução comunicativa (*‘communicative’ translation*) e tradução criativa (*‘creative’ translation*). Reiss afirma que poucas publicações recentes sobre a teoria e prática da tradução não fazem uso dos termos equivalência/equivalente (s) e adequação/adequado e que ainda quase não existe, entretanto, qualquer outro conceito nos estudos da tradução que tenha tão pouca precisão e que seja utilizado de todas as maneiras diferentes possíveis (ibid.; p. 115). Reiss argumenta que “parece não haver discordância alguma atualmente, entre teóricos, que ‘equivalência’ se refira a uma relação entre um texto de partida e um texto de chegada” mas que a natureza dessa relação ainda permanece de alguma forma vaga. Para a autora, “às vezes a equivalência é igualada à adequação [...] ou é ainda sugerida, como um sinônimo para ‘tradução’ (Toury 1980a: 115)” (ibid.; p. 115).

Uma atualização de Reiss aponta que mais recentemente, alguns teóricos rejeitam o conceito, porque a equivalência lhe parece uma “idealização” ou prescritiva demais e veem sugerindo substituí-lo pelo conceito de ‘aproximação’, tal como Ladmiral. (Reiss; *Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained*; 2014; p. 115). Todavia, a autora esclarece que não acredita que o termo “equivalência” deva ser abandonado por completo, ao contrário, que se deveria continuar com tentativas para especificar o que se quer dizer com isso e limitar seu uso a contextos apropriados (ibid.).

Já com relação à discussão que Reiss apresenta para a definição de equivalência, ela afirma que houve várias tentativas de se definir a relação à qual isso se refere e de discutirem a possibilidade de alcançá-la. Os estudos de ‘Wilss ([1977]1982: 13457) e Koller (1979: 18691;

apud Reiss 2014)” são citados, assim como o fato de que geralmente, hoje, quando se faz referência à equivalência, refere-se à “tradução orientada à realização”, cunhado por Güttinger (1963). Conforme Güttinger (apud Reiss; *ibid.*) a meta de qualquer ato tradutório é aquela em “que o texto de chegada deva ser capaz de ‘atingir’, nesta comunicação com o público de chegada, o que o texto fonte alcançou em sua comunicação com o público de origem, isto é, ele deve prover as mesmas informações e ter o mesmo efeito.” (Reiss; 2014; p. 116)

Por outro lado, diferentemente, Jakobson ([1959]2004), de acordo com Wilss ([1977]1982: 138; apud Reiss 2014) foi o primeiro a aplicar o conceito de equivalência à tradução; e cunhou a expressão “equivalência na diferença”, que Reiss sintetiza:

É uma simples descrição do fato de que, apesar de todas as “diferenças” causadas pelas (diferentes) estruturas da língua de chegada, a tradução deve ter como objetivo estabelecer uma relação geral de equivalência entre os textos de partida e de chegada. Que os dois textos sejam idênticos não é logicamente possível, e devido às características específicas dos dois sistemas línguas-culturais envolvidos, a congruência ou um pareamento exato também não é uma relação viável. Entretanto, Jakobson não discute como essa fraca relação de equivalência pode ser atingida e ao que exatamente ela se refere. Ademais, Jakobson ignora completamente as divergências pragmáticas e culturais, em favor de diferenças linguísticas (Reiss; 2014; p. 116)

Por outro lado, Reiss discute a visão de Kade (1968; cf. Wilss [1977]1982: 135; apud. Reiss: 2014), que postula que uma tradução deve atingir “invariância” (nenhuma mudança) no nível do conteúdo, mas que negligencia que além de conteúdo, ou até mesmo “sentido”, isto é, “conteúdo-em-situação”, um texto também possui “forma e efeito” (Reiss; *ibid.*; 116)). Reiss aponta ainda sua opinião de que se esses aspectos da tradução, de conteúdo-em-situação, forma e efeito, radicalmente mudarem em uma tradução, dificilmente pode haver “invariância de valores” ou haver uma equivalência geral de relação entre os dois textos. Neste sentido, Reiss destaca que ocorreria marcante variância entre os dois textos (*ibid.*; p. 116).

Ao concluir o tema de equivalência, após analisar também as visões de Catford (1965:49), a autora revela que acredita que nenhuma equivalência matemática ou lógica, possa ser satisfatoriamente aplicada à relação entre os textos de partida e os textos de chegada. De acordo com Reiss, se a relação for vista como uma relação entre duas afirmações “que sejam completamente intercambiáveis; se uma é verdadeira, também é a outra; se uma é falsa, também será a outra” (Reiss; 2014; p. 119). Segundo Reiss:

O que “parece mais promissor é tomar emprestado o conceito de equivalência da engenharia elétrica, o qual refere-se a dois circuitos de corrente alternada, que, apesar de diferentes em estruturas de redes, mostram o mesmo comportamento elétrico externo para todas as frequências. Não queremos estender a analogia demasiadamente, mas essa definição pode de fato ser aplicada à tradução e ao ato tradutório. (Reiss; 2014; p. 119)

Quanto à forma de tradução ideal, de acordo com Reiss e Vermeer, a eles parece que a tradução “comunicativa” se aplica melhor, na qual a oferta de informações na língua de chegada “imita” as informações e formas do texto de partida. Pois neste tipo de tradução, o texto de chegada não dá a impressão de uma tradução, “ou ao menos não com relação à linguagem que utiliza; ao contrário, é uma tradução que pode alcançar as mesmas funções que o texto original e pode ser usado diretamente para as comunicações (do dia-a-dia, literárias ou estéticas), como estiver [...]”. Essa consideração dos autores inclui todas as dimensões: sintaxe, semântica e pragmática (ibid.; p.p. 124 e 125), em suas teorias e também nesta pesquisa, em dissemelhança ao literário, mas sim para tramitações de uma administração pública, para as metas desta pesquisa, quanto a gênero e registro.

Vermeer e Reiss adotam a noção de traduções “criativas”, com relação à fidelidade, conforme apontado anteriormente. Neste sentido, além da criatividade ser entendida como componente também da tradução comunicativa, ela pode ser identificada como um tipo separado em que certos conceitos, formas de pensar, ideias, objetos, etc. não existem na cultura de chegada, de tal maneira que o tradutor “tem que criar novos termos com os quais referir-se a eles” (a tradução feita para esta pesquisa exigiu invariavelmente essa atitude do traduzir, haja vista que discorre sobre uma nova era cultural e social, a *era da informação digital*). Como contextualização dessa tipologia de fidelidade, Reiss e Vermeer citam: certos textos religiosos, filosóficos e técnicos, caso exista alguma diferença com relação aos desenvolvimentos culturais ou tecnológicos entre as culturas de partida e de chegada. Esse estratégia e necessidade do traduzir implica criação de palavras, e assim, Reiss e Vermeer ressaltam que “quando novos conceitos, formas de pensar, ideias e objetos são inseridos em uma cultura alvo, o potencial para a formação de novas palavras é exercitado [...] (ibid. p. 125)

Afinal, para sintetizar as diferenças, segundo a teoria *skopos*, quanto a equivalência e adequação, a tabela 3 a seguir demonstra as características:

Tabela 3 – Equivalência vs. Adequação

Adequação	Refere-se à relação entre o texto de partida e um texto de chegada, onde atenção consistente é dada ao propósito (<i>skopos</i>) do processo tradutório.
Equivalência	Refere-se à relação entre dois fatores que tem o mesmo valor ou classificação em seus respectivos sistemas e pertencem à mesma categoria. Isso leva-nos a propor a seguinte definição: equivalência é a relação entre o texto de chegada e o texto fonte, que pode atingir a

	mesma função comunicativa de mesmo teor nas duas culturas envolvidas.
--	---

(Vermeer e Reiss: *Towards a General Theory of Translational Action*; 2014 ; p.p. 127 e 128)

Algo em destaque na teoria *skopos* concerne à postura de que não se pode “traduzir equivalentemente”, pois pelo contrário, “um texto alvo pode ser considerado equivalente (ou, como usualmente dizemos, é equivalente) a um texto de partida. Neste sentido, equivalência e equivalente são conceitos orientados-ao-produto ou orientados-ao-resultado.” Conforme a visão dos autores, equivalência é um tipo particular de adequação, isto é, adequação sob a condição de que o *skopos* exija que os textos de partida e de chegada atinjam a mesma função. (ibid.; p. 128)

Ao final das considerações funcionalistas de *skopos*, em especial, quanto ao profissional tradutor, é considerado que esse é o fator decisivo em todo o processo; ele é de atuação central. Sob a perspectiva de que o tradutor é uma variável, junto a outros fatores, o profissional dependerá das seguintes condições: a competência tradutória individual; sua compreensão individual do texto de partida; suas visões pessoais sobre semântica e padrões de qualidades formais; a questão quanto ao tradutor-leitor do texto inicial, ao mesmo tempo que quanto ao público do criador daquele texto e quanto à escolha por um tipo particular de tradução (que poderá ser influenciada pelo solicitante da tradução/”encomendador”). Reiss e Vermeer (2014) argumentam também que todas essas condições determinam, “em maior ou menor escala, o processo tradutório e o *translatum* resultante das ações do profissional tradutor (o termo ‘tradutor’ pode também referir-se a uma equipe de tradutores)” (*Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained*; 2014; p. 136).

Dentre as diversas discussões que Reiss contribuiu para a teoria *skopos*, estão as tipologias textuais, três principais, que estão apresentadas no gráfico abaixo, após as descrições de cada:

- Texto “informativos”: contemplam informações
- Textos de “expressão”: comunicam pensamentos de uma maneira criativa
- Textos “operativos”: para persuasão.

(Reiss 1971/2000)

Katharina Reiff and Hans J. Vermeer

		informative	expressive	operative
E N C L O E D V I E N L	content (+ aesthetic organization); persuasive configuration			x
	content; aesthetic organization		x	(x)

Algumas objeções inerentes à teoria de *skopos* são apresentadas no trabalho *Skopos and Commission in Translational Action* (in *The Translation Studies Reader; Third Edition*; 2012; p.p. 194 a 198). Inclusive, a objeção mais notável dentre outras apresentadas concerne à negação de que todas as ações (todos os atos) tenham uma meta; que alguns atos não têm meta alguma. A qual o autor rebate e elucida, diferenciando textos literários de outros gêneros:

[...] Isto é algo que se afirma quanto a textos literários, ou ao menos alguns deles. Diferentemente a outros textos (!), então, tais textos são considerados “sem objetivos”. De fato, o argumento é que em alguns casos a não objetividade exista, não meramente que alguém não seria capaz de firmar um objetivo explicitamente – essa situação é às vezes inevitável, devido à imperfeição humana, porém irrelevante aqui. Conforme mencionado antes, a questão é que uma meta deva ser ao menos potencialmente viável de se especificar. (Vermeer; *The translation Studies Reader*; 2012; p.p. 194 a 198);

Como medidas adotadas e aprimoradas no atual cenário profissional de tradução, com resultados produtivos, variadas fontes de memórias de tradução - MT (disponíveis *online*) auxiliam nas tomadas de decisão. Todavia, no Brasil, não estão inseridas em um contexto de padronizações, ou de controle de responsabilidade final pautado por alguma autoridade, como na União Europeia. Entretanto, esse movimento se faz necessário sob o ponto de vista da experiência como tradutor e a partir de debates realizados em plataformas digitais que reúnem profissionais de todo o mundo: as comunidades de tradutores; de gestão e compartilhamento de memórias de tradução e de compartilhamento de glossários. Como viés fundamental que aplique a teoria *skopos* e a natureza das comunicações entre entidades públicas, com vistas ao exercício de comunicações responsáveis, são muito expressivas as perspectivas de Toury (1995: 55 e 2012: 168 a 176) como teoria de apoio, a fim de que o método possa ocorrer conforme a escola *descritivista* sobre os hábitos tradutórios, conforme Toury propõe:

[A] linha de pensamento descritivista é voltada à observação do comportamento tradutório em um corpus de textos traduzidos, empregando uma metodologia replicável que permita serem feitas generalizações. Neste sentido, essas generalizações propõem, sob maior escrutínio, conduzir à formulação de ‘leis’ probabilísticas de tradução que resgata a ideia de *universais de tradução*. (Munday; *The Routledge Companion to Translation Studies*; 2009; p. 11; linha 08)

O entendimento de Toury quanto às normas envolve as duas línguas em uma tradução, nas duas direções, de tradução ou versão, na visão de que constituem duas tradições culturais e no mínimo dois conjuntos de ‘sistemas-normas’. (Gideon Toury; *The Translation Studies Reader*; 2012; p. 170). Com relação às normas, o autor afirma que na tradução, o comportamento em tradução dentro de uma cultura tende a manifestar algumas regularidades, com uma consequência tal que até mesmo se essas regularidades não puderem ser identificadas como desvios de forma clara, os leitores na cultura de chegada podem com frequência antecipar quando um tradutor possivelmente falha no uso de práticas estabelecidas. (Gideon Toury; *ibid.*: *The Nature and Role of Norms in Translation*; 2012; p. 170)

Segundo Toury (*ibid.*; p. 171), a maneira como as normas atuam na pragmática do traduzir inclui também as normas que o próprio profissional tem em seu conhecimento, ou as normas ativas na cultura de chegada (*ibid.*). Discorrendo sobre a acentuação das noções de adequação vs. aceitação de uma tradução, a posição de Toury (*ibid.*) aponta aos efeitos na tradução: “Portanto, enquanto que uma adesão a normas de uma cultura de partida determina a adequação de uma tradução, em comparação ao texto de partida, a aplicação de normas provenientes da cultura de chegada determina sua aceitabilidade.” (Toury; *ibid.*)

A relevância dos conceitos de normas, perante a visão de Toury (*Introducing Translation Studies*: 2008/2010; p. 111) é viável nesta pesquisa, ao adotar os propósitos de “aceitabilidade”:

[...] de se distinguir tendências de comportamento do traduzir, a fim de se fazer generalizações pertinentes aos processos de tomadas de decisão e então ‘reconstruir’ as normas que já estão em uso na tradução e, a partir disso, engendrar hipóteses que possam ser testadas em estudos descritivos futuros. (*ibid.*; p. 111)

É válido aplicar sua definição aos processos de padronização ou de elaboração de conteúdos de referências digital para profissionais, com a seguinte noção de Toury (1995): “a tradução de valores gerais ou de ideias compartilhadas por uma comunidade – frente ao que é certo ou errado, adequado ou inadequado – com vistas a instruções de desempenho apropriado e aplicáveis em situações particulares.” (Toury 1995: 55; apud Munday; *Introducing Translation Studies*; 2008/2010; p. 128).

A partir de uma análise mais centrada de sua teoria, Toury aponta sua advertência referente a áreas específicas que não podem ser projetadas para um desempenho ideal de maneiras iguais a outras áreas (a citar: a interpretação e a tradução simultânea), como normas

de outras áreas de aplicação; mantendo-se, no entanto, que a natureza de recorrências está presente em todos os tipos de tradução:

Por fim, a afirmação de que é basicamente um comportamento do tipo orientado a metas aplica-se a todos os tipos de tradução, não somente literárias, filosóficas ou bíblicas; que por sua vez é onde os estudos centrados em normas foram conduzidos até hoje. Conforme já foi dito e demonstrado em uma troca demasiadamente superficial, de pontos de vista no periódico online *Target*¹⁷ (M. Shlesinger 1989 e Harris 1990), afirmações e/ou declarações similares podem até mesmo ser ditas acerca da interpretação de conferências. Não é necessário dizer, isso não significa que exatamente as mesmas condições se apliquem a todos os tipos de traduções. Em verdade, sua aplicação em diferentes setores culturais é precisamente um dos aspectos que deveria ser eleito a [novos] estudos. (Toury; *The Translation Studies Reader*; 2012; p. 171). (grifos meus)

Em uma visão geral, conforme Toury (2012), são considerados dois grandes grupos de normas, que aqui são consideradas conjuntamente com aquelas de Chesterman (2012/2016). Segundo Toury (2012), as aplicações reais podem operar não apenas em traduções de todos os tipos, mas também situar-se em qualquer fase de um ato tradutório, e atuantes também em todos os níveis de seu produto. São estes os dois grandes grupos de normas para a tradução: preliminares vs. Operacionais:

As normas preliminares têm relação com dois conjuntos de possibilidades que são com frequência interconectados: aquelas relativas à existência e real natureza de uma política definida de tradução e aquelas relativas à direção¹⁸ da tradução.

[...]

As normas operacionais, por outro lado, podem ser concebidas como direcionadoras das decisões feitas durante a ação tradutória propriamente. Afetam a matriz do texto, por ex., os modos para distribuir o material linguístico na tradução – assim como a forma textual e verbal. Assim sendo, essas normas regem – direta ou indiretamente – as relações entre os textos de partida e de chegada resultantes, por ex., o que mais provavelmente permanece invariante sob transformação e o que mudará. As chamadas normas *matriciais* podem reger a própria existência de material na língua de chegada, projetadas como substitutas ao material correspondente no material da língua de partida [...], sua posição no texto (ou a forma de distribuição real), tanto quanto a segmentação textual.

O limite até onde omissões, acréscimos, alterações de posição e manipulações de segmentação [de partes de um texto] são participantes nos textos traduzidos (ou em torno deles) pode também ser determinado por normas, embora um desses aspectos possa ocorrer sem o outro. (Toury; 2012; p. 172) (grifos meus).

¹⁷ *Target* é um periódico avaliado entre pares da profissão, que objetiva promover o estudo acadêmico interdisciplinar de fenômenos tradutológicos provenientes de qualquer parte do mundo e em qualquer mídia. (acessado em: <https://benjamins.com/online/target/main>); (acesso em 20/10/2020)

¹⁸ Entenda-se direção com o ponto de partida da tradução com relação à língua inicial, ou de etapas com outros idiomas, com envolvimento de outras ou não, antes da língua de chegada.

Comumente, há associações das normas de Toury com as de Chesterman (ibid.), até mesmo estudos de Toury foram comentados por Chesterman, quanto às proposições de normas de tradução, assim como um prolongamento das normas, como universais de tradução, com contribuições de Mona Baker (1995; apud. Pym; 2008). Chesterman (2012; p.p. 191 a 202) também participou da publicação de estudos da teoria *skopos*, quando traduziu *Skopos And Commission in Translational Action* (Vermeer; 2012; p.p. 191 a 202), na obra *The Translation Studies Reader; Third Edition* (2012).

Apesar das aplicações pragmáticas de efeito positivo, dos universais de tradução, segundo Baker (ibid.), um acréscimo de abordagem teórica poderia resultar em complexidade desnecessária “à teoria da tradução”. No contexto desta pesquisa, deve-se dar ênfase: à empresa de padronizações em tradução (uso correlato a partir da análise de Baker), por questões de dissemelhanças vocabulares. Prescindir dos universais de tradução (Baker; 1995) não exclui o enfoque de Toury voltado aos universais de tradução (Munday; *Introducing Translation Studies*; 2008: 114): “Toury tem como expectativa que a identificação cumulativa de normas em estudos descritivos possa possibilitar a formulação de ‘leis probabilísticas’ de tradução e assim, de ‘universais de tradução’ ” Ainda, Munday (2008: 114) apresenta uma breve explanação das “fortes candidatas leis” de Toury:

(1) a lei de crescente padronização (pp. 267–74), a qual declara que ‘em tradução, as relações textuais conforme são obtidas do original são frequentemente modificadas, às vezes ao ponto de serem totalmente ignoradas, em favor de opções [mais] habituais oferecidas por um repertório da língua de chegada (p. 268). [...]

(2) a lei da interferência (1995: 274–9), a qual vê a interferência a partir do Texto de Partida até o Texto de Chegada como ‘um tipo de padrão’. A interferência é relativa às características linguísticas do texto de partida (principalmente padrões no uso do léxico e sintático) sendo copiados no texto de chegada, tanto negativamente quanto positivamente: porque criam formas anormais na língua de chegada, ou a existência de características no texto de partida que não serão anormais no texto produzido, tornam-no mais viável a ser usadas pelo tradutor). Toury (p. 287) considera a tolerância da interferência como dependente de fatores socioculturais e do prestígio dos diferentes sistemas literários: há maior tolerância ao se traduzir a partir de um idioma ou cultura de prestígio, [...] (Munday; 2008; p. 114)

Apesar de Baker partir do paradigma das normas de Toury, com os universais de tradução, ela relata sua crítica, em 2007, “mais amplamente quanto ao enfoque dos comportamentos repetitivos e abstratos [das normas], ao invés de escolhas concretas e diárias” (*Routledge Encyclopedia of Translation Studies*; 2011; p. 193), Baker explica sua discordância:

[Ao] enfatizarmos o comportamento repetitivo, argumenta [Baker], a teoria de normas privilegia recorrências fortes de socialização como comportamento e isso tende a encobrir inúmeras outras tentativas individuais ou em grupo, de eliminação de recorrências dominantes e de dogmas políticos e sociais que prevalecem. [...] (Baker: Routledge Encyclopedia of Translation Studies; 2009/2011; p. 193)

Contudo, essa metodologia é seguida neste trabalho com a aplicação dos contextos e intenções do público alvo, que melhor determinam as estratégias tradutórias, mais especificamente, pelos usos lexicais mais recorrentes em língua inglesa, de amplo uso por nativos e as locuções ou colocações, conforme surgem randomicamente. Não é discutido neste trabalho o conceito de Baker de “universais de tradução”.

O presente contexto difere de sistemas literários (na visão de Baker, sobre a teoria de normas), onde polissistemas competem ou se alternam. Baker pretende evidenciar os universais de tradução por meio do uso de corpora de textos, que tecnicamente expõem as diversas recorrências desejadas (Baker 1993; apud. Pym; 2008; p. 08):

Mona Baker vem propondo, com grande destaque, o uso da linguística de corpus para o estudo de traduções. Desde seus textos programáticos (ex.: Baker 1993), uma das metas do exercício vem sendo descrever os “princípios do comportamento tradutológico”, também conhecido como potenciais “universais de tradução”. (Pym: 2008; On Toury's laws of how translators translate; p. 08)

Em seu estudo de 2008, Pym ressalta que um tipo particular de linguística de corpus, em um texto posterior de Baker pode “permitir-nos obter as recorrências que sejam ou restritas a textos traduzidos, ou que ocorram com maior e marcante frequência em textos traduzidos, diferentes daqueles de textos originais [...]” (Baker 1995: 235; apud Pym; 2008: *On Toury's laws of how translators translate*; p. 08). Entretanto, Pym (ibid.) discorda que Baker tenha feito a adequada alusão às leis de tradução de Toury (ibid.), mas que as amostragens de resultados em suas análises sejam válidas e promissoras:

[...] apesar de que nesta situação não há menção de universais de tradução propriamente. Contudo, no ano seguinte (Baker 1996), a autora fornece um breve *checklist* de universais de tradução que ela compreende como passíveis de identificação. [...] a lista dos universais poderá apontar alguns indicadores (Pym; 2008: *On Toury's laws of how translators translate*; p. 08).

Conclui-se, portanto, que os universais de tradução de Baker (ibid.) não tenham um papel definitivo, ainda, em processos de padronização ou de mudanças de paradigmas tradutológicos. Outrossim, essa abordagem de Baker (ibid.) está inserida nos Estudos da Tradução como disciplina (Pym; 2008). O que se apresenta viável se dá na preservação dos

conceitos de normas como exploradas por Toury (2012) e Chesterman (2016). Dentre as considerações para aplicação, o estudo de Pym (2008; p. 13) elucida melhor o real uso dessas normas de Toury (ibid.):

[...] A lei das padronizações não é algo que aconteça em todos os atos tradutórios, tende a ocorrer em casos em que a tradução (ou traduções em geral) seja (m) relativamente de menor relevância dentro de uma cultura de chegada (menos central). A questão aqui faz-se pela razão de que as variáveis linguísticas dependem de fatores socioculturais, A lei está sujeita a condições sociais. Verdadeiramente, o mesmo acontece com as leis de Toury, de interferência:

[...] a tolerância a interferência [...] tende a aumentar quando a tradução é realizada a partir de uma língua/cultura de destaque e altamente prestigiada (278).

Nas avaliações de Pym (2008: ibid.; p 13), o autor tem a compreensão de que a lei de interferência também depende de fatores socioculturais: “a verdadeira relação [...] parece bastante evidente, uma vez que a ‘interferência’ efetivamente significa a imitação do estrangeiro e ninguém imita algo que não tenha prestígio”. Desse modo, as tomadas de decisão quanto à estrangeirização ou domesticação de textos e/ou documentos de participação estatal devem ser balizados conforme as realidades socioculturais temporais.

Partindo da premissa que o *skopos* reforça os procedimentos de comunicação na língua de chegada, seja para o português brasileiro, ou para inglês, tem-se que a adequação comunicativa de Newmark (2007; p. 110) e o viés da teoria *skopos* devam valorizar a função real do que está sendo comunicado, ou seja, função, forma e efeito (Reiss; 2014; p. 116: par. 5). Com essas teorias reunidas e ajustadas a cada situação tradutológica, isto é, a “contextos de situação”, “contextos de cultura”, “propósitos retóricos” (Reiss; apud. Hatim: 2009; p. 40), a complementação com as visões de Chesterman das normas de responsabilidade e de produto asseguram que o *skopos* seja alcançado. Para esclarecer *a priori*, as normas de produto definem o que conta como produto “correto” (Chesterman: 2016: *Memes of Translation - The spread of ideas in translation theory*; p. 53).

O *skopos* situados em seus contextos, em traduções idiomáticas e “comunicativas”, exige também, do profissional e dos elaboradores de referências digitais de consultas, as premissas pragmáticas conforme as normas de expectativas – “*expectancy norms*”, “*professional norms*” e “*accountability norms*” para as estratégias consideradas nesta pesquisa (Chesterman; *Memes of Translation: The spread of ideas in translation theory*; 2016; p. 65).

Com o intuito inicial de apresentação das normas de Chesterman (ibid.), é relevante pautar as análises do autor quanto às traduções literais *versus* livres, por vezes comparadas a estrangeirização e domesticação, respectivamente. Além disso, os debates teóricos e filosóficos

quanto à preservação cultural versus imperialismo cultural (Snell Hornby; *The Turns of Translation Studies*; 2006; p. 142 e Venuti: 1999; p. 126 e em “Introduction”), também devem ser elencados brevemente. Chesterman perfaz sua leitura de discussões entre teóricos e seus estudos da tradução, no item 1.2.4, da obra intitulada *Memes of Translation: The spread of ideas in translation theory*, quanto às inúmeras noções e conceitos. O autor as qualifica como *memes*, por isso sua descrição de traduções literais *versus* livres na forma de *memes*:

Tendo-se que uma tradução seja afinal realizada, embora a impossibilidade da perfeita equivalência, os termos nos quais a tradução vem sendo discutida têm por muito tempo, sido dominados por um único super-meme: a oposição binária entre a tradução livre e a literal.

De vez em quando, são feitas tentativas de se introduzir um terceiro termo (ex.: Dryden [1680]1975), mas a polaridade geral por muito tempo permaneceu entre esses dois extremos.

Literal é um termo inviável: para alguns significa “palavra por palavra e, portanto, agramatical, como uma interpretação de algum linguista, por uma glosa”; para outros significa “a tradução com gramaticalidade mais próxima, provavelmente que não soe natural”. Em ambos os casos, a ênfase é a aproximação com a forma original.

Uma perspectiva valiosa da relação entre o literal e a tradução livre é conferida por Barkhudarov (1993). Ele correlaciona o parâmetro literal/livre com a escolha do tradutor de unidade de tradução: quanto menor a unidade de tradução, mais literal será o resultado e quanto maior a unidade, mais livre o resultado (onde as unidades são morfema, palavra, sintagma, oração, frase). A unidade apropriada de tradução depende (dentre outras coisas) do tipo de texto: uma tradução que seja “literal demais” é baseada em unidades muito pequenas e se for livre demasiadamente, baseada em unidades muito grandes

(Chesterman; 2016: *Memes of Translation*; p. 08)

Quando Chesterman discorre sobre suas normas, o autor opta por apresentar a origem que considera para as normas, quando inicia uma pergunta contextualizada em seu trabalho:

“O que ocorre aos memes de tradução, quando sobrevivem por algum tempo na junção geral de memes? Se um meme chega a dominar (por quaisquer razões: práticas, políticas, culturais, estéticas, ...) e memes concorrendo desaparecem, claro que o desenvolvimento é tal que um meme se torna considerado uma norma – tanto se for imposta por uma autoridade ou se simplesmente for aceita.

[Ainda ao enfatizar seu ponto de vista das origens das normas, Chesterman (2016; p. 49) comenta]: Podemos realmente definir normas, preliminarmente e pré-teoricamente, como memes que sejam aceitos (por quaisquer razões – até por haver ameaça de alguma natureza) por uma comunidade por ser viável a um comportamento perceptível de utilidade; um comportamento que favorece a sobrevivência dos indivíduos envolvidos, por exemplo. Essas normas se tornam dominantes pelo gradual surgimento ou via esforços antagônicos, ou por ambos; e altamente influentes sobre o pensar e sobre o comportamento (cf. Zalan 1990). (Chesterman; *Memes of Translation*; 2016; p. 49)

Neste sentido, analisar textos originalmente em língua inglesa permite constatar quais hábitos são comuns e constantes quanto às decisões lexicais em inglês e também quais segmentações textuais surgem no traduzir, frente às gramáticas normativas brasileira ou inglesa (vide relatório). Sobretudo, essas estratégias visam dar voz às noções de Chesterman (*Memes of Translation*: 2016; p. 52 e *Reflections on Translation Theory. Selected papers 1993–2014*: pp. 165 a 191) inerentes a normas, a partir das observações iniciais do autor e resultantes de sua teoria:

Como a teoria da tradução, a teoria de normas também foi dividida entre abordagens prescritivas (“teorias imperativas”) e abordagens descritivas (“teorias práticas”). Adotarei a visão descritiva, com significativo apoio de Bartsch (1987): isto é, normas são compreendidas por não serem “ordens ou prescrições que são designadas por um superior a um subordinado” (Bartsch 1987: 76), pelo contrário, descritiva de práticas específicas dentro de uma comunidade.

Bartsch define normas como a “realidade social de noções daquilo que é correto” (xiv). Sob este viés, as pessoas em uma comunidade específica inevitavelmente compartilham de ideais acerca “daquilo que é correto” de um ato tradutório especial (ou realmente, uma entidade específica ou artefato específico): há um grau de acordo quanto à questão do ato ser “correto”, relativamente. [...] (Chesterman; *Memes of Translation*; 2016; p. 52),

As definições quanto ao que é normativo ou prescritivo são tratadas pelo autor a fim de se evitar equívocos, iniciando com os esclarecimentos conceituais para o termo: “tornou-se costume nos Estudos da Tradução fazer a clara distinção entre abordagens prescritivas e descritivas para o tema. Há uma razão associada especialmente com o complexo meme Cultura-de-chegada”:

[...] A distinção tem bons motivos. As pesquisas sobre o que as traduções e tradutores realmente são (ou têm sido) são por definição descritivas. A pesquisa aplicada, ou treinamento em tradução, naturalmente enfatiza o que os tradutores devem fazer, como devem ser as traduções, prescritivamente; todavia, isso não é a tarefa da teoria da tradução propriamente. (Chesterman; *Memes of Translation*; 2016; p. 50)

O problema surge, contudo, quando o termo “normativo” é lançado nesta distinção. Para alguns acadêmicos, “normativo” parece ser idêntico a e não mais que “prescritivo”. (Chesterman; *Memes of Translation*; 2016; p. 50)

Com vistas à aplicação pontual das noções de normas, recorrer aos comentários de Chesterman (2016; p. 53) situa o contexto em que aqui são adotadas normas voltadas a uma estratégia de padronizações, como ponto de partida para as escolhas e formas de pesquisa, para aquilo que será padronizado. Suas afirmações não tratam de equiparar leis oficiais com normas de hábitos recorrentes em tradução, à media que comenta as alusões do fenômeno na tradução e propondo que é necessário a preservação de normas éticas e normas técnicas (ibid.; p. 53).

Chesterman elabora as comparações que reforçam a proposta desta pesquisa, com atenção às diferenças das normas legais para aquelas de convenções, incluindo-se em especial, as normas técnicas subdivididas em normas de processos e normas de produtos: “normas de processos (ou de produção) regulam os processos, especificando métodos corretos ou aprovados para se fazer algo. Já as normas de produtos definem o que conta como produto “correto” (*Memes of Translation*; 2016; p. 53/2006/2017: *Reflections on Translation Theory. Selected papers 1993–2014 e Memes of Translation*: 2016)

Em destaque de seus argumentos, o objetivo geral desta pesquisa se define como orientações oficializadas, a partir de normas convencionadas. Chesterman argumenta que “normas, então, situam-se no meio entre leis judiciais e convenções. Leis obrigatórias são absolutas, objetivas; são estabelecidas por uma autoridade e vigoradas por uma autoridade; infratores (quando detidos) são penalizados por uma autoridade. [...]” (ibid.; p. 53). Seus argumentos que visam situar as normas em tradução ressaltam que “as convenções, por outro lado, representam práticas que são “mais fracas” que normas [legais]: romper com uma convenção é meramente “não convencional” e não provoca críticas geralmente tão justificáveis. [...]” Essas convenções, segundo Chesterman, são meramente fatos de moda: “englobam apenas preferências estatísticas”, apesar de que há outros tipos de normas, éticas e técnicas:

Normas éticas também têm sido estudadas descritivamente. Até mesmo, teorias da ética em si tem se baseado em descrições objetivas das normas éticas existentes em uma sociedade em um momento da história; essas podem ser comparadas às normas de outros momentos da história e a outros lugares e a tentativas feitas para se definir “normas universais” e similares.

Normas técnicas podem ser subdivididas ainda mais, em normas de processos e normas de produtos. Normas de processos (ou de produção) regulam processos especificando métodos corretos e bons para a realização de algo. As normas de produtos definem o que conta como um produto “correto”. (ibid.; p. 53)

Frente às apresentações de normas de uso na tradução, de Toury (2012) e de Chesterman (2016; pp. 61 – 68), a diferenciação entre as visões dos autores é necessária. As concepções conceituais mais viáveis nesta pesquisa são as normas de Chesterman, a citar: *expectancy norms*, *professional norms*, *accountability norm*, *communication norm* e *relation norm*. Também é discutido por Chesterman (ibid.; pp. 68 – 78), que é possível identificar leis gerais na tradução e leis normativas, além das **normas**: “*General translation laws and normative laws*”. Assim, essas leis, conforme defende Chesterman, são identificadas nas condições em que:

[T]odos os tradutores em todos os períodos analisados, tradutores em uma cultura específica em dado período, tradutores partindo de um texto de partida para uma língua específica, tradutores de tipologias específicas, tradutores com um grau específico de competência [linguística ou técnica], etc. (Chesterman; Memes of Translation; 2016: 69)

Sua análise quanto às leis gerais na tradução e às leis normativas são melhor descritas na aplicação prática dada pelo autor, pelo fato de que “leis poderiam ser estabelecidas a fim de descreverem quaisquer comportamentos (não necessariamente ‘desejáveis’) que levem a algo que seja aceito como uma tradução (não necessariamente uma tradução razoável)” (ibid.; p. 69). Chesterman esclarece que as leis na tradução assim definidas são, “é claro, probabilísticas, ao invés de absolutas, [mas] são empíricas e sujeitas a falsificação no sentido que: podem ser usadas como fundamento para previsões, podem ser testadas, confirmadas ou desconfirmadas.” (ibid.) Apesar disso, na pesquisa, não é desejável uma ênfase em leis identificáveis na tradução, como também universais de tradução, como tratado por Baker (1993; apud. Chesterman; 2016; p. 46), embora sejam noções correlatas; mas somente normas de uso. Chesterman expõe que a metodologia de busca pelos universais da tradução baseia-se em linguística de corpus, com estes procedimentos:

Buscar pelos universais de tradução significou definir grandes corpora de traduções e de comparação, em computadores, e/ou de traduções mais seus textos de partida e realizar análises estatísticas voltadas às frequências relativas de itens de diferentes tipos, com o objetivo de se descobrir recorrências linguísticas que tornam as traduções diferentes de outros textos. Várias hipóteses acerca de tendências gerais de tradução foram propostas e testadas e este trabalho está continuando, com corpora sendo preparados em diferentes línguas e em diferentes universidades. (Chesterman; 2016; p. 46)

A principal razão por não estar em uso a postulação de universais de tradução é que as pesquisas nessa área têm como objetivo outros resultados, distintos daqueles definidos aqui: orientações padronizadas de léxico e de trechos textuais para fins de comunicações estatais (como as denominações das entidades, empresas públicas e suas atividades oficiais contendo desde sintagmas até orações para suas especificações, validando-se registros e gêneros), igualmente com ênfase na domesticação em cada *skopos*. As pesquisas de universais de tradução estão inseridas neste outro contexto, segundo Chesterman (ibid.; p. 45):

Com relação ao meme da Linguística [Linguistics meme], um significativo e novo desenvolvimento foi o de estudos de corpus e a busca pelos assim denominados universais de tradução. Empréstado da linguística, o estudo baseado em corpus e sua metodologia inspirou grande parte dos trabalhos empíricos e estatísticos sobre tradução. Pym (2011) sugere que a popularidade desta pesquisa, que se originou no Reino Unido tinha relação com o influxo de

estudantes estrangeiros em universidades britânicas e seus departamentos de tradução, trazendo consigo as empolgantes possibilidades de pesquisas contrastivas entre o inglês e outras línguas.

Uma entre pioneiros e pioneiras dessas pesquisas foi Mona Baker, em seu artigo original (1993) que popularizou o termo “universals”, emprestado da linguística. O termo “universal” propriamente, talvez tenha sido equivocado, pois os pesquisadores estavam em busca de tendências probabilísticas. (ibid.; pp. 45 e 46)

Ademais, retomando as distinções propostas por Chesterman daquelas noções de Toury (ibid.), é notável que o autor seja capaz de equiparar as conceituações de Toury com as suas e atualizar essas perspectivas para o momento atual. O autor comenta que o interesse original de Toury no final da década de 1970 foi na tradução literária e que essa estruturação inicial de normas foi definida com isso em mente:

Tal estruturação começa pelas normas preliminares: “são relativas à política de tradução em uma cultura específica, referente, por exemplo, ao que na literatura é julgado pelos editores e outros como viável de tradução, e, se esses trabalhos podem ou não ser traduzidos por meio de uma língua intermediária (‘tradução secundária’, também conhecida como tradução indireta). Essas são questões de políticas sociais, culturais e econômicas, que talvez também políticas e enquadram-se fora do enfoque principal deste livro.

Por isso, Chesterman chama a atenção ao fato de que as normas que lhe interessam são aquelas que entram em ação “após um cliente ter encomendado uma tradução, aquelas que norteiam o trabalho tradutológico propriamente”. Chesterman compara: “aquelas normas que “dirigem as decisões reais durante o processo tradutório (1980: 54), [que] Toury chama de normas operacionais – *operational norms*”. Na interpretação de Chesterman (ibid.; p. 61), Toury inclui todas as normas que afetam a “matriz” do texto, sua segmentação e formulação verbal, pois são “normas textuais, geralmente linguísticas/estilísticas ou especificamente literárias (que determinam gêneros apropriados, etc.)” (ibid.; p. 61).

A equiparação de Chesterman é feita com relação aos aspectos teóricos de normas, em como as normas operacionais de Toury são primariamente normas de **produtos**, ao regularem a forma de uma tradução como um produto final. Segundo sua visão, essas normas operacionais “também afetam o processo de tomadas de decisão, embora Toury ocupe-se menos intensamente com normas de processos” (ibid.; p. 61). Nisso, fica perceptível que as noções de ambos autores sobre normas na tradução são comparáveis e correlatas, a partir dessa comparação direta de Chesterman.

Outra norma citada pelo autor, postulada por Toury se chama “norma inicial” – *initial norm*, que está relacionada “à escolha básica dos tradutores entre duas alternativas polarizadas

(1980: 54; apud Chesterman 2016; p. 61). Para Chesterman, Toury adotou uma dicotomia entre adequado e aceitável, com risco de ambiguidades, sobre as relações textuais de partida ou de chegada. Nessa escolha básica, o tradutor está sujeito “ou ao texto de partida com suas relações textuais e [sujeito] às normas expressas por ele e contidas nele, ou às normas linguísticas e literárias na língua de chegada e no polissistema literário de chegada, [...] (1980: 54)” (ibid.; p. 61)

Desse modo, as normas idealizadas por Chesterman, não restritas à tradução literária, são empregadas na pesquisa e assim podem ser resumidas, conforme os itens de 1 a 5: (1) *expectancy norms*, (2) *professional norms*, (3) *accountability norm*; (4) *communication norm* e (5) *relation norm*. Entretanto, antes das disposições destas normas, destaca-se que Chesterman tem seu olhar para a observação de alternâncias de normas: “as normas propriamente exercem uma pressão prescritiva – como qualquer norma faz”. Chesterman comenta que os tradutores tendem a se comportarem como pensam que devem e essas normas representam uma tentativa de se capturar a natureza deste “dever”; que inclusive, um tradutor também “pode ter razões para desconsiderar essas normas ou definir determinadas prioridades entre elas”, de forma que tais tradutores sentirão que “devem” traduzir de alguma forma diferente, pois “interpretam as normas de uma maneira que é diferente da maioria. [E] Diferentes interpretações podem continuar uma opinião de minoria, ou podem ao final, tornarem-se a visão da maioria”.

As normas, segundo Chesterman (páginas 61 a 68):

1. *Expectancy norms* – são estabelecidas pelas expectativas dos leitores de uma tradução (de um tipo específico) relativa ao que e como uma tradução (deste tipo) deveria ser. Essas expectativas são parcialmente regidas pela tradição tradutológica que esteja prevalecendo na cultura de chegada e parcialmente, pela forma de textos paralelos (de um tipo de texto similar) na língua de chegada (cf. Hermans 1991), i.e. pelos cenários e estruturas que prevaleçam na cultura de destino. Também podem ser influenciados por fatores econômicos ou ideológicos, relações de poder dentro e entre culturas e questões afins.

[Observações:] Podem abranger uma vasta gama de fenômenos. Os leitores (que podem ou não incluir o cliente) podem ter expectativas sobre a tipologia de texto e convenções de discurso, sobre estilo e registro, sobre o grau apropriado de gramaticalidade, distribuição estatística de características textuais de todos os tipos, colocações, escolhas lexicais e assim por diante. (Chesterman; 2016; p. 62)

2. *Professional norms* – a segunda maior categoria de normas na tradução é de normas de processos: essas regulam o processo de tradução propriamente. A partir do ponto de vista do tradutor, essas normas estão subordinadas às *expectancy norms*, pois são determinadas pelas *expectancy norms*: qualquer norma de processos é determinada pela natureza do produto final ao qual esteja projetado a alcançar.

Com relação à tradução, as autoridades de normas, por excelência, são talvez aqueles participantes da sociedade que são considerados tradutores profissionais competentes, em quem a sociedade confia o status e quem poderá futuramente ser reconhecido como profissionais competentes também por

outras sociedades. “Competência” e “profissionalismo” são então compreendidas como sendo definidas intersubjetivamente: você é competente se você for reconhecido assim por pessoas que, por outro lado são reconhecidos por outros que fazem esse julgamento; e assim por diante. Daí, desconsidera-se a existência de profissionais não-competentes: pois por “profissional”, leia-se “profissional competente”.

[**Observações:**] Profissionais são as pessoas que de maneira mais ampla são responsáveis pelo estabelecimento primeiro das *expectancy norms*, pois de fato, o produto de seus trabalhos se torna o parâmetro de medida pelos quais traduções seguintes são avaliadas pelo público alvo. Seus comportamentos tradutórios, em outras palavras, são aceitos como aquilo que define normas.

O comportamento tradutório destes profissionais (que satisfazem as *expectancy norms*, com ou sem diplomas), em subgrupo, originam as normas de processos de tradução. Por este motivo, chamarei essas normas de processos de tradução, de normas profissionais.

(Chesterman; 2016; p. 65 e 66)

[As **normas básicas de processos** (conforme Chesterman 1993), na obra de 2016 (ibid.; p. 66-67)]:

3. *Accountability norm* – o tradutor deve agir de tal maneira que as exigências de lealdade sejam apropriadamente satisfeitas com relação ao escritor do original, àquele que encomendou a tradução, à(o) tradutor (a), ao potencial público leitor e quaisquer partes de relevância. Esta é, portanto, uma norma ética, referente aos padrões profissionais de integridade e integralidade.

Tradutores atuam, segundo essa norma, de tal forma que são capazes de aceitarem a responsabilidade por suas traduções. Uma razão semelhante é elaborada por Nord (por ex.: 1991): ela discorre quanto ao tradutor ser “comprometido” e “responsável” e quanto à lealdade como princípio moral que é indispensável à comunicação humana.

4. *Communication norm*: o tradutor deve agir de tal maneira que otimize a comunicação, de acordo com as exigências da situação, entre todas as partes envolvidas. Esta é uma norma social, a qual especifica o papel do tradutor como um especialista em comunicação, tato como mediador das intenções de outros, como um comunicador por seus próprios méritos.

(Chesterman; 2016; p. 66 e 67)

[**Observações:**] Observe que as normas não necessariamente pressupõem acreditar em uma mensagem objetivamente fixa, um significado que deva ser comunicado; a situação pode ser tal que a comunicação pretendida seja mais semelhante a um sentido compartilhado do arranjo linguístico, ou uma experiência estética. Comunicação é, afinal, um compartilhamento. (Chesterman; 2016; p. 66 e 67)

N.B. (norma 5): De acordo com as opiniões de Chesterman (2016) e de Toury (2004/2012; p.169), as noções de normas não são exclusivas das teorias de tradução, mas um fenômeno humano e social (Chesterman; 2016; p. 52); entretanto, ambos adotam as proposições da psicologia e de outras pesquisas fora dos estudos da tradução e identificam o teor de consonância do fenômeno, nas práticas tradutológicas.

Portanto, o autor afirma que nem a norma *accountability* nem *communication* são **específicas** do processo de tradução, na intenção de demonstrar que são normas naturais dos fenômenos humanos, não apenas das propostas teóricas desenvolvidas por ambos os autores

Toury (1978/1995) e Chesterman (2006/2017: *A note on norms and evidence*; 2016: 185-188). Chesterman brevemente comenta as perspectivas que adota a partir de Bartsch (1987; apud Chesterman; 1993/2016):

Como a teoria da tradução, a teoria de normas também foi dividida entre abordagens prescritivas (“imperativas”) e descritivas (“teorias de prática”). Devo empregar a visão mais ampla, fortemente apoiada por Bartsch (1987): isto é, normas são aqui compreendidas não por serem “ordens ou prescrições que sejam emitidas por um superior a um subordinado” (Bartsch 1987: 76), mas descritivas de práticas particulares dentro de uma comunidade. (Chesterman; *Memes of Translation*; 2016; p. 52).

Bartsch define normas como as “noções de realidade social do que é correto” (xiv). A partir dessa visão, as pessoas em uma comunidade em particular inevitavelmente compartilham algumas ideias acerca “daquilo que é correto” de um ato específico de comportamento (ou inclusive uma entidade em especial ou artefato em especial): existe um grau de concordância quanto à questão desse ser “correto” de alguma forma. (Chesterman; 1993; p. 170).

5. [Comentários do autor]: A normas accountability, nem communication são específicas ao processo de tradução: a teoria da tradução meramente as aplica. Porém a norma de processo de maior ordem [relation norm] é específica à tradução e outros processos de reescritas: e efetivamente destaca a diferença entre estes tipos de processos e outros processos de comunicação.

Relation norm: o tradutor deve agir de tal maneira que uma relação apropriada de similaridade relevante seja estabelecida e mantida entre o texto de partida e o texto de chegada. Assim definida, em termos de uma relação entre textos, esta é, portanto, uma norma linguística. Refere-se à suposição (previamente argumentada) que a equivalência como igualdade é um conceito exíguo demais. Compete ao tradutor decidir qual tipo de relação é apropriada em qualquer caso específico, conforme a tipologia textual, os anseios do cliente encomendando a tradução, as intenções do autor escritor e as necessidades pressupostas dos leitores em potencial prospecção. Um tipo de relação poderia ser “equivalência” ou “ótima semelhança” de alguma forma.

(Chesterman; 2016; p. 66 e 67)

Chesterman deixa claro, em seu estudo intitulado *Reflections on Translation Theory – Reflexões sobre a teoria da tradução*, que é debatido há bastante tempo a natureza, são debatidas as propriedades e as aplicações de normas. Assim, o autor conclui que:

Se esclarecermos o conceito de normas de forma mais exata e concordarmos abertamente quanto ao que pode contar como evidências de normas, poderá ser mais fácil responder algumas das questões problemáticas que surgem quando se considera metodologias apropriadas a estudá-las.

(Chesterman: *A note on norms and evidence*; 2006; p. 186)

A primeira reflexão neste artigo faz menção aos trabalhos realizados em teoria da tradução até o momento em que Chesterman retornou a discutir “normas e evidências” (ibid.), portanto, suas observações da pesquisa apontam parte dos demais autores ou teóricos:

As normas tornaram-se um conceito chave nos Estudos da Tradução, ao menos desde Toury (1980). Porém, há ainda discordâncias quanto à melhor forma de defini-las e também quanto a seus estudos. Uma etapa no debate conceitual foi resumida nas contribuições a Schaffner (1999), em uma coleção de artigos que debateram diversas questões importantes pertinentes à interpretação de normas dentro dos Estudos Descritivos da Tradução (DTS), tais como a relação entre normas e convenções; e ainda entre normas e expectativas.

A razão inicial para o presente artigo foi uma conferência organizada em 2004, pela Escola de Linguagens e Estudos de Áreas, na Universidade de Portsmouth, sobre o tema: “Normas na Tradução. O que é ‘normal’ na profissão de tradução (vede Kemble 2005 para leitura da Minuta). Conforme o título da conferência indica, a perspectiva neste caso não era exclusivamente aquela largamente tratada por acadêmicos dentro dos estudos DTS; a abrangência do termo ‘normas’ foi tratada em um sentido maior, a fim de incluir “o que é ‘normal’”.

(Chesterman: A note on norms and evidence; 2006; p. 185)

Uma notável fragilidade da tentativa de obtenção de quais normas estão vigentes seria realizar pesquisas de opiniões com os profissionais atuantes, segundo Chesterman (2006; p. 189). A visão do autor demonstra que a pragmática desta tentativa de pesquisa ou de consultoria não produziria resultados confiáveis, por não necessariamente corresponderem aos atos reais de cada profissional. Isto porque as opiniões podem equivaler às metas que não são cumpridas pelo tradutor consultado. As formas em que isso poderia ser feito, mesmo sem as considerar respostas satisfatórias ou *bona fide*, estão descritas nestes itens, por ex.:

- em entrevistas com tradutores, nas notas do tradutor e prefácios (as declarações do tradutor);
- em dissertações ou cartas escritas pelos tradutores sobre seus trabalhos;
- em textos feitos por críticos ou clientes, ou utilizadores de traduções

(*ibid.*; p. 89)

Contra argumentos aos exemplos (*ibid.*; p. 189):

Se essas evidências não forem coletadas na forma de declarações explícitas de real opinião, o pesquisador pode argumentar que há no mínimo evidências implícitas ou circunstanciais deste tipo: podem haver evidências que as pessoas parecem crer que deveriam, ou não deveriam fazer X.

No entanto, a simples existência de declarações de opiniões próprias não é suficiente para postular uma norma, por causa da lacuna entre o que as pessoas dizem acreditar e o que realmente acreditam, ou ainda, o que realmente fazem. Se as pessoas efetivamente não seguirem uma norma em especial N, mesmo que digam acreditar que deveriam, não teremos evidências fortes para identificar a existência da norma. Talvez haja uma outra norma, uma norma M concorrente, que as pessoas efetivamente sigam.

(Chesterman: A note on norms and evidence; 2006; p. 189)

Tendo considerado os meios de se obter a identificação das normas de uso, dos comportamentos tradutórios pontuais, a pesquisa apresentará em relatório **de** como os latinismos a partir do português brasileiro, não correspondem às “normalidades” de uso por

nativos em língua inglesa. Contudo, as noções de imperialismo ou exíguas preservações culturais por meio da tradução, de acordo com Venuti, Schleiermacher e Hornby (ibid.; ibid.; 2006), demonstram que mesmo parcial fidelidade de registro e gênero, assim como de funções e propósitos nos textos de chegada podem “ocultar” a cultura de partida, quanto aos aspectos socioculturais e de identidades nacionais (Venuti; *The Scandals of Translation*; 1998; p. 67). Assim sendo, os apontamentos de Schleiermacher, em *On the Different Methods of Translating* (1813) remetem à preocupação com identidades culturais (também Venuti; ibid.), com influência nas tipologias tratadas aqui, em menor incidência, porém plausíveis de mensuração e atenção frente a padronizações.

Na opinião de Schleiermacher (1813/2012; apud. Venuti; 2012; p. 04), com o “literalismo” de palavra por palavra a linguagem que “parte do cotidiano” para criar um efeito do estrangeiro na tradução, se dá conforme: “quanto mais precisamente a tradução aderir às voltas e imagens do original, o mais estrangeiro ela se parecerá ao leitor”. Para o autor, via Venuti (ibid.), “as operações textuais produzem efeitos cognitivos e servem como funções culturais e políticas. Essas operações, efeitos e funções são descritas e julgadas de acordo com valores que são [literários e nacionalistas] ...”

As concordâncias entre Venuti (1995/1999/2008) e Schleiermacher justificam que a domesticação tanto em versão, quanto em tradução podem exercer forças e efeitos socioculturais (ibid.). Com isso, a pesquisa contém análises de alternativas lexicais como principal enfoque com vistas à domesticação, que, portanto, se dá parcialmente em razão do vocabulário da língua já possuir mais de 70% de palavras originadas no latim e/ou no grego. Isto é, este trabalho não se estende a avaliar/analisar discursos culturais, ou marcas regionais. Neste sentido, este trabalho não poderia propor completa análise e completa apresentação de domesticação dos registros e gêneros discutidos, tampouco partir de corpus em português brasileiro para conjecturas lexicais na língua inglesa. Isto é, não seria o processo integral de evidenciação (Chesterman: *A note on norms and evidence*; 2006; p.189) das normas em inglês, de acordo com o uso corrente por nativos, mas dessa forma tem-se o ponto inicial das análises.

Torna-se necessário apontar que ambos Schleiermacher e Venuti (ibid.; ibid.) teorizaram mais enfaticamente a respeito das traduções literárias. O teor em comum com comunicações e atividades administrativas de estados pode ser encontrado em Schleiermacher, por ele ter se empenhado em discorrer também com relação às filosofias. Em menor escala, sua avaliação da intraduzibilidade da filosofia entre idiomas permite sutil identificação com os aspectos socioculturais das traduções para o estado, seus efeitos e registros dispersos em textos, de algum

valor filosófico que ocasionalmente se integram em tipologias textuais. O autor brevemente contextualiza essa dificuldade tradutológica:

Se então, o tradutor de um escritor filosófico não se decidiu a dobrar a linguagem de sua tradução para ficar em acordo ao máximo possível com a linguagem do original, a fim de conferir um sentido completo do sistema de ideias inerente, nesta outra língua, se ele buscar ao contrário, permitir seu escritor falar como se ele tivesse formado originalmente seus pensamentos e formulado suas expressividades em outra língua, que escolha terá este tradutor, uma vez que há marcantes dissemelhanças dos elementos nas duas línguas? Ou o tradutor deverá parafrasear – o que não cumprirá seu propósito, pois uma paráfrase nunca poderá nem parecerá ter sido composta originalmente na mesma língua – ou diferentemente, ele deverá transformar toda a principal sabedoria do pensador e seu conhecimento em um sistema de ideias em outra língua, o que transformaria todas as suas partes respectivamente, que é um caso difícil de ser realizado, já que é muito difícil ver como as arbitrariedades mais problemáticas poderiam ser mantidas controladas com limitações.

(Schleiermacher; 1813/2012; p. 60)

Tendo por exceção esse gênero dentro de outros gêneros, como descreve Anna Trosborg (1997) e idiossincrasias que possivelmente necessitam ser mantidas em traduções, tendo-se a definição do *skopos*, esta pesquisa aponta que atribuir seguramente os valores de traduções idiomáticas e comunicativas completam o propósito previamente definido, por meio do *briefing*. Ou até mesmo **durante** as definições em *briefings*. Basil Hatim (2009) contextualiza brevemente algumas etapas, para decisão de *skopos* (*briefs*):

Diferentes propósitos podem ser supridos por diferentes estratégias de tradução: adequação de tipo de tradução, paráfrase (*thin glossing*) ou reedição (*thick glossing*), que podem atender a diferentes necessidades comunicativas.

Porém, quem realmente decide qual o *skopos* de uma tradução específica?

Uma resposta direta a esta situação sempre foi “o cliente”, aquele (a) que inicia o processo em casos quando a tradução é realizada por outorga e fornece as instruções da tradução, ou ‘brief’. Mas os ‘briefings de tradução’ não são sempre suficientemente detalhados com relação a qual estratégia a utilizar, qual tipo de tradução seria mais adequado, etc. Para lidar com tais problemas, a teoria *skopos* contempla a suposição de que haverá, geralmente, uma forma ‘padrão’ (sancionada pela comunidade profissional de tradutores, por exemplo) do como proceder à execução de uma tarefa tradutória específica. (Basil Hatim; *The Routledge Companion to Translation Studies*; 2009; p. 40)

Nota-se que Hatim, ao descrever os procedimentos da teoria *skopos*, também faz menção às formas “padrões” sancionadas pela “comunidade profissional de tradutores”, que remetem às normas aqui refletidas. Outra natureza textual e também tradutológica, ainda não apresentada nesta pesquisa que Hatim descreve são as interações entre registro → discurso → gênero → texto (Figura 3.2), pois determinam “as estratégias envolvidas nas traduções” que ficam inseridas neste contexto de pesquisa, com as características do *skopos* em traduções comunicativas (Chesterman 1993/2016), mediante normas de uso atuais.

Assim sendo, o gráfico abaixo apresenta as relações entre os componentes decisivos que norteiam parte do propósito e norteiam as “categorias como ‘contexto de situação’, ‘contexto de cultura’, ‘propósito retórico’ e assim por diante.” O que deu origem “à noção de uma tipologia textual, originalmente destinada por Reiss, como um conjunto de diretrizes para o tradutor prático.” (Hatim: *Translation Studies*; 2009; p. 40).

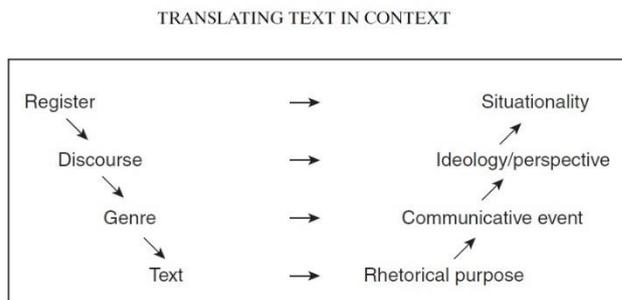


FIGURE 3.2 Text/genre/discourse/register as Russian dolls

Na **Figura 3.2**, vê-se que é o discurso que demonstra expressar-se com status privilegiado: ele inclui (e é expresso por meio do) gênero, o qual por sua vez, inclui textos e é assim possibilitado existir. Textos giram em torno da ideia de um propósito retórico (daí suas funções organizacionais). Gêneros, por outro lado, são comunicativos convencionalmente e, juntamente com textos contribuem como veículos para a expressão discursiva de ideologias e sistemas de valores. (Hatim; 2009; p. 52).

Com relação a “todas” as estratégias envolvidas em traduções, defendidas por David Katan (*Translation Studies*; 2009; *Translation as intercultural communication*; p. 83), o autor revela que “também, como os estudos descritivos da tradução mostraram (Chesterman 1993; Toury 1995; Pym et al. 2008, dentre outros), as regras e convenções que orientam decisões tradutórias apropriadas são domésticas, ao invés de universais”. Katan (ibid.) também aponta que essas regras e convenções gerenciam toda a prática tradutória, desde decisões concernentes “a quais textos são aceitáveis, ou aceitos para traduções, até o tipo de tradução e estratégias de assimilação/compensação a empregar, até os critérios pelos quais uma tradução é julgada” (ibid.; p. 83). Dessa forma, as “estratégias de assimilação ou compensação” são indicativas de que o procedimento de análise lexical é igualmente válido. Porém, uma contextualização desses argumentos reforça as motivações de suas conclusões, quando o autor trata da pergunta “quem verdadeiramente atua como um mediador cultural? ”:

[...] Quem verdadeiramente atua como um mediador cultural? O ‘tradutor’, paradoxalmente, não tem a liberdade que uma secretária tem para facilitar a comunicação, devido tanto às normas domésticas de fidelidade-ao-texto, quanto às (limitadas) crenças que os próprios tradutores profissionais têm acerca de seu papel. Pragmaticamente, o leitor alvo está restrito dentro de uma ‘bolha de uma ambientação’ (Cohen 1972: 177; Katan 2001) de sua própria normalidade, ou modelo concebido do mundo e, em geral, pode apenas ter no máximo uma compreensão técnica de outra cultura. Se houver entendimento do nível formal de cultura, esse será usualmente etnocêntrico (Bennett 1993, 1998; Katan 2001).

Conforme Chesterman (1997a: 54) nos informa: ‘Aqueles que desconsideram normas ameaçam a normalidade, produzem diferenças e são rapidamente colocados ao ostracismo ou punidos.

(Katan; *Translation Studies*; 2009; p. 83)

Para enfoque na comunicação e em responsabilidades, Chesterman (2016) contribui com o argumento de que acima de tudo, apesar de um tradutor não ser nativo, sendo muito prejudicial, “ter por definição menor proficiência na língua de chegada em si, e assim tendendo a obter menor êxito na conformação às normas *expectancy*”, não há razões porque não nativos sejam menos proficientes que nativos, quanto a outros aspectos do processo tradutório, em especial em relação à comunicação e à norma *accountability*. E se esses tradutores estiverem traduzindo a partir de sua língua nativa, pode-se presumir que tenham maior proficiência de compreensão, a qual seria importante para cumprir a norma *relation*; atentando ao fato de que este ponto de vista é relevante “à formulação dos padrões realistas em treinamentos de tradução e na concessão de status profissional” (Chesterman; *Memes of translation*; 2016; p. 78).

Como justificativa de análises de léxico e registro, com base nas normas de países de língua inglesa, a argumentação de Chesterman é realmente compatível a uma tentativa inicial e pragmática, com vistas a um processo de padronizações; que por sua vez podem se dar na forma de glossários e corpora linguísticos selecionados para consultas. Exemplo atual de plataformas dessa categoria são o IATE da UE e o *Termium Plus* canadense (acessíveis *online*) e em menor representatividade, também a comunidade *Proz.com*. Utiliza-se neste sentido, o enfoque estabelecido pelas *expectancy norms*, incluindo: “expectativas sobre a tipologia de texto e convenções de discurso, sobre estilo e registro, sobre o grau apropriado de gramaticalidade, distribuição estatística de características textuais de todos os tipos, colocações, escolhas lexicais” e assim por diante (Chesterman; 2016; p. 62).

Com ressalvas às motivações de padronizações com menos latinismos, ou menor recorrência dos radicais latinos, quando comparadas às produções textuais anglófonas, é possível adotar o amparo teórico de Snell Hornby (2006; p. 155), quando essa aponta algumas marcas textuais que decorem de traduções, que podem ser minimizadas:

Entretanto, seja dentro de instituições da União Europeia, por meio de transações de negócios, turismo em massa, trocas culturais, ou o que for, na Europa, ambas línguas e culturas estão constantemente em contato. Esta comunicação intercultural intensiva tem levado ao que Schaffner e Adab (1997) definiram como o texto híbrido (“*hybrid text*”). Isto não é idêntico ao texto híbrido pós-colonial [...]. Na definição de Schaffner e de Adab, os textos híbridos são produto de um processo de tradução (deliberado) e demonstra características “que de alguma forma parece ‘fora de lugar’/‘estranhas’/‘inusitadas’ para a cultura de chegada” (1997: 325). São caracterizadas por marcas de (vocabulário, sintaxe, estilo, etc.) que entram em choque com as convenções da língua de chegada e são “de alguma maneira contrárias às normas da língua e cultura de chegada” (1997: 327). Também incluem textos da UE, que, todavia, não necessariamente envolvem uma tradução (intencional).

(Mary Snell-Hornby: *The Turns of Translation Studies*; 2006; p. 142)

A respeito dessas diferenças entre produções textuais, entre não nativos e as autorias nos países anglófonos, Hornby aponta uma variante denominada de *International English* – Inglês Internacional – descrito como: a língua franca de livre manifestação, que já perdeu as “lembranças de sua identidade cultural original, de suas expressões idiomáticas, suas conotações não aparentes, sutilezas gramaticais e que se tornou uma forma padronizada reduzida de linguagem para a comunicação supranacional”. Para Hornby (2006; 144), o inglês internacional tem uma influência na profissão, pois “se o (a) tradutor(a) pretende sobreviver no mercado competitivo internacional de hoje”, deve conhecer “ao menos passivamente” essa modalidade internacional. Sua descrição contempla também a natureza dessa cultura supranacional e dos comportamentos do *texto híbrido* apresentado em sua análise, também de acordo com Schaffner e Adab (1997; apud Hornby; 2006), argumentando ainda, que a aceitação dessa natureza linguística se deve às funções comunicativas limitadas dos textos:

“No processo de estabelecimento da unidade política, expressões linguísticas são igualadas a um denominador comum (baixo, caracteristicamente). Os Eurotexts (Euro-textos) refletem uma tipologia de Eurojargons (Euro-jargões), i.e., um vocabulário reduzido, significados que tendem a ser universais, inventário reduzido de formas gramaticais (...).

[...] por exemplo, a função dentro da Comunidade dentro da qual [as funções] são criadas (por exemplo, para as equipes de pessoal, ou para reuniões dos respectivos órgãos). Isto significa que há necessidades claramente definidas. As instituições multinacionais da UE como tais, são a cultura alvo, os textos híbridos são elementos formadores na criação de uma cultura (verdadeiramente) supranacional. (1997: 327–328)

A criação de uma “cultura” supranacional por meio do “Eurojargon” afeta, principalmente, todas as três línguas operativas, mas especialmente textos em inglês.

(Mary Snell-Hornby: *The Turns of Translation Studies*; 2006; p. 142)

Outra opinião da autora é de que a variante “inglês internacional” é factível, independente das alegorias propostas em seu estudo, de uma “McLinguagem” ou de um “McMundo” globalizado, ou um “EuroFalar” de um continente multilíngue. Em sua analogia da relação da globalização com os mercados dominantes, a autora enfatiza:

Esta é a língua que todo profissional tradutor deve saber ao menos passivamente, se ele/ela pretende sobreviver no mercado competitivo internacional de hoje, mas sabendo que é meramente uma língua franca. Em segundo lugar, ainda existe aquela rica língua de cultura, com seu grandioso potencial literário [...], tanto na sua forma “padrão (standard)” nas muitas variedades regionais, cada qual uma expressão de uma identidade cultural específica com suas próprias expressões idiomáticas, metáforas e alusões culturais. As “formas regionais” já foram

mencionadas na área de interpretação de diálogos, mas são igualmente significantes para qualquer tradução que envolva a comunicação entre culturas, como um todo.

(Mary Snell-Hornby: *The Turns of Translation Studies*; 2006; p. 144)

A temática das relações culturais na tradução é apresentada por Snell-Hornby (ibid.; pp. 51 – 56) como apoio às discussões do funcionalismo da teoria *skopos*, pois Hornby discorre sobre algumas discussões levantadas pela teoria *skopos*, acerca da cultura, após situar alguns primeiros momentos da teoria fundamentada na linguística, e em teorias da comunicação:

Em 1977 Wolfram Wills publicou seu livro *Übersetzungswissenschaft. Probleme und Methoden*¹⁹ (o qual surgiu em inglês em 1982, com o título *A ciência da tradução*), onde ele compilou um inventário dos fatores envolvidos na tradução com base em linguística e teoria da comunicação e com referência a conceitos da Escola de Leipzig. Esse livro é frequentemente descrito como o começo da disciplina na Alemanha (Ocidental) e realmente tem muita influência ao tornar os estudos da tradução aceitáveis como uma esfera acadêmica, a qual tinha sido, ainda, até aquele momento, descartada como uma atividade “meramente prática” – nas circunstâncias do momento, uma conquista inquestionável. Contudo, esse livro não tornou realidade uma mudança radical de paradigma, [pois] isso conforme Hönig e Kussmaul (ambos em 2004), foi iniciado por Hans J. Vermeer, durante o calendário acadêmico de 1876-77 em uma palestra que tinha como descrição uma “Teoria geral de tradução – General Theory of Translation” (ibid.; p. 51)

No modelo de Vermeer, a linguagem não é um “sistema” autônomo, mas parte de uma cultura, portanto o tradutor deverá ser não somente bilíngue, mas também bicultural. Similarmente, o texto não é um fragmento linguístico estático e isolado, em contrário, é dependente de sua recepção pelo público leitor e invariavelmente possui uma relação às situações extralinguísticas em que está inserido. É, portanto, “parte de um contínuo do mundo” (1983: 48). (Vermeer, apud. Hornby; 2006; p. 52)

O princípio da teoria *skopos*, segundo Hornby (2006), se dá com a natureza da palestra de Vermeer conforme percebidas pelos acadêmicos mais jovens, Hönig e Kussmaul, tal que ficaram motivados a presenciarem e participarem da discussão. O resultado foi um artigo muito produtivo de Vermeer “*Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie*” (tradução: Uma estrutura voltada a uma teoria geral de tradução, Vermeer; 1978), o qual alicerçou a teoria *skopos*. (Hornby; p. 51). Mas a identificação da teoria com as relações de cultura primeiramente inclui a afirmação que já estava difundida, isto é, “no ar”: a ideia da importância da cultura de chegada, conforme Hornby indica a partir de Kussmaul 2004):

(Uma ideia central do artigo foi que a meta e propósito de uma tradução são determinadas pelas necessidades e expectativas do leitor em sua cultura [cultura de chegada]. Vermeer chamou isso de ‘*skopos*’ e a então chamada “fidelidade ao original”, equivalência, na verdade, ficou

¹⁹ Tradução do alemão: *Ciência da Tradução: Problemas e Métodos*

subordinada ao *skopos*. Isso nos deu uma percepção real de desprendimento, como se a teoria da tradução tivesse finalmente sido bem situada.) (Kussmaul; 2004: 223; apud Hornby; 2006; 51)

Hornby elucida a forma como era compreendido o *skopos*, antes desse termo ser mantido nas teorias; também expõe a forma na qual a definição de texto “é a parte verbalizada de uma sociocultura” (Snell-Hornby; 2006; p. 52):

A palavra grega *skopos* era evitada, pois na época era amplamente desconhecida no contexto de tradução, e ao contrário, os autores usavam a palavra função [...] Em seu livro [de Honig e Kussmaul], o qual tornou-se logo um best-seller, o conceito de cultura tem um papel central: sua definição do texto, [...] é a parte verbalizada de uma sociocultura” (1982: 58): o texto está embutido em uma dada situação, a qual é por si mesma condicionada por sua pré condição sociocultural (um diagrama destas relações está em Kussmaul 1986: 209). A tradução é então dependente de sua função com um texto “implantado” na cultura de chegada, em que há a alternativa de se preservar a função original do texto de partida (“constância funcional”), ou de se alterar a função a fim de adaptar às exigências específicas na cultura de chegada.

(Snell-Hornby; 2006; p. 52)

Os princípios da teoria *skopos*, após as considerações de Kussmaul (2004; apud Hornby 2006), foram discorridos na obra de Vermeer e Katharina Reiss, segundo a leitura de Hornby (2006: 52), quando “Vermeer fora reiterar e elaborar seus princípios teóricos em uma série de palestras que ele publicou em 1983, na ocasião, em um colóquio realizado em Saarbrücken em 1983 (Vermeer 1984), e sobretudo no livro que ele escreveu com Katharina Reiss”, o qual tornou-se o “manifesto” dos teóricos de *skopos*: *Grundlegung einer allgemeinen (Fundamentos de uma Teoria Geral da Tradução, Reiss e Vermeer; 1984; apud Hornby; 2006; p. 52)*. Ademais, segundo o modelo de Vermeer, “a linguagem não consiste em um ‘sistema’ autônomo, mas em parte de uma cultura, daí o tradutor não deve ser apenas bilíngue, mas também duo-cultural.” Adentro de uma explanação maior, Snell-Hornby (2006) interpreta a teoria com as relações entre leitores alvo e o texto:

“Semelhantemente, o texto não é um fragmento linguístico isolado e estático, pelo contrário, é dependente de sua recepção pelo leitor alvo e inevitavelmente possui uma relação à situação extra linguística na qual está inserido e é portanto, ‘parte de um continuum de mundo’ (1983: 48).”

(Snell-Hornby; 2006: *The Turns of Translation Studies*; p. 52)

Hornby também defende que esta abordagem relativiza tanto o texto, quanto a tradução, destacando que a tradução perfeita não existe, unitariamente, mas que qualquer tradução depende de seu *skopos* e sua situação (ibid.). Uma especificidade da teoria *skopos* segundo relata Hornby, são os cinco maiores tipos de tradução, a citar (ibid.; pp. 52 e 53):

- A versão interlinear (ou tradução de palavra por palavra), como já usada por tradutores da Bíblia, na forma de glosses, meramente reproduzindo a sequência linear de palavras, independentemente das regras do sistema de linguagem na língua de chegada.
- A tradução gramatical: como utilizada em aulas de línguas estrangeiras para atestarem conhecimentos de vocabulário e gramática, observando as regras da sintaxe na língua de chegada. Nesse tipo, o significado linguístico propriamente é claro, mas funciona no nível das sentenças e não existe contexto.
- A tradução documentária ou “acadêmica”: reflete a máxima de Schleiermacher de “deslocar o leitor em direção ao autor”. O texto, neste tipo de tradução é visto em sua totalidade, mas a tradução é voltada ao texto de partida e objetiva informar o leitor de seu conteúdo, até mesmo ao “alienar” ou “estrangeirizar” na língua de chegada.
- A tradução comunicativa ou “instrumental” é voltada à cultura de chegada, utilizando-se de suas convenções e expressões idiomáticas (e características idiomáticas próprias da língua); a função do texto normalmente permanece inalterada (a exemplo de instruções de uso) e o texto não é imediatamente reconhecível como uma tradução.
- A tradução com adaptação ou “modificação”: o texto de partida funciona como matéria prima para servir a um propósito especial, como nas traduções multi-midiáticas ou multimodais, ou quando novas notícias são utilizadas por agências de imprensa.

Snell-Hornby (2006; pp. 52 e 53).

Segundo a visão de Hornby (2006), com essa abordagem, uma tradução é vista em termos da forma como ela serve aos propósitos pretendidos. E o conceito de tradução, quando confrontado com o critério de outrora, de equivalência com a língua de partida, é mais diferenciado e muito mais próximo das realidades da prática tradutória. (Snell-Hornby; 2006; p. 53).

Em síntese, a maneira como Vermeer ampliou suas ideias, em uma palestra realizada em 21 de maio, de 1984, futuramente publicada como “*Übersetzen als kultureller Transfer*” (A tradução como uma transferência cultural, Vermeer 1986), defende sua própria definição de tradução, apud. Hornby (2006: 53):

... uma oferta de informações em uma língua t da cultura T, a qual imite uma oferta de informações em uma língua s da cultura S, conforme sua função especificada. Em outras palavras, uma tradução não é a transcodificação de palavras ou sentenças de uma língua para outra, mas uma forma complexa de ação na qual alguém fornece informações de um texto (material na língua de partida) sob novas condições funcionais, culturais e linguísticas e sob uma nova situação, enquanto que preserva os aspectos formais o quanto possível.

Vermeer (1986; apud Hornby; 2006: 53)

Com base nisso, evidencia-se que a teoria *skopos* não desconsidera as culturas participantes no ato tradutológico, pois a teoria explicitamente demonstra que na tradução há uma transferência cultural, e não linguística, pois a língua é parte de uma cultura (Snell-Hornby; 2006; p. 54). No entanto, a seleção de léxico anglo-saxônico, ao invés de latinismos, para a

cultura de chegada poderia ser entendida como algo que esconda a cultura de partida, ou o texto em si. Apesar dessas aparentes consequências, sabe-se empiricamente, que apenas um padrão comportamental em tradução restrito a léxico não necessariamente oculta a cultura de partida. A meta das escolhas lexicais está inserida no *skopos* de traduções mais “semânticas” e mais “comunicativas” (1981), de Newmark, segundo aponta Hornby ao relacionar a teoria de Vermeer com Newmark (1981):

Semelhantemente, os conceitos de tradução “documentária” e “instrumental” – compatíveis com as traduções “semântica” e “comunicativa” de Newmark (1981) – são postas no contexto de trabalhos orientados à linguística, de grande status, em trabalhos da época (House 1977 e Diller e Kornelius 1978, cf. Reiss e Vermeer 1984: 92; apud Hornby; 2006; p. 54)

Todavia, de forma simples, conforme o título de seu artigo de 1986, Vermeer vê a tradução como uma transferência cultural, ao invés de linguística, na qual a linguagem faz parte da cultura. A definição de cultura, adotada a partir de outro pesquisador na área, Heinz Göhring (1977; apud. Hornby 006), é ela mesma baseada na definição do etnologista estadunidense Ward Goode-nough, que inclusive Vermeer modifica posteriormente. Segundo Göhring:

(Uma cultura consiste em tudo que uma pessoa precisa saber, conhecer muito e sentir, a fim de avaliar onde membros de uma sociedade estão comportando-se aceitavelmente ou de forma afastada dos padrões, em seus vários papéis; como também para comportar-se de uma maneira que seja aceitável ou desviada das normas daquela sociedade, o tanto quanto uma pessoa assim o desejar e não se importe com as consequências provenientes da conduta de desvios dos padrões.) (Göhring 1977: 10; apud Hornby; 2006: 55)

[A visão modificada de Vermeer] ... a totalidade de normas, convenções e opiniões que determinam o comportamento de participantes de uma sociedade e todos os resultados deste comportamento (tais como a arquitetura, instituições universitárias, etc.) (Vermeer 1989a: 9; apud Hornby; 2006: 55)

Como considerações finais acerca da teoria de *skopos* vale ressaltar a análise de Hornby (ibid.), que afirma que esse conceito de cultura como uma totalidade de conhecimento, proficiência e percepção (em especial, das noções de normas e convenções) é essencial à abordagem funcional na tradução, como uma maneira especial de comunicação e ação social (Hornby; ibid.) Essas comunicações e ações social correm diferentemente da abstrata “alternância de códigos”, que por sua vez foi expandida por Heidrun Witte (1987; apud Hornby; 2006) na forma dos conceitos de “competências culturais” e “competências entre culturas” dos tradutores (Snell-Hornby; 2006: 55). A autora compreende ainda que o conceito de cultura é central na teoria de *skopos* e como tal, logo gerou uma “alternância cultural” na Alemanha

durante a década de 1980. Hornby relata que em 1984 (mesmo ano das publicações de Vermeer e Reiss), buscou localizar contribuições para uma antologia alusiva a essa alternância (mudança), que incluem artigos escritos por: Vermeer, Kussmaul e Hönig (Hornby; 2006; p. 55).

Por fim, algumas características pertinentes ao discurso fluente na língua inglesa podem ser elencadas e comentadas, conforme o historiador David Crystal (2003). Embora as características da formação e composição lexical revelem que os latinismos são dominantes na língua inglesa (Halliday; 2006: *The Handbook of World Englishes*; p. 354 a 356; e “Notas editoriais” de *Dictionary.com*) identifica-se por comportamentos de normas de discurso, que reduzir esses léxis viabiliza nos textos de chegada, o aspecto que o idioma adquiriu, de não permear o discurso com demasiada quantidade de latinismos (refletido por seleção manual de corpus linguístico – Anexos 3 a 5 e relatório). Ainda que as estatísticas lexicográficas e dos estudos da linguagem confirmem a maior recorrência de léxis do latim ou do grego, frequentemente, as composições textuais e de oralidade em produções originais na língua conferem ainda assim, expressiva preferência por léxico com menos latinismos. Portanto, esta pesquisa visa preencher com os léxis ausentes, na produção textual traduzida a partir do português brasileiro (Vide Tabelas 6 e 7 do relatório e Anexos 3 a 5). Conforme dados lexicográficos do serviço *Dictionary.com*, que possui como fonte proprietária principal do dicionário o *Random House Unabridged Dictionary* (Dicionário Extenso da Língua Inglesa; *Random House*), “cerca de 80 por cento de verbetes em qualquer dicionário de inglês são emprestados do latim. Mais de 60 por cento de todas as palavras em inglês possuem radicais do grego ou latim” (<https://www.dictionary.com/e/word-origins/> em 24/07/2020). O editor do artigo deste dicionário *online* traz também a observação de que “no vocabulário das ciências e tecnologias, a quantização aumenta para mais de 90 por cento, e que cerca de 10 por cento do vocabulário do latim já obteve entrada direta no inglês, sem uma língua intermediária (usualmente o francês)” (Editorial do serviço *online dictionary.com*²⁰). Todavia, a extração dos pequenos corpora (mais de 5 documentos) revela alternativas lexicais aos latinismos, por comparações, das normas de uso nas culturas de chegada.

Uma característica que torna esse serviço *online* válido em lexicografia e também seus editoriais, se dá na parceria com uma instituição formal de pesquisa e ensino, a Universidade de Oxford - *Oxford University*. O serviço *dictionary.com* destaca que “como o tesouro mais proeminente na *Web*, ele fornece aos usuários mais de 550.000 sinônimos e uma variedade de

²⁰ Acessado em: <https://www.dictionary.com/e/word-origins/> (24/07/2020)

ferramentas que simplificam o processo de escrita” (editorial *online*). Uma relevante parceria é apontada nas descrições de outro serviço associado, o *Lexico.com*, que consiste em “uma nova colaboração entre o *Dictionary.com* e a editora *Oxford University Press* (OUP) destinada a auxiliar usuários em todo o mundo com os desafios diários com a língua. ” Constata-se no editorial que o serviço *Lexico* é alimentado com informações dos dicionários gratuitos da universidade *Oxford*, de inglês e espanhol e inclui funcionalidades de dicionários multilíngues, tesouros e conteúdos com tradução.

Tendo em vista que as porcentagens lexicográficas não refletem os comportamentos reais em todas as produções de textos, nem mesmo em todo um único texto, validar escolhas lexicais em menor quantidade de latinismos, efetivamente possibilita caracterizar melhor um texto de chegada, traduzido a partir do português do Brasil. Isso, ao se empregar outras opções lexicais naturais na comunicação textual, quando participantes nas normas de uso (relatório e Anexos). Como ponto de partida nos corpora em inglês, a extração de léxico revelou sua utilidade para um *skopos* de domesticação, e conseqüentemente a discussão de dificuldades na direção inglês-português. Essas observações são como a diferenças diretamente perceptíveis, exemplificadas na tabela 4:

Tabela 4: Germanic & Latinate Equivalents in the English Language ²¹

Germanic	Latinate	Germanic	Latinate	Germanic	Latinate
anger	rage	friendly	amicable	old	ancient
ask	inquire	give	provide	other	different
baby	infant	gladness	joy	seem	appear
back	dorsum	go	depart	sheep	mutton
begin	commence	god	deity	shut	close
belief	creed or credence	hearing	audience	shy	timid
belly	abdomen	heed	attention	skillful	adept
bodily	corporal	height	altitude	sleeping	dormant
brotherly	fraternal	help	assist	sight	vision
calf	veal	hen	poultry	swine	pork
come	arrive	hill	mount	teach	educate
cow	beef, bovine	horse	equestrian	thinking	pensive
deadly	mortal	hound-like	canine	throw	catapult
deer	venison	itch	irritate	town	city
earth	soil	know	recognize	understand	comprehend
fatherly	paternal	leave	egress	utterly	totally
feeling	sensation	length	longitude	wage	stipend
first	primary	loving	amorous	wait	expect
flood	inundate	match	correspond	whole	entire
forbid	prohibit	meet	encounter	width	latitude

²¹ Acessada em: <http://www.csun.edu/science/ref/language/german-latin-english.html> (24/07/2020)

forgetting	oblivion	mistake	error	wise	prudent
foretell	predict	motherly	maternal	wish	desire
fox-like	vulpine	new	novel	wolf-like	lupine
freedom	liberty	nightly	nocturnal	yellow	ochre

(Norman Herr; 2007 ; Professor em *Science Education, California State University*)

À medida que as escolhas tradutórias tiverem por objetivo algum distanciamento de léxicos com latinismos, os avanços da lexicografia, aliados à terminologia, fornecem melhores respostas às necessidades de usuários de terminologias e lexicografia. Essas duas especialidades às vezes se sobrepõem: “Um fator que já aproximou os dois campos de pesquisas é a tecnologia, enquanto o outro é o desejo de ambos lexicógrafos e terminólogos melhor atenderem seus usuários, com necessidades, às vezes, sobrepostas” (Bowker 2018/2020: *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*; pp. 580 e 581).

Na narrativa de Bowker (2020: 580 a 583), sobre os “Temas de Pesquisas e Trajetórias” (*Research themes and trajectories*), relativas à terminologia, é apontado que com os desenvolvimentos que começaram a aparecer, no alinhamento da terminologia mais próxima da lexicografia (ibid.; p. 580), está cada vez mais acessível a tecnologia de linguística de corpus para consulta lexical. Isso porque além do desenvolvimento de ferramentas voltadas à minimização de esforços na construção de corpus, “os pesquisadores também têm explorado formas de automatizar a *interrogação* destes corpora; [que] entretanto, haja vista que o ponto de partida em um corpus é via item lexical, ao invés de conceito, a abordagem utilizada agora é semasiológica.” A observação de Bowker (ibid.) de que a área que tem atraído grande atenção seja a extração automática de termos (Kilgarriff 2014; Xu e Sharof 2014; Costa et al. 2016; apud Bowker: 2020), torna realidade as consultas lexicais em língua geral e LSP, desde que as áreas das respectivas pesquisas estejam mais unificadas e em colaboração.

Neste sentido, com a utilização de glossários para extração de LGP (Língua para propósitos gerais), contendo linguagem geral com alternativas aos radicais do latim, outras estratégias tradutórias permitem mais pragmaticamente a domesticação e adequação cultural, conforme as *expectancy norms*, de Chesterman (ibid.). Até mesmo com apoio de software de dicionários para essa finalidade. Por exemplo, o dicionário via *software* local (executado a partir do computador em uso) ou via *Web, Systran.Net* contém consulta de verbetes com traduções bilíngues e demais aplicações de cada termo de busca, inclusive de terminologias. Uma estratégia consiste na confecção de MT – memórias de tradução – a serem destinadas especificamente aos profissionais atuantes nas comunicações do estado ou que incluam a

administração estatal (ressalva-se que tradutores juramentados podem ou não estar inclusos nos fluxos contínuos de traduções neste contexto). O propósito dessas análises é viabilizar a melhor prática na tradução dos nomes de entidades públicas, órgãos, como também suas atividades administrativas e instrumentos (programas, etc).

Ademais, fatos contemporâneos dos avanços tecnológicos em lexicografia com a linguística de corpus são realidade, por exemplo, com o corpus *Cambridge International Corpus* e com o corpus *Collins Cobuild Series*. Ao partir destes dois corpora como exemplo, tem-se no corpus da Universidade de Cambridge, conforme revela Sarah Gieves (18/12/2014), que: “se impresso em papel e empilhado, o Corpus de inglês da Cambridge seria quase tão alto quanto o edifício mais alto do mundo” e sobre banco de dados da série *Collins Cobuild* de línguas e dicionários:

O corpus Collins é uma base de dados de inglês com mais de 4,5 bilhões de palavras, [que] contém materiais provenientes de websites, jornais, revistas e livros publicados em todo o mundo e material da língua falada, retirado de rádios, TV e conversas cotidianas. Novos dados são alimentados ao Corpus a cada mês, a fim de auxiliarem os editores do dicionário Collins a identificarem novas palavras e significados, a partir do momento em que são usadas [dados].

(traduzido de: <https://collins.co.uk/pages/elt-cobuild-reference-the-collins-corpus>²²)

Muito além das considerações de linguagem geral LGP (*Language for General Purposes*), o mesmo enfoque é realizável quanto à terminologia, i.e., LSP (*Language for Special Purposes*). Assim sendo, apoiando-se nas perspectivas de Lynne Bowker (2020), com um enfoque na prática da tradução, a tarefa tradutória é melhor realizada com o uso e aplicação de recursos em terminologia, lexicografia e memórias para reutilizações, haja vista que decisões quanto a léxico auxiliam no cumprimento do *skopos* e no uso das normas (de hábitos tradutórios). A pesquisa em terminologia, como descreve Lynne Bowker (2020), se dá em termos de teorias e de práticas; e quanto à teoria, a autora delinea as relações entre conceitos, definições e termos, ressaltando que esses constituem:

[...] o fundamento para a teoria terminológica, o conhecimento que é importante para tradutores pela razão de que precisam aplicá-lo para que executem tarefas tais como estabelecer identidades entre conceitos, lidar com instâncias em que conceitos são similares ao invés de idênticos, criar termos na língua de chegada para novos conceitos e encontrar termos que correspondam ao mesmo conceito em duas línguas [...] (Bowker;

(*The Routledge Encyclopedia of Translation Studies*; 2020; pp. 579 a 583).

²² Acessado em 03/08/2020.

No entanto, a dificuldade tradutológica, segundo Bowker (ibid.) também se apresenta quando o profissional precisa “selecionar um termo dentre muitas possíveis expressões alternativas”, o que remete à necessidade de se empregar ferramentas de *software online* ou *offline* para consultas ágeis e produtivas. Neste sentido, a terminologia favorece e é favorecida pela lexicografia, pois o uso de glossários para futuras consultas pode hodiernamente ser aperfeiçoado com MT – Memórias de tradução, por meio de glossários digitais ou corpora linguísticos (na forma de dicionários e de bases de dados para consulta). Segundo Bowker (2020; p. 580), o trabalho em terminologia, “às vezes conhecido como terminologia aplicada ou *terminografia*, se refere a atividades de identificação e descrição de unidades conceito-termo, em um campo de conhecimento específico” e a terminologia vem tendo uma associação de longa data com a tradução. (ibid.). Assim, Bowker descreve que ao se pesquisar a terminologia necessária encontrada em um texto de partida, “em alguns casos, [os tradutores] precisam também levar em consideração as preferências terminológicas do cliente” e que “pesquisar a terminologia exigida em alguma tradução pode ser muito trabalhoso e exigir muito tempo; e não faz sentido repetir a pesquisa em todas as outras traduções.” Por este motivo, defende Bowker, que os terminólogos e tradutores, conseqüentemente, “compilam glossários ou bancos de dados de terminologia nos quais registram os resultados de suas pesquisas terminológicas para futura referência” (ibid.). Ainda, Bowker expõe que o princípio geral de se registrar informações terminológicas para reutilizações futuras continua relevante, e que o campo de pesquisas “continuou a se desenvolver além desta questão” (ibid.; p. 580).

Um apontamento que demonstra a equiparação da evolução nos dois ramos de pesquisa, mencionado por Bowker (2020; pp. 582 e 583) é que “como é o caso em lexicografia, usuários de produtos de terminologias estão ficando mais envolvidos na produção de recursos de terminologia”. A “contribuição colaborativa” – *crowdsourcing*, particularmente, é um modelo que utiliza um enorme grupo fechado com participação limitada para membros especialmente selecionados, com especialistas de cada campo científico, algo que está começando a ganhar ritmo (Karsch 2015, apud Bowker 2020, Bowker 2018). A autora prossegue esclarecendo que as atividades terminológicas que podem ser “executadas por grandes equipes” em *crowdsourcing* incluem sugestões e validações de termos candidatos e votações sobre um termo de preferência dentre um grupo de sinônimos. Os membros das grandes equipes podem relatar suas avaliações e experiências (*feedback*) sobre uma variedade de questões relacionadas a terminologias, tais como termos ultrapassados, definições confusas ou equivalentes preferenciais (similares a normas) em uma língua estrangeira (Bowker; 2020; p. 583).

Os resultados demonstrados pela autora também são desejáveis na empresa de padronizações, que poderiam otimizar as traduções de nomes de entidades públicas, suas atividades administrativas e instrumentos, bem como os nomes dos programas públicos e novas realidades que surgem a cada dia. A título de exemplo, aquelas realidades exemplificadas pelos documentos traduzidos e analisados nesta pesquisa: Atividades de Supervisão 2017 – *Oversight Activities 2017* e Analítica de megadados para seguros de autos e de saúde, uma revisão temática – *Big Data Analytics in motor and health insurance, A thematic review*. Esses documentos comportam um momento sincrônico das formas de linguagem e, portanto, das produções textuais em traduções, pois exemplificam a era digital e tecnológica que permeiam o cotidiano hodierno. A observação de Bowker (ibid.) com relação a isto é de que “ao se reconhecer a expertise científica dos especialistas em suas áreas e dá-los voz, a captação do produto pode ser elevada e a satisfação dos usuários melhorada (Bowker; 2020; p. 583).

Uma apresentação de recursos tecnológicos adicionais àqueles que aqui foram apresentados, pode certamente incluir a plataforma canadense *Termium Plus*²³, que consiste em “um dos maiores bancos de dados em terminologia e linguística do mundo; que fornece acesso a milhões de termos em inglês, francês, espanhol e português.” Ainda que o governo canadense faça pleno uso da plataforma e promova suas diretrizes de tradução, as recomendações oficiais do *Translation Bureau*²⁴ canadense – Serviço de traduções), sob o ponto de vista de Mossop (1990; *Translating institutions and “idiomatic” translation*; p. 349) revelam que havia ganhos e perdas na prática canadense, até o momento de seu artigo:

Os tradutores precisam estar conscientes das vantagens e desvantagens da abordagem de sua instituição e da situação histórica que gerou aquela abordagem. Discursos vagos acerca da “aproximação das línguas isoladas” podem fazer com que alguém se sinta bem quanto ao que está fazendo, mas isso não é toda a verdade. A abordagem do governo federal [canadense] voltada a traduções, tanto promove, quanto prejudica a comunicação.

(Mossop (1990; *Translating institutions and “idiomatic” translation*; p. 349)

Translators need to be aware of the advantages and the disadvantages of their institution's approach, and the historical situation that has given rise to that approach. Vague talk about "bridging the language solitudes" may make one feel good about what one is doing, but it is not the whole truth. The federal government's approach to translation both promotes and hinders communication. (Mossop (1990; *Translating institutions and “idiomatic” translation*; p. 349)

(Mossop (1990; *Translating institutions and “idiomatic” translation*; p. 349)

²³ Disponível em: <https://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng> (acessado em 03/08/2020)

²⁴ O Translation Bureau (TB), fundado em 1934, apoia o Governo do Canadá em seus esforços de comunicações e provimento de serviços aos canadenses, em suas respectivas escolhas de idioma oficial.

Com as observações de Mossop (ibid.), é viável considerar que a autenticidade total em uma tradução, com todas as marcas textuais da língua de chegada não somente é impossível, mas é também menos produtiva, na hipótese de traduções de falas e discursos de oralidade em citações (ibid.). Mossop propõe que, excetuando-se essa questão, a tradução idiomática tem função viável e cumpre as metas desejadas (Mossop; 1990), porém o autor discorda parcialmente em seu artigo *Translating Institutions and “Idiomatic” Translation – Traduzindo instituições e a Tradução “idiomática”*, que o governo canadense preserve a cultura quando se aplica a recomendação de traduções “autênticas” (ibid.; p. 346; p. 347 e 354):

A “doutrina de tradução” do governo canadense afirma que o profissional deve tratar ‘não as palavras ou as estruturas do texto de partida, mas ao invés, a mensagem ou, em outras palavras, a intenção do autor’ (Translation Bureau, 1984, p. 3; apud Mossop 1990).

The federal government's "translation doctrine" states that one should render "not the words or the structures of the source-text, but rather the message or, in other words, the author's intention" (Translation Bureau, 1984, p. 3; apud. Mossop 1990)²⁵

[...]

Talvez o aspecto mais importante da doutrina de traduções do governo seja que as traduções devam ser “autênticas”. “Autenticidade é a impressão exercida por uma tradução, de que essa não é, realmente, uma tradução; que essa fora redigida na língua de chegada desde o início, que é um item textual original” (Translation Bureau, 1984, p. 6; apud. Mossop 1990)

Perhaps the most important aspect of the government's translation doctrine is that translations are to be "authentic": "Authenticity is the impression conveyed by a translation that it is not, in fact, a translation, that it was composed in the target language from the outset, that it is an original piece of writing" (Translation Bureau, 1984, p.6; apud. Mossop 1990)

Embora o modelo de desenvolvimento lexicográfico e terminológico canadense se aplique à esta pesquisa, a noção de autenticidade do Serviço de Traduções canadense é elaborada de maneira que rompe os limites entre culturas. Por esta razão, como meta de pesquisa, esse conceito não pode ser considerado em sua totalidade, apenas como orientação para as situações em que a traduzibilidade exigida inclua normas e *skopos*, o quanto possível e factível; excetuando-se citações de discursos de oralidade ou de trechos de declarações exibidos *verbatim* na língua de partida, pois o modelo canadense preza por adaptações demasiadas.

Observações sobre a plataforma Termium Plus®, do governo do Canadá estão sintetizadas abaixo:

²⁵ O artigo de origem não é digitalmente acessível para edição

TERMIUM Plus® é um dos maiores bancos de dados em terminologia e linguística do mundo; que fornece acesso a milhões de termos em inglês, francês, espanhol e português. Pode-se localizar termos, abreviações, definições e exemplos de uso de uma enorme variedade de áreas especializadas. O banco de dados é uma ferramenta essencial para se compreender um acrônimo, verificar algum título oficial, encontrar um equivalente em outro idioma e muito mais.

(fonte: <https://www.btb.termiumpplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng>)

Em contrapartida, em contraste à Comissão de Tradução (*Translation Bureau*) canadense, as instituições europeias que estão relacionadas ao IATE – *Interactive Terminology for Europe* (Terminologia Interativa para a Europa) são a Coordenação de Terminologias, e DGT, tendo-se que a coordenação opera sob o comando da Direção-Geral da Tradução do Parlamento Europeu (*Directorate-General for Translation*).

Uma nota que é necessária, quanto aos glossários e vocabulários do *Translation Bureau* canadense é que há um total de 88 áreas temáticas para acesso e consultas *online*. Na tabela 5 abaixo, as áreas temáticas no portal *Glossaries and vocabularies*²⁶ demonstram que o objetivo de conteúdos de referência enfaticamente auxiliam as traduções que incluam as administrações públicas e algum grau de padronização, mas também reforçam as qualidades de traduções com a disponibilização de bancos terminológicos e lexicográficos.

Dentre as áreas temáticas, 13 áreas tipificam o gênero e os registros textuais mais esperados em comunicações públicas brasileiras, ou que as incluam parcialmente. Por isso, os 13 principais temas são realçados na tabela 5, a citar: 1) comunidade de reguladores federais (léxico); 2) vocabulário de relatório de performance de departamentos; 3) comércio eletrônico; 4) glossário das estratégias de informações financeiras; 5) glossário da área de livre comércio das Américas; 6) glossário terminológico do G8 e G20; 7) glossário *online* do governo; 8) glossário do Fórum Interparlamentar das Américas [inglês, francês, português e espanhol]; 9) novo glossário da tecnologia da informação; 10) vocabulário do parlamento; 11) glossário parlamentar [inglês, francês e “Inuktitut”]; 12) procedimentos parlamentares e 13) glossário de terminologia de direitos e democracia.

Tabela 5 – Extraído de: *Translation Bureau* (plataforma canadense, *online*)

Contagem	A
	1 Accessibility glossary New
	2 Alternative dispute resolution glossary (common law) Updated
	3 ARCHIVED—Alternate forms of delivery services glossary
	4 ARCHIVED—Avalanche bulletin vocabulary
	B
	5 ARCHIVED—Bioethics glossary (Panlatin)

²⁶ <https://www.btb.termiumpplus.gc.ca/publications-eng.html> (acesso em 10/08/2020)

- 6 ARCHIVED—Biofuel glossary (Panlatin)
- 7 Blueprint 2020 glossary
- C
- 8 ARCHIVED—Canadian Institutes of Health Research lexicon
- 9 Canadian Style: A Guide to Writing and Editing (The) (online consultation)
- 10 ARCHIVED—Chief Information Officer Branch glossary
- 11 ARCHIVED—Climate change glossary (Panlatin)
- 12 ARCHIVED—Coin minting and coin plating technology (Glossary of) [English, French, Portuguese and Spanish]
- 13 ARCHIVED—Combinatory vocabulary of fractal imagery
- 14 ARCHIVED—Community of federal regulators lexicon
- 15 ARCHIVED—Competition Tribunal glossary
- 16 ARCHIVED—Corporate administrative systems glossary
- 17 COVID-19 pandemic (Glossary on the) Updated
- 18 ARCHIVED—Cycling glossary (Trilingual) [English, French and Spanish]
- D
- 19 ARCHIVED—Departmental performance report vocabulary
- 20 ARCHIVED—Diamond cutting vocabulary
- E
- 21 ARCHIVED—E-commerce (Vocabulary of)
- 22 ARCHIVED—E-learning glossary
- 23 ARCHIVED—Elections (Pan-African vocabulary on)
- 24 ARCHIVED—Elections glossary
- 25 ARCHIVED—Electronic commerce glossary (Panlatin)
- 26 ARCHIVED—Emergency and crisis communication vocabulary
- 27 ARCHIVED—Emergency management vocabulary
- 28 ARCHIVED—Employment equity glossary
- F
- 29 Family law glossary (common law)
- 30 ARCHIVED—Financial information strategy glossary
- 31 ARCHIVED—Free Trade Area of the Americas glossary
- G
- 32 ARCHIVED—G8 and G20 terminology glossary
- 33 Gender and sexual diversity glossary New
- 34 ARCHIVED—Generic terms in Canada's geographical names (Glossary of)
- 35 Government of Canada Workplace Charitable Campaign glossary
- 36 ARCHIVED—Government on-line glossary
- 37 ARCHIVED—Gyroscopic instruments glossary
- H
- 38 ARCHIVED—Handbook of terminology
- 39 ARCHIVED—Handbook of terminology (Arabic version)
- 40 ARCHIVED—Handbook of terminology (Korean version)
- 41 ARCHIVED—Health services (Glossary of)
- 42 ARCHIVED—Human resources management glossary
- 43 Human rights glossary
- I
- 44 ARCHIVED—Immigration and refugee protection vocabulary

- 45 Information management, Fascicle 1: Access to information glossary
- 46 Information management, Fascicle 2: Information security glossary
- 47 Information management, Fascicle 3: Recordkeeping glossary
- 48 Information management, Fascicle 4: Information architecture glossary
- 49 ARCHIVED—International Space Station glossary
- 50 ARCHIVED—Internet glossary (Panlatin)
- 51 ARCHIVED—Inter-Parliamentary Forum of the Americas glossary [English, French, Portuguese and Spanish]

L

- 52 ARCHIVED—Law of contracts and law of torts glossary (common law)
- 53 ARCHIVED—Law of security glossary (common law)
- 54 ARCHIVED—Law of trusts glossary (common law)
- 55 ARCHIVED—List of country names
- 56 List of country, capital and inhabitant names Updated
- 57 ARCHIVED—Lobbying Act glossary

M

- 58 ARCHIVED—Mackenzie Gas Project glossary
- 59 ARCHIVED—Management values and ethics (Glossary of)
- 60 ARCHIVED—Meeting glossary: Inter-Parliamentary Forum of the Americas [English, French, Portuguese and Spanish]
- 61 ARCHIVED—Metalanguage of terminology (Pan-African vocabulary on the)

N

- 62 ARCHIVED—New information technology glossary

P

- 63 ARCHIVED—Paralympic winter sports (Glossary of)
- 64 ARCHIVED—Parliament (Vocabulary of)
- 65 ARCHIVED—Parliamentary glossary [English, French and Inuktitut]
- 66 ARCHIVED—Parliamentary procedures (Pan-African glossary on)
- 67 ARCHIVED—Passport Canada glossary
- 68 Performance management glossary

R

- 69 Remote predictive mapping glossary
- 70 ARCHIVED—Rights and democracy terminology glossary

S

- 71 Soccer glossary
- 72 Social media glossary Updated
- 73 Specific claims in Canada, Fascicle I: Glossary of the Specific Claims Tribunal
- 74 Specific claims in Canada, Fascicle II: Glossary on Aboriginal land claims
- 75 ARCHIVED—Sport Canada glossary
- 76 ARCHIVED—Sports (Pan-African glossary of)
- 77 ARCHIVED—Student loans (Glossary of)
- 78 ARCHIVED—Sustainable mobility glossary

T

- 79 ARCHIVED—Telecommunications and Broadcasting Regulation vocabulary
- 80 ARCHIVED—Terminologia (Manual de) (Portuguese version of Handbook of terminology)
- 81 ARCHIVED—Terminología (Manual de) (Spanish version of Handbook of terminology)
- 82 ARCHIVED—Terms pertaining to disabled persons (Glossary of)

- 83 Terms relating to the public servants disclosure (Glossary of)
U
- 84 Underwater archaeology glossary New
V
- 85 Values and Ethics—Fascicle 1: Values and ethics in the public sector (Glossary on)
W
- 86 ARCHIVED—Wind power glossary (Panlatin)
- 87 ARCHIVED—Women and development (Pan-African glossary on)
- 88 Workplace mental health glossary Updated

Fonte: *Translation Bureau, Canadá.*

Na comunidade profissional *Proz.com*, também há a disponibilidade para acesso e consultas, de glossários e dicionários, e sobretudo, vários grupos de *crowdsourcing* (contribuição colaborativa), com funcionalidades similares às do IATE e do *Termium Plus* (canadense). Retomando a iniciativa do governo do Canadá, foi elaborada uma plataforma chamada Coleção canadense de recursos linguísticos – (*Collection of Canadian language resources*), que contém recursos de escrita com os 5 (cinco) itens inclusos abaixo, com destaque para: “diretivas de redação”, “linguagem clara” e principalmente, “tradução”:

- Resumés and job-related letters – Currículos e cartas trabalhistas
- Plain language – Linguagem simples
- Translation - Tradução
- Writing for the web and digital communications – Escrita para a *Web* e para comunicações digitais
- Writing guidelines – Diretivas de escrita

Ademais, para sua coleção de glossários e dicionários, os seguintes itens foram elaborados e apresentam similaridade com as produções e temáticas tradutórias nos governos Federal, Estadual e Municipal ou Distrital, no Brasil. Igualmente, poderiam justificar a iniciativa por parte das administrações públicas brasileiras para os propósitos de padronizações e consistência de qualidade nas produções em tradução e ainda, maior uniformidade. Estas breves áreas em glossários e dicionários são exemplárias, para que conteúdos recorrentes possam ser elaborados e projetados para consultas *online*, mesmo que mediante acesso restrito a empresas credenciadas e a departamentos governamentais pertinentes:

(*Glossários e dicionários*):

- Environment and geography – Meio ambiente e geografia
- Finance and economics – Finanças e economia
- Food and agriculture – Alimentação e agricultura
- Health and recreation – Saúde e entretenimento
- Industry and business – Indústria e negócios
- Language and culture – Língua e cultura

- Law and justice – Direto e Justiça
- Science and technology – Ciências e tecnologias

(Data de modificação e fonte: 20/07/2020; Translation Bureau.²⁷)

Em mais uma exploração da temática da tradução institucional, além de Koskinen (2014; *Institutional translation: the art of government by translation*), destaca-se o artigo de análises por autoria de Ji-Hae Kang na obra intitulada *Encyclopedia of Translation Studies (Second Edition)* (2009), que também aponta as pesquisas de Kaisa Koskinen (ibid.). Kang (2009) identifica que o conceito de “tradução institucional” se refere a um tipo de tradução que ocorre em ambientes ou situações institucionais, mas que o termo é problemático, em função da ambígua categorização do conceito de instituição. Porém, também porque em algum momento entre a solicitação (encomenda; ou *commission*) de um projeto de tradução e a publicação dessa, os tradutores e as traduções inevitavelmente ficam associados a alguma instituição, tais como uma fabricante multinacional, ou uma editora que a destina à impressão (Kang; 2009: 141). Todavia, “tradução institucional” é geralmente utilizada pelos câtedras em tradução tanto em referência à própria tradução como instituição em si, quanto para alguma organização, tais como “o *Translation Bureau* - do Governo Federal do Canada (Mossop 1998, 2006), ou para sistemas sociais institucionalizados tais como o sistema jurídico (Colin e Morris 1996) ou o sistema de saúde (Davidson 2000)” (Kang; ibid).

Segundo essa definição, Kang (2009; ibid.) argumenta que o estudo da tradução institucional ocupa-se com os aspectos organizacionais, estruturais, relacionais, ideológicos e históricos de uma instituição que traduz; e seus impactos sobre tradutores, processo e produto tradutório (Kang; 2014; ibid.). Quanto aos estudos da tradução, Kang relata ainda que a importância de instituições foi pela primeira vez destacada por Mossop, o qual destacou que as instituições que traduzem são “um fator ainda ausente na teoria da tradução” (Mossop; 1988: 65; apud Kang; ibid.). Kang (2014) subsequentemente mostra que embora as abordagens ao estudo da tradução institucional sejam heterogêneas, todas compartilham da pressuposição de que a tradução seja uma prática condicionada socialmente e que esse pressuposto é evidente nas estruturas teóricas adotadas, como também é evidente nos tópicos de pesquisas (Kang; 2014; p. 141)

As áreas de pesquisa, segundo Kang (2014), se estendem desde a investigação crítica dos textos selecionados para traduções (Tahir-Gürçaglar 2003; apud Kang 2014) até uma análise de características textuais de traduções produzidas institucionalmente (Kang 2007),

²⁷ <https://www.noslangues-ourlanguages.gc.ca/en/ressources-resources/index-eng> (acesso em 10/08/2020)

partindo de exame minucioso do papel do tradutor institucional como um agente social e cultural, até a problematização da produção e reprodução de práticas discursivas via traduções (Blommaert 2005; apud Kang 2014). A análise de Kang (2013; p. 141) aborda que o início da problematização se dá desde um exame das rotinas de trabalho do tradutor, do status e de questões de poder e controle (Berk-Seligson 1990/2002; apud. Kang 2014). Kang aponta que até uma investigação de normas e culturas institucionais está inserida na problematização (Inghilleri 2003; apud Kang 2014). A atenção investigativa não se encerra nestes aspectos e problematizações, segundo Kang (2014: 141), mas também na forma como discorre Koskinen, desde a análise de metas e ideologias institucionais (Koskinen 2000b; apud Kang 2014) até uma descrição histórica de práticas da tradução institucional (Hung 2005; apud. Kang 2014)

É observado por Kang (2014; p. 144), que uma instituição que esteve e está nos olhares atentos de pesquisas minuciosas em tradução desde a década de 1990, é o Serviço de Traduções da Comissão da União Europeia, “a maior instituição de traduções do mundo”, que o autor postula ser motivado pelo notável tamanho e complexidade da instituição, além de atribuir novas linhas teóricas e práticas que possam ser desenvolvidas a partir dela: políticas de linguagem e de língua(s), ideologia (s), economia, globalização e comunicações interculturais. Como nesta pesquisa foi projetado avaliar alguns exemplos de imperfeições notórias, a partir de padronizações exemplificadoras, evidencia-se o fato apontado pelo teórico, de que “um tema que vem sendo tratado por diversos pesquisadores é a forma na qual as características textuais de traduções da UE (por ex.: vocabulário, sintaxes e redação, ou estilos²⁸) fortemente são contrários às convenções da língua de chegada. Os conceitos derivados dessas análises são descritos por Kang (2014: 141):

Estas características foram discutidas em termos da política da UE de multilinguagem, processos e procedimentos coletivos e complexos e o conceito de ‘hibridização’; esse, conforme Trosborg, refere-se a características de texto traduzido que estejam “fora de lugar”/”estranhos”/”incomuns” para a cultura que utiliza os textos de chegada (1997: 146). (Kang; 2014: 141)

Adiante, Kang (2014) destaca que as hibridizações em traduções na UE, em especial, foram menos “associadas ao ‘*tradutêz*’, ou falta de competência tradutológica e mais associadas a uma convergência entre culturas e padrões institucionais de comportamentos” (cf. normas de Toury e Chesterman; *ibid*; *ibid*.).

Concluindo algumas percepções de Kang (2014: 143), o autor afirma que a tradução em um cenário ou contexto institucional “está se desenvolvendo em um processo complexo que

²⁸ Aplica-se, nesta pesquisa a definição de “estilo” apresentada no Dicionário Aurélio Eletrônico: 4. *Fig.* Maneira de escrever caracterizada pelo emprego de expressões e fórmulas próprias de uma classe, profissão, ou grupo: *estilo publicitário; estilo forense; estilo didático; estilo militar.*

envolve mediadores ou intermediários múltiplos, ou mais especificamente, uma rede de instrumentais humanos e tecnológicos”. Kang (ibid.) afirma que a produção de traduções institucionais mais frequentemente “envolve o trabalho complexo e colaborativo entre tradutores, revisores, editores, especialistas e às vezes, até mesmo redatores de rascunhos de textos de partida, como também uma variedade de recursos eletrônicos” (Kang; 2014: 143).

Na obra de análises aprofundadas da tradução institucional, intitulada *Quality aspects in institutional translation* (2017), Łucja Biel et al. adotam a definição de Schäffner et al. de que a tradução institucional consiste em toda tradução realizada por uma instituição ou para uma instituição. No entanto, apesar do conceito também ser definido por outros autores e amplamente discutido, como por Mason (2004) e Koskinen (2014), os autores defendem uma definição que lhes parece “representar um viés equilibrado”, frente a inúmeras concepções entre teóricos e pesquisadores, por se tratar de “um fator ainda negligenciado” nos estudos da tradução (Biel; 2017; *Introduction*). Para a autora, a tradução institucional pode ser definida em termos breves ou em termos amplos e adota a definição de Schäffner et al.:

Em sentido mais amplo, qualquer tradução que ocorra em um cenário institucional pode ser chamada de tradução institucional e conseqüentemente, a instituição que gerenciar traduções é uma instituição de traduções. Nos estudos da tradução, todavia, o rótulo “tradução institucional” geralmente refere-se à tradução dentro de ou para uma organização específica ... A tradução institucional é tipicamente coletiva, anônima e padronizada. (Schäffner; 2014: 493–494, apud Biel; 2017: *Quality aspects in institutional translation; Introduction*)

Para os autores, a perspectiva de Schäffner et al. é uma na qual a tradução institucional seja “tipicamente coletiva, anônima e padronizada”, por isso exige que as instituições assegurem as consistências lexicais, gramaticais e de estilos. Tal padronização, segundo Biel et al. (2017) é alcançada por meio de “guias de redação e estilo, ferramentas CAT, procedimentos de revisões, mentorias e de providências de treinamentos” (Schäffner et al; 2014: 494). Sob o entendimento de Biel et al. (2017), a padronização pode ser considerada como uma das características definitivas da tradução institucional. Com as conceitualizações divergentes do termo e a restrita fundamentação contra a qual o termo foi inicialmente cunhado, Koskinen (2014) trata a definição com o uso da indagação “Qual / Quais propósito (s) a tradução satisfaz nas instituições?” (2014: 480, apud Biel; 2017) e prossegue a estudar o assunto de governança no contexto das instituições de tradução e daquelas que traduzem para suas atividades.

A obra editada por Biel et al. (2017) contém uma ponderação profunda de um dentre muitos aspectos da tradução institucional – mais ainda, um de importância chave – tanto com relação à pesquisa quanto à prática em tradução dentro das instituições, aspecto esse o da

qualidade. Os autores definem qualidade de muitas formas e argumentam que na prática industrial e/ou comercial, nos quais os contextos institucionais tendem cada vez mais a algo em comum, a qualidade é frequentemente compreendida como o grau com que as características inerentes de um produto ou de um processo suprem as expectativas dos clientes – vinculados aos padrões ISO 9000 (cf. ISO 9000:2015 2015).

Por este motivo, o referencial de padronizações de qualidade nesta pesquisa tem como consideração que as noções de equivalência segundo a teoria *skopos* seja a premissa para qualidade e padronizações: “equivalência é a relação entre o texto de chegada e o texto de partida, que pode atingir a mesma função comunicativa de mesmo teor nas duas culturas envolvidas.” (Vermeer e Reiss; 2014; p.p. 127 e 128), desde que as funções desempenhadas dos produtos traduzidos conttenham a marcas e unidades de sentido das normas de usos naturais e habituais na cultura de chegada, portanto, naturalidade e idiomática.

Retomando um argumento de Kang (2014: 143), em relação à tradução em um cenário ou contexto institucional, torna-se necessário avaliar o modelo europeu, com suas tecnologias diversas que otimizam o trabalho do tradutor. Inclusive porque a tradução profissional em geral, segundo Zanettin (2014) e em equiparação Kang (2014; 143) “está se desenvolvendo em um processo complexo que envolve mediadores ou intermediários múltiplos, ou mais especificamente, uma rede de instrumentais humanos e tecnológicos”. Nisso, algumas soluções tecnológicas são reavaliadas a seguir. Com enfoque nas percepções de Zanettin (ibid.), um novo olhar para as tecnologias profissionais contribui para o cumprimento do *skopos* e melhor reconhecimento das normas de uso das culturas de chegada, para efetivação das funções desejadas:

[...] uma estação de trabalho de traduções completa que consiste de uma pluralidade de ferramentas especialmente desenvolvidas para tradutores de textos técnicos e localizadores (localizers). As empresas de traduções organizam seus fluxos de trabalhos em torno de sistemas de gerenciamentos de projetos que distribuem as tarefas de tradução, as memórias e terminologias para e entre os tradutores individuais. (Zanettin; 2014; p 13).

[...] o conceito por trás dos software de memórias de tradução, que podem variar desde pacotes de *software* comerciais sofisticados até aplicações básicas em *software freeware*, se dá na possibilidade de se “reutilizar segmentos de traduções anteriores, assim economizado tempo e elevando a acurácia e produtividade” (Zanettin; 2014; p 13).

Os novos parâmetros profissionais descritos por Kang e amplamente discutidos por Chesterman (1993, 2002, 2013, 2016) e Zanettin (ibid.), para o moderno trabalho do tradutor podem incluir, a citar, as plataformas aqui avaliadas, tais como o IATE – UE, o *Termium Plus*, *Legis Write* (UE), *EURO-LEX* (UE) e diversos outros glossários e dicionários para acesso *online*, em plataformas reconhecidas: *Systran Net online*, *Proz.com*, *Linguee.com*, *Michaelis*

UOL online, Lexico.com. As ferramentas em agregado, pragmaticamente, permitiram localizar terminologias e rótulos de atividades ou de entidades contidas nos textos traduzidos. À medida que foi necessário comprovar o papel de consultas *online* para padronizações, os rótulos de entidades e serviços na UE (adotando-se terminologicamente como “instituições, órgãos, serviços interinstitucionais e organismos”, do Anexo A9: Código de Redação Interinstitucional - UE) foram agilmente localizados e contundentemente favoreceram ao produto tradutório dos textos aqui trabalhados.

Quanto aos termos técnicos inerentes aos serviços do órgão EIOPA, do mercado de seguridade e suas gestões (tema da tradução deste trabalho), os recursos das bases de dados do IATE, *Proz.com* e *Termium Plus*, geralmente contribuíram para as soluções de dúvidas recorrentes, alusivas à área de especialidade. Por vezes os dicionários eletrônicos/digitais continham marcas de registro e até mesmo termos, em bases de dados, como foi o caso de “*churning*”, no banco de dados do dicionário *Collins online*. Os corpora comparáveis contêm também as versões bilíngues.

Ao adotar ferramentas de lexicografia como Aurélio Digital e *Michaelis UOL online*, assim como *Collins Cobuild* e *Systran Net*, foi possível a localização de normas de tradução para o português brasileiro, inclusive de registros (para a tradução deste trabalho). Não obstante, a leitura ampla dos materiais disponíveis em formatos digitais, disponibilizados pela União Europeia, para contextualizações terminológicas e dos modelos de gestão da EIOPA, ao longo da produção das traduções, efetivamente destacou o registro e serviu como corpora comparáveis, que por sua vez forneceram melhores percepções quanto aos segredos de negócios em seguridades de autos e de saúde e suas terminologias. Apenas como exemplários, esses termos “*policy/policies*”, que ora surgem como “*políticas*” / “*políticas de ação*”, ora em aplicação especializada como “*apólice (s)*” e “*churn*”, que por sua vez é descrito e especificado pelo corpus *Collins Cobuild online* expuseram o grande papel de referências online. Quanto aos termos “*churn/churning*”, obtém-se: “(*Insurance: Sales and distribution*): *If a bank or broker churns a contract or policyholder, they encourage a client to change investments or policies in order to increase commissions at the client's expense.*”, com a tradução: “Se um banco ou corretor faz ‘rotativa (*churn*)’ de um contrato ou de um segurado de uma apólice, estimula o cliente a mudar os investimentos ou apólices a fim de aumentar as comissões, com custo para o cliente”.

As coletas das documentações e das divulgações da União Europeia viabilizaram a familiarização com os textos e com os temas, e igualmente confluíram para as extrações de unidades de tradução em que ocorrem divergências nas traduções do português brasileiro para

o inglês (para aproveitamento de extração lexical em língua inglesa). Isso com base no fato que em documentos de produções originais em língua inglesa (na UE e fora), o léxico não corresponde, em termos de radicais recorrentes do português. Neste sentido, o que é considerado são as situações identificadas por Snell Hornby (2006), Koskinen (2014) e Kang (2014), acerca dos temas: “*translationese*” (Kang; *ibid.* e Munday; 2009); textos híbridos: ‘características que de alguma forma parecem ‘fora de lugar’ / ‘estranhas’ / ‘inusitadas’ para a cultura de chegada’ (Schäffner 1997: 325; *apud.* Hornby: 2006) e “*internal lingua francas*” (Koskinen; 2014: 08).

As características discutidas por esses últimos autores também são elucidadas por Munday (2009: 172) sob o conceito de “*translate*” / “*translationese*²⁹”, que ocorre, por exemplo, com a ausência de colocações em dada língua de chegada, tendo-se colocações incorretas ou incomuns à língua de chegada, ou na forma de “um terceiro código linguístico, termo este que descreve traduções como um produto de linguagem existente entre textos da LP e LC (língua de partida e língua de chegada)”. Ainda, conforme analisa Munday (2009), de acordo com Frawley (1984; *apud.* Munday; 2009: 233), “uma tradução é escrita em seu próprio estilo (sua própria redação), isto é, um código que exhibe características lexicais, sintáticas e textuais típicas, incluindo a explicitação, simplificação e assim por diante” Munday (2009: 233).

É elucidado que “no caso destas características serem obrigatórias pelo processo de tradução (por ex., ajustes à cultura de chegada), são consideradas positivas, porém, se houver uma alta frequência de ocorrências incomuns, a tradução é percebida com alguma reprovação (ex.: Baker 1993; *apud.* Munday; 2009)”. Munday identifica esse caso como “*translationese*” (Munday; 2009: 234).

A função linguística de notável relevância das colocações em uma língua é brevemente descrita por Munday (2009: 172), como “o fenômeno de co-ocorrência de dois itens lexicais, conhecido como ‘colocações’ (por ex.: *held our breath; human being; in winter; wage war*). As colocações são uma estrutura fundamental de elevada relevância nas estruturas lexicais e sintáticas”, pois mostra o “eixo paradigmático da linguagem” e consiste em uma das categorias de coesão (Munday: 2009; 172). Uma expressiva motivação à empresa de padronizações e de controle de qualidade em traduções é a viabilidade da característica apontada por Munday (2009: *ibid.*) e Sinclair (1991; Church et al. 1991; *apud.* Munday; *ibid.*), quanto ao que se

²⁹ The Routledge Companion to Translation Studies (2009)

reconhece como cálculo estatístico. Esse cálculo de colocações e marcas linguísticas, com o uso de corpora eletrônicos (Munday; *ibid.*), aponta, sobretudo, para as mais amplas aplicações.

Para finalizar essa breve atenção às colocações, *translationese* e outros aspectos “fora de lugar” ou “incomuns” resultantes de um processo tradutório, constata-se como notórias também, as observações de Antoine Berman (2012: 39 a 46; 67 e 68), acerca das “tendências deformadoras”, que são descritas pelo autor em razão do prejuízo ao sentido, ou seja, à “letra”:

Para que haja anexação, o sentido da obra estrangeira deve submeter-se a língua dita de chegada. Pois a captação não libera o sentido numa linguagem mais absoluta, mais ideal ou mais “racional”: ela o encerra simplesmente numa outra língua, considerada, é verdade, como mais absoluta, mais ideal e mais racional. E esta é a essência da tradução etnocêntrica; fundada sobre a primazia do sentido, ela considera implicitamente ou não sua língua como um ser intocável e superior, que o ato de traduzir não poderia perturbar.

Trata-se de introduzir o sentido estrangeiro de tal maneira que seja aclimatado, que a obra estrangeira apareça como um “fruto” da língua própria. [as argumentações das irrisórias condições semelhantes estão apresentadas abaixo.] Berman (2012: 45)³⁰

Inserida na discussão de Berman (2012), está sua preocupação com a tradução etnocêntrica, que segundo a autora, é característica de toda tradução com domesticação (e “de quase todas as traduções literárias” até o momento de sua pesquisa). Todavia, o estudo da autora é majoritariamente atribuído às traduções literárias, semelhantemente aos estudos de Venuti (*ibid.*), sendo por isso a razão de Berman até mesmo validar as propostas e discussões desse e de Scheiermacher (*ibid.*), centrados na atenção à literatura traduzida. Berman pensa a tradução literária etnocêntrica como uma tradução que perde “toda marca da língua de origem”, que toma forma cuidadosamente delimitada, sob a premissa de que “a tradução dever ser escrita numa língua **normativa** – mais normativa que a obra escrita diretamente na língua para a qual se traduz; que ela não deve chocar com ‘estranhamentos’ lexicais ou sintáticos” (Berman; 2012: 46). Um argumento defendido com relação às traduções literárias, por parte de Berman (2012), que ressoa em outros teóricos, conforme apontado, está em choque com as considerações de domesticação e padronização, quando são reforçados léxico de real uso como em redações originais, as colocações e as locuções da língua de chegada.

O argumento que é ressoante e muito defendido na tradução literária e portanto, impossível de correlação com este trabalho, é a crítica comum de que as exigências para a literatura traduzida a seguir seja inadequada: “a obra deve causar a mesma ‘impressão’ no leitor

³⁰ Berman (2012; A Tradução e a Letra ou o albergue do Longínquo (2a. Edição))

de chegada que no leitor de origem”, o que claramente compreende apenas raros casos em traduções governamentais ou de negócios com ou sem participação estatal (Berman: 2012: 46).

Não obstante, alguma comunicação pública ocasionalmente contém discurso pessoal, ou discursos que retratem o povo brasileiro ou seus interesses, sua cultura, pautados nos costumes e padrões linguísticos brasileiros. Assim sendo, as preocupações de Venuti, Scheiermacher e Berman (ibid.; ibid.; ibid.) em proporções ínfimas, porém *bona fide*, são encontradas por vezes em partes de documentos e comunicações (comentados por Koskinen e Mossop; ibid.; ibid.). Até mesmo algum *skopos* por parte de algum governo local ou federal, possivelmente irá conter trechos ou seções de documentos que sejam classificados nas observações desses autores. Isto é, a domesticação deve ser delimitada conforme algum possível *skopos* defina idiosincrasias ou porções de expressão humana, como prioritárias no produto tradutório. Algum grau de invalidação do perfil humano e cultural, contidos em dado discurso pode resultar em traduções que autorizem as tendências deformadoras que “formam um todo sistemático, cujo fim e a destruição, não menos sistemática, é da letra dos originais”, caso este em que somente são “em benefício do ‘sentido’ e da ‘bela forma’ ” (Berman; 2012: 67; vide Mossop; ibid.)

Dentre as possíveis tendências analisadas por Berman (ibid; 67 e 68), treze têm destaque, enquanto que “algumas convergem, ou derivam das outras; algumas são bem conhecidas, ou podem parecer concernir somente a [nossa língua francesa classicizante]. Mas, de fato, concerne a toda tradução, qualquer que seja a língua, pelo menos no espaço ocidental.” (Berman; 2012: 67 e 68). A autora relaciona as tendências, em especial, concernentes à literatura traduzida, que, no entanto, podem aleatoriamente estar inseridas em trechos ou gêneros e registros aqui discutidos, como seguem:

[...] a racionalização, a clarificação, o alongamento, o enobrecimento e a vulgarização, o empobrecimento qualitativo, o empobrecimento quantitativo, a homogeneização, a destruição dos ritmos, a destruição das redes significantes subjacentes, a destruição dos sistematismos textuais, a destruição (ou a exotização) das redes de linguagens vernaculares, a destruição das locuções e idiotismos, o apagamento das superposições de línguas.

Berman (2012; A Tradução e a Letra ou o albergue do Longínquo (2a. Edição); 68)

Essa condição discutida por Berman (2012), Koskinen (2014) e Mossop (1988/1990), de trechos e segmentos do discurso pessoal ou cultural são pontos de partida de análises quanto às traduções do governo canadense (realizadas pelo *Translation Bureau*), de quando o sentido deve ser repassado em integralidade e eficiência, mas infelizmente eliminando, ou deformando a originalidade da expressão. Mossop (1990) defende que a busca por todas as normas da LC

seja menos produtiva, na hipótese de traduções de falas e discursos de oralidade em citações (Mossop; 1990). Em seu artigo *Translating Institutions and “Idiomatic” Translation – Traduzindo instituições e a Tradução “idiomática”*, Mossop discorda que o governo canadense preserve a cultura quando se aplica a recomendação de traduções “autênticas”, para segmentos textuais culturais e pessoais (ibid.; p. 346; p. 347 e 354)

Demais argumentações são encontradas no mesmo artigo de Mossop (1990; 350), em sua análise de três desvantagens da tradução idiomática, avaliada por ele concernentes ao governo do Canadá. Um argumento adequado à discussão aqui desenvolvida é identificado por Mossop (ibid.) na instituição do Serviço de Traduções:

[...] Caso a doutrina da tradução idiomática seja seguida firmemente, então os comentários traduzidos de, digamos, o Primeiro Ministro de Québec, soarão sempre como tivessem sido declaradas por um Primeiro Ministro de uma província anglófona, e isso pode ser indesejável.

If the doctrine of idiomatic translation is followed rigidly, then the translated comments of, say, the Premier of Québec will always sound as if they had been uttered by the Premier of an English-speaking province, and this may be undesirable (see section 3 for an example).
(Brian Mossop; 1990: p. 344)

Seção 3:

[...] Outro exemplo é a tradução de citações, em casos onde é relevante transmitir o estilo pessoal do autor do texto fonte e seguir sua linha de raciocínio (verter a semântica das palavras individuais do texto de partida, ao invés de meramente enfatizar o peso do que é dito.

Section 3:

[...] An example is the translation of quotations, in cases where it is important to convey the personal style of the source-text author and follow his or her thought process (render the semantics of the individual source-text words rather than merely for force of what is said). [...]

(Brian Mossop; 1990: 350).

Uma breve retomada de um argumento de Katan (2009: 83), que esclarece uma tendência em tradução com vistas à domesticação: “as estratégias envolvidas em traduções, [...] também, como os estudos descritivos da tradução mostraram [...], que as regras e convenções que orientam decisões tradutórias apropriadas são domésticas, ao invés de universais”. (David Katan (*Translation Studies*; 2009: *Translation as intercultural communication*; p. 83). Portanto, tendo-se Katan (2009; ibid.) como referencial, é possível considerar como regras e convenções, não aquelas da língua de partida, mas sim da destinação reservada à tradução, haja vista que o texto de partida já possui suas funções no país de origem e precisa estender a comunicação à outra nação, com algum grau de adaptação ou manipulação: “Claramente, textos com uma

função de persuasão, [como a anterior], deve ser manipulada caso devam funcionar com persuasão na cultura de chegada” (Katan; 2009: 82).

O alcance da domesticação pode contar com maior atenção às locuções, colocações e alternativas lexicais mais amplamente adotadas em cada cultura de chegada, ou em cada registro que o texto pretende alcançar (vide relatório e Anexos). Essas normas de cada momento histórico otimizam a comunicação se reconhecidas para as traduções resultantes; e a disponibilidade de recursos tecnológicos e fontes de informações digitalizadas para corpus comparável, também viabilizam eficazmente a realização das normas de Chesterman (ibid.). Apesar das normas analisadas exercerem maior consistência comunicativa, por vezes algum discurso pessoal constante de textos de partida deve ser respeitado e os aspectos culturais preservados, a fim de haver a real expressão daquilo que se deseja comunicar do “outro” (Venuti; 1999: *Introduction*; 4 - 7).

N.B.: Venuti discorre na obra *The Scandals of Translation* (1999) acerca da “formação de identidades culturais” (tal como Scheiermacher; ibid.), que sob efeitos práticos não estão inseridos expressivamente na realidade de traduções de um estado ou com participação desse, nos contextos administrativos e de negócios oficiais. O cenário explorado por Venuti (1999: 67) corresponde às suas reflexões da tradução literária. O grau de incidência desse contexto para a pesquisa é incerto e exigiria, em parte, um desenvolvimento exclusivo.

A padronização aprimorada com atenção aos equívocos apontados por Snell Hornby (2006), Koskinen (2014) e Kang (2014), probabilisticamente atenua erros e enganos entre as alternativas, frente a unidades de tradução de cada gênero e registro. Determinado enfoque é necessário para que os itens de tradução oficiais da gestão e da atuação pública não sejam comprometidos quando da falta de fontes fidedignas e homologadas.

A iniciativa do judiciário brasileiro, na forma de um glossário jurídico multilíngue, que esteve *online* até o ano de 2012, do Supremo Tribunal Federal (português, inglês e espanhol) foi referência entre os tradutores livres e *free lance* no período de vigência. À medida que uma instituição pública de direito reconheceu o conteúdo técnico e oficial naquela plataforma *online*, obtem-se um exemplo, para que se assegure qualidade e valor de lei em traduções, inclusive quando da atividade administrativa ou de negócios do estado. Atualmente apenas há, do mesmo órgão federal brasileiro, o portal do Supremo Tribunal Federal com o “Vocabulário Jurídico: Tesouro”, sem versões bilíngues ou multilíngues.

As notícias dos portais *online* JusBrasil e do Supremo Tribunal Federal do Brasil, que seguem nos primeiros anexos, 1 e 2, demonstram como um referencial reconhecido e validado assegura a qualidade e uniformidade à ação de governar com traduções, na forma de recurso à

governabilidade e a negociações públicas (Koskinen: 2014: ‘arte de governo’). A notícia veiculada qualifica a meta do portal lançado no ano de 2011.

Os portais públicos do Governo Federal apontam indiretamente na direção de padronizações, estimulando a qualidade de concisão e terminológica, por meio da página *web* brazil.gov.br, com destaque ao nome do país em inglês. O portal exibe unidades de tradução não ortodoxas ou não bem recebidas por muitos, todavia constitui um recurso profícuo e promissor, que toda a esfera pública poderá empregar e tornar modelo. No anexo 4 estão avaliadas algumas escolhas de tradução do portal, que sob o ponto de vista das organizações políticas de língua inglesa, exprimem uma valorização forçosa dos radicais em latim ou dos radicais que prevalecem no Brasil. Cabe o questionamento de traços culturais nas escolhas tradutórias do portal.

Sutis aperfeiçoamentos nas escolhas e em unidades de tradução tornariam as informações adequadas à confecção de referências digitais para norteamento em traduções no Brasil. Diversos órgãos e entidades disponibilizam algum conteúdo e algumas informações em outras línguas, mas no Brasil ainda não há plataformas ou portais idealizados integralmente às perspectivas e metas já conhecidas em outros países (discutidas nesta pesquisa).

Para a devida realização dos esforços avaliados e exemplificados por outros países e até mesmo algumas entidades públicas brasileiras, com vistas aos mesmos avanços já conhecidos fora do Brasil, entidades novas deveriam ser criadas e planejadas, assim como recursos tecnológicos disponibilizados para a implantação de portais e plataformas. A solução pragmática pode ter início com as universidades e associações profissionais, aliadas às competências que busquem uma diplomacia no exercício público nas tramitações e negociações, de maior reconhecimento e melhor aceitas globalmente. O Acordo Mercosul-UE (vide Anexo 3) é exemplário de como uma pasta administrativa pública pode revelar o potencial ou falha de comunicação, nos documentos. Embora o documento represente a América Latina e o Brasil, na parceria com a UE, constata-se que o texto resultante é menos comunicativo em língua inglesa e mais comunicativo face aos idiomas latinos.

A questão que pode ser verificada nas traduções dos portais (brazil.gov.br) do Governo Federal do Brasil em inglês, assemelha-se com aquelas discutidas por Katan (2009). O autor observa possíveis falhas em tradução, denominadas por Leppihalme (1997: 4; apud Katan, 2009) de “colisões culturais” (“*culture bumps*”; Leppihalme: 1997: 4; apud Katan 2009; 82), definidas em relação à pluralidade de culturas como choques de culturas, “como as ‘reações emocionais à confusão que acontece quando alguém está inserido em uma outra cultura, ainda sem familiarização e está privado de pistas daquela cultura’ (Paige; 1993: 2)”. A viabilidade

dessa discussão evidencia porque a aplicação de normas de comportamentos em tradução, valorização de léxico igualmente predominante, como também o uso de referências digitais para terminologias e consultas (nas administrações públicas: nomes e títulos/rótulos oficializados, traduções típicas de um gênero textual ou registro), asseguram que os “choques culturais” não sejam obstáculos ao *skopos* e à comunicação (norma de Chesterman; 1993; p. 67). Assim, conclui Katan, em seu artigo *Translation as intercultural communication* (ibid.; 82), sobre experiência intercultural, um dos motivos neste trabalho, para a perspectiva de atenuação com domesticação gradativa:

So, cultures, here, are plural, and texts require mediating rather than conduit translation. Though Leppihalme restricts the term ‘culture bumps’ to ‘the allusion [which] may remain unclear or puzzling’ (1997: 4), the ‘bump’ can apply to any communication problem. It was coined by Archer (1986) as a mild form of ‘culture shock’, which has been defined as the ‘emotional reactions to the disorientation that occurs when one is immersed in an unfamiliar culture and is deprived of familiar cues’ (Paige 1993: 2).

(Katan; *The Routledge Companion to Translation Studies*; 2009: 82)

Portanto, culturas neste contexto, são plurais e textos exigem mediação, ao invés de tradução na forma de transmissão. Embora Leppihalme restrinja o termo ‘colisões culturais’ ‘aludindo [ao que] pode ficar confuso ou desconcertante’ (1997: 4), a ‘colisão’ pode ser aplicada a qualquer dificuldade de comunicação. [O termo] foi cunhado por Archer (1986) como uma forma sutil de ‘choque cultural’, o qual foi definido como ‘reações emocionais à desorientação que acontece quando alguém está imerso em uma cultura desconhecida para ele (a) e está privado de pistas familiarizantes’ (Paige 1993: 2). (Katan; *The Routledge Companion to Translation Studies*; 2009: 82).

3. Relatório

Como resultado das metas prioritárias da pesquisa e da seleção dos textos, um texto de apresentação objetiva do órgão europeu EIOPA, e o texto de maior atenção, *Big Data Analytics in Motor and Health Insurance: a thematic review*, a experiência de tradução efetivamente revelou um dos objetos da pesquisa, já a partir do título do documento. Discorrer acerca de bancos de dados terminológicos para padronização e traduções consistentes, via teorias da tradução, vinculou-se à tradução desde as primeiras palavras no título do documento: *Big Data*. Essa realidade social e tecnológica é marcante na pesquisa, pois a tradução adotada pela União Europeia, por meio da plataforma IATE remete a uma novidade. Isto é, registra uma perspectiva de traduções de novas situações e realidades tecnológicas, que estão em gradativa inserção na vida moderna digital, ainda sem convenções ou normas de hábitos tradutórios, largamente adotados em outras partes do mundo. Ainda, as alternativas viáveis de maneira imediata mostram-se múltiplas e comprometem a consistência, ou seja, divergências.

A tradução do título, conforme o portal europeu IATE, registra a tradução “Mega Dados”, que apenas recentemente passou a perfazer o cenário mundial das grandes empresas de tecnologias. Em contraste com o português do Brasil, a tradução poderia ser discutida nas formas: “Grandes dados”, “Grandes volumes de dados”, “Dados para grande porte”, ou até mesmo, “Dados volumosos”. Essa situação de alternativas aleatórias pode comprometer a comunicação e produzir situações onde a consistência prejudicada causaria inúmeras incompatibilidades entre partes associadas em negócios, ou administrativamente por um governo. Contudo, o tema que envolve o título inclui mais uma ponderação significativa, quanto a portais de referência de bancos de dados terminológicos, para maior consistência, ou para padronizações, como foi projetado na União Europeia o portal IATE, com as mais novas tecnologias digitais. Isto é, por exemplo, a tecnologia de analítica – “*Analytics*” (com ou sem Mega dados), que consiste em produto corporativo de inteligência em software para os negócios e para os mercados digitais, presente em quase toda nova tecnologia ou serviços do século XXI; somente recentemente tornou-se integrante dos processos de negócios e está moldando as maneiras de serviços digitais.

Com isso, quase toda nova tecnologia deverá constar em bases de dados para consultas haja vista que normalmente estão sendo gradativamente adotadas nas sociedades e nos mercados. Todavia, a plataforma IATE é europeia e contém as versões nas línguas constituintes

da EU, que inclui o português europeu, não o brasileiro. Assim sendo, por exemplo, a locução “*Big Tech Firms*”, consta em consultas ao portal IATE, como “Grandes empresas tecnológicas”, que na experiência tradutória desta pesquisa, não demonstrou estar equiparada, em estatísticas de uso no Brasil, o que indiretamente confirma que as divergências entre traduções independentes podem ocasionar falhas ou insuficiência de clareza, quando isentas de algum norteamto às alternativas, ou até mesmo padronização. Minha tradução adota a forma “Grandes empresas de tecnologia”.

As ocorrências de unidades de tradução que permitem divergências, se traduzidas por tradutores (as) independentes (ou *free lance*) não se limitam a terminologias conhecidas ou novas ou futuras, mas se estendem até às locuções, colocações, expressões adotadas em registros e gêneros próprios, e ao léxico menos próximo do latim. No Brasil, é sabido, por consultas a corpus linguísticos *online* de tradução e de glossários, que há uma frequência de usos de léxico mais latinizado ou ao menos mais próximos dos usos do português brasileiro. A meta de padronizações e garantias de consistência, ou até mesmo uniformidade, foi pensada levando-se em consideração que o léxico anglo-saxão e não latino, ou dissemelhante das normas de uso (normas de amplo uso) no Brasil, mesmo que em considerável menor recorrência, são integrantes concretos dos registros e gêneros que são analisados na pesquisa.

Neste sentido, uma pequena extração manual de corpus linguístico revelou uma vasta quantidade de léxico distinto do latim, ou das práticas brasileiras em traduções constantes de bases de dados *online*. Os anexos e as tabelas 6 e 7 (relatório) contém uma ampla lista extraída de pequeno corpus, com a finalidade de evidenciar como os registros e gêneros tomam forma com um repertório lexical exclusivo (apontamentos iniciais neste relatório). Abaixo estão listadas algumas análises do léxico mais diferenciado daquele do latim, presente no texto principal de tradução “*Big Data Analytics in Motor and Health Insurance*”, somente até as primeiras 12 páginas (Tabela 6). Vale ressaltar que a terceira coluna, conforme a pesquisa demonstra o caminho de tradução na direção inversa, visa um contraste com as decisões comuns a partir do português:

Tabela 6

Unid. de tradução: Conforme as normas de uso encontradas	Algumas traduções para o português do Brasil	Alternativas a partir do português: a problemática consiste nas alternativas distintas das normas discutidas
undertakings	negócios, negociações	<i>Negotiations/ companies</i>

rooted	pautados sem; derivados de	<i>originated</i>
underwriting	contratações	<i>Contractual; contracting</i>
pursuit	uma busca por	<i>Occupation; search</i>
datasets	conjuntos de dados	<i>Information sets; sets of information</i>
cross -sectorial	intersectorial	<i>Multi-sectorial; inter-sectorial</i>
launch	lançar, iniciar	<i>commence, inaugurate, initiate</i>
input	contribuições	<i>Inclusion of; contribution (s)</i>
data- driven business	Negócios centrados em dados	<i>Data-oriented</i>
replaced	substituído	<i>substituted</i>
tailored	personalizado	<i>personalized</i>
outsourced	Contratação externa	<i>Procured a supplier; external contracting</i>
enables	Propicia; possibilita; ativa	<i>Gives competence to; activates</i>
enabler	(o) que possibilita	<i>Helps to achieve</i>
over the next 3 years	ao longo dos próximos 3 anos	<i>Along the next 3 years</i>
Up take of	compreensão; entendimento	<i>Comprehension of</i>
within	dentro de; em	<i>in</i>
sound	razoável; ideal	<i>Healthy; adequate; reasonable; ideal</i>
will be further addressed in practice	melhor tratado/abordado	<i>Will be more detailed</i>
further work	demais trabalhos; mais trabalhos	<i>More work</i>
Furthermore	Além disso; ainda	<i>(And) more</i>
workstream	fluxo de trabalho; ritmo de trabalho	<i>Flow of work/ work flow</i>
on-going work	trabalho vigente; trabalho atual	<i>Present work</i>
survey	pesquisa; pesquisar	<i>(EXAMINATION), examine, interrogate</i>
cluster	amontado; grupo; agrupamento	<i>group</i>
customer	cliente	<i>client</i>
often	frequentemente; com frequência	<i>frequently</i>
Undergo(ing)	passar por, estar submetido a	<i>Experience, suffer</i>
ask	solicitar; requisitar; pedir	<i>Solicit, question</i>
answering	Respondendo; que responderam	<i>responding</i>
allowed	permitido; autorizado	<i>Permitted; authorized</i>
on the grounds of	com base em; baseado em	<i>On the basis of, justified in</i>
onboarding	ativação; integração	<i>Initial; contracting phase; integration</i>
delays	atrasos; pagamentos vencidos	<i>Payments in debt; debts</i>
evenly	de forma justa; equitativamente	<i>Equally; equitatively; fairly</i>
via public sources	fontes; origens	<i>via public origins</i>
namely	citadamente; a citar	<i>As follows</i>
Regarding	com relação ao, relativo a	<i>In relating to, with respect to, concerning</i>

auto-repair shops	oficinas mecânicas	<i>garages</i>
often target young customers	visam, objetivam	<i>often designed for young customers</i>
brunt	parte maior; força/parte mais difícil.	<i>bigger part, biggest part</i>
and forwards this information to	encaminham; repassam	<i>Passes on, passes</i>
several	diversos; vários	<i>various</i>
used to trigger marketing	acionar; causar, provocar	<i>Used to activate/used to initiate marketing</i>
to target specific customers	predestinar; visar; enfocar, selecionar	<i>To select</i>
via digital means .	meios, formas, maneiras	<i>via digital forms, via digital ways</i>

Legenda:

Unid. = Unidades.

Negrito: termo central das unidades de tradução.

Itálico: alternativas de traduções fora das normas discutidas, conforme Toury (ibid.) e Chesterman (ibid.).

O texto traduzido revela que muito além de consultas terminológicas, a lexicográfica se torna prática e eficiente, com *software online* ou *off-line*, de dicionários bilíngues ou monolíngues em inglês (aqueles citados na pesquisa e outros). Isso é justificado, porque os registros não estão limitados a termos de especialidade e porque as práticas lexicais em produções originais fazem significativo uso de LGP – Linguagem para propósitos gerais, que conferem aos textos nas culturas de chegada, a fluidez e fluência naturais esperadas para que sejam comunicadas as unidades de sentido; isto é, analisando o léxico desejável para inglês, contudo igualmente válido para português. Neste sentido, as colocações seguintes registram como a tradução para o português evidenciou as distinções culturais e linguísticas, objetos dos estudos da tradução para a domesticação (apenas 15 ex.):

Observações de exemplo:

1. *Settle claims*: colocação que é diferenciada de *define*, *decide*, *manage* + *claims*.
2. *Such that*: utilizada ao invés de *because*; *the reason why*.
3. *gather further empirical evidence*: a distinção se dá com *collect further ... evidence*.
4. *during the summer of 2018*: a cultura marca a estação como período do ano, e não o mês específico.
5. *a strong trend towards*: aqui, *towards* é preferencial à forma *in direction of*, ou apenas *for*; ou *destined for*; *to ...*
6. *proof of concept*: aqui, “validação do conceito”, ou “prova do conceito” permitem divergências, se traduzidas a partir do português brasileiro, inclusive com a errônea colocação resultante contendo “*of the*”.

7. *in the years to come*: para a forma linguística recorrente, a partir do português, poderia-se ter erroneamente “*in the years next*”, “*in the next years*”, eliminando uma versão idiomática e de naturalidade.
8. *already have in place*: a expressão/colocação a partir de português, para *in place*, poderia ser vertida como “*functioning*”, “*installed*”, “*operational*”, “*working*”, “*valid*”, “*effective*”. Vide trecho da oração do texto principal:
 - a. “*However, and although insurance firms generally already have in place or are developing sound data governance arrangements, there are also risks arising.*”
9. *will develop guidelines on the use of cloud computing*: “*guidelines on*” a partir do português é diferente da forma: “*guidelines for/about*”
10. *which is followed by a more detailed assessment of the uses and sources of these types of data*: as alternativas entre “*evaluation*”, “*analysis*” ou “*examination*”, seriam facilmente descartadas, conhecendo a colocação, mesmo em razão de algumas sinonímias.
11. *significantly greater volume*: entre “*bigger volume*”, ou “*larger volume*”, a colocação se dá com “*greater*”.
12. *bodily injuries*: “*injuries on the body*” parece a forma primeira, mas a colocação tem a forma cultural na gramática inglesa, em que um substantivo pode ser adjetivado.
13. *purchasing power, family types*: muito distinta da forma geralmente encontrada no Brasil, de “*wealth potential*”, ou “*power to buy*”, etc. No entanto, concorre a forma “*buying power*”, que não atua na forma de colocação de amplo uso. Já a forma “*family types*” não segue a noção tradutória de “*types of Family*”, ou “*Family kinds*”
14. *following the 2011 ruling of the European Court of Justice*: a decisão judicial nas formas “*judicial order*”, “*judicial decision*”, ou “*... determination*”, não são de amplo uso. Tendo-se a tradução a partir de “*decisão judicial*”, “*parecer oficial*”, erros ocorrem sem a preservação da colocação “*ruling of*”.
15. *in an aggregated manner*: essa colocação permitiria “*maneira agregada*”, contudo, a partir do português é recorrente “*forma agregada*”, que não indicaria a alternativa “*manner*”, mas “*form*” ou “*way*”.
 - a. Vale destacar que “*in the aggregate*: junto, no total, coletivamente” está inserida no dicionário *Merriam Webster*, como colocação de forma fixa:

- i. — in the aggregate : considered as a whole : [collectively](#) “dividends for the year amounted *in the aggregate* to 25 million dollars”
- b. Isso leva a considerar que “coletivamente” deva ter essa forma de colocação, e não a alternativa “*collectively*”, que serve de explicação para a locução “*in the aggregate*”.

Quanto à gramática inglesa, quando traduzida para português brasileiro, evidencia muitas diferenças nas formações semânticas da oração, via gramaticalização. A citar, trechos com gerúndios em língua inglesa contém funções de adjetivos, substantivos, advérbios, além de gerúndio verbal. A oração seguinte contém as unidades de tradução: “*regarding*”, “*credit scoring reports*” e “*for pricing and underwriting*”. Essa caso permeia o texto traduzido.

- a) “Regarding ‘other traditional data’, several firms declared using credit scoring reports both for claims management (including fraud prevention) as well as for pricing and underwriting.”

No decorrer do processo tradutório, foi necessário reestruturar as pontuações, porque em língua inglesa o uso de vírgulas é reduzido e ainda que presentes nas orações, às vezes são agrupadas no texto de partida, em períodos longos e confusos. Os trechos a seguir demonstram a utilidade de adaptação das pontuações. Também foi recorrente o uso de pontos-e-vírgulas ou novos períodos, para períodos extensos demais, que “quebram” a atenção daquilo que é comunicado, sem alguma reestruturação. Posições das vírgulas alteradas: antes de “e/ou restrições”; após “resultados”, após “capacitação” e antes de “também serão promovidas”. Segue também a criação de um novo período, quando editado pelo autor estendendo-se demasiadamente em comprimento, e outro exemplo com a mudança para plurais:

- a) “Isto poderia incluir revisar qual o papel das funções chaves da Solvência 2 (e em especial, a função actuária) que atuam neste contexto. Outras opções incluem promover uma transparência mais aprimorada, justificativa e auditabilidade de algoritmos e/ou restrições sobre as entradas e/ou resultados, e/ou exigências de intervenção humana, especialmente naquelas áreas em que ferramentas de BDA poderiam trazer impactos significativos aos consumidores. Diferentes atividades de capacitação, tais como oficinas ou seminários para as NCAs (Autoridades Nacionais Competentes), também serão promovidas.”

This could include reviewing the role that Solvency II’s key functions (and in particular the actuarial function) should play in this context. Other options include promoting enhanced transparency, explainability and auditability of algorithms, and/or restrictions on inputs and/or outputs and/or human intervention requirements, particularly in those areas where BDA tools might have a significant impact on consumers.

- b) Aqui o período novo se inicia em “Portanto”:

“A EIOPA reconhece que diferentes acionistas já solicitaram maior clareza acerca das expectativas em supervisão nesta área. Portanto, a EIOPA iniciará um debate sobre ética e equidade em BDA, a fim de se aprofundar quanto a hipótese da necessidade de maior convergência e consistência a partir de uma perspectiva setorial específica.”

EIOPA acknowledges that different stakeholders have called for greater clarity about what are the supervisory expectations in this area, so EIOPA will initiate a debate on ethics and fairness in BDA, to explore whether further convergence and consistency from a sectorally specific perspective is needed.

- c) Mudanças de singular para plurais: “Furthermore, the high-level fragmentation and complexity of European and national insurance regulatory framework could be seen as another major obstacle for them.”

Tradução: Além disso, as altas incidências de fragmentação e de complexidade do quadro regulamentar de seguros europeu e nacional, poderiam ser vistas como outro, enorme obstáculo. (vírgula adicional)

As notas explicativas que afastariam a atenção ao texto foram substituídas por comentários ou elucidações entre parênteses. O trecho seguinte demonstra como:

- a) “É uma prática comum, por parte das empresas de seguros, validarem os dados fornecidos pelo cliente, via fontes públicas (ex.: serviço (órgão) de seguros de autos), via vendedores (empresas fornecedoras de dados) externos de ativos de dados, ou casual (e incidentalmente) via regularizadores de sinistros ou via investigadores particulares que podem ter que avaliar diferentes fontes, tais como evidências fotográficas, vigilância por vídeo (CCTV), registros policiais, depoimentos de testemunhas, etc.”
- b) “Uma empresa declarou que realiza outsourcing (contratação externa) deste serviço a um provedor terceirizado especializado.”

Neste mesmo trecho, a forma do autor original apresentar sua discussão de que dados “são validados casual e incidentalmente”, é na forma de dois advérbios, que a tradução exigiu a adaptação e sua preservação entre parênteses, com simplificação. As informações grifadas correspondem às elucidações adicionais. Segue ainda outro trecho, com informação elucidada entre parênteses, para conferir a ideal compreensão para o leitor, após o texto explicativo do próprio autor:

- c) “Para a indústria de seguros, essas técnicas, aliadas aos dados de quantidades cada vez maiores (por exemplo, por meio da interconectividade cada vez maior entre telemática e dispositivos de uso no corpo humano – dispositivos vestíveis) poderiam representar um aprimoramento equivalente a um divisor de águas na habilidade de monitoramento com precisão e na habilidade de se avaliar riscos.”

Retomando a gramática inglesa, tendo-se que foi apresentado que as elucidações entre parênteses continham gramaticalidade (no caso de advérbios), é viável prosseguir com mais algumas questões de gramaticidade encontradas em grande parte no texto de partida. As questões foram solucionadas em português com o uso das formas gramaticais brasileiras que asseguram o sentido. Também em seguida, alguns anglicismos ou neologismos são comentados, constantes do texto de partida.

A forma inglesa para “coletadas de uma forma agregada”, está divergente das normas do português, que exigiu muita atenção nos trechos a serem traduzidos, pois a leitura acostuada

poderia deixar a forma estrangeirizada, comprometendo o *skopos* de comunicação. Seguem alguns trechos com a diferença gramatical relativa às perífrases com “[verb] + *in*”:

- a) “Population data is mainly collected in an aggregated manner (i.e. not personal information) from public sources such as national statistics office or the Ministry of Internal Affairs or the insurance bureau, the national actuarial association or even the World Health Organisation.”

Tradução: Dados populacionais são principalmente coletados de uma maneira agregada (isto é, informações impessoais) a partir de fontes públicas tais como estatísticas nacionais, Ministério de Assuntos Internos, serviço (órgão) de seguros, associação actuarial nacional, ou até mesmo da Organização Mundial da Saúde.

N.B.: também, a pontuação foi reestruturada para a sequência de itens entre vírgulas, para melhorar a clareza do parágrafo.

- b) “This also allows firms to develop more personalised and convenient products and services for consumers; the fact that they can be delivered in an increasingly tailored and timely manner reportedly improves consumer’s engagement and user experience.”

Tradução: Isso também permite às empresas desenvolverem produtos e serviços mais customizados e mais convenientes, para os clientes; o fato de que possam ser executados de uma maneira mais personalizada e em um tempo mais conveniente, segundo relataram, eleva o engajamento dos clientes e a experiência do usuário.

- c) “Health insurance firms reported the use of information such as historical absenteeism of employees of a given firm or medical treatment statistics in different medical institutions (e.g. non-personal information about costs and treatments).”

N.B.: Neste contexto, tem-se também: “estatísticas de tratamentos médicos de diferentes instituições médicas [...]”

Tradução: Empresas de seguros de saúde relataram sobre o uso de informações tais como histórico de ausências do trabalho, de empregados de uma dada empresa, ou estatísticas de tratamentos médicos em diferentes instituições médicas (ex.: informações impessoais sobre custos e tratamentos).

- d) “This information is then used by insurance firms in different ways, for instance to identify trends in app usage to improve the user’s experience or to offer consumers a wide array of services linked to the connectivity and mobility of mobile phones devices. Many firms already count with more than one app.”

- e) **Tradução:** Essas informações são então utilizadas pelas empresas de seguros de formas diferentes, por exemplo, para identificar tendências em uso de aplicativo, no intuito de aprimorar a experiência do usuário, ou para oferecer aos clientes uma ampla variedade de serviços vinculados à conectividade e a dispositivos de telefones móveis. Muitas empresas já dispõem de mais de um aplicativo.

N.B.: Nota-se que “*used in different ways*” é tanto colocação, quanto uma perífrase e em português é expressa como “utilizados (as) de maneiras/formas diferentes”, com atribuição gramatical, o uso da preposição “de”.

A despeito da gramática inglesa ter marcado o texto de partida, com constantes distinções, as diferenças de naturalidade e idiomaticidade para o registro encontram-se também, na porção de LGP em inglês. Vide a citação do exemplo anterior, em que o registro de documentos e relatórios exige uma linguagem mais austera, omitindo na tradução literal de “*already count with more than one app*”, a regência verbal “contar com”. A solução para fidelidade ao registro foi decidir por “Muitas empresas já dispõem de mais de um aplicativo”, i.e., “já dispõem de”. Para encerrar a exemplificação de distanciamento das duas gramáticas, este trecho aponta uma

situação textual que exigiu atenção, para “*support*” em uso verbal e novamente, “*in different ways*”:

- f) “*BDA can support the detection of fraudulent claims in different ways.*”
- g) Tradução: A analítica de BDA é capaz de dar suporte à detecção de acionamentos fraudulentos de diferentes maneiras.

N.B.: A modificação de um verbo transitivo direto, em inglês, para perífrase verbal de dois termos em português, tornando-se transitivo indireto.

À medida que neologismos e anglicismos são perenes em textos de especialidade, demonstro a estratégia apontada, da explicação ou elucidação entre parênteses ou aspas, para que os leitores da tradução possam correlacionar o termo em inglês com a noção traduzida para português e assim garantir que o registro dotado de anglicismos seja comunicado idealmente:

- a) “Uma empresa declarou que realiza outsourcing (contratação externa) deste serviço a um provedor terceirizado especializado.”
- b) As informações são geralmente analisadas em combinação com outros tipos de dados, tais como os registros internos de acionamentos e histórico de pagamentos de prêmios (premiums) para clientes atuais, disponíveis na empresa, ou também por ocasiões, informadas pelo serviço de seguros de autos.
- c) Notificações por chamadas automáticas “Robo calls” e especialmente os softwares de comunicação automatizada “chatbots” também estão entrando fortemente em cena dentro das experiências de produtos e serviços.

N.B.: Neste segmento do texto, decidi por reservar os anglicismos entre aspas, após a definição em linguagem clara e direta, contidas no próprio texto de partida.

Ainda, retomando as colocações, desta vez quanto ao português, a partir de corpus paralelo, faço breve menção de exemplos, para que as decisões tradutórias do texto principal sejam destacadas. Tais decisões foram resultado de análise de pequeno corpus comparável extraído pela plataforma da UE do *Publications Office*. A fonte das traduções dessas colocações ou terminologias (contendo em si colocações) também foi possível via a plataforma de consultas *online* IATE. A lista contém 68 ocorrências:

- proteção de dados + desde a concepção
- responsáveis pela + proteção de dados
- autoridades de supervisão
- avaliações de impacto
- riscos elevados
- países terceiros
- continua ...

Expandindo a pesquisa sobre colocações que não apresentaram semântica terminológica exclusiva da área de especialização, tem-se mais 62 unidades de tradução que foram adotadas após consulta ao pequeno corpus (anexos 3 e 4; relatório) e à plataforma IATE – UE.

- dado que ...
- consumidores / clientes (alternativa)
- perda da confiança
- violações de dados
- prestadores de serviços
- dados pessoais
- empresas ... competitivas
- consentimento explícito
- tratamento dos dados pessoais
- Megadados: O termo Megadados (ou grandes volumes de dados) ...
- grandes quantidades de dados de diferentes tipos
- tipos de fontes
- clima = ambiente?/environment???
- sinais GPS
- quaisquer informações respeitantes a um indivíduo
- informações médicas
- motores de pesquisa / motores de buscas
- mercados de Megadados
- computação em nuvem
- (enorme) potencial de crescimento
- largamente indefinidos: largamente
- fator determinante
- vantagem concorrencial / vantagem de concorrência
- serviços que oferecem
- soluções de armazenamento em nuvem
- elevada qualidade de serviços
- serviços de Megadados
- normas de proteção de dados.
- estudos de mercado
- fornecedores
- desenvolvimento de novos serviços e produtos
- utilizam megadados
- fornecedores ... sua capacidade para gerar ... / sua capacidade de gerar(em)
- tratamento de dados
- segurança de dados ... violada.
- (gigantes) do mundo digital
- maior número de consumidores / quantidade
- mais competitiva
- maior transparência
- (um único) quadro jurídico
- o potencial dos Megadados
- autoridade de supervisão
- proteção de dados desde a concepção
- responsáveis pela proteção de dados
- autoridades de supervisão
- avaliações de impacto
- riscos elevados
- países terceiros
- questões de privacidade
- produtos e serviços
- concorrência equitativa
- concorrência leal
- benefícios dos megadados
- conjuntos de dados
- perspectivas interessantes = insights
- garantia da proteção de dados
- cada vez mais
- as informações ... podem ser publicadas/publicitadas ; ... suscitando preocupações sobre a definição de perfis, a discriminação, a exclusão e a perda de controlo.
- no contexto de um mundo globalizado
- análise de Megadados / analítica de Megadados
- dados pessoais / dados da pessoa / dados do indivíduo
- produtos e serviços
- ligar automaticamente ... centro de emergência mais próximo
- em termos de proteção de dados

A familiaridade a ser adquirida com o gênero textual e seu registro foi sendo melhorada à medida que a tradução foi sendo desenvolvida e pelas consultas ao corpus paralelo. Estas, por sua vez, propiciaram a percepção das marcas de registro – das características específicas dos registros avaliados na pesquisa. No entanto, algumas questões características do idioma de partida resultaram na necessidade de releitura e revisões, para a solução de polissemias e para que a tradução não contivesse repetições desnecessárias e ritmo de escrita monótona. Dessa forma, avalei a polissemia do termo “*policies*”, por exemplo, para adequação quando os autores faziam referências ou a “*apólices*” ou a “*políticas*”; estapa esta que foi valiosa no desenvolvimento do registro, que utiliza o mesmo termo para as duas situações. O mesmo processo foi relevante para os termos “*claims management*”, “*claims department*” e “*history of claims*”, pois remetem a “reivindicações”, “pedido(s)”, “solicitação(-ções)”, mas ocorrem neste registro como “acionamentos a (aos) seguro(s)”. Igualmente, o (s) autor (es) repetia(m) muitos advérbios e/ou termos da oração, que em português são compreendidos em diferentes advérbios ou termos da oração sem repetições obrigatórias; não repetidos ao longo de uma produção textual austera e profissional. Igualmente foi o caso do título de área de especialidade, com o nome de “setor/mercado de seguros”, ou “de seguridade”, ou “mercado segurador”. Listarei abaixo alguns dos casos em que a repetição romperia o ritmo e a naturalidade em português:

- a) contudo
- b) a despeito de
- c) todavia
- d) outrossim
- e) ademais
- f) ainda
- g) não obstante
- h) Inclusive
- i) até onde concerne
- j) além disso
- k) ao contrário
- l) no intuito de
- m) isso, por sua vez
- n) com vistas a
- o) ademais
- p) na maior parte (dos casos) ; na maioria (dos casos)
- q) até onde se entende/compreende
- r) semelhantemente
- s) Etc.

Encerrando com as dificuldades tradutórias e conclusões sobre novas soluções discutidas na pesquisa, está incluída uma tabela que discute as dificuldades com instrumentos públicos e seus atos, que são melhor dirimidas com consultas a bancos de dados. Até mesmo algumas dificuldades tradutórias isentas de terminologias são solucionadas com um avançado banco de dados. Para léxico específico das “instituições, órgãos, serviços interinstitucionais e organismos” (Anexo A9; Código de Redação Interinstitucional - UE), a tabela 7 faz menção a alguns para exemplário do tema.

Primeiramente, mais alguns exemplos de dificuldades:

1. *principle of data protection by design and by default*

“Ademais, as empresas devem ter em vigência as medidas de governança adequadas que assegurem a proteção do direito de privacidade do cliente, desde o início do processamento (princípio de proteção de dados desde a concepção e por padrão: *principle of data protection by design and by default*)”.

Solução: Parti dos termos contidos na plataforma IATE: “*principle of privacy by design and by default*”: princípio da privacidade de raiz e predefinida. A manutenção da oração do texto de partida é útil para reforçar o registro, que faz uso de anglicismos.

2. *Models based on these tools are often correlational and not causative, and they are primarily used on pricing and underwriting and claims management.*

“Modelos baseados nessas ferramentas com frequência são correlacionais e não causais, e são principalmente usados em precificações e contratações, e na gestão de entradas de pedidos (acionamentos) dos seguros”.

Solução: adotei equilíbrio entre “reivindicações” e “acionamentos ao (s) seguro (s), após releituras e observações de que “*claims*” descrevem “o ato de se acionar algum seguro”, semelhante ao ato de “apresentar um pedido de ...”

3. *When used for pricing and underwriting (e.g. Pay-As-You-Drive or Pay- How-You-Drive policies), the consumer typically receives a driving score or a health score derived from the information gathered through the telematics device.*

“Quando usados para precificação ou subscrições (ex.: políticas Pague-Conforme-Dirige ou Pague-Pelo-Como-Dirige: *Pay-As-You-Drive or Pay-How-You-Drive*), o consumidor tipicamente recebe uma classificação de direção ou uma classificação de saúde provenientes das informações reunidas do dispositivo de telemática.”

Solução: Decidi que a tradução literal transmite claramente cada modalidade e as expressões ainda não são de amplo uso em português, a exemplo dos serviços em software atuais. Também aqui, a menção dos anglicismos é feita para conformidade com o registro, que faz uso esporádico de termos não traduzidos.

A tabela com terminologias (Tabela 7) consultadas na plataforma IATE contém exemplários do tema de padronizações em traduções de nomes titulares, tais com “instituições, órgãos, serviços interinstitucionais e organismos” (Anexo A9; Código de Redação Interinstitucional - UE) assim como

algumas marcas de registro da área de especialidade. Os itens característicos estão mel no anexo 4.

Tabela 7

Termos em inglês/orações em inglês	Resultados da plataforma IATE
Department of Foreign Affairs and International Trade	Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Internacional
reinsurance broker	corretor de resseguro
credit rating agency	agência de notação de risco
General Data Protection Regulation	Regulamento Geral de Proteção de Dados
outsourcing	Subcontratação
non-life product/non-life insurance product/non-life insurance	seguros não vida
risk pool	conjunto de posições
insurability	possibilidade de se segurar contra riscos
insurance policy	apólice de seguro
customer onboarding	integração do cliente
insurance undertaking:	empresa de seguros
Data Protection Officer	encarregado da proteção de dados responsável pela proteção de dados
data sanitisation	limpeza definitiva de dados
cross selling	venda cruzada
decision tree	árvore de decisão
regulatory framework	quadro regulamentar; quadro normativo
unfair commercial practice	prática comercial desleal
gatekeeping	Filtragem
European Banking Authority	Autoridade Bancária Europeia
European Economic Area	Espaço Económico Europeu
InsurTech company	empresa de tecnologia dos seguros; empresa de tecnosseguros
purpose limitation principle	princípio da limitação da finalidade
data protection assessment	avaliação de impacto sobre a proteção de dados

A quantidade de conteúdo nas notas de rodapés do texto de partida gerou a necessidade de eliminar algumas delas, a fim de se obter um documento mais adequado à pesquisa, para que o conteúdo traduzido seja o enfoque referencial. Também foi possível localizar no texto de partida algumas expressões estrangeiras, que embora não sejam recorrentes no português, decidi mantê-las para que o autor tenha seu discurso mantido e valorizado: neste caso, expressões. Uma das expressões foi “*via-à-vis*”, no trecho: “A EIOPA observa que a questão de informações e transparência *vis-à-vis* com os clientes, inerentes aos tipos de dados pessoais empregados pelas empresas de seguros, já está amplamente trabalhada pelas exigências de transparência da GDPR”. Igualmente, um conceito da área de especialidade de seguridade poderia permanecer em latim: “*Bonus Malus*”, porém a estratégia de tradução parcial coincidiu com buscas de traduções em bases de dados *online*, com a escolha

“Bônus Malus”. Um trecho que contém essa unidade de tradução é: “*When entering into a motor insurance contract the consumer is typically asked to provide its claims history (i.e. Bonus Malus).*”

Resultante do uso empírico das ferramentas discutidas e de constantes consultas ao pequeno corpus, o processo tradutório revelou a eficácia de corpus paralelo e de consultas bitilíngues, como da iniciativa europeia, pela plataforma IATE e a eficácia da disponibilidade de documentos espelhados, ou correlatos em conjunto, para os temas publicados, pelo *Publications Office* - UE. O documento traduzido não possui versão paralela nas bases de dados europeias pesquisadas, portanto, (este trabalho) contém somente a tradução exclusiva desta pesquisa, e a tradução foi reforçada por outras publicações disponíveis para consulta e *download*, editados pelo *Publications Office*, da UE. Assim sendo, referências de capacidade avança viabilizam eficazmente a uniformização e padronização, reduzindo o tempo exigido em pesquisas. Ainda, a comunidade *Proz.com* garantiu significativa porção das pesquisas lexicais e terminológicas, como também os demais software *online* relatados.

Para breve relato da funcionalidade dos glossários *online*, na comunidade *Proz.com*, esta pequena lista inclui desde colocações e perfrases, até terminologia (6 itens) e unidades de tradução localizadas com *Michaelis online*, um dicionário que oferece conteúdo em LSP e LGP.

- novas empresas *start-ups*
- *liability coverage*: “*regime of unlimited liability in the case of death or injury of air passengers*” → Tradução: regime de responsabilidade ilimitada em caso de morte ou lesões corporais de um passageiro de avião
- *Financial Conduct Authority*, ou FCA: Autoridade de Conduta Financeira
- *caps and collars* → Tradução: *caps* e *collars*; ou “valor de teto da taxa de juros”; “garantia de taxas de juros máximas e mínimas”
- *workstream*: fluxo de trabalho
- *net promoter score*: Pontuação Líquida de Promoção
- *a one-off exercise* → tradução de “*one-off*” no *Michaelis online*: “n algo exclusivo, único. // adj exclusivo, único, original”.

Segue o trecho de “*one-off exercise*” no texto de partida: “*Indeed, the firms that participated in the thematic review clarified that data governance processes are commonly done on a continuous basis and are not a one-off exercise; firms explained that new models such as the ones using ML algorithms commonly go through a training and testing phase and are reviewed by different departments before they are put into production.*”

Tradução: De fato, as empresas que participaram da revisão temática esclareceram que os processos de governança de dados são geralmente feitos de forma contínua, e não são um exercício exclusivo, de uma única vez; as empresas explicaram que novos modelos tais como aqueles que empregam algoritmos de ML, comumente passam por um treinamento e testagem, e são revisados por diferentes departamentos antes de serem colocados em produção.

As discussões de divergências, iniciadas na pesquisa, estão demonstradas nas Tabelas 6 e 7 (neste relatório) e nos Anexos 3 a 5, com orações/perífrases semelhantes às que seguem destacadas abaixo, nas duas direções de tradução no par português/inglês. Os itens (i), (j) e (k) são do texto de partida. Estão contidas no portal IATE – EU todos estas unidades de tradução abaixo (vide marcações) e também as traduções dos itens na Tabela 7:

a) *Code of Conduct for Members of the European Parliament with respect to financial interests and conflicts of interest* → Código de Conduta dos Deputados ao Parlamento Europeu em matéria de Interesses Financeiros e de Conflitos de Interesses

b) *on-the-job training*

c) *learning in the work-place*

d) *in-company training*

e) *on-the-job learning*

f) *on-the-job coaching*

g) *workplace-based training*

h) *work-based training*

i) *coaching*: acompanhamento e orientação

j) *International Conference of Data Protection and Privacy Commissioners*

Tradução: Conferência Internacional de Comissários para a Proteção dos Dados e da Vida Privada (“comissários” no contexto brasileiro surge relacionado a outros países, com possíveis discordâncias entre tradutores *free lance*).

k) *Motor insurance: “Insurance obligations which cover all liabilities arising out of the use of motor vehicles operating on land (including carrier’s liability) and insurance obligations which cover all damage to or loss of land vehicles (including railway rolling stock)”.*

Tradução de “*railway rolling stock*”: material circulante.

Tradução: “Obrigações em seguros que abrangem todas as responsabilidades advindas do uso de veículos motorizados, que operem sobre a terra (inclusive responsabilidades de transportadoras) e obrigações de seguros que abrangem todos os danos ou perdas de veículos terrestres (incluindo material circulante).” Neste caso a escolha dos termos foi dificultada pela variedade em que ocorrem “ações circulantes” e “recursos materiais circulantes” do tipo “*rolling stock*”. Todavia, a constância de traduções dos termos como “circulante(s)” apontou para a aceitação da tradução a partir do banco de dados europeu. Demais casos de divergências entre escolhas de tradução estão incluídas na Tabela 9, Anexo 3.

Retomando as questões gramaticais em inglês, no texto original, seguem trechos em que essas diferenças foram maiores e que exigiram adequação para a preservação do que é comunicado. É possível notar que tais dificuldades são recorrentes e que as estruturas sintáticas são divergentes ao ponto de duas ou mais edições serem necessárias a cada parágrafo ou período, em que os originais adotam essas estruturas sintáticas. A tabela seguinte contém algumas observações:

Tabela 8 – Dificuldades com sintaxes ou níveis de linguagem

Trechos em inglês (sintaxes no texto de partida)	Soluções adotadas:	Comentários:
<i>owners of sports cars and with a greater number of speeding tickets are expected to drive the fastest.</i>	proprietários de carros esportivos com maior quantidade de multas por velocidade têm-se em suposição que dirigem mais rápido que os demais.	“ <i>are expected to</i> ” é classificada com voz passiva e em português, a tradução literal seria inadequada, por não existir a mesma sintaxe. A reestruturação “têm-se por suposição que” equivale a “acerca deles, é esperado que/espera-se”. A paráfrase foi a melhor solução.
<i>In addition, many intermediaries commented on the pricing being the sole responsibility of the underwriters. Finally, some respondents commented on the potential use of a range of factors from telematics data in the future.</i>	Ainda, muitos intermediários comentaram que a precificação é responsabilidade exclusiva dos grupos de seguradores e corretores. Em conclusão, algumas empresas entrevistadas comentaram sobre o potencial uso de uma variedade de fatores, de dados de telemática para o futuro.	A dupla ocorrência do gerúndio, com o substantivo na forma de -ing, seguido de um verbo no gerúndio: o verbo jamais poderia ser traduzido como “sendo”. O sentido nesta oração é, na sintaxe do português, “comentaram que os preços são responsabilidade exclusiva dos ...” Essas diferenças de sintaxe são naturais às duas línguas.
<i>Some firms believe that fully individualised prices can only be achieved through direct monitoring of behaviour, namely via a telematics box for motor insurance or the use of wearable devices in health insurance. Moreover, a number of firms believe that the General Data Protection Regulation (GDPR) will effectively restrict the use of personal data and that it will be this restriction which holds back the development of individualised rating.</i>	Em algumas empresas, acredita-se que preços totalmente individualizados somente podem ser alcançados por meio de monitoramento direto dos comportamentos, a citar, via uma caixa de dispositivos de telemática para seguros de autos, ou o uso de dispositivos vestíveis (<i>wearables</i>) nos seguros de saúde. Ainda, inúmeras empresas tem a opinião de que a regulação GDPR – Regulamento Geral de Proteção de Dados (<i>General Data Protection Regulation</i>) efetivamente irá restringir a utilização de dados pessoais e que será essa restrição, que será o impeditivo às classificações individualizadas.	Uma empresa não pode “acreditar que”, por isso decidi por “Em algumas empresas, acredita-se que os preços ...” Pelo mesmo motivo, no último período do parágrafo, “inúmeras empresas” não acreditam, mas “nelas, há a opinião de que a regulação GDPR efetivamente irá ...”
<i>Common examples raised include claims experience, payment behaviour (e.g. timeliness of settling payments for those paying by instalment) and whether they have defaulted any payments or purchased any add-on products.</i>	Exemplos comuns que foram apontados, incluem experiência com acionamentos, comportamentos com os pagamentos (ex.: datas definidas de pagamentos de acordos, para aqueles que pagam em parcelas) e se já foram inadimplentes com alguns pagamentos, ou se adquiriram produtos incorporados adicionais.	O noção de “reivindicações” na palavra “ <i>claims</i> ” dificulta a compreensão como “o ato de acionar os seguros”, mas com leituras de corpus e contexto, decidi por “acionamentos”. Também, a expressão “ <i>defaulted any payments</i> ” é adotada no Brasil na forma “foram inadimplentes”, apesar das sintaxes serem tão distintas.

<p><i>suggested by BDA tools in order to avoid a ‘price shock’ which would reduce the probability of successfully retaining the customer, and also potentially address unfair outcomes for vulnerable consumers.</i></p>	<p>[...] sugeridos por ferramentas de BDA com a finalidade de evitarem um “preço inesperado – price shock”, que por sua vez reduziria a probabilidade de retenção do cliente com devido êxito. Essas ofertas poderiam também dirimir bastantes resultados injustos para com clientes vulneráveis.</p>	<p>O verbo “<i>address</i>” é polissêmico quanto às noções de “tratar”, “lidar”, “abordar”, mas pelo registro contido no documento, decidi por “dirimir”, para evitar o a noção de “gerenciar/administrar” tão repetitiva no texto. Outra observação está em “unfair outcomes for vulnerable consumers”, que na sintaxe do português precisar ser “resultados injustos para com ...”. Somente “para” não expressa coerência, mas sim “para com os clientes”</p>
<p><i>Some also explicitly mentioned that they do not use variables that could suggest discriminatory characteristics through spurious correlations.</i></p>	<p>Algumas também mencionaram explicitamente que não utilizam variáveis que poderiam sugerir características discriminatórias por meio de correlações ilegítimas.</p>	<p>A formalidade do documento em inglês, adota o termo “espúrio”, com os significados de “1 falso, não genuíno, espúrio. 2 ilegítimo.” Neste caso, a gramática brasileira diferencia os níveis de linguagem entre “falso” e “ilegítimo”, assim decidi por “correlações ilegítimas”, para não afastar a compreensão com a opção “corelações espúrias”.</p>
<p><i>The hypothesis is that an increase in the number of risks-pools and rating factors leads to an increase in the standard deviation.</i></p>	<p>A hipótese consiste em um aumento na quantidade de conjuntos de posições de risco e fatores classificatórios conduzirem a um aumento no desvio padrão.</p>	<p>A colocação “number of” tema maior funcionalidade em português, como “quantidade de”. O termo composto “<i>risks-pools</i>” é melhor parafraseado como “conjuntos de posições de risco”, porque está no plural, no texto de partida.</p>
<p><i>“(29) Health insurance obligations where the underlying business is pursued on a similar technical basis to that of life insurance, other than annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to health insurance obligations” **</i></p>	<p>Obrigações dos seguros de saúde, em que o negócio inerente é cumprido da mesma maneira técnica que o seguro de vida, ao invés de anuidades provenientes de contratos de seguros não-vida e relacionados às obrigatoriedades de seguros de saúde. **</p>	<p>O nível de linguagem equivalente em português não permite a tradução de “underlying” como “subjacente” ou por uma paráfrase, por motivos de brevidade. Assim, optei pelo registro contendo “inerente”, que aplica o nível de linguagem e o registro de documentos formais. A clareza foi maior quanto a “<i>other than</i>” como “ao invés de”, sem paráfrase.</p>
<p><i>Firms explained how consumers need to timely, appropriately and transparently be informed, from their first touch-point with the firm, about how their personal data is processed, including both data from internal and external data sources.</i></p>	<p>As empresas explicaram como os clientes precisam ser informados prontamente, apropriada e transparentemente, desde seu contato inicial com a empresa, acerca de como seus dados pessoais são processados, incluindo tanto dados a partir de fontes internas, quanto externas.</p>	<p>A repetição de formas adverbiais no texto de partida poderia passar desatendida, mas a familiarização com o discurso desse gênero facilmente permite as comparações com a sintaxe em português, na qual não preservei as repetições. Outra observação se dá no uso de “<i>from</i>”, que muitas</p>

		vezes traduzi por “a partir de”, e por “advindas de”, neste caso, para o nível de linguagem necessário.
<p><i>"prioritising smooth rating processes":</i></p> <p><i>The spread or standard deviation of the number of rating factors in motor insurance is considerably higher than the one in health insurance; the number of rating factors used in motor insurance range from 1 or 2 amongst those firms prioritising smooth rating processes, to up to 37 rating factors used by those aiming to provide more accurate risk assessments.</i></p>	<p>A distribuição ou desvio padrão da quantidade de fatores de classificação em seguridade de autos é consideravelmente maior que àquela nos seguros de saúde; a quantidade de fatores de classificação adotada nos seguros de autos varia de 1 a 2 entre as empresas que priorizam processos fluidos de classificação³¹. E até 37 fatores adotados, por aquelas empresas que objetivam fornecer análises mais exatas de riscos.</p>	<p>Reestruturção com novo período após processos fluidos de classificação;</p> <p>Onde diz: “<i>prioritising smooth rating processes</i>”, alternativas como:</p> <p>Suaves, sutis, tranquilos, favoráveis, amenos, etc não são adequadas ao registro. Dessa forma, decidi por “processos fluidos de classificação”.</p>

Resultante do uso empírico das ferramentas discutidas e de constantes consultas ao pequeno corpus, o processo tradutório revelou a eficácia de corpus comparável e de consultas bitíngues, como da iniciativa europeia, pela plataforma IATE. Ainda, a eficácia da disponibilidade de documentos espelhados, ou correlatos, dos temas publicados pelo *Publications Office* - UE. O documento traduzido não possui versão paralela nas bases de dados europeias pesquisadas, portanto, (este trabalho) contém a tradução exclusiva da pesquisa, e a tradução foi reforçada por outras publicações disponíveis para consulta e *download*, editados pelo *Publications Office*, da UE. Assim sendo, referências de capacidade avançada viabilizam eficazmente a uniformização e padronização, reduzindo o tempo exigido em pesquisas.

Ainda, a comunidade *Proz.com* garantiu significativa porção das pesquisas lexicais e terminológicas, assim como os demais software *online* relatados. As técnicas de corpora comparáveis, aliadas aos registros para futuras consultas, definitivamente oferecem melhores escolhas tradutórias e favorecem a ideal familiarização com cada gênero e registro.

Mormente, em função do *skopos* e da busca pela tradução de domesticação, as ferramentas e corpora concretizam o ideal desejado nos produtos tradutórios. A experiência da busca ao cumprimento do *skopos*, conforme o registro e o gênero, foi melhor solucionada a partir de corpus paralelo e do uso das ferramentas digitais, variadas, sem fixação em apenas uma ou outra. O resultado revelou como a padronização se torna factível, assim como a uniformização, quando aos títulos das ações administrativas e seus órgãos. As normas *expectancy norm* e *professional norm*, com as outras, de Chesterman (ibid.) começam a apontar nas possibilidades provenientes das técnicas aqui aplicadas

³¹ “*prioritising smooth rating processes*” (discutido no relatório)

e testadas. Ainda que fontes de referência sejam facilitadoras, atenção deve ser dada à manutenção das noções de linguagem natural (NEWMARK; *ibid.*) e idiomática, exigidas para o gênero das comunicações oficiais.

Considerações finais

Partindo do pressuposto de que as normas consistem em hábitos tradutórios de amplo uso, e que um *skopos* indispensável seja a comunicação, pode-se inferir que adotar o léxico com frequência de usos, de maior circulação em dado gênero e dado registro, permite que o *skopos* seja cumprido. Ainda que a etapa inicial para cumprimento de um *skopos* seja a imitação, ou paráfrase, ou busca por fidelidade, segundo Vermeer e Reiss (ibid.) ou até mesmo, conforme alguns autores classificam, paráfrase (*thin glossing*) ou re-edição (*thick glossing*), sob a ótica de Hatim (*The Routledge Companion to Translation Studies – Revised Edition*; 2009; p.p. 39 e 40), é relevante preservar os traços linguísticos da língua de partida, quando de relevância cultural. Fora a questão de validação cultural, nas proposições Vermeer e Reiss, Hatim (ibid.; ibid.) uma forma para a adequação inclui a função desempenhada do gênero e do registro na cultura de chegada, que exigirá maior conhecimento do tradutor, de como o léxico e como colocações, perífrases e etc. deverão tomar forma.

As discussões também destacaram que a naturalidade da linguagem, assim como a idiomaticidade, para fins de tradução com domesticação asseguram que a produção textual resultante desempenhe um dado papel com eficácia. Isto é, embora traços culturais possam ser preservados, a linguagem deve ter o efeito esperado, tendo-se que o leitor da tradução não poderá ter dificuldades demasiadas ao utilizar a tradução resultante, para que mesmo comunicando o “outro”, estejam adequadas para devido uso e para proveito em pé de semi-igualdade ou plena igualdade de um documento originalmente editado na cultura de chegada.

As discussões que buscam as definições e composições de gêneros e registros ainda estão em curso e embora não conclusas, permitem observar que o léxico, as colocações e perífrases marcam esses aspectos textuais. Por marcarem em cada cultura como se expressam os gêneros e registros, é ideal que a tradução busque a adequação, nestes termos textuais e linguísticos, para a realização da função da tradução; ora comunicativa, ora dialética entre culturas; por esse motivo, não deve ser fortemente estrangeirizada.

A dominação cultural do inglês é analisada por Snell-Hornby (ibid.) e outros teóricos, como agente causador de uma terceira língua inglesa, i.e., o inglês internacional, que semelhantemente à linguagem traduzida, em muitos casos, demonstra caráter próprio divergente das línguas ativas nas culturas de chegada (anglófonas). Por essa razão, Snell-Hornby (ibid.) expõe que as marcas tradutórias resultantes, como também observaram outros autores (“*translationese*” Kang: ibid. e Munday: 2009; “textos híbridos”, ““características que de alguma forma parecem ‘fora de lugar’ / ‘estranhas’ / ‘inusitadas’ para a cultura de chegada”, Schäffner 1997: 325; apud. Hornby: 2006) e “*internal lingua francas*” Koskinen; 2014: 08), estão com afastamento dos usos comuns e gerais

originários das culturas de chegada, portanto, uma superação a essas limitações otimiza um *skopos* de desempenho ideal do texto traduzido, nas culturas de chegada; superação essa que a pesquisa buscou evidenciar. O mesmo pode se dar na direção de inglês para português do Brasil, mediante as observações analisadas e exploradas na pesquisa, inclusive com o uso das ferramentas digitais e corpora comparáveis.

O caminho inverso, de obtenção de léxico em língua inglesa, a partir de documentos originais viabilizou a reflexão dos hábitos e comportamentos, quando aqueles significados estão no texto de partida em português e os (as) tradutores (as) não adotam da mesma maneira, o mesmo léxico, por contrário, priorizando o latinismo, ou semelhanças ao português brasileiro. Assim sendo, as tabelas expositivas (relatório e Tabelas 6 e 7; anexos 3 a 5) incluem as decisões comuns dos comportamentos tradutórios que comumente tradutores e tradutoras perserveram no Brasil, dissemelhantes das normas de exercício real e natural em culturas anglófonas. A partir disto está justificada a necessidade de observância do léxico mais realístico e natural, das colocações e perífrases, que atuam na atenuação da estrangeirização, definindo por si, os efeitos desejados pelo *skopos* e preservando as funções esperadas.

As iniciativas analisadas são modelo para que o governo brasileiro não somente disponha de seus portais digitais na *Web* em língua inglesa, mas que conduza a produção e elaboração profissional de glossários, bases terminológicas e referenciais para as ações administrativas via seus programas e documentos com vistas a consultas bilíngues ou multilíngues. Os avanços discutidos, mais os avanços da linguística de corpus, garantem que corpora comparáveis enriquecem a re-enunciação no ato tradutório, para que as funções e características esperadas, segundo as *expectancy norms*, possam se tornar naturais entre os interlocutores com o estado. Desta forma, “a arte de governar pela tradução” (Koskinen; *ibid.*) beneficia as gestões públicas locais e federais e os atos das administrações locais e federais são melhor engendrados para que a globalização não seja excludente, que não sejam privilégios os acessos pelos profissionais, mas de fato, que a globalização seja um diálogo entre culturas mutuamente enriquecidas e valorizadas.

4. Referências bibliográficas

- BAKER, Mona. **Corpus Linguistics and Translation Studies: Implications and Applications**. Text and technology. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993.
- BERMAN, Antoine. **A Tradução e a Letra ou o albergue do Longínquo**. 2ª. Ed. Florianópolis: Copiart, 2012.
- BIEL, Lucia. **Quality aspects in institutional translation**. Berlin: Language Science Press, 2017.
- BOWKER, Lynne. **Routledge Encyclopedia of Translation Studies: Terminology, Theories and applications**. Nova York, 2020.
- CHESTERMAN, Andrew. **Memes of Translation**. Rev. ed. Routledge, 2016.
- CHESTERMAN, Andrew. **Reflections on Translation Theory**. Amsterdam / Philadelphia: Routledge, 2017.
- CHESTERMAN, Andrew. **Reflections on Translation Theory: A note on norms and evidence**. 2006. Amsterdam / Philadelphia: Routledge, 2017.
- CRYSTAL, David. **English as a global language**. Second Ed. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- HALLIDAY; M. A. K. **The Handbook of World Englishes: Written Language, Standard Language, Global Language**. Massachusetts – USA: Blackwell Publishing, 2006.
- HATIM, Basil. **The Routledge Companion to Translation Studies**. Rev. Ed. Nova York: Routledge, 2009.
- KANG, Ji-Hae. **Institutional Translation**. Encyclopedia of Translation Studies. 2nd ed. Nova York. Routledge, 2009.
- KOSKINEN, Kaisa. **Institutional translation: the art of government by translation**. Finlândia: University of Eastern Finland, 2014.
- LAN, Li. **Corpus**. The Routledge Encyclopedia of Translation Technology. London and New York: Routledge, 2015.
- LAVIOSA, Sara. **Corpus-based translation studies: Wheredoes it come from? Where is it going?**. Language Matters, 2004.
- LAVIOSA, Sara. **The Corpus-based Approach: A New Paradigm in Translation Studies**. Meta: Translators' Journal. Volume 43, número 4,1998.
- MOSSOP, Brian. **Translating Institutions and “Idiomatic” Translation**. York University, 1990.
- MUNDAY, Jeremy. **Introducing Translation Studies: Theories and applications**. Nova York: Routledge, 2008/2010.
- MUNDAY, Jeremy. **Introducing Translation Studies: Theories and applications**. 4th ed. Oxon: Routledge, 2016.

MUNDAY, Jeremy. **The Routledge Companion to Translation Studies**. Rev. Ed. Nova York: Routledge, 2009.

NEWMARK, Peter. **A New Theory of Translation**. STUDIA MINORA FACULTATIS PHILOSOPHICAE UNIVERSITATIS BRUNENSIS, 2007.

NEWMARK, Peter. **A Textbook of Translation**. Nova York: Prentice Hall, 1988.

NEWMARK, Peter. **The Routledge Companion to Translation Studies**. Nova York: Routledge, 2009.

PYM, Anthony. **On Toury's laws of how translators translate**. Espanha: Universitat Rovira i Virgili, 2008.

REISS, Katharina; VERMEER, Hans; NORD, Christiane. **Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained**. Nova York: Jerome Publishing 1984/2014

ROSE, David. **The Routledge Handbook of Discourse Analysis: Genre in the Sydney school**. Nova York: Routledge, 2012.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **The Translation Studies Reader**. Oxon: Routledge, 2012.

SNELL-HORNBY, M. **Translation Studies: An Integrated Approach**, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1988/95.

SNELL-HORNBY, Mary. **The Turns of Translation Studies: New paradigms or shifting viewpoints?** Amsterdam/_/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006.

TOURY, Gideon. **The Nature and Role of Norms in Translation. The Translation Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2012.

TROSBORG, Anna. **Text Typology: Register, Genre and Text Type**. The Aarhus School of Business, 1997.

VENUTI, Lawrence. **The Scandals of Translation: Towards an ethics of difference**. London and New York: Routledge, 1998/1999.

VENUTI, Lawrence; TOURY, Gideon; SCHLEIERMACHER, Friedrich. **The Translation Studies Reader**. Oxon: Routledge, 2012.

VERMEER, Hans J. **Skopos and Commission in Translation Theory**. 3rd ed. **The Translation Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2012.

VERMEER, Hans J. **Skopos and Commission in Translational Action**. 3rd ed. **The Translation Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2012.

ZANETTIN, Federico. **Corpora in Translation**. Università degli Studi di Perugia, 2014.



A ANALÍTICA DE MEGA-DADOS NOS SEGUROS DE AUTOS E DE SAÚDE: REVISÃO DO TEMA

<https://eiopa.europa.eu/>



eiopa

European Insurance and
Occupational Pensions Authority

EIOPA
Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões
Complementares de Reforma

Foto de capa: [istock.com/SusanneB](https://www.istock.com/SusanneB)

PDF	ISBN 978-92-9473-142-5	doi: 10.2854/54208	EI-02-19-220-EN-N
-----	------------------------	--------------------	-------------------

Impresso	ISBN 978-92-9473-143-2	doi: 10.2854/448071	EI-02-19-220-EN-C
----------	------------------------	---------------------	-------------------

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

© EIOPA, 2019

A reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

Para qualquer uso ou reprodução de fotos ou de outro material que não esteja definido nos direitos autorais da EIOPA, a permissão deverá ser solicitada diretamente dos autores.

ANALÍTICA DE MEGA-DADOS NOS SEGUROS DE AUTOS E DE SAÚDE: REVISÃO DO TEMA

SUMÁRIO (PARA CONSULTA NO ORIGINAL)

1.	RESUMO EXECUTIVO	6
2.	TIPOS DE DADOS E FERRAMENTAS DE BDA	8
3.	Tipos de dados utilizados em seguridade	8
4.	Fontes tradicionais de dados	9
5.	Novos tipos de dados possibilitados pela digitalização	12
6.	Ferramentas de Análítica de Mega Dados	14
7.	Inteligência artificial e aprendizado/apredizagem por máquina	14
8.	Computação em Nuvem	17
9.	USO DE BDA POR TODA A CADEIA DE VALORES DE SEGURIDADE (EXCETO PRECIFICAÇÕES E SUBSCRIÇÕES)	18
10.	Desenvolvimento de Produtos	18
11.	Vendas e distribuição	21
12.	Serviços pós vendas e assistência	22
13.	Gerenciamento de Acionamentos a seguros (incluindo prevenções contra fraudes)	25
14.	USO DA ANALÍTICA DE BDA E SUBSCRIÇÕES	29
15.	Inclusão/Exclusão financeira	29
16.	Desvio padrão	30
17.	Esquemas de segurabilidade	31
18.	Reclamações de clientes	32
19.	Quantidade de pools de risco (conjuntos de posições de riscos)	32
20.	Taxas de rejeições	33
21.	Fatores de classificações	34
22.	Micro-segmentação e ofertas de renovação	38
23.	QUADRO REGULAMENTAR DE GOVERNANÇA DE BDA	42
24.	Exatidão de entradas para BDA e resultados	42
25.	Ética e equidade justa em BDA	43
26.	Informações e transparência	43
27.	CONCLUSÃO E PRÓXIMO PASSOS	45
28.	Oportunidades	45
29.	Desafios	46
30.	Próximos passos	48
31.	ANEXO I: METODOLOGIA	50

32.	ANEXO II: ANALISANDO O IMPACTO DE BDA NA DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS	52
33.	ANEXO III: QUADRO/ESTRUTURA REGULAMENTAR PRA BDA	56
34.	ANEXO IV: COMO AS GRANDES EMPRESAS TECNOLÓGICAS PODERIA INGRESSAR NO MERCADO SEGURADOR	59
35.	ANEXO V: GLOSSÁRIO	60
36.	ANEXO VI: LISTA DE ACRÔNIMOS	62

TABELA DE FIGURAS (PARA CONSULTA NO ORIGINAL)

FIGURA	1 – CRESCENTE DISPONIBILIDADE DE DADOS	9
FIGURA	2 – FONTES TRADICIONAIS DE DADOS E NOVAS FONTES DE DADOS POSSIBILITADAS PELA DIGITALIZAÇÃO	10
FIGURA	3 – USO DE DIFERENTES TIPOS DE DADOS	10
FIGURA	4 – FONTES DE DADOS INTERNAS E EXTERNAS	11
FIGURA	5 – USO DE DADOS NAS DIFERENTES LINHAS DE NEGÓCIOS	
FIGURA	6 – REDES NEURAIS ARTIFICIAIS E APRENDIZAGEM PROFUNDA	13
FIGURA	7 – USOS DE BDA, TAIS COMO IA E ML	15
FIGURA	8 – USOS DE FERRAMENTAS DE BDA TAIS COO ML E IA EM TODA A CADEIA DE VALORES	16
FIGURA	9 – ESTUDOS DE CASO DE BDA	
FIGURA	10 – INSERÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM	17
FIGURA	11 – IMPACTO DE BDA EM TODA A CADEIA DE VALORES EM SEGURIDADE	18
FIGURA	12 - ISERÇÃO DE PRODUTOS UBI: SEGUROS DE AUTOS E DE SAÚDE	19
FIGURA	13 – TIPOS DE DISPOSITIVOS DE TELEMÁTCA	20
FIGURA	14 – A INSERÇÃO DE ACONSELHAMETOS POR ROBO-ADVISORS EM SEGURIDADE	21
FIGURA	15 – ISERÇÃO DE CHATBOTS NO MERCADO SEGURADOR	23
FIGURA	16 – APLICAÇÕES DE TELEFONES MÓVEIS UTILIZADAS POR COMPANHIAS SEGURADORAS	24
FIGURA	17 – USO DE BDA NA GESTÃO DE ACIONAMENTOS DE SEGUROS	25
FIGURA	18 – USO DE BDA NA DETECÇÃO DE FRAUDES	27
FIGURA	19 – INDICADORES DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO FINANCEIRA	
FIGURA	20 – EVOLUÇÃO DO DESVIO PADRÃO DO PRÊMIO MÉDIO	30
FIGURA	21 – Evolução DA CONDIÇÃO DE MEMBRO, NOS REGIMES DE SEGURABILIDADE NACIONAIS	31

FIGURA	22 – RECLAMAÇÕES RELACIONADAS AO BDA	32
FIGURA	23 – EVOLUÇÃO NA QUANTIDADE DE POOLS DE RISCO	33
FIGURA	24 – EVOLUÇÃO NA QUANTIDADE DE REJEIÇÕES	
FIGURA	25 – QUANTIDADE DE FATORES CLASSIFICATÓRIOS UTILIZADOS POR COMPANHIAS SEGURADORAS	33
FIGURA	26 – EVOLUÇÃO NA QUANTIDADE DE FATORES DE CLASSIFICAÇÃO	35
FIGURA	27 – TIPOS DE FATORES CLASSIFICATÓRIOS EMPREGADOS EM SEGUROS DE AUTOS	36
FIGURA	28 – TIPOS E FATORES DE CLASSIFICAÇÃO EM SEGURIDADE DE SAÚDE	36
FIGURA	29 – FATORES DE CLASSIFICAÇÃO EMPREGADOS EM TODA A UE PARA SEGUROS DE AUTOS E DE SAÚDE	37
FIGURA	30 – USO DE FATORES CLASSIFICATÓRIOS “ALTERNATIVOS”	
FIGURA	31 – A ABORDAGEM DA AUTORIDADE DE CONDUTA FINANCEIRA DO REINO UNIDO PARA A EQUIDADE	40
FIGURA	32 – OPORTUNIDADES EM BDA SEGUNDO COMPANHIAS DE SEGUROS	45
FIGURA	33 – DESAFIOS EM BDA SEGUNDO COMPANHIAS SEGURADORAS	47
FIGURA	34 – VISÃO GERAL DE EMPRESAS SEGURADORAS PARTICIPANTES	
FIGURA	35 – EVOLUÇÃO DO PRÊMIO MÉDIO E O DESVIO PADRÃO	51
FIGURA	36 – RELAÇÃO ENTRE POOLS DE RISCO E FATORES DE CLASSIFICAÇÃO	
FIGURA	37 – RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADE DE POOLS DE RISCO E DESVIO PADRÃO	
FIGURA	38 – PREÇO TÉCNICO VS. RAZÃO DE PREÇOS DE MERCADO/RUA	

1. RESUMO EXECUTIVO

O processamento de dados vem sendo, historicamente, central para os negócios e atividades em seguros, os quais são fortemente pautados em análises estatísticas orientadas por informações. Dados sempre foram coletados e processados a fim de contribuir às decisões de contratações, políticas de preços, regulações de pedidos (*acionamentos a seguros*) e de prevenções contra fraudes. Há muito tempo se faz uma busca por conjuntos de informações granulares e uma busca por modelos de previsões, de tal maneira que a relevância da Analítica de Mega-dados (BDA – *Big Data Analytics*) para o setor não é surpresa alguma.

Em vista disso, e como prosseguimento de reforço, do Comitê Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão (ESAs – *Committee of the European Supervisory Authorities*) com o relatório intersetorial sobre o uso de Mega-dados (Big Data), por instituições financeiras, a EIOPA decidiu lançar a revisão temática acerca do uso de BDA, especificamente por parte de empresas seguradoras. A meta é reunir ainda mais evidências empíricas dos benefícios e riscos inerentes à analítica com BDA. No intuito de manter o exercício proporcional, o enfoque foi limitado a linhas de negócios de seguros de autos e de saúde. A revisão do tema foi oficialmente iniciada durante o ano de 2018, nos meses de junho a setembro.

Um total de 222 contratos de seguros e 28 jurisdições intermediárias já participaram na revisão temática. As contribuições reunidas a partir dos contratos em seguridade representam aproximadamente 60% dos prêmios brutos emitidos (GWP – *gross written premiums*), das linhas de negócios de seguros de autos e de saúde, nos respectivos mercados nacionais, e isso inclui contribuições a partir de firmas estabelecidas e de novas empresas *start-ups*. Além disso, a EIOPA já coletou da pesquisa, as contribuições de seus Membros e Observadores, isto é, autoridades nacionais competentes (NCAs) da Área Econômica Europeia e de duas associações de consumidores.

A revisão do tema revelou uma forte tendência indicativa de modelos de negócios crescentemente orientados por dados, em toda a cadeia de valores de seguros, em seguridade de autos e saúde:

› Fontes de dados tradicionais, tais como dados demográficos ou dados de exposição, cada vez mais são combinados (não substituídos) com novas fontes, tais como dados de mídias online ou dados de telemática, que fornecem maior granularidade e frequência de informações acerca das características dos consumidores, comportamentos e estilos de vida. Isso, por sua vez, permite o desenvolvimento de produtos e serviços cada vez mais personalizados e avaliações de riscos de maior exatidão.

O uso de dados adquiridos a partir de armazenadores terceirizados de informações e seus software na forma de algoritmos correspondentes, usados para calcular pontuações de crédito, pontuações na carteira de habilitação, pontuações de históricos de uso de seguros, é relativamente expandido e essas informações podem ser usadas em modelos técnicos.

A analítica de BDA possibilita o desenvolvimento de novos fatores de classificações, o que leva a margens de riscos menores e uma maior quantidade de fatores de classificação. A maior parte dos fatores de classificação tem um vínculo causal, enquanto que outros fatores de classificação são entendidos como uma correlação próxima com outros fatores de riscos (não causais) ou com outros bens elásticos de demanda de capitais e preços.

Ferramentas de BDA tais como a IA – inteligência artificial –, ou aprendizagem por máquina já são efetivamente usadas por 31% das empresas, e outras 24% estão em estágio de testes finais. Modelos baseados nessas ferramentas com frequência são correlacionais e não causais, e são principalmente usados em precificações e contratações, e na gestão de entradas de pedidos (*acionamentos*) dos seguros.

Serviços de computação em nuvens, já de conhecimento geral, representando um gatilho chave de agilidade e de analítica de dados, já são usados em 32% por empresas de seguros, enquanto que também, 32% delas declaram que migrarão para a nuvem ao longo dos próximos 3 anos. A segurança das informações e proteção ao consumidor são preocupações críticas nessa atividade de terceirização.

A permanência de produtos de seguridade baseados no uso irá gradualmente continuar nos próximos anos, influenciados por desenvolvimentos tais como uma disponibilidade cada vez maior, de carros conectados, dispositivos digitais vestíveis ou a entrada da tecnologias móveis. Notificações por chamadas automáticas “*Robo calls*” e especialmente os softwares de comunicação automatizada “*chatbots*” também estão entrando fortemente em cena dentro das experiências de produtos e serviços.

Não há evidências ainda de que um gradual aumento de avaliações de riscos esteja causando problemas de exclusões para os consumidores de altos riscos, apesar que as empresas esperam que o impacto de BDA aumente nos próximos anos. Em vista dos indicativos obtidos a partir de diferentes acionistas, a EIOPA considera que existam muitas oportunidades surgindo de BDA, tanto para a indústria de seguros, como para os consumidores. Entretanto, e apesar, inclusive, de empresas de seguros geralmente já terem efetivado ou estarem desenvolvendo formas de governança de dados viáveis, também existem riscos vindos de BDA que precisam ser melhor tratados na prática. Alguns desses riscos não são novos, mas a significância é elevada no contexto de BDA. Isso é especialmente real quanto às questões éticas com o uso justo e legal de BDA, assim como quanto à acurácia, transparência, possibilidades de auditorias e justificativas, para ferramentas de BDA, tais como a IA (inteligência artificial) e ML (aprendizagem/aprendizado por máquina).

Avançando, em 2019, a Força Tarefa InsurTech³², da EIOPA, conduzirá mais trabalhos nestas duas áreas chaves, em colaboração com a indústria, com a comunidade acadêmica, associações de consumidores e outros acionistas de relevância. O trabalho sendo desenvolvido pelo Comitê Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão (ESAs – *Committee of the European Supervisory Authorities*) sobre a IA, como também em outros fóruns também serão levados em consideração.

A EIOPA também irá avaliar bastante as questões de fornecedores de dados terceirizados, incluindo a transparência no uso de fatores de classificação, o contexto dos diálogos UE-USA. Além disso, a EIOPA desenvolverá diretrizes sobre o uso da computação em nuvem, pelas empresas de seguros, e iniciará uma nova linha de trabalho para analisar novos modelos de negócios e de ecossistemas, provenientes da InsurTech.

A EIOPA continuará também seu trabalho atual na área de riscos em seguros virtuais e em segurança cibernética (segurança da informação).

2. TIPOS DE DADOS E FERRAMENTAS BDA

Esta seção abrange os diferentes tipos de dados e fontes de dados usados por atividades de seguros e intermediários em suas linhas de negócios de autos e de saúde, com a ênfase particular nos novos tipos de dados advindos da digitalização (N.T.: vida digital). Esta seção então passa a avaliar quais novos tipos de ferramentas de analítica de dados (por ex.: inteligência artificial e aprendizagem por máquina) estão sendo utilizados para processar os conjuntos de informações, assim como o grau de inserção da tecnologia de computação em nuvem no mercado de seguros.

³² InsurTech: insurance technology; tecnologia dos seguros; tecnosseguros.

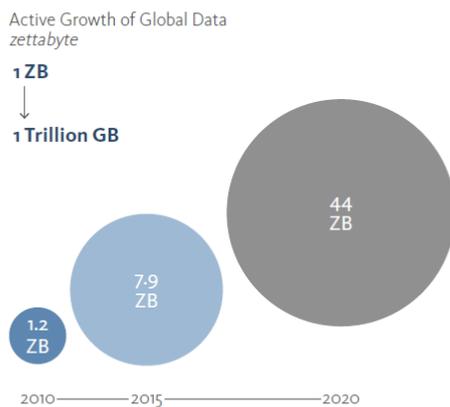
a. TIPOS DE DADOS DIGITAIS UTILIZADOS EM SEGUROS

Processamento de dados sempre foi central aos negócios em seguridade; conjuntos de informações tradicionais tais como dados demográficos, dados de exposição ou dados comportamentais já eram historicamente processados por empresas seguradoras, a fim de incluírem com informações às decisões de contratos, políticas de preços, para avaliar e decidir reivindicações dos titulares e avaliar benefícios, assim como a fim de se detectar e evitar fraudes. Na área de digitalização, esses conjuntos de dados tradicionais estão cada vez mais sendo combinados com novos tipos de dados, como informações da Internet das coisas (*IoT*), dados *online*, ou informações de cartões de créditos ou contas bancárias, no intuito de proverem mais sofisticadas e abrangentes análises, em um processo que é comumente conhecido como “enriquecimento de dados”.

Dados usados por empresas de seguros em diferentes estágios da cadeia de valores de seguridade podem incluir dados pessoais³ (por ex.: histórico médico), assim como dados não pessoais (por ex.: dados de riscos) e podem ser estruturados (por ex.: pesquisas, dados da *Internet das coisas* – *IoT*) ou não estruturados (por ex.: fotografias ou emails). Podem ser obtidos a partir de fontes internas (por ex.: fornecidas diretamente pelo consumidor à empresa), como também de fontes externas (por ex.: bancos de dados públicos ou gestores de dados privados).

Figura 1 – Crescente disponibilidade de dados

Figure 1 – Increasing availability of data



Source: Institute of International Finance²

Fonte: Instituto de Finanças Internacionais.

A tabela abaixo (na figura 2) tem por objetivo reunir em diferentes categorias os tipos de dados usados por empresas de seguros, que é seguida de uma avaliação mais detalhada dos usos e fontes, destes tipos de informações e até qual condição já são usados ou não, no setor de seguros.

Figura 2 – Fontes tradicionais de dados e novas fontes de dados possibilitadas pela digitalização

Fontes de dados tradicionais

Dados médicos (por ex.: histórico médico, situação de saúde médica, condições dos integrantes da família)

Dados demográficos (por ex.: idade, gênero, estado civil e composição familiar, profissão, endereço)

Dados de exposição (por ex.: tipo de veículo, valor dos conteúdos dentro do veículo)

Novas fontes de dados possibilitadas pela digitalização

Dado da Internet das Coisas - IoT (por ex.: comportamentos de direção com o veículo (telemática de veículos), atividade física e situação médica (compatível com dispositivos vestíveis - *wearables*).

Dados de mídias online (por ex.: pesquisas *online* na Web, compras *online*, atividades em mídias sociais, informações da carreira profissional)

Dados digitais próprios da empresa seguradora (ex.: interação com empresas seguradoras (dados de centrais de

chamadas/atendimentos, informações de contas digitais do usuário, relatórios dos acionamentos digitais, comportamentos enquanto *online* durante acessos de entrada aos *websites* da empresa seguradora, ou ao utilizar aplicativos da companhia seguradora)

Dados comportamentais (exceto dados de Internet das Coisas - IoT) (ex.: tabagismo/fumo, hábitos com ingestão de bebidas alcóolicas, distâncias dirigidas em um ano)

Dados de geo-codificação (isto é, coordenadas de latitude e longitude de um endereço físico)

Dados de perdas (ex.: relatórios de acionamentos advindos de acidentes de carro, casos de imputabilidades)

Dados de genética (ex.: resultados de dada análise de previsões a partir de genes e de cromossomos de uma pessoa)

Dados de população (ex.: taxas de mortalidade, taxas de óbitos, acidentes e autos)

Conta bancária / dados de cartão de crédito (ex.: hábitos de compras de um cliente, dados de renda e de patrimônio)

Dados de perigos e riscos (ex.: frequência e gravidade de ameaças naturais)

Outros dados digitais (ex.: fotografia *selfie* para estimativas de idade biológica do cliente)

Outros dados tradicionais (ex.: classificação de crédito, relatórios de ajustes nos acionamentos, informações advindas de oficinas de reparos mecânicos em autos)

Fonte: *The Geneva Association* - Agência Europeia do Ambiente; AEA (a categorização de tipos de dados foi levemente melhorada pela EIOPA)⁴

FONTES TRADICIONAIS DE DADOS

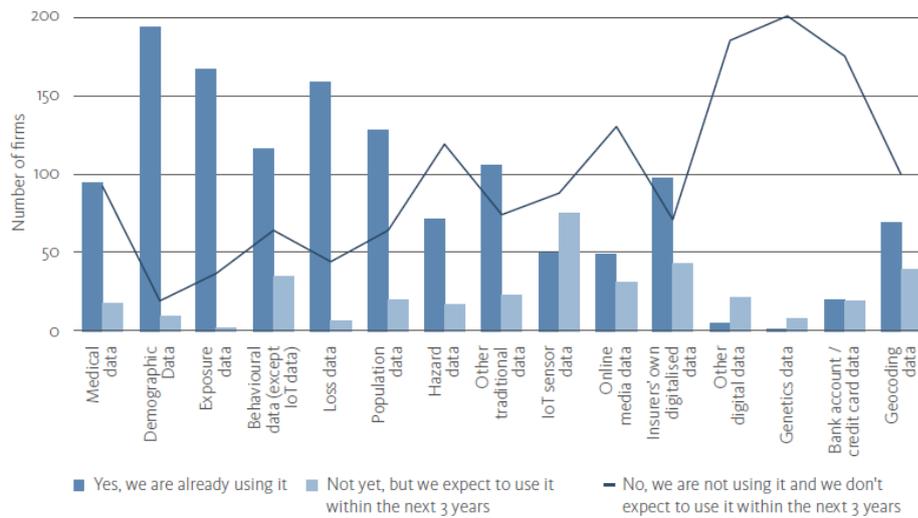
Para propósitos de seguros de saúde, dados médicos são comumente coletados diretamente com o consumidor, ou via intermediários em seguros. Isto frequentemente é feito ao se completar uma pesquisa médica ou em procedimento de um exame por uma instituição médica para avaliar a condição médica do cliente. Algumas empresas de seguros também usam estatísticas sobre custos de uma doença, que são publicadas anualmente pela NCA relevante ou pela associação nacional de empresas privadas de seguros de saúde.

Algumas das empresas que responderam à pesquisa da EIOPA afirmaram especificamente que não usam dados médicos em seus processos de BDA. Outras, fizeram o *outsourcing* (contratação externa) com provedores de serviços, para o uso de ferramentas digitais potenciais capazes de processarem um volume significativamente maior de informações de saúde, que ferramentas tradicionais em uso. Ademais, uma empresa planejou exportar o histórico médico de seus clientes para o aplicativo de solicitações a seguros (acionamentos aos seguros), com vistas a aprimorarem a experiência de usuário.

Por fim, empresas de seguros de autos também coletam dados médicos para avaliarem lesões físicas corporais provenientes de acidentes de trânsito. No estágio pré contratual, algumas empresas seguradoras também solicitam aos clientes que forneçam informações sobre quaisquer condições de saúde que poderiam afetar suas habilidades na direção de automóveis.

Figura 3 – Uso de diferentes tipos de dados

Figure 3 – Usage of different types of data



Source: EIOPA BDA thematic review

Quase todas as empresas que responderam ao questionário usam dados demográficos (ex.: idade, gênero, ocupação, estado civil, etc.) tanto no setor de autos, quanto de saúde, os quais são comuns de se obter diretamente do cliente, na fase pré contractual. As informações fornecidas pelo cliente são com frequência complementadas com fontes externas de dados, tais como de órgãos de estatísticas nacionais ou de vendedores de *ativos de dados* terceirizados.

Por exemplo, algumas empresas explicaram como recebem classificações demográficas socioeconômicas de natureza geo-espacial (por ex.: poder aquisitivo, tipologia familiar, densidade populacional, etc.) a partir de vendedores de ativos de dados. Essas informações são com frequência cedidas por vias de código postal (isto é, anônimas), e cada vez mais de forma segmentada em partes (veja abaixo o uso de dados de codificações geográficas – *geocoding*) e são comumente usadas em modelos técnicos, para precificações e para propósitos inerentes. Empresas de seguros também coletam dados de gênero. Todavia, não são autorizadas a utilizarem disso para estabelecimento de preços e para propósitos de subscrições, mediante decisão judicial de 2011 do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, contra a diferenciação de preços com base em gênero. Dados de exposição são a segunda maior categoria de dados usados por empresas de seguros; fundamentalmente, dentro do setor de autos, os clientes tipicamente têm que fornecer informações sobre seus carros quando fecham um contrato de seguros.

Mais informações detalhadas sobre o veículo (ex.: força cavalos de freio, aceleração, altura, peso) e seu valor corrente podem ser obtidas de fontes privadas externas com o uso da placa do veículo e/ou seu número de registro. Em algumas jurisdições, esse tipo de informações não pessoais pode ser conseguido de fontes públicas, como das autoridades de trânsito nacionais ou do serviço (órgão) de seguros para autos.

A maioria das empresas de seguros de autos e de saúde também usa dados do comportamento do cliente (outra, que não os dados da IoT). Na maior parte dos casos, essas informações são obtidas durante a integração do cliente, embora também sejam obtidas de fontes externas, como estatísticas criminais provenientes de governos locais ou nacionais. Dados comportamentais são também advindos do acolhimento ao cliente (integração do cliente), para casos relativos a atrasos em parcelamentos. Além disso, algumas empresas, das quais responderam, mencionaram que em suas jurisdições, o veículo é o objeto segurado (isto é, não o próprio motorista) e portanto, na opinião

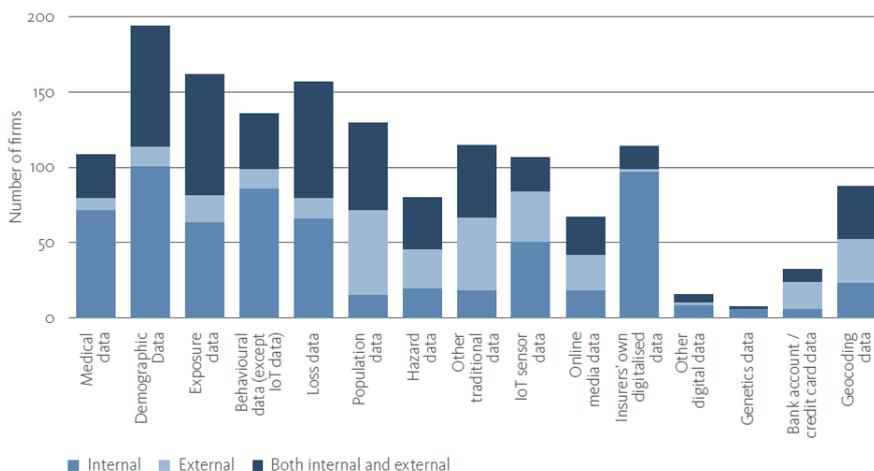
deles (as), dados como quantidade de quilômetros viajados em um ano não é considerado um dado pessoal, porque o “comportamento” é do carro.

Até onde se entende por perdas de dados, esse tipo de dados é usado tanto pelas empresas de seguros de veículos, quanto de saúde e são igualmente coletadas a partir de fontes internas e externas. Quando um cliente está ingressando em um contrato de seguros de autos, ele é tipicamente solicitado a entregar seu histórico de acionamentos/exigências (isto é, Bônus Malus). Dados de perdas também são capturados para propósitos de decisões das reivindicações durante a primeira notificação de perdas (FNOL – *First Notice of Loss*), via formulários para acionamentos revelantes que são preenchidos. É uma prática comum, por parte das empresas de seguros, validarem os dados fornecidos pelo cliente, via fontes públicas (ex.: serviço (órgão) de seguros de autos), via vendedores (empresas fornecedoras de dados) externos de ativos de dados, ou casualmente (e incidentalmente) via regularizadores de sinistros ou via investigadores particulares que podem ter que avaliar diferentes fontes, tais como evidências fotográficas, vigilância por vídeo (CCTV), registros policiais, depoimentos de testemunhas, etc. Algumas empresas relataram ter feito *outsourcing* (contratação externa) da fase de gerenciamentos de acionamentos a terceiros. Empresas de seguros de saúde relataram sobre o uso de informações tais como histórico de ausências do trabalho, de empregados de uma dada empresa, ou estatísticas de tratamentos médicos em diferentes instituições médicas (ex.: informações impessoais sobre custos e tratamentos).

Dados populacionais são principalmente coletados de uma maneira agregada (isto é, informações impessoais) a partir de fontes públicas tais como estatísticas nacionais, Ministério de Assuntos Internos, serviço (órgão) de seguros, associação actuarial nacional, ou até mesmo da Organização Mundial da Saúde. Algumas empresas fazem *outsource* (delegação a terceiros, de serviços privados) desta análise publicamente disponível a provedores de serviços, que tipicamente provêm análises de tendências no âmbito de dados códigos postais, de dados populacionais; inclusive de dados de senso que podem ser adotados para satisfazerem às classificações dos códigos postais.

Semelhantemente, dados de sinistros são predominantemente obtidos a partir de fontes públicas tais como o instituto meteorológico nacional, apesar de também ser fonte, o cliente propriamente, a citar, durante o FNOL. O uso de dados é relativamente pequeno em comparação a outros tipos de dados, especialmente entre empresas de seguros de saúde. Essas, com frequência delegam por *outsourcing* (contratação externa) os modelos de catástrofes naturais aos corretores de resseguro e a outros (as) prestadores (as) de serviços.

Figure 4 – Internal and external data sources **Figura 4 – Fontes de dados internas e externas**



Com relação a “outros dados tradicionais”, diversas empresas declararam usarem relatórios de pontuações (de classificações de crédito) tanto para gerenciamento de acionamentos (incluindo prevenção contra fraudes) quanto para precificações e subscrições de seguros. Esses relatórios são majoritariamente obtidos de vendedores de informações terceirizados especializados (fornecedores de dados), apesar que algumas empresas também adquirem esse tipo de informações de seus canais de distribuição de seguros bancários. As informações são geralmente analisadas em combinação com outros tipos de dados, tais como os registros internos de acionamentos e histórico de pagamentos de prêmios (*premiums*) para clientes atuais, disponíveis na empresa, ou também por ocasiões, informadas pelo serviço de seguros de autos.

Por último, o outro tipo principal de “outras fontes tradicionais” são as informações cedidas por oficinas de reparos de autos e relatórios de solicitações de ajustes. As empresas utilizam desses relatórios para várias finalidades, como avaliar tendências em custos de reparos ou para melhorar as classificações de autos (ex.: custo geral de acionamentos por marca de carro, modelo, etc.)

NOVOS TIPOS DE DADOS TRAZIDOS PELA DIGITALIZAÇÃO

Dentre as 222 empresas de seguros que participaram na consulta da EIOPA, 50 já utilizam dados de IoT, enquanto que outras 75 esperam usá-la nos próximos três anos. O uso deste tipo de informações é mais extenso no setor de seguros de autos, tanto via *black box* instaladas em carros, quanto por aplicativos móveis em *smartphones*. Exemplos já relatados de dados coletados com o uso desses dispositivos incluem geolocalização, dados de aceleração, quilometragem, freadas forçadas, hora do dia, tipo de estrada, forças G, etc. Essas informações podem ser complementadas por dados externos como o limite de velocidade e tipo de rua, para que se avalie se o cliente respeita as regras de trânsito.

Uma quantidade reduzida de empresas de seguros de saúde também utiliza dispositivos de uso corporal e aplicativos de celulares móveis, para coletarem informações de clientes quanto à atividades de vida do cliente, contagem de passos por dia, consumo de calorias, pressão sanguínea, etc. As informações coletadas desses dispositivos são obtidas a partir de fontes de dados internas e externas e são principalmente usadas para desenvolvimento de produtos e para vendas e distribuição, embora algumas também as usem para estabelecimento de preços e subscrições de gestão dos acionamentos.

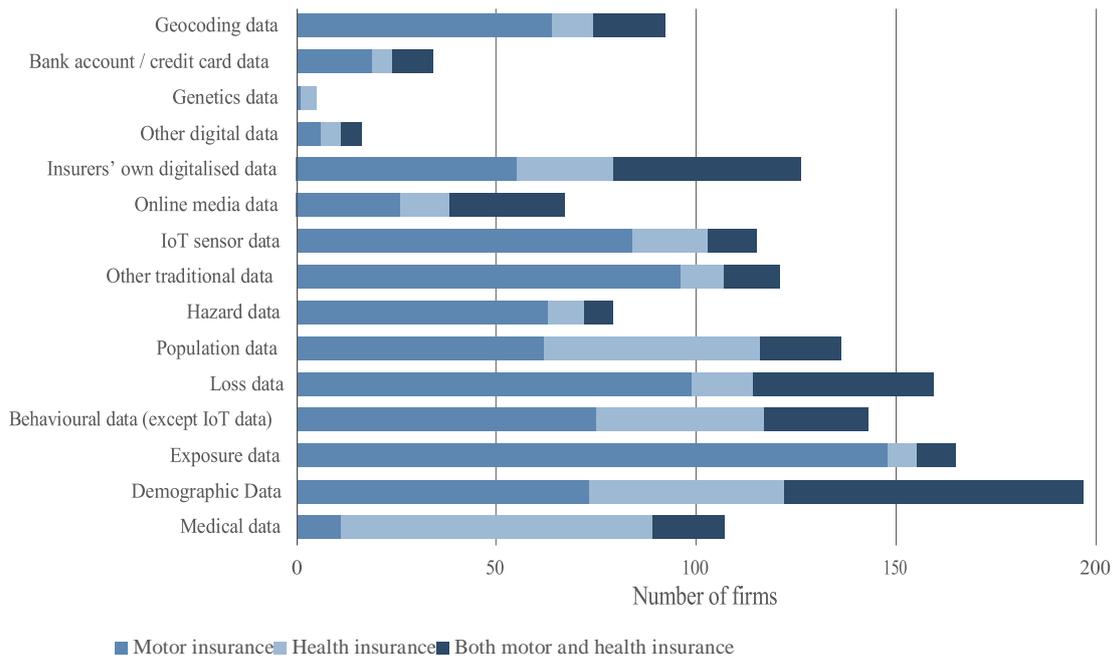
Diversos projetos de IoT estão atualmente em fase de testes; por exemplo, uma empresa está testando produtos de seguros de saúde com IoT com seus empregados. Além disso, as ofertas telemáticas frequentemente tem por alvo consumidores jovens; motoristas jovens instalando algum dispositivo de telemática em seus carros, relata-se que fornece acesso a seguros de autos mais economicamente razoáveis. Quando usados para precificação ou subscrições (ex.: políticas *Pague-Conforme-Dirige* ou *Pague-Pelo-Como-Dirige: Pay-As-You-Drive or Pay-How-You-Drive*), o consumidor tipicamente recebe uma classificação de direção ou uma classificação de saúde provenientes das informações reunidas do dispositivo de telemática. Os dispositivos de telemática também podem ser usados para oferecer sistemas de chamadas emergenciais; em caso de um acidente, o sistema coleta dados sobre a gravidade do perigo e sua geolocalização, e automaticamente envia uma chamada de emergência, então encaminha essa informação ao departamento de acionamentos da empresa.

Empresas de seguros usam seus dados digitalizados próprios para diversas finalidades, tais como analisar o comportamento do cliente durante o processo de consulta de preços/custos (ex.: registros da central de atendimento e cookies de sites na Web) com a finalidade de prevenção contra fraudes e para otimizar as jornadas de clientes, como também para modelar preços e riscos, ou até

mesmo tudo isso em tempo real. Exemplos de informações avaliadas incluem tendências de canais de distribuição usados, número e contatos, quanto tempo o cliente gasta lendo os termos e condições, se ele (a) le esses termos antes de registrarem um acionamento, quais referências de informações o cliente usa antes de comprar uma apólice ou antes de registrar uma solicitação, etc.

Esses dados também podem ser utilizados para acionar práticas automatizadas de *marketing*, com vistas a se alcançar consumidores específicos, em caso de alguns padrões comportamentais que ocorrem em seus websites ou aplicativos (software). Ainda, informações relevantes para finalidades de gestão de petições/acionamentos (ex.: contas médicas ou imagens médicas, ou ainda, imagens de carros danificados) também estão cada vez mais sendo enviadas via meios digitais.

Figura 5 – Uso de dados em diferentes linhas de negócios



Fonte: Revisão temática em BDA, EIOPA

Códigos postais tradicionais (que podem ser um aproximador de patrimônio financeiro, de crimes, densidade populacional ou etnia) usados para precificações e subscrições estão sendo substituídos/combinados, por dados mais exatos com micro-zoneamentos, originários de provedores externos, como também de aplicativos e outros dispositivos de telemática. Por exemplo, uma empresa utiliza dados de geo-codificação fornecidos por um vendedor terceiro para adicionar a informações socio demográficas relativas à área. As empresas podem também empregar essas informações para fins de análise de áreas com elevadas despesas nos acionamentos (ex.: danos causados por granizo ou roubos de carros). Inclusive, as empresas explicaram como o local de residência do cliente ou local de trabalho influenciam riscos aplicáveis.

Ainda, as coordenadas de latitude e longitude de um endereço físico também são empregadas para mensurar a distância de outros pontos de interesse, como escolas, *shopping centers*, estações de ônibus ou de metrô, hospitais, centrais de embarques principais (ônibus, metrô, ou aeroportos), pontos de acidentes recorrentes, etc. Algumas empresas de seguros usam esses dados exatos de geo-codificações para otimizar a rede de oficinas e de canais de distribuição. Algumas usam também geo-codificações obtidas dos motoristas de guinchos, que chegam até o local do acidente de trânsito.

Informações de contas bancárias e cartões de crédito já são utilizadas por 20 empresas de seguros, de nove países, enquanto que mais 19 empresas de outros nove países disseram que esperam utilizá-las dentro dos próximos três anos. Essas informações são reunidas tanto a partir de fontes internas, quanto externas; por exemplo, uma empresa explicou como usam a segmentação de clientes baseando-se em informações de compras coletadas a partir de lojas de varejo com cartões de fidelidade. Outra empresa descreveu como utilizam contas bancárias e informações de cartões de crédito para prevenirem *churning*³³ (movimento livre de capital; vide nota 2). N.B.: tradução para a definição de *churn*: “Se um banco ou corretor “faz rotativa (*churn*)” de um contrato ou de um segurado de um apólice, estimula o cliente a mudar os investimentos ou apólices a fim de aumentar as comissões, com custo para o cliente”.

Em outra empresa, esperam coletar essas informações via acordos com terceiros, quanto a maiores possibilidades de acessarem dados bancários oferecidos pela recém aprovada Diretiva de Serviços de Pagamento (conhecida como “PSD 2” – *Payments Services Directive*).³⁴ Ainda outra empresa utiliza provedores externos para prevenir fraudes ao checarem se um cartão de crédito foi usado com múltiplos nomes diferentes. Também é possível criar diferentes cartões de classificações baseados em informações bancárias, hábitos de compras e/ou uso de telefones móveis. Alguns modelos de negócios de seguros bancários usam essas informações para fornecerem descontos em seguros de autos baseados em seus próprios mecanismos de classificação de crédito. Além disso, uma empresa relatou como usam dados externos cedidos por órgãos tais como agências de notação de riscos ou lojas em *shoppings*, para construir perfis socio-demográficos com exatidão, por código postal, constituição familiar e de ordem individual.

Além dos dados digitais de seus próprios websites, empresas de seguros podem utilizar outros dados de mídias online de terceiros. De fato, informações agregadas como pesquisas em motores de buscas e informações de visita em websites são frequentemente usadas pelos departamentos de *marketing* para personalizar campanhas. Informações advindas de plataformas de comparações online também podem ser usadas para melhorar vendas e práticas de distribuição. Algumas empresas de seguros também rastreiam (postagens de mídias sociais (públicas) para serviços de combate a fraudes, providos ou por um serviço especializado contra fraudes, ou por funcionários especializados, não necessariamente com o uso de ferramentas³⁵ BDA. Algumas empresas também relatam usar as informações fornecidas por ferramentas de análise de Web e ferramentas de monitoramento (“capturas”) de mídias sociais para análises de comportamentos de usuários e para estabelecimento de preços e para propósitos de subscrições (de seguros).

Por fim, apenas uma empresa de seguros de saúde declarou que já utiliza dados de genética, embora nove empresas de sete Estados Membros esperem usá-los dentro os próximos três anos.

³³ * (*Insurance: Sales and distribution*): If a bank or broker **churns** a **contract** or policyholder, they encourage a **client** to change investments or policies in order to increase commissions at the client's expense. (Dicionário Collins Cobuild: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/churn>; acessado em: 13/08/2020)

2.2. FERRAMENTAS DE ANALÍTICA DE MEGA-DADOS (BIG DATA)

2.2.1. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E APRENDIZADO/APRENDIZAGEM POR MÁQUINA (ML – MACHINE LEARNING)

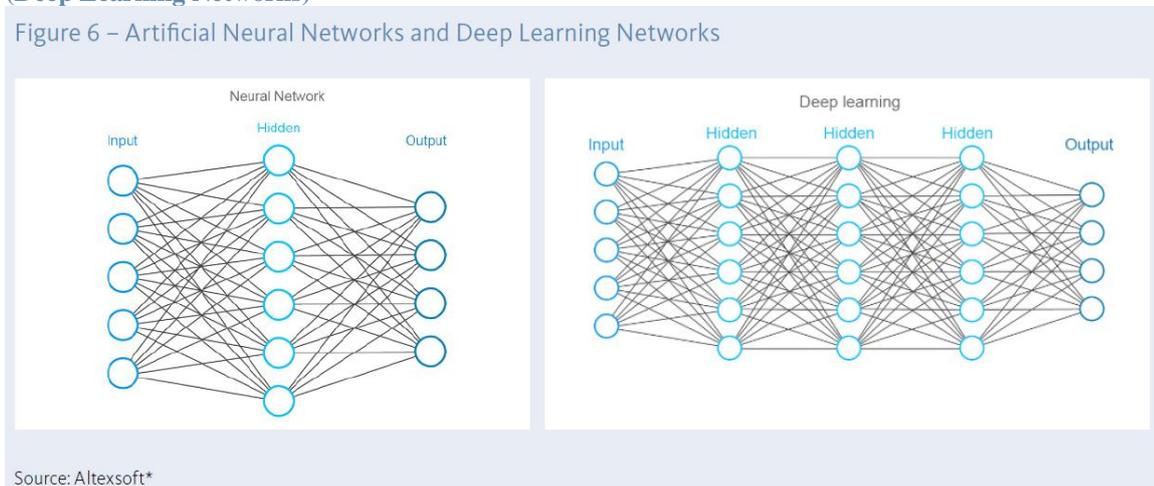
Não seria possível compreender o fenômeno de Mega-dados sem o uso de ferramentas de TI cada vez mais poderosas, algoritmos e sistemas de informação, para realizar análises mais antecipadas, mais descritivas e mais prescritivas. Este é o caso das ferramentas de inteligência artificial (IA), que dentre outras podem autônomoamente descobrir e testar hipóteses e tomar decisões automaticamente. Algoritmos de IA também podem acessar conjuntos de dados antes inacessíveis, tais como dados não estruturados de fotografias, vídeos ou áudios.

A tecnologia Aprendizado por Máquina – *Machine learning* (ML) é uma subcategoria de IA, a qual se refere a algoritmos sofisticados de computadores que têm a capacidade de encontrar excelentes soluções, abrangendo cada vez maiores conjuntos de dados, sem a abordagem tradicional baseada em regras. Para a indústria de seguros, essas técnicas, aliadas aos dados de quantidades cada vez maiores (por exemplo, por meio da interconectividade cada vez maior entre telemática e dispositivos de uso no corpo humano - *vestíveis*) poderiam representar um aprimoramento equivalente a um divisor de águas na habilidade de monitoramento com precisão e na habilidade de se avaliar riscos.

APRENDIZADO POR MÁQUINA - ML: REDES NEURAIS ARTIFICIAIS

Um tipo de algoritmo de aprendizagem de máquina atualmente de amplamente conhecido, que existe há muitos anos, são as redes neurais artificiais (ANNs). ANNs são algoritmos que são comumente representados na forma em que trabalham, de uma forma similar ao cérebro humano; operam com uma camada de entrada de dados (ex.: histórico de acionamentos, idade do motorista, endereço, etc.), uma ou mais camadas ocultas desconhecidas e uma camada de saída (ex.: o cliente renova ou não o contrato, etc.). Naquilo que é conhecido como a rede “feedforward” (alimentação para frente, ou “rede de neurônios de alimentação de avanço”), as informações fluem desde a camada de entrada, percorre a(s) camada(s) ocultas, até a camada de saída.

Figura 6 – Redes Neurais Artificiais (Artificial Neural Networks) e Redes de Aprendizado Profundo (Deep Learning Networks)

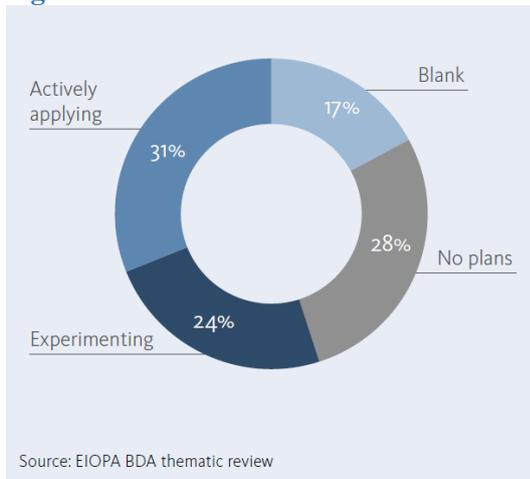


Fonte: Altexsoft*

ANNs podem ser “treinadas” a fim de ajustarem os pesos individuais das camadas ocultas para o resultado de saída desejado. O processo de aprendizado frequentemente inclui o método de “retro-propagação” (backpropagation), em que as camadas de saída são comparadas com as respostas corretas para inserir os valores de erros na rede, até que os erros nas antecipações/previsões sejam poucos. ANNs podem executar esse processo muito eficientemente, encontrando decisões que não estejam sujeitas a condições estruturais, particularmente quando treinadas com grandes quantidades de dados.

A inserção de ferramentas de BDA, tais como as ANNs ainda é limitada no setor segurador; apesar que 55% das empresas alegam já terem começado a usá-las ou planejam fazer isso nos próximos três anos; apenas 30% delas já estão ativamente aplicando ferramentas BDA, como mostra a fibura 7 abaixo.

Figura 7 – Uso de ferramentas de BDA tais como IA e ML



Os principais benefícios das ANNs e de ML são, em uma visão mais ampla, são porque os algoritmos são capazes, em certas áreas ao menos, de desenvolverem com ou sem intervenção humana de forma limitada, análises de muita precisão, elevando a eficiência e velocidade de tomadas de decisões, e portanto, reduzindo custos operacionais. Contudo, isso também gera desafios específicos em termos de acurácia, transparência, justificativas e auditabilidade dos modelos que usam algoritmos de ML, os quais são frequentemente correlacionais e não causais; devido à opacidade do funcionamento da “camada oculta”, assim, pode ser difícil explicar a relação (causal) entre as entradas e saídas de resultados do modelo. Quanto maior a complexidade do modelo (ex.: veja modelos de aprendizagem profunda, na figura 6) maiores são esses desafios.

Inclusive, o uso adequado de algoritmos de ML depende de dados históricos que estejam sem inclinação demográfica, haja vista que de outra maneira qualquer engano inerente a dados históricos seriam reforçados via o algoritmo de ML, se não houvesse arranjos de governança adequadas para abordarem essas questões. Vale ressaltar que os modelos lineares gerais e “tradicionais” podem se tornar tão complexos que hipoteticamente não são, na prática, mais fáceis de se explicar que um modelo mais avançado de ML. Nisso, arranjos razoáveis de governança devem sempre ser postos em prática, independentemente do tipo de modelo utilizado.

* Detecção de fraudes: “Fraud Detection”: How Machine Learning Systems Help Reveal Scams in Fintech, Healthcare, and eCommerce, Altexsoft,

<https://www.altexsoft.com/whitepapers/fraud-detection-how-machine-learning-systemshelp-reveal-scams-in-fintech-healthcare-and-ecommerce/>

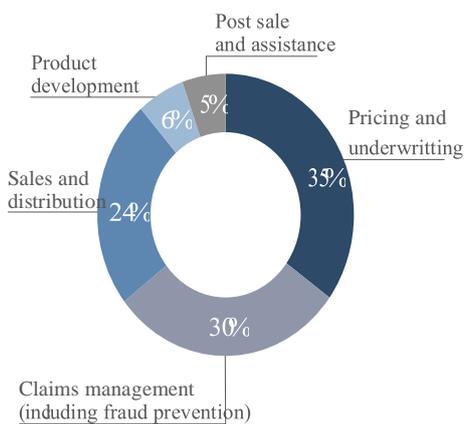
De acordo com as respostas ao questionário recebido pela EIOPA, ferramentas de BDA são geralmente, mais usada por negociações de seguros do que por intermediários¹⁰ em seguros. Ferramentas BDA são igualmente usadas nas linhas¹¹ de seguros de autos e de saúde. Além disso, a maioria das empresas que utilizam BDA desenvolveram a solução internamente (in-house), embora muitas outras as trouxeram “direto das prateleiras”, prontas, dos provedores de serviços terceirizados. Diversas empresas também citaram que usam ou estão começando a usar linguagens de programação baseadas em ferramentas em software de código aberto (*Open Source*) (isto é, disponíveis gratuitamente), tais como ‘Python’ ou ‘R’ para esses propósitos.

O uso de ferramentas de BDA geralmente enfatiza uma parte específica da cadeia de valores de seguros e muito poucas empresas as utilizam em todos os seus processos. Dentre as empresas que já usam ou estão planejando utilizar ferramentas BDA, utilizam-nas principalmente para precificações e subscrições, manejamentos de acionamentos, vendas e distribuição, como pode ser observado na Figura 8.

A Figura 8 mostra que até hoje, a analítica de BDA teve um grande impacto na área de estabelecimento de preços e de subscrições da cadeia de valores de seguros, que também está em acordo com a evolução esperada dessas tecnologias dentro dos próximos três anos.

20% de intermediários em seguros e 59% de negócios seguradores reportaram utilizarem ou estarem planejando utilizar ferramentas de BDA. 59% das companhias seguradoras ativas apenas na linha de seguros de saúde e 59% de companhias seguradoras ativas apenas na linha de seguros de autos relataram estar utilizando ou planejando adotar ferramentas de BDA.

Figura 8 – Uso de ferramentas de BDA, tais como ML e IA em toda a cadeia de valores.



Fonte: revisão temática.

A Figura 9 mostra exemplos de diferentes tipos de estudos de casos (seus usos) de BDA que já estão sendo utilizados ou estão sendo planejados, para serem empregados por empresas seguradoras em toda a cadeia de valores de seguros (note que esta informação é melhor explorada nas próximas seções do relatório).

Figura 9 – Casos de usos de BDA

Caso de Uso	Resultado(s)
Modelos de rotatividade (Modelos Churn*)	Uso de modelos de ML com churn para a previsão de propensões do cliente a pesquisar preços em uma fase de renovação, que pode ser útil para estabelecimento de preços e subscrições (ex.: para otimização de preços em combinação com uma análise de demanda de elasticidade de preços) ou para atender ao consumidor (ex.: abordagem de “Próxima boa ação”)
Robô conversas (Chatbot)	Possibilita conversas “próximas às humanas” com consumidores ao analisar dados não estruturados de clientes via texto ou voz, com o uso de processamentos de linguagem natural e outros algoritmos de ML.
Análise dos sentimentos (Sentiment Analysis)	Avalia o sentimento no <i>feedback</i> dado por consumidores, para transformá-lo em informações úteis, com vistas a aprimorar a satisfação de clientes e adesão de clientes.
Gerenciamento de documentos eletrônicos	Automação de processo robótico – <i>Robotic process automation</i> ³⁶ (RPA) – Redes de aprendizagem profunda utilizadas para a classificação automática de documentos recebidos, de dados não estruturados (ex.: emails, declarações das petições em acionamentos), que as destinam para o departamento correto.
Gerenciamento de acionamentos	Reconhecimento óptico de caracteres (OCR – <i>Optical Character Recognition</i>) – Redes de aprendizagem profunda utilizadas para extraírem informações a partir de documentos <i>escaneados</i> , tais como imagens de carros danificados, com vistas a estimativas dos custos de reparos. N.T.: OCR usualmente faz extração de materiais textuais escaneados ou fotografados.
Prevenção contra fraudes	Análise de padrões em acionamentos fraudulentos, baseadas em dados FNOL dados pelo cliente.
Desenvolvimento de produto	Uso de ML e banco de dados de gráficos para modelagem de previsões, para a identificação de padrões no desenvolvimento de doenças.
Estabelecimento de preços e as subscrições	Ferramentas BDA usadas nos seguros de autos e de saúde para processar grandes quantidades de dados a partir de fontes diferentes, com frequência, em modalidade de tempo real (ex.: manipulação de consulta de preços), ao usar-se de uma vasta gama de técnica estatísticas.

Fonte: EIOPA BDA thematic review (Revisão temática de BDA, pela EIOPA).

Dicionário Collins Cobuild: (*Insurance: Sales and distribution*) If a bank or broker **churns** a **contract** or policyholder, they encourage a **client** to change investments or policies in order to increase commissions at the client's expense.

(fonte: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/churn>; acessado em: 13/08/2020)

2.2.2. COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)

A maior parte das empresas financeiras, incluindo aquelas do setor de seguridade, opera suas próprias centrais de dados corporativos, que foram projetados na forma de adequação aos propósitos, para suas necessidades de negócios específicas e de processos de BDA específicos. Em paralelo, o uso da tecnologia de computação em nuvem tornou-se cada vez mais comum desde o final de 2000. A esperada resposta mais ágil ao mercado, os menores custos de desenvolvimento, testagens ampliadas, resiliência aparente maior e escalonamento automático são algumas das características que tornam a tecnologia de computação em nuvem especialmente relevante em um contexto de BDA¹².

Verdadeiramente, a tecnologia de computação em nuvem é uma ferramenta que é continuamente popular, que inclusive possibilita a implementação de soluções de BDA, como

³⁶ Segundo a empresa IBM – International Business Machines: A Automação de Processo Robótico (RPA) é o uso de robôs de software para automatizar as tarefas rotineiras altamente repetitivas normalmente executadas pelos trabalhadores em sua organização. (fonte: <https://www.ibm.com/br-pt/automation/rpa>)

aquelas descritas no argumento anterior. Ainda, quanto aos provedores de serviços em nuvem (fundamentalmente as Grandes Empresas Tecnológicas – *Big Tech Firms*), relatou-se que também oferecerem a seus clientes a possibilidade de *outsourcing* (contratação externa) de IA e ferramentas de ML por meio de plataformas de computadores comercializadas como *commodity*, em paralelo a seus serviços de armazenamento de dados.

No setor de seguridade, ao menos 74 empresas (isto é, 33% de todas as empresas) já usam pelo menos um dos três principais tipos de serviços oferecidos pelos provedores da tecnologia de computação em nuvem, com o Software-como-serviço (*Software as a Service – SaaS*) tendo a maior taxa de adoção (28), seguido de Infraestrutura-como-serviço – *Infrastructure as a Service (IaaS)* (21%) e Plataforma-como-serviço – *Platform as a Service (PaaS)* (20%). Muitas empresas declaram usar diversos desses serviços ao mesmo tempo para diferentes propósitos. Outras 72 empresas (isto é, 32%) que não estão atualmente utilizando quaisquer tipos de serviços em nuvem reportam que migrarão para a nuvem dentro dos próximos 3 anos. A Figura 10 mostra os índices atual e esperado, de adoção desta tecnologia nos próximos 3 anos.

Figura 10 – Inserção de serviços de computação em nuvem

Serviço de Computação em Nuvem	Sim, já estamos utilizando	Ainda não, mas esperamos utilizar dentro dos próximos 3 anos	Não, não estamos utilizando e não esperamos utilizá-la nos próximos 3 anos	Em branco
IaaS	21.2%	21.6%	41.4%	15.8%
PaaS	20.3%	23.0%	41.0%	15.8%
SaaS	28.4%	20.3%	36.5%	14.9%

Fonte: EIOPA BDA thematic review (Revisão temática de BDA, pela EIOPA).

Quando questionadas sobre os obstáculos que as empresas já encontraram para que pudessem fazer *outsourcing* (contratação externa) de serviços de computação em nuvens, diversas empresas revelaram preocupações com a segurança de dados, concernente às informações armazenadas na nuvem, por razões de regulamentações de dados pessoais e proteção aos dados. Informações não anônimas não podem ser processadas, alegaram, na nuvem, sem se abordar obstáculos expressivos.

Estas questões parecem ser de maior importância quando os dados são armazenados e processados em um terceiro país fora da UE, ou se houver uma falta de transparência que considere a localização geográfica dos dados, em que os provedores de computação em nuvem balanceiem os dados entre múltiplas centrais. Algumas empresas de seguros também destacaram a recusa de alguns provedores de computação em nuvem de levarem em consideração e incluírem nos acordos de processamento dos dados, algumas exigências específicas de proteção adaptados às especificidades de seguros. Algumas empresas de seguros também observaram possíveis preocupações da hipótese de ficarem restringidas a vendedores/provedores fixos.

Além disso, algumas empresas de seguros também consideram que as barreiras regulatórias, tais como provisões legais para *outsourcing* (contratação externa) também sejam difíceis de serem superadas. Alguns empresários revelaram crerem que há ainda um alto grau de incertezas em áreas, a citar, como lidarem com os direitos a auditorias, gerenciamento de riscos, etc., e potanto,

consideram que uma maior clareza nesta área ajudaria a equilibrar o mercado empiricamente, entre organizações reguladas e não reguladas.

3. O USO DE BDA POR TODA A CADEIA DE VALORES DE SEGUROS (EXCETO PRECIFICAÇÕES E SUBSCRIÇÕES)

Dentre 222 companhias de seguros e intermediários que participaram na revisão temática da EIOPA, a maioria delas considera que até hoje, a analítica de BDA já teve o maior impacto na etapa das precificações e subscrições, da cadeia de valores de seguros, seguidos do gerenciamento de acionamentos, vendas e distribuição. O mesmo padrão se reflete quando empresas são consultadas acerca da evolução esperada em BDA nos próximos três anos. As respostas das empresas também mostram que essas esperam que os modelos de negócios orientados aos dados se tornem crescentemente significantes em todas as áreas da cadeia de valores de seguros, com o transcorrer do tempo. (veja Figura 11).

3.1. DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS

Segundo as informações disponíveis na EIOPA, a maior parte das empresas de seguros ve que a analítica de BDA as capacita a melhor compreenderem as necessidades de seus clientes e suas características, e portanto, as permitem desenvolver produtos e serviços mais personalizados. Sob um viés geral, as empresas esperam que a analítica de BDA transforme processos de desenvolvimento de produtos e customização de produtos, por meio da capacidade de se identificar padrões inerentes em dados extremamente granulares, associados à capacidade de se capturar e utilizar dados comportamentais de clientes, cada vez mais disponíveis online.

Empresários nas empresas de seguros entendem que a analítica de BDA os capacita a desenvolverem avaliações de riscos mais granulares e melhores segmentações de clientes, por meio da avaliação de riscos em áreas e segmentos que não eram possíveis no passado. Isso resulta na definição de novos fatores de riscos que ensejam o desenvolvimento de novos produtos, tanto em seguros de autos, quanto de saúde, por dar ênfase em alvos, mercados e grupos de coberturas específicos. Também foi explicado, que a analítica de BDA permitiria às empresas testarem a viabilidade de novos conceitos de produtos, previamente aos lançamentos em mercado.

Figure 11 – Impact of BDA across the insurance value chain*

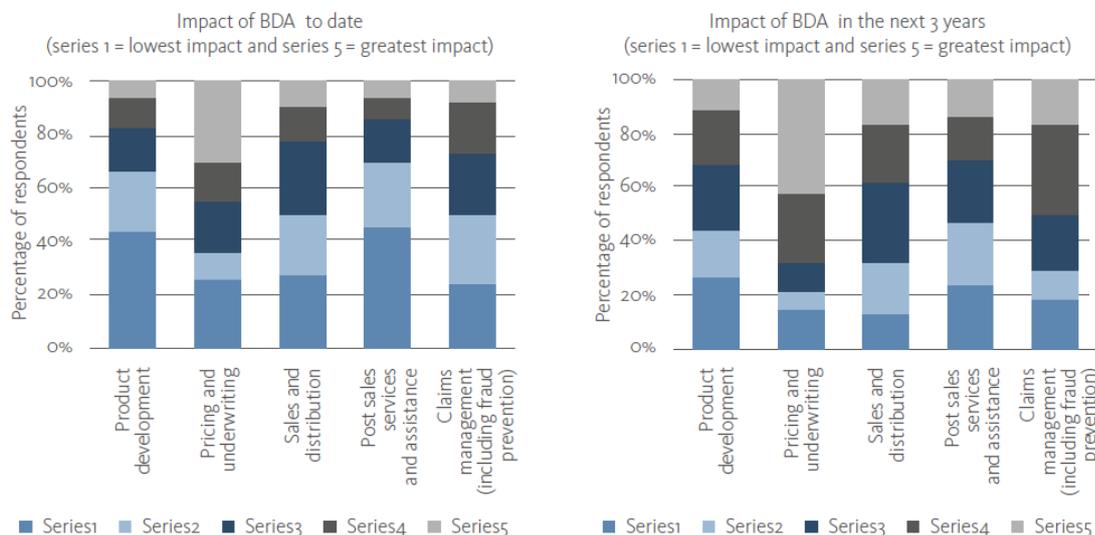


Figura 11 – Impacto de BDA em toda a cadeia de valores de seguros

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

* Respostas em branco não foram consideradas nestes gráficos.

PRODUTOS DE SEGUROS BASEADOS EM USO

O impacto positivo de BDA no processo de governança de produtos é especialmente relevante no contexto da Internet das Coisas (IoT). Em seguros, isto foi concretizado com o surgimento de produtos de Seguros Baseados em Uso – *Usage-Based Insurance* (UBI), para os seguros de autos e de saúde, isto é, produtos de seguros que mensuram o comportamento de clientes e ambientes, com a finalidade de realizar avaliações de riscos e descontos de preços via *recompensas*.

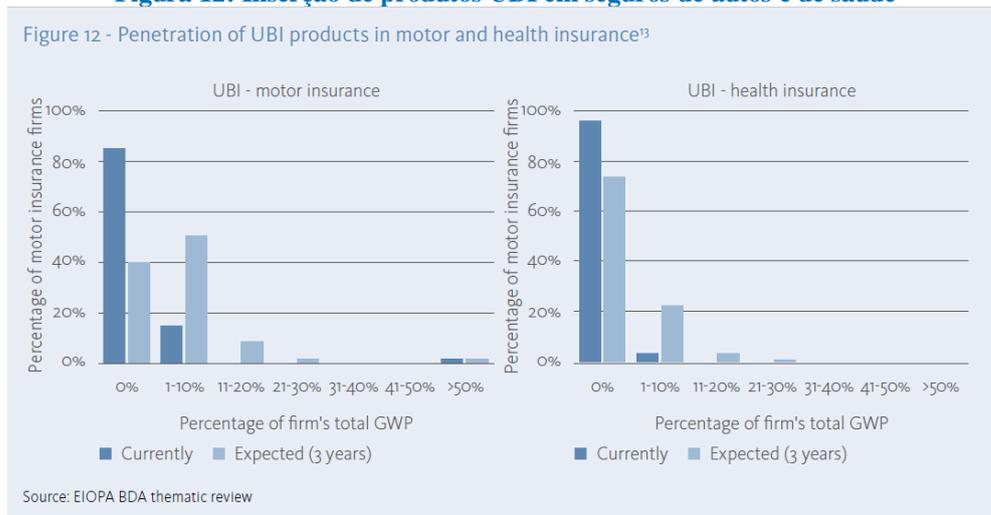
Há dois principais tipos de produtos UBI em seguros de autos; por um lado, por meio das políticas de “Pague-como-dirige” – *Pay-How-You Drive* (PHYD), em que os prêmios são baseados na quilometragem percorrida pelo cliente. Na forma das políticas “Pague-Como-Dirige”, os clientes recebem uma classificação por pontuações de direção de autos que depende do comportamental na direção (ex.: quilometragem percorrida, velocidade média, aceleração, geolocalização, etc.), que influenciam o prêmio final pago pelo cliente.

Políticas de “Pague-como-você-age” – *Pay-As-You-Live* (PAYL), em seguros de saúde, usam os passos caminhados, consumo de calorias, locais visitados, etc., os quais podem ser utilizados para realizar análises de riscos e estabelecimento de preços para produtos de seguros de saúde. Pontuações na saúde e estilo de vida também podem ser desenvolvidas. Mediante esses tipos de políticas, os clientes que demonstrem seguirem estilos de vida saudáveis (ex.: consumo baixo de calorias) recebem descontos prêmios e outros tipos de recompensas.

Com base nas informações reunidas pela EIOPA, da indústria de seguros, o grau de inserção atual de UBI na Europa ainda é baixo, especialmente no setor de seguros de saúde; das 222 empresas de seguros que participaram na revisão do tema, apenas 15% das empresas de seguros de autos europeias e 4% de seguros de saúde atualmente oferecem algum tipo de produto UBI (<10% do total de prêmios brutos emitidos – GWP – *gross written premiums*). Nos próximos três anos, talvez levando em consideração a crescente presença de veículos conectados e o advento vindouro da tecnologia móvel 5G 50% das empresas de seguros de autos e 23% de saúde esperam que estes produtos representem até 10% de seus totais em prêmios brutos emitidos (GWP – *gross written premiums*).

Produtos UBI oferecem vários benefícios tanto para as empresas de seguros, quanto para os clientes. Para as empresas, isto significa modelos actuariais de previsões melhor ajustados, que levam a custos reduzidos nos acionamentos, tomadas de decisões melhores e elevada satisfação do cliente. Os consumidores também se beneficiam de melhor controle de seus prêmios, como também de acompanhamento de performance, por *feedback*, que possam auxiliar na melhoria de seus estilos comportamentais de direção e/ou de saúde.

Figura 12: Inserção de produtos UBI em seguros de autos e de saúde ¹³



¹³ Respostas em branco não foram interpretadas como 0% neste gráfico.

Continuação:**PRODUTOS DE SEGUROS BASEADOS EM USO**

Por outro lado, o seguro UBI também aponta inúmeros desafios, citadamente do ponto de vista da privacidade dos dados, como também de questões de qualidade da informação que possam afetar os resultados das ferramentas de BDA (ex.: dados da direção do auto coletados a partir de caixas pretas são vistos como mais confiáveis que dados coletados dos aplicativos de telefones móveis).

Enquanto o uso de telemática é comumente associado a seguros baseados em uso, é importante ressaltar que telemática não é apenas usada para precificações em apólices de seguros. De fato, as empresas têm relatado uma vasta variedade de serviços de seguros que oferecem aos clientes por meio de seus dispositivos de telemática, o que pode de maneira geral ser classificado entre serviços de assistência, prevenção contra riscos e serviços para mitigação ou atenuação. Esses serviços não são novidade. Por exemplo, empresas de seguros de saúde com frequência oferecem a seus clientes uma ampla variedade de serviços de gerenciamento de doenças (ex.: *check-ups* médicos anuais). Entretanto, enquanto esses serviços eram tradicionalmente baseados em um conjunto estático de informações e em critérios médicos, com BDA é possível processar mais informações granulares de forma contínua, e portanto, é possível oferecer serviços mais personalizados e mais oportunos aos clientes.

A Figura 13 mostra os diferentes tipos de dispositivos de telemática e também dados coletados em seguros de autos e de saúde. Uma visão geral dos serviços também está inclusa (veja também a figura 16 sobre aplicativos de telefones móveis).

Figura 13 – Tipos de dispositivos de telemática

Linha de negócios	Tipo de dispositivo de telemática	Tipos de dados coletados (dependendo do dispositivo de telemática)	Tipos de serviços oferecidos (dependendo do dispositivo de telemática)
Seguros de autos	Dispositivo acoplado (<i>On board Device</i> - OBD) do tipo conector wireless (sem fio), conhecido como <i>dongle</i> ou “Caixa-preta”, aplicativo móvel e smartphone, GPS, botão de mensagens emergenciais, câmeras frontais (câmeras de painel).	Velocidade média, velocidade máxima, aceleração e hábitos e frenagem (Forças-G), geolocalização, distância viajada, hora da viagem (ex.: dia ou noite), quantidade de viagens, relatórios de acidentes, estados da bateria e do motor, curvas, mudanças de faixa.	Atenuação de riscos e prevenção: descontos prêmios (premium) baseados em hábitos de direção, notificações rápidas (notificações via push) e alertas preventivos (ex.: pistas perigosas com pontos negros, ou condições de mau tempo, ou problemas de bateria e motor), relatórios de estatísticas de viagens, recomendações de orientadores de direção de autos – <i>coaching</i> , presentes e cupons promocionais para bom comportamento na direção. Assistência: auxílio nas pistas em caso de acidente ou furto de carro, chamada de emergência em caso de acidente (chamada eletrônica – eCall).
Seguros de saúde	Pulseiras vestíveis e outros rastreadores de forma física, aplicativo móvel de smartphone, relógio inteligente Smart Watch.	Batimentos do coração, pressão sanguínea, nível de oxigênio no sangue, dados de atividades (ex.: de esportes ou de contagem de passos caminhados), horas de sono, geolocalização, consumo de alimentos e de água, consumo de calorias, nível de glicose.	Atenuação de riscos e prevenção: recompensas pelos hábitos saudáveis, relatórios da atividade relative à saúde, controle de diabetes. Assistência: serviços de assistência médica em caso de acidente, alarme de segurança para idosos (ex.: ferramentas de BDA que podem prever quedas com base em anomalias de usos ou atividades anômalas, conforme padrões)

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

3.2. VENDAS E DISTRIBUIÇÃO

A analítica de BDA é bastante utilizada nesta parte da cadeia de valores, conforme as empresas de seguros que participaram na revisão temática da EIOPA. As empresas são capazes de obter perfis e segmentarem os clientes com maior precisão (ex.: baseando-se em estado civil, quantidade de pessoas seguradas, geolocalização, tamanhos de prêmios, etc.), o que as permitem modelar as prospecções de multi vendas, aumentos de vendas e rotatividades, com o auxílio de ferramentas em BDA, como a IA e a aprendizagem por máquina – ML. As classificações resultantes desses modelos são então empregados, com frequência, no desenvolvimento de campanhas de marketing cada vez mais direcionadas e personalizadas, e orientam as atividades dos agentes de vendas.

Algumas empresas desenvolveram sistemas de gerenciamentos de relacionamentos com o consumidor (*Customer Relationship Management* – CRM) sofisticados, nos quais todas as informações disponíveis sobre seus clientes (detalhes de contato, quantidade de suas apólices, emails, interações de clientes, etc.) estão integradas em uma única plataforma, destinada a apoiar a administração de vendas. Isso permite às empresas desenvolverem com exatidão as previsões e volumes de negócios, estimativas do valores de tempo de vida de clientes e definirem campanhas de fidelidade e retenção dos clientes, às vezes com funcionalidades de respostas em tempo real. Sistemas CRM também permitem às empresas mensurarem a eficácia das campanhas com mais cuidado, após suas respectivas finalizações.

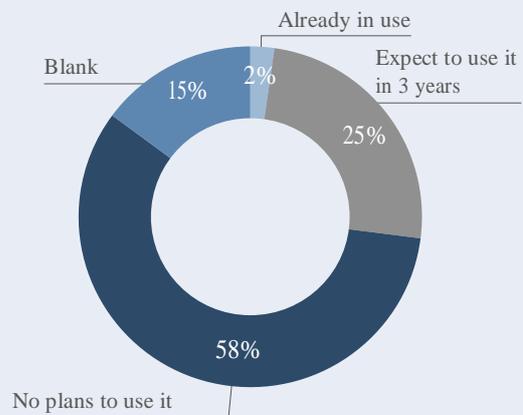
Diversas empresas explicitamente mencionaram o conceito da “Nova e Melhor Ação”, onde ferramentas DBA tais como ML são usadas para avaliarem os comportamentos anteriores do cliente, ações e necessidades recentes, para que comuniquem a mensagem correta, na hora certa e via canais certos. Isso vem sendo comparado a abordagens como “os consumidores que compraram aquilo, poderiam também comprar isso”, o que permite a melhoria do processo de interações dos consumidores, o cuidadoso ajuste, anúncios e a determinação com excelência, da multiplicidade de canais de distribuição.

Também foi citado o potencial uso de BDA para substituir os processos tradicionais de “preenchimento de formulários” em cadastramentos, por meio do uso de prestadores de serviços terceirizados, melhorados com a presença de imagens, de Interfaces de Usuários Clientes (CUI - *Customer User Interfaces*) e com a adoção de funcionalidades de conversões de fala para texto. Algumas empresas de seguros de saúde mencionaram suas intenções de utilizarem uma modelagem de marketing “de semelhanças”, em que as ferramentas BDA são utilizadas para analisarem o público alvo, identificar suas características chaves e encontrar outros clientes que sejam similares no mercado alvo. Por fim, o uso de ferramentas tais como a Analítica Google e analíticas sociais para rastrear suas atividades em websites na Internet, também estão em aplicação expandida nas empresas.

ACONSELHAMENTOS AUTOMATIZADOS POR ROBÔS (ROBO-ADVISORS)

Uma evolução nesta área da cadeia de valores é o desenvolvimento de acionadores de aconselhamentos robôs (automatizados), isto é, conselhos* são prestados aos clientes sem ou com muito pouca intervenção humana, e os provedores do serviço dependem, por outro lado, de algoritmos computacionais e/ou em decisões hierarquizadas. Conforme pode ser observado a Figura 14, o grau de adoção desta tecnologia ainda é muito baixo, com apenas 2% das empresas que participaram a pesquisa da EIOPA, já as utilizando. Por outro lado, até 25% das empresas esperam usá-las nos próximos 3 anos.

Figura 14 – Inserção da consultoria automática por Robo-advisors no mercado de seguridade



Source: EIOPA BDA thematic review

Continuação - ROBO-ADVISORS

O grau de adoção de conselhos automatizados por *robo-advisors* é menor que os índices de adoção de *chatbots* (veja figura 15). Sobretudo, dentre as empresas de seguros de autos e de saúde, que já utilizam *robo-advisors* ou planejam usá-los nos próximos 3 anos, a maioria delas decidiu aplicá-los com a cooperação de prestadores de serviços externos. Mais factivelmente, 50% optaram ou irão optar por fazerem em *outsourcing* a formulação dessa solução em tecnologia, com um prestador terceirizado, 39% optaram ou optarão por adquirirem-nos pré fabricados, direto do mostruário de vendas de um provedor terceirizado, e apenas 11% optaram por fabricá-los internamente em cada empresa.

O Comitê Misto das ESAs revisou o tema da automação no contexto de consultorias (aconselhamentos) financeiras em 2016†. Um dos principais benefícios identificados foram os potenciais menores custos de ferramentas de aconselhamentos automatizados, quando comparados aos aconselhamentos tradicionais presenciais, que poderiam portanto, contribuir para tornarem aconselhamentos financeiramente mais viáveis financeiramente. As pessoas também poderiam se beneficiar do acesso a uma maior variedade de produtos e serviços. Até o limiar dos riscos, como preocupação, questões identificadas incluíram pessoas potencialmente expostas a decisões inadequadas por falta de informações acerca do processo ou por razões das limitadas oportunidades de se buscar, se esclarecer e contestar decisões. Outros riscos incluem possíveis erros e/ou limitações funcionais no design (projeto) dos algoritmos que alicerçam as ferramentas automatizadas de aconselhamentos (consultorias automatizadas).

* Conselho é compreendido aqui conforme definido pelo Artigo 2 (1) (15) da Diretiva de Distribuição de Seguros (IDD – *Insurance Distribution Directive*): a provisão de uma recomendação pessoal a um cliente, ou mediante solicitação ou por iniciativa daquele que distribui seguros, em vínculo com um ou mais contratos.

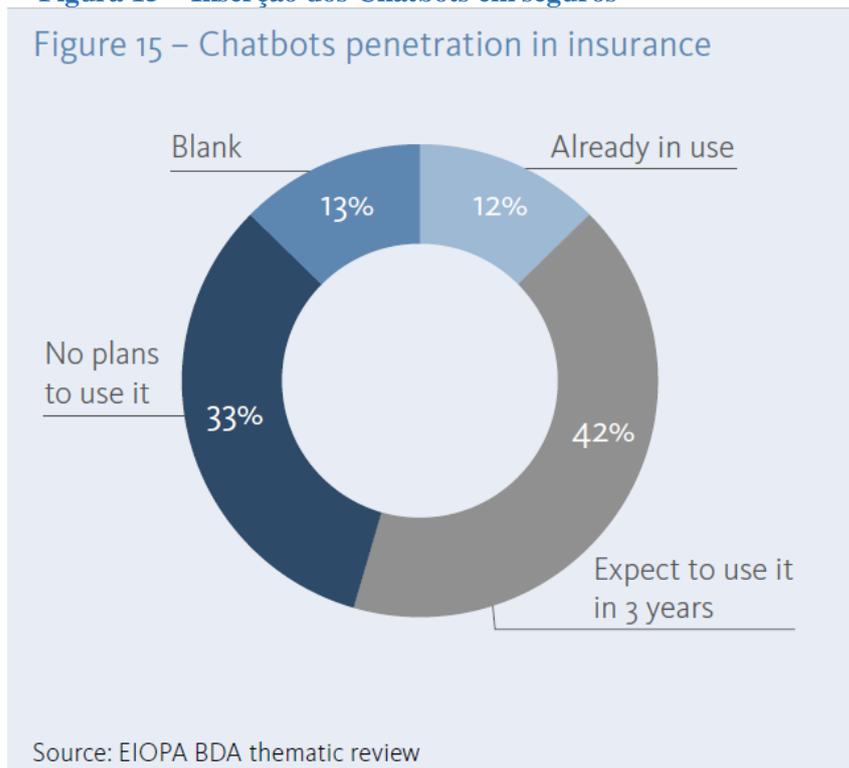
† Relatório sobre a automação de aconselhamentos financeiros, Comitê misto das ESAs, dezembro de 2016: [https://esas-joint-committee.europa.eu/Publications/Reports/EBA%20BS%202016%20422%20\(JC%20SC%20CPI%20Final%20Report%20on%20automated%20advice%20tools\).pdf](https://esas-joint-committee.europa.eu/Publications/Reports/EBA%20BS%202016%20422%20(JC%20SC%20CPI%20Final%20Report%20on%20automated%20advice%20tools).pdf)

3.3. SERVIÇOS PÓS VENDA E ASSISTÊNCIA

Enquanto o uso de BDA nos serviços de pós venda e a assistência sejam relatadas em menor uso que em outros estágios da cadeia de valores de seguros (veja Figura 11), muitas empresas deram exemplos de como BDA é utilizada nesta fase. Por exemplo, algumas empresas introduziram respostas automatizadas em centrais de chamadas e a robotização da avaliação da qualidade dos serviços ao cliente, incluindo o uso de tecnologias de análise de fala, para gerarem maiores percepções com *insights*, sobre questões tais como gerenciamento de reclamações, gerenciamento da qualidade, *coaching* (acompanhamento e orientação) das equipes de pessoal, detecção de fraudes e autenticação de clientes.

Além disso, os conceitos citados acima, dos sistemas CRM e a “Próxima Melhor Ação” também são relevantes nesta área da cadeia de valores; as empresas explicaram como utilizam modelos de previsões por meio de propensão, baseados em aprendizado por máquina – ML, a fim de analisarem tanto dados estruturados, quanto não estruturados, a partir de interações dos clientes, com vistas a desenvolverem comunicações mais significativas, mais simples e mais rápidas. Também têm a capacidade de entrega de serviços mais personalizados ao cliente, *online* ou *offline*, otimizando a satisfação do cliente (que de formas comuns são mensurados por meio de índices como “Pontuação Líquida de Promoção³⁷”) e capazes de reduzirem as taxas de rotatividade (desistências).

Figura 15 – Inserção dos Chatbots em seguros



³⁷ Glossário de livre acesso, Proz.com: **net promoter score**: “Pontuação Líquida de Promoção”, ou “**net promoter score**: grau de recomendação”

ASSISTENTES VIRTUAIS / ROBÔS PARA CONVERSAS (CHATBOTS³⁸)

Uma ferramenta cada vez mais popular entre as empresas de seguros é o uso de assistentes virtuais ou robôs de conversas – chatbots, isto é, algoritmos que permitem conversas “similares às humanas” com os clientes, por via de texto ou de voz. Empresas de seguros as utilizam predominantemente nas áreas de pós-vendas e de assistência, da cadeia de valores de seguros, com o propósito de assistirem tanto clientes, quanto agentes e corretores de diversas maneiras.

Relata-se que os robôs “*Chatbots*” são ferramentas mais sofisticadas que as ferramentas de resposta tradicional por voz com interação – *interactive voice response (IVR)* já em uso por empresas de seguros em centrais de chamadas, há bastante tempo. Essas ferramentas são, comumente, embarcadas em aplicativos de mensagens, disponíveis 24 horas por dia e utilizam algoritmos de processamento de linguagem natural e ML, os quais se mostram cada vez mais eficientes quando treinados com grandes volumes de dados (ex.: dados comportamentais obtidos de interações de clientes no website ou por aplicativo de telefone móvel – *smartphones*).

Empresas de seguros utilizam *chatbots* para o suporte à estruturação e a perguntas frequentes (FAQs) de clientes, e para gerenciarem tarefas rotineiras simples e não sensíveis do negócio. Isto inclui a interação com clientes promissores e potenciais que visitarão a página de Internet e encontrarão, ou reunirão dados e também para fornecê-los uma cotação. Podem também ser usados para orientar os clientes por todo o processo de acionamentos (isto é, durante o “momento da verdade”).

A penetração atual e esperada de *chatbots* é maior que a de robôs de orientações e aconselhamentos (*robo-advisors*). Conforme observado na Figura 15, 12% das empresas de seguros utilizam *chatbots* e 42% esperam utilizá-los nos próximos três anos. Uma empresa afirmou que usaram um *chatbot* no passado, mas acabaram deixando de usá-lo.

Das empresas que já tem um *chatbot*, 43% delas fabricaram a ferramenta internamente, 39% compraram a solução pronta de um provedor terceirizado e 18% fizeram *out-sourcing* da fabricação da solução em software com uma empresa terceira. Das empresas que ainda não estão utilizando *chatbots*, porém esperam utilizá-los após 3 anos, a maioria delas espera implantá-los com a participação de terceiros. Empresas de grande porte em tecnologias estão entre aqueles terceiros de quem são compradas as soluções de software de *chatbot*.

Os chatbots apresentam muitos benefícios tanto aos consumidores, quanto às empresas que os utilizam. Por um lado, as empresas se beneficiam da elevada eficácia e custos operacionais reduzidos (ex.: uma empresa afirmou que dentro de 3 anos esperam gerenciar 50% das consultas de clientes via *chatbots*). Por outro lado, os clientes se beneficiam das aplicações amigáveis aos usuários e de serviços disponíveis 24 horas por dia. Com relação aos desafios, estes são similares àqueles apresentados por conselhos automatizados com robôs (*robo-advisors*), tais como possíveis erros e/ou limitações funcionais no projeto de algoritmos ou se os clientes tiverem oportunidades restringidas na busca por esclarecimentos via contato humano.

Ademais, empresas de seguros afirmaram que a analítica de BDA também é usada para processar informações coletadas via aplicativos de *smartphones*, que podem incluir, dependendo do aplicativo e dos serviços prestados ao cliente, as informações propícias de navegação do cliente (ex.: compromissos agendados, reembolsos realizados, contatos realizados, número de clicks e comportamentos em itens do aplicativo), ou dados de dispositivo (ex.: tipo de dispositivo, sistema operacional, horas de uso), ou geolocalização e outros tipos de dados de telemática. Essas informações são então utilizadas pelas empresas de seguros de formas diferentes, por exemplo, para identificar tendências em uso de aplicativo, no intuito de aprimorar a experiência do usuário, ou para oferecer aos clientes uma ampla variedade de serviços vinculados à conectividade e a dispositivos de telefones móveis. Muitas empresas já dispõem de mais de um aplicativo.

³⁸ Conforme a plataforma da UE, IATE: “robô de conversação” (consultado em: <https://iate.europa.eu>)

Figura 16 – Aplicativos de telefones móveis usados por empresas de seguros

Tipos de serviços ofertados via aplicativos de telefones móveis (correlato ao aplicativo)	
Primeira Notificação de Perdas – First notice of loss (FNOL)	Envio de notificações de acionamentos. Envio de fotografias de faturas médicas e farmacêuticas, ou de danos no carro. Monitoramento do status de processamento das reivindicações .
Vendas	Venda de apólices sob demanda ou de serviços de seguro de auto de curto prazo. Vendas múltiplas de novas apólices de seguros e/ou renovação e cancelamento de apólices pré existentes. Distribuição de correio eletrônico com notícias e promoções em lojas selecionadas.
Atenuação de riscos e prevenção	Descontos prêmios baseados no comportamento de direção e/ou em hábitos saudáveis. Serviços de preparação por <i>coaching</i> (acompanhamento e orientação), incluindo notificações rápidas (notificações via <i>push</i>) preventivas.
Assistência	Chamadas emergenciais automáticas em caso de acidente. Distância até a mais próxima filial ou agência, oficina mecânica, posto de gasolina, estacionamento, provedor em saúde, etc., com base na geolocalização do cliente.
Consultas e compromissos agendados	Consultas médicas por vídeo e conversas online. Efetuar agendamentos de consultas médicas e odontológicas. Consultas aos registros medicos do cliente (“cartão de saúde digital”).
Informações de políticas (apólices) e detalhes de contatos	Painel visual fornecendo uma visão geral dos serviços de seguros do cliente. Termos e condições contratuais do seguro digitalizados. Detalhes de informações para contato com as filiais/agências de seguros, corretores, oficinas mecânicas, parcerias médicas, etc. Envio de perguntas e reclamações.

Fonte: Revisão temática de BDA, pela EIOPA (EIOPA BDA thematic review)

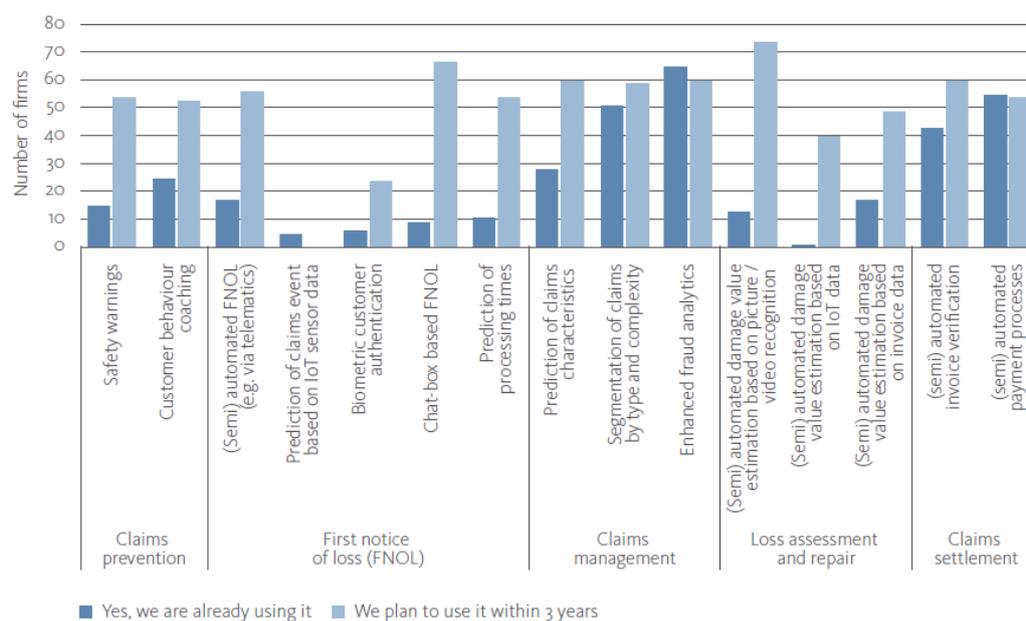
3.4. GERENCIAMENTO DOS ACIONAMENTOS DE SEGUROS (INCLUINDO PREVENÇÃO CONTRA FRAUDES)

Embora algumas empresas ainda não utilizem a analítica de BDA nos processos de gerenciamento dos acionamentos de seguros, a maioria das empresas já utiliza BDA em alguma fase da jornada de acionamentos dos clientes e muitas estão planejando usarem analíticas nos próximos três anos, segundo a pesquisa. Conforme pode ser visto na Figura 17, a analítica de BDA é atualmente utilizada mais frequentemente na detecção de fraudes, seguido de processos de pagamentos automatizados, segmentação de acionamentos e verificação de faturas. Contudo, nenhuma empresa está atualmente utilizando BDA em todas as fases da gestão de acionamentos; na maior parte, devido ao pouco uso de dados de sensoramentos com IoT para prever novos acionamentos dos seguros.

A maioria das empresas de seguros alavancaram seus recursos internos próprios e suas experiências históricas, de processarem acionamentos, para desenvolverem suas próprias ferramentas de BDA, utilizadas nesta área de gestão de acionamentos de seguros (55% do total de ferramentas/processos de BDA utilizados em gestão de acionamentos de seguros). Uma minoria delas comprou as ferramentas direto da prateleira (software pré fabricados) de seus provedores terceirizados (25% de ferramentas) e fizeram *outsourcing* (contratação externa) da fabricação da solução em software, com um provedor terceirizado (20% de ferramentas). Uma visão geral é demonstrada na Figura 17, acerca da inserção das diferentes ferramentas de BDA, na gestão de acionamentos, entre empresas seguradoras europeias.

Figura 17 – Uso de BDA na administração de acionamentos

Figure 17 – Use of BDA in claims management



Fonte: Revisão temática de BDA, pela EIOPA (EIOPA BDA thematic review), baseado na classificação de processos de gestão de acionamentos de McKinsey&Company ¹⁴

Serviços de prevenção a novos acionamentos, tais como as notificações via *push*, com alertas de segurança, como também *coaching* (acompanhamento e orientação) de comportamentos dos clientes, referem-se àqueles serviços tipicamente providos via aplicativos de telefones móveis e por outros dispositivos de telemática, os quais já foram comentados em seções anteriores deste relatório.

Com relação à Primeira Notificação de Perdas (FNOL – *First Notice of Loss*), as empresas explicaram como redes neurais artificiais poderiam ser utilizadas em previsões dos passos até um acionamento, dentro do processo de acionamentos reivindicados, incluindo o processo de reserva. Por exemplo, isso pode envolver a previsão das etapas clínicas, tempo dos processamento, definição de pontos base da qualidade e a distribuição de carga de trabalho.

Empresas que utilizam *chatbots* para guiar os clientes durante o processo de acionamento, enfatizaram que essas somente são envolvidas nos prosseguimentos das informações não delicadas, que são trocadas pelas partes.

Ao se considerar a autenticação biométrica dos clientes, a qual é uma categoria especial de dados pessoais perante a GDPR – Regulamento Geral de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation*), algumas empresas seguradoras descreveram como utilizam digitais dos dedos das mãos (ex.: usando a tecnologia embarcada em *smart phones*) e a analítica de autenticação por voz, para identificação dos clientes.

Até onde se concebe a fase de gestão de acionamentos de seguros, algumas empresas utilizam redes neurais artificiais para preverem as características de acionamentos e para otimizarem os tratamentos dessas características pertinentes. Estes tratamentos de dados incluem, por exemplo, a identificação de reivindicações nos acionamentos de alto risco e reivindicações com alta probabilidade de recuperação, no intuito de se simplificar as análises de contas hospitalares ou de se estabelecer controles das quantias. Acionamentos podem ser agrupados dependendo de suas complexidades e riscos de fraude, para se determinar automaticamente qual equipe é responsável para o iminente processamento do acionamento de seguro.

USO DA ANALÍTICA BDA PARA PREVENIR FRAUDES

Conforme mostra a Figura 17, na gestão de acionamentos a seguros, BDA é mais frequentemente utilizado para prevenir fraudes. Fraudes em seguros, isto é, ocasionar intencionalmente um evento de seguro ou causar falso juízo da ocorrência de um evento segurado, com a intenção de receber indenização de seguro de uma seguradora é crime tipificado por lei nacional nos diferentes Estados Membros. Segundo Seguros na Europa (*Insurance Europe*), a associação de negócios em seguros europeus, são estimadas por corresponderem a aproximadamente 10% de todas os acionamentos de clientes.*

As despesas resultantes às empresas seguradoras ao investigarem e processarem acionamentos são conhecidas como despesas de gestão de sinistros. Algumas empresas seguradoras têm unidades especiais dedicadas à investigação anti-fraudes, com frequência compostas por equipes com formação jurídica, como também ex oficiais de polícia. Em casos de sinais de fraude do consumidor, análises mais intensas são realizadas, as quais podem incluir o uso de detetives particulares. As empresas de seguros geralmente também colaboram, criando acionamentos e bancos de dados de fraudes dentro de suas respectivas associações comerciais nacionais ou em colaboração com autoridades públicas.

Tradicionalmente, há duas fases-chaves na prevenção contra fraudes: a primeira fase é anterior à conclusão do contrato; durante o processo de cotação de preços, onde as empresas revisam as informações fornecidas pelo cliente e verificam em múltiplas fontes com fontes internas e externas de informações, tais como bancos de dados de fraudes e de acionamentos ou referências de crédito. Durante a segunda fase, quando o processamento do acionamento ocorre, a diligência modelo das empresas incluem revisar a documentação e evidências fornecidas pelo cliente para obtenção da prova de perda e assegurar que os danos reivindicados pelo cliente sejam exatos.**

A analítica de BDA é capaz de dar suporte à detecção de acionamentos fraudulentos de diferentes maneiras. A maior parte das empresas possui ferramentas de pontuação de reivindicações, que utilizam algoritmos ML em modelos treinados para procurarem padrões de fraudes, baseados em centenas de atributos distintos (ex.: localização do acidente, prêmio do contrato, quantidade de reivindicações anteriores feitas pelo titular segurado, etc.) e para fornecerem uma pontuação de fraude para cada reivindicação. Com frequência, com esses e combinados a técnicas de pontuações de acionamentos, as empresas seguradoras utilizam também algoritmos baseados em regras para avaliar os acionamentos, por exemplo, ao *escanear* faturas ou imagens, para automaticamente avaliarem se os preços e danos estão dentro da faixa de valores predefinidos/históricos, ou se apresentam anomalias. Ao rastreamento indicativos digitais de acionamentos potencialmente fraudulentos, os investigadores podem aplicar dada ênfase nos acionamentos que são prováveis fraudes e reduzirem a quantidade de falsos positivos e falsos negativos.

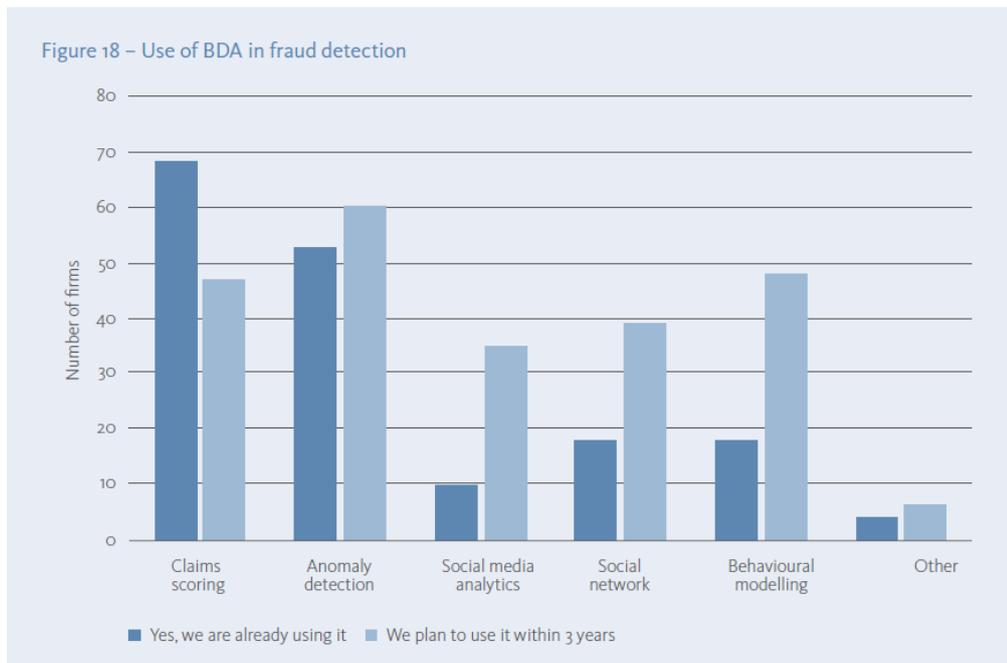


Figura 18 – Uso de BDA em detecções contra fraudes

Análítica de mídias sociais, análise de redes sociais e modelagens de comportamentos são utilizadas menos frequentemente entre empresas seguradoras. Neste sentido, uma empresa afirmou que avalia as mídias sociais para analisarem tendências, embora não utilizem realmente a análise de BDA nisso. Outra empresa descreveu uma geração de diagramas de redes para seguros de autos, os quais são revisados por pessoal responsável por fraudes, juntamente com processos normais de referência em fraudes, para auxiliar a revelar vínculos ocultos entre os acionamentos. Ainda outra, declarou que a modelagem de comportamento é central em seu programa para a saúde, pois analisa diferentes características em saúde ao utilizar BDA com a finalidade de melhor avaliar quais comportamentos melhor influenciam os resultados gerais na saúde

* Insurance Europe – Seguros na Europa, <http://www.insuranceeurope.eu/fraud>

** Veja o V relatório da EIOPA sobre as tendências do consumidor: <https://europa.eu/!jc69pn>

† A classificação de tipos de ferramentas BDA para prevenção contra fraudes é baseada na análise Gartner; no Guia de Mercado para Análise de Fraudes em Seguros, Gartner, 2016 (Market Guide for Insurance Fraud Analytics, 2016), <https://www.gartner.com/doc/3241821/market-guide-insurance-fraud-analytics>

As empresas seguradoras também usam BDA para analisarem informações coletadas via dispositivos de telemática (ex.: velocidade ou Forças-G) a fim de estimarem a gravidade de um acidente e preverem as características de acionamentos em seguros de autos. Dependendo da gravidade, os acionamentos ou são direcionados ao departamento de reivindicações/acionamento de seguro de execução ou uma chamada emergencial é automaticamente ativada em alerta. Segundo algumas empresas, a segmentação dos acionamentos, tanto quanto a estimativa de valor de danos (reserva) também pode ser feita por ferramentas BDA, que processam as fotografias e vídeos enviados por seus clientes.

Com relação aos acordos de reivindicações dos acionamentos, diversas empresas utilizam ferramentas BDA baseadas em regras, com a finalidade de *escanear* faturas de oficinas mecânicas ou de parceiros de atendimentos médicos, para que automaticamente avaliem se os preços estão dentro da faixa de valores predefinidos. Este e outros tipos de controles são automaticamente realizados por ferramentas BDA, e então, a transação de pagamentos é automaticamente executada. Contudo, na seguridade de autos, algumas empresas limitam os processos de fatura e pagamentos automatizados de reparos em vidros e de outras reivindicações pequenas e simples. Também, em

alguns casos, até mesmo com o processo sendo automatizado, um funcionário confere a fatura antes de o pagamento ser realizado.

Não menos importante, uma quantidade reduzida de empresas de seguros³⁹ afirmou que utilizam BDA para otimização das práticas nos acionamentos, isto é, a oferta dos acordos de sinistros feitas ao cliente é influenciada por ferramentas BDA, e por processos que calculam as estimativas de probabilidades ou propensões, de que o cliente aceitará ou rejeitará os acordos. Relata-se que isso é feito ao se introduzir alguns modelos de analítica de demanda para preverem o comportamento do cliente, por base em cálculos da oferta de acordo com as reivindicações. Uma empresa declarou que realiza *outsourcing* (contratação externa) deste serviço a um provedor terceirizado especializado. Entretanto, a maioria das empresas não adere à essas práticas e declaram que suas ofertas de acordos são derivadas de fatos objetivos (isto é, danos, custos de reparos, etc.) e que seus clientes esperam que as companhias sejam objetivas com eles.

4. USO DE BDA PARA PRECIFICAÇÕES E SUBSCRIÇÕES

Em anos recentes, o setor europeu de seguros, não específicos de vidas (os seguros não vida), tem vivenciado um ambiente cada vez mais competitivo, no qual empresas não somente competem em serviços e coberturas ofertadas, mas também, mais e mais em preços. Isso é resultante de uma vasta gama de fatores, tais como a entrada de novos concorrentes, ou clientes que se tornam mais atentos aos preços (ex.: via uso de *websites* de comparações de preços).⁴⁰

Neste sentido, empresas seguradoras começaram a adotar modelos de precificações a partir de BDA mais sofisticados, com a finalidade de melhorarem significativamente os lucros com o auxílio das novas possibilidades oferecidas por desenvolvimentos tecnológicos e por novas fontes de dados. Isso permitiu ao longo do tempo, a segmentação mais granular de riscos, aumentando a eficiência de seleção de riscos e permitindo definição de preços baseados em riscos. Essa tendência também influenciou a quantidade e tipo de fatores de classificações empregados por empresas de seguros, em seus modelos de preços e de subscrições, tanto durante o processo de cotações, quanto nas fases de renovações.

INCLUSÃO/EXCLUSÃO FINANCEIRA

Segundo a lei de grandes números, quanto maior o número de unidades que são individualmente expostas a um evento, maior a probabilidade de que resultados reais da exposição sejam iguais aos resultados esperados. Isso é utilizado em seguridade para explicar a combinação de perdas como um mecanismo de seguridade; quanto maior a combinação de recursos dos indivíduos, mais alta a previsibilidade das perdas, a qual é refletida pelo fato de que as perdas variam menos em torno da média.

Clientes de seguros são agrupados em combinações (agregados) com similares perfis de riscos (isto é, probabilidades similares de um acionamento ao seguro), e os prêmios são baseados nos riscos médios em toda a combinação (agregação). Há um equilíbrio entre subsídio cruzado/riscos-cruzados entre aqueles que na combinação, não acionam o seguro e aqueles que sofrem perdas. No

³⁹ No total, 35 empresas afirmaram que utilizam BDA para otimização de acionamentos de seguros, mas com base em suas respostas, é provável que muitas dessas empresas não tenham compreendido a pergunta, e portanto, não utilizam BDA para esses propósitos. Por outro lado, as respostas de umas das empresas indicaram que possuem tais práticas. Houve também várias respostas em branco para essa pergunta.

entanto, diferentemente dos seguros compulsórios ou da seguridade social, o seguro na sua forma voluntária não busca subsídio cruzada entre membros da agregação; a combinação de clientes e equilíbrio de riscos entre eles são necessários para tornar os riscos administráveis/previsíveis.

Agregações de riscos podem variar em tamanho, a habilidade de se criar agregados maiores ou menores é baseada na capacidade da empresa seguradora de distinguir aquilo que é arriscado, em diferentes grupos de clientes. Discute-se que a analítica com BDA aprimora a capacidade das empresas de seguros em realizarem uma segmentação de riscos mais granular, de aumentar a eficiência de seleção de riscos e de perfazer a precificação mais orientada aos riscos. Esta micro-segmentação resultaria em menores agregados de riscos e em uma quantidade maior deles, refletindo mais precisamente os riscos daqueles em cada agregação.

Isto poderia potencialmente afetar a capacidade de clientes de maiores riscos em terem acesso a coberturas de seguros mais acessíveis financeiramente. A EIOPA já coletou inúmeros indicadores quantitativos e qualitativos no intuito de monitorar o impacto de BDA na inclusão ou exclusão financeira de clientes de seguros. Estes indicadores e suas hipotéticas evoluções no contexto de BDA estão apresentados na tabela abaixo.

Figura 19 – Indicadores de inclusão/exclusão financeira

Indicador	Natureza	Hipótese no contexto de BDA
Desvio padrão	Quantitativo(s)	O desvio padrão do prêmio médio aumentará.
Regimes de segurabilidade (possibilidade de se segurar contra riscos)	Quantitativo(s)	A quantidade de membros nos regimes aumentará.
Reclamações de clientes	Qualitativo(s)	O número de reclamações de clientes de alto risco aumentará.
Numero de agregados de riscos	Qualitativo(s)	A quantidade de grupos de risco (agregados de riscos) aumentará.
Taxas de rejeição	Qualitativo(s)	A quantidade de rejeições de clientes de alto risco aumentará.
Fatores de classificação	Qualitativo(s)	O número de fatores de classificação aumentará.

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA.

É importante ressaltar que possíveis tendências identificadas por esses indicadores podem ser explicadas por fatores que não estão relacionados à analítica BDA. Por exemplo, mudanças no desvio padrão podem ser afetados pela dinâmica de concorrência ou pela inflação. É, portanto, impossível tirar a prova de questões de inclusão/exclusão financeiras, por meio desses indicadores. Somente se todos ou uma quantidade de fatores apontassem na mesma direção, poderiam esses potencialmente revelar sinais (isto é, não propriamente uma prova) do impacto da analítica de BDA.

Todavia, atualmente, não é a realidade, com base nas informações disponíveis à EIOPA, embora as empresas esperem que o impacto de BDA seja mais expressivo nos anos seguintes.

4.1.1.1. DESVIO PADRÃO (*STANDARD DEVIATION*)

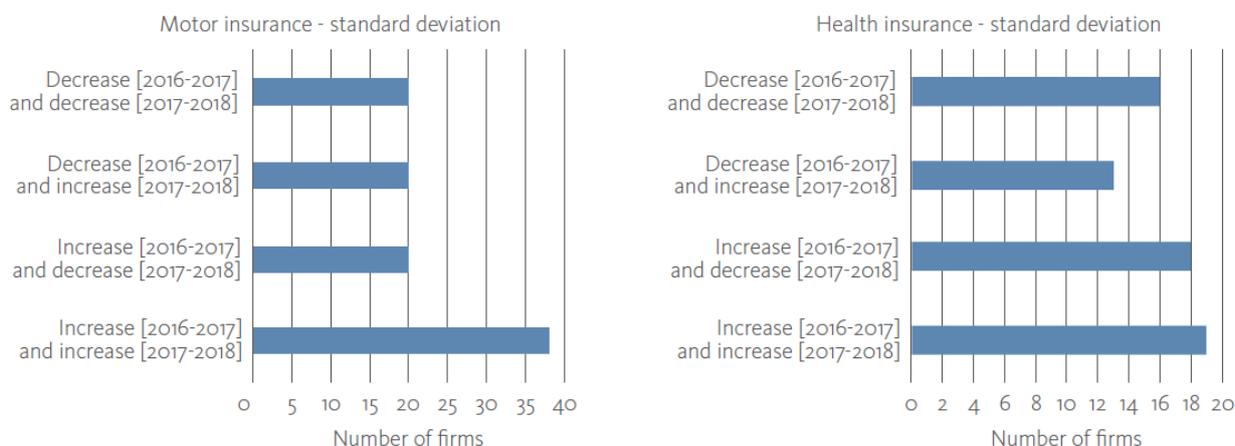
O desvio padrão dos prêmios médios mensura a dispersão entre os prêmios menores e maiores (isto é, agregados de riscos menores e maiores, ou de clientes de riscos menores e maiores). A hipótese é que o desvio padrão aumentará em razão da analítica de BDA. A EIOPA reuniu os dados das empresas seguradoras, acerca do desvio padrão nas linhas de seguros de autos e de saúde,

para os anos de 2016, 2017 e 2018 (primeiro semestre). Os resultados são exibidos na Figura 20 (seguros de autos à esquerda e seguros de saúde, à direita).

Há mais empresas que não mostram um aumento no desvio padrão, em ambos os anos consecutivos, do que empresas que mostram um aumento em ambos os anos. Entretanto, em seguridade de autos, o grupo de empresas que experienciou um aumento no desvio padrão em ambos os anos consecutivos é bastante significativo. Baseando-se nesta informação, e levando em consideração que outros fatores tais como inflação ou dinâmicas da concorrência também podem afetar a evolução do desvio padrão, não é possível concluir que um aumento no desvio padrão seja derivado da analítica com BDA (veja Anexo 3 para demais informações).

Figura 20 – Evolução do desvio padrão do prêmio médio.

Figure 20 – Evolution of the standard deviation of the average premium



Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA.

4.1.2. REGIMES DE SEGURABILIDADE (POSSIBILIDADE DE SE SEGURAR CONTRA RISCOS⁴¹)

Seis países⁴² já possuem esquemas de segurabilidade (regimes de segurabilidade) com vistas a assegurar que clientes de alto risco tenham acesso a seguros de autos financeiramente viáveis. Enquanto cada regime possui suas regras específicas próprias, são geralmente financiados pela indústria de seguros da jurisdição pertinente e provêm coberturas de responsabilidades de autos, de terceiros, àqueles clientes rejeitados por duas ou mais empresas seguradoras, ou aos quais foram ofertadas cotações muito altas.

⁴¹ Definição e tradução na plataforma da EU, IATE: **insurability** : “possibilidade de se segurar contra riscos” (<https://iate.europa.eu/search/standard/result/1600396338666/1>)

Figura 21 – Evolução da condição de membro, nos regimes de segurabilidade nacionais

Figure 21 – Membership evolution of national insurability schemes*

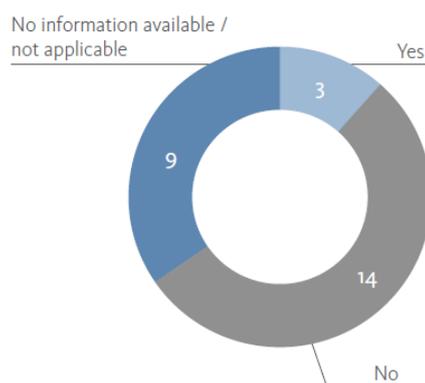
	2013	2014	2015	2016	2017	Growth 2013-2017
Austria	58	59	60	109	86	48%
Belgium	19,033	22,935	26,310	33,727	36,768	93%
Spain	66,969	58,159	55,266	54,025	54,169	-19%
Luxembourg	12	12	12	10	11	-8%
Romania	11	11	11	10	9	-18%
The Netherlands (GWP)	19,638,000	19,752,000	20,695,000	22,514,523	28,750,171	46%

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA.

A Figura 21 mostra que a quantidade de membros (representado pela evolução de Prêmios Brutos Emitidos – GWP (*Gross Written Premiums*) no caso da Holanda) tem aumentado em três esquemas de segurabilidade e diminuído em três. Além disso, a quantidade de membros poderia ser em parte explicada pela evolução das vendas de contratos de seguros. É importante observar também que a quantidade de membros de *esquemas de segurabilidade* representa uma parcela muito pequena da população, dos respectivos países, e que membros do esquema (em segurabilidade) geralmente recebem uma oferta de renovação para permanecerem incluídos no na segurabilidade ao término do contrato.

Dentro das competências da seguridade de saúde, a maioria dos Estados Membros da União Europeia conta com um Sistema de seguridade público que poderia, em potencial, atenuar o efeito de clientes com altos riscos de serem excluídos por motivos de preços, do mercado de seguridade em saúde privada. Ainda, em alguns mercados de seguros de saúde privada, a lei exige que as práticas de preços sejam ofertadas de forma “comunitária” (ao contrário da forma “individual”), o que significa que a questão quanto a ofertar ou não a um indivíduo particular não se faz presente.

Figure 22 – BDA-related complaints

Figura 22 – Reclamações relacionadas à analítica de BDA

Source: EIOPA BDA thematic review

i. AS RECLAMAÇÕES DE CONSUMIDORES

A maioria das autoridades nacionais competentes (NCAs – *National Competent Authorities*) do setor de seguros não relata quaisquer reclamação relacionadas à analítica de BDA durante o ano de 2017. Duas associações de consumidores que fizeram contribuições à EIOPA também não identificam reclamações nessa área. Contudo, uma quantidade notável de NCAs expressou dificuldades em darem uma declaração com precisão, haja vista que as reclamações que recebem,

tipicamente, não são categorizadas como relacionadas ou não à BDA. A questão é também tratada frente ao fato de que os consumidores podem não ser cientes de que estejam afetados por processos de analítica BDA, e portanto, não registram reclamações para este propósito.

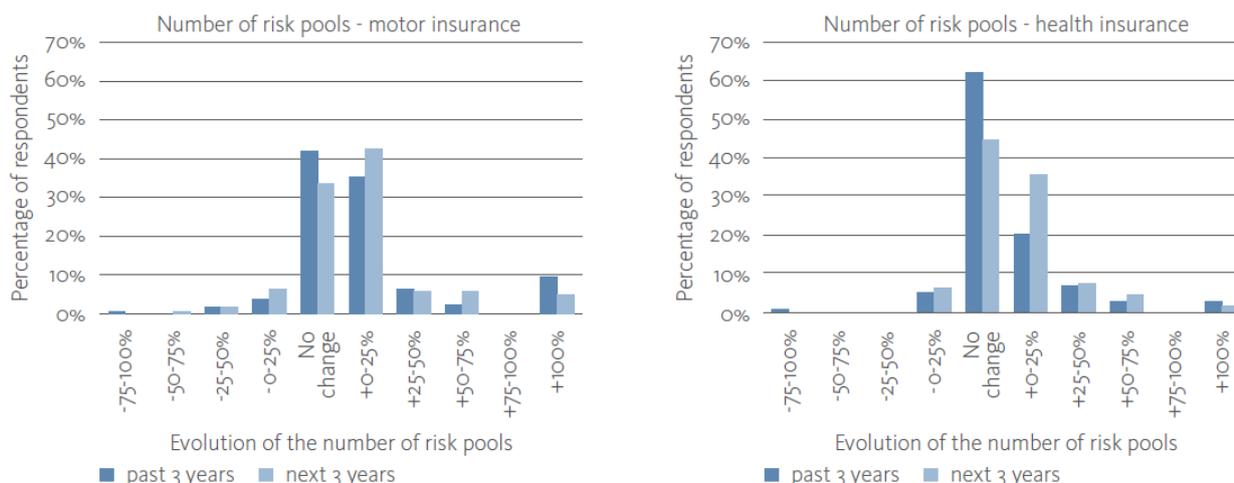
Com pertinência às NCAs que relataram reclamações relacionadas à BDA, uma NCA mencionou o caso em que clientes com deficiências têm dificuldades no acesso a seguros de saúde financeiramente mais viáveis. Outras duas NCAs citaram o caso de vários clientes que contestaram a exatidão de um banco de dados de acionamentos a seguros ou de anti fraudes, utilizados pela indústria de seguros naquelas jurisdições.

ii. QUANTIDADE DE AGREGADOS DE RISCOS (RISK POOLS)

Perguntou-se também, às empresas de seguros, como o número de agregados de riscos (isto é, grupos de risco homogêneos) evoluiu ao longo dos últimos três anos, e esses, espera-se que evoluam ao longo dos próximos três anos. Ao longo dos últimos três anos, a maioria das entrevistadas afirmou que não tem havido mudanças na quantidade de grupos de riscos em suas organizações de seguros de autos e de saúde. No entanto, uma proporção notável de empresas respondeu que tem havido um leve aumento, na quantidade de grupos de risco em suas organizações ao longo dos últimos três anos. Este efeito é mais expressivo nos seguros de autos do que nos seguros de saúde.

Figura 23 – Evolução na quantidade de grupos de risco *

Figure 23 – Evolution of the number of risk pools*



Source: EIOPA BDA thematic review

* Blank responses have not been considered in these graphics

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

* Respostas em branco não foram consideradas nestes gráficos

A maior parte das empresas de seguros de autos espera um aumento entre 0 e 25% na quantidade de grupos de risco em suas organizações, ao longo dos próximos três anos. Um grupo pouco menor acredita que não haverá mudanças na quantidade de grupos de risco ao longo dos próximos três anos. É importante observar que muitas empresas no mercado de seguros de autos comentaram que têm uma quantidade muito grande de taxas individuais e que praticam isso há muito tempo (ex.: baseando-se no modelo do carro, etc.) Nos seguros de saúde, uma pequena maioria das empresas que respondeu têm a opinião de que não haverá mudanças na quantidade de grupos de riscos, ao longo dos próximos três anos, embora um grupo pouco menor acredite que haverá um aumento entre 0 e 25%.

4.1.5. TAXAS DE REJEIÇÕES

A expressiva maioria das empresas entrevistadas afirmou que não experienciaram mudança alguma, tanto na evolução anterior, quanto na evolução esperada, na quantidade de rejeições. Somente uma pequena quantidade de empresas espera mudanças na quantidade de rejeições, levemente diminuída ao longo dos próximos três anos, em todos os seguros de autos e de saúde. Dentre outras razões, o aumento no número de rejeições poderia ser explicado pelos aprimoramentos na detecção de fraudes, possibilitada por BDA.

Figura 24 – Evolução na quantidade de rejeições

Figure 24 – Evolution of the number of rejections*



Source: EIOPA BDA thematic review

* Blank responses have not been considered in these graphics.

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

Respostas em branco não foram consideradas nestes gráficos

É interessante ressaltar que, muitas empresas comentaram sobre não rejeitarem clientes devido à analítica de BDA, ao explicarem que isso é pelo motivo de ser exigido por lei, fornecerem uma cotação a todos os consumidores e pelo fato de a analítica de BDA melhorar suas capacidades de calcular o preço “certo” para cada cliente. Outras, principalmente empresas de seguros de saúde, citaram que em suas jurisdições, os preços são ofertados de forma pré-destinada a “comunidades”, que significa que a questão se ofertar ou não cobertura a um indivíduo particular não se torna realidade.

Outrossim, algumas empresas, particularmente do setor de seguros de autos, comentaram que o uso de BDA as possibilitam melhor distinção entre riscos, e portanto, são capazes de aceitarem mais clientes e reduzirem a proporção de indivíduos para os quais recusam ofertarem coberturas. A telemática é mencionada frequentemente como impulsionadora de melhores identificações de condicionadores de alto risco, com várias empresas citando o exemplo de jovens motoristas sem histórico de acionamentos de seguros, tornando por sua vez, mais fácil a precificação a partir de dados disponíveis mais detalhados.

Em inúmeros casos, as empresas de seguros observam que dados adicionais poderiam permitir o estabelecimento de preços com maior exatidão, mas não afirmam explicitamente que utilizem disso para uma expansão a segmentos de clientes de maiores riscos. Algumas também declaram que as empresas seguradoras são altamente aversas a riscos e que não desejam atuar em volatilidade maior e em riscos de negócios de autos com maiores prêmios, até mesmo acreditando que a analítica de BDA possa permití-los definir os preços com maior exatidão.

Interessante notar que, uma empresa sugere que a analítica de BDA reduzira a lucratividade de motoristas com altos riscos – presumidamente, porque mais empresas seguradoras serão capazes de ofertar com confiança um prêmio, e desse modo, haverá maior concorrência nesses segmentos. Outra empresa declara que a inovação e avanços médicos são mais concretos que BDA, quanto à possibilidade de expansão de coberturas para seguros de saúde.

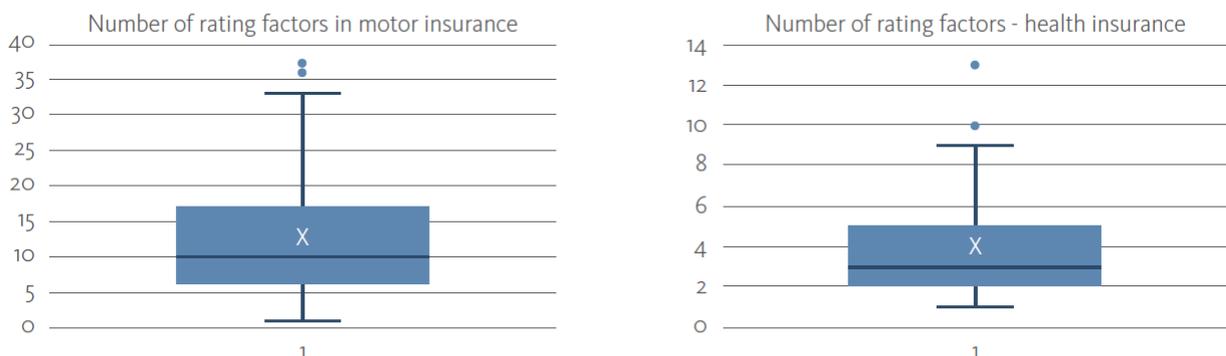
4.2. FATORES DE CLASSIFICAÇÃO

O prêmio que os clientes pagam por suas apólices de seguros depende de inúmeras características individuais avaliadas pelas empresas seguradoras, durante os processos de cotação e de renovação, também conhecidos como fatores de classificação. Fatores de classificação mais frequentemente têm um vínculo causal e são utilizados por empresas de seguros para mensurarem o risco ou probabilidade de um indivíduo acionar um seguro ou de sofrer perdas, isto é, são utilizados para determinarem o perfil de risco de cada cliente. As empresas consideram o tipo, quantidade e peso dos diferentes fatores de classificação empregados em seus modelos de precificações, como parte de suas propriedades intelectuais.

Quando evidências diretas de riscos não estão disponíveis (ex.: velocidade, freagens, reação a perigos, para os seguros do auto), fatores de classificação alternativos podem ser usados como fatores de risco aproximado. Por exemplo, na ausência de informações de direção (do veículo), uma empresa seguradora pode usar o tipo de carro dirigido ou quantidade de multas por velocidade do titular segurado, como fator de risco aproximado para inferência dessas informações; proprietários de carros esportivos com maior quantidade de multas por velocidade têm-se em suposição que dirigem mais rápido que os demais.

Com base nas informações de 128 seguradoras de autos e 95 de seguradoras de saúde, a quantidade de fatores de classificação utilizados na seguridade de autos é maior que aquela na seguridade de saúde. Empresas de seguros de autos utilizam em média 13 fatores de classificação, ao contrário de uma média de 4 em seguridade de saúde, com a mediana de 10 fatores de classificação nos seguros de autos e 3 nos seguros de saúde.

Figura 25 – Quantidade de fatores de classificação utilizados por empresas seguradoras em 2018.
Figure 25 - Number of rating factors used by insurance firms in 2018



Source: EIOPA BDA thematic review

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

A distribuição ou desvio padrão da quantidade de fatores de classificação em seguridade de autos é consideravelmente maior que àquela nos seguros de saúde; a quantidade de fatores de

classificação adotada nos seguros de autos varia de 1 a 2 entre as empresas que priorizam processos fluidos de classificação⁴³. E até 37 fatores adotados, por aquelas empresas que objetivam fornecer análises mais xatas de riscos. Contudo, apesar de não estar representado na figura 25, a EIOPA recebeu envios detalhados de uma empresa de autos que utiliza mais de 350 fatores classificatórios em seu modelo de precificação, com o uso de informações a partir de fontes internas e externas. A despeito das especificidades do modelo de negócio daquela empresa, isso demonstra as possibilidades viáveis com o uso de BDA nas precificações e nas subscrições.

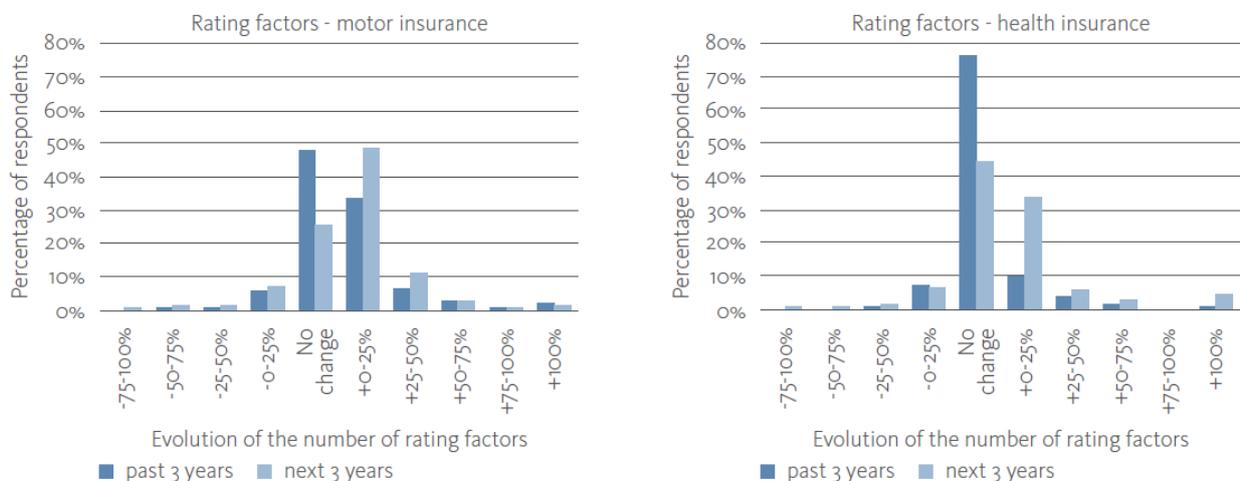
A maior proporção das empresas entrevistadas em ambos mercados de seguros de autos e de saúde declarou que não houve mudanças na quantidade de fatores classificatórios utilizados em suas definições de preço e de subscrições, ao longo dos últimos três anos. Todavia, em torno de 1/3 das empresas de seguros de autos declaram que houve um aumento entre 0 e 25% na quantidade de fatores de classificação adotados durante aquele período. Isso em comparação a apenas 7% das entrevistadas, que operam no mercado de seguros de saúde.

A maior proporção das entrevistadas no mercado de seguridade de autos acredita que a quantidade de fatores classificatórios adotados aumentará entre 0 e 25% ao longo dos próximos três anos. Isso é diferente, em comparação às entrevistadas em seguros de saúde, pelo fato de que a maior proporção acredita que não haverá mudanças, enquanto que uma significativa parte das entrevistadas realmente acreditam que haverá um aumento entre 0 e 25%. É importante apontar que algumas entrevistadas comentaram sobre ajustes melhorados no uso de fatores classificatórios existentes. Ainda, muitos intermediários comentaram que a precificação é responsabilidade exclusiva dos grupos de seguradores e corretores. Em conclusão, algumas empresas entrevistadas comentaram sobre o potencial uso de uma variedade de fatores, de dados de telemática para o futuro.

Com relação aos tipos de fatores de classificação adotados por empresas seguradoras, a EIOPA agregou as informações recebidas, sobre os fatores nos seguros de autos em 11 compartimentos, na tentativa de refletir a dimensão em que o fator é relacionado ao risco, ou que poderia ser percebido como correlacionado, mas sem evidências de causalidade, conforme indicado na Figura 27.

Figura 26 – Evolução na quantidade de fatores classificatórios *

Figure 26 – Evolution of the number of rating factors*



Source: EIOPA BDA thematic review

* Blank responses have not been included in these graphics.

⁴³ “prioritising smooth rating processes” (discutido no relatório)

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

* Respostas em branco não foram incluídas nestes gráficos.

Figura 27 – Tipos de fatores de classificação utilizados em seguros de autos

Categorias de fatores de classificação nos seguros de autos	Exemplos de fatores classificatórios incluídos nesta categoria	Influência sobre prêmio (aproximação)*	sobre final fornecidas	Tipo de informações
Detalhes do motorista	Idade do motorista, quilometragem, utilização do veículo	Alta		
Detalhes do veículo	Forças-cavalo, modelo do veículo, valor do veículo	Alta		
Acionamentos e sua experiência	Bônus malus (histórico de acionamentos/reivindicações ; Bônus Malus), ano de obtenção da habilitação (carta de motorista)	Alta	Entendido como vínculo direto causal	
Cobertura	Tipo de cobertura, dedutíveis	Alta		
Comportamento motorista	Classificação de direção (pontuação), aceleração, dados telemáticos	Alta		
Fidelidade	Multi subscrições, tempo de permanência na empresa	Baixa		
Localização	Código de endereçamento postal, região, área de residência	Alta		
Condição das finanças	Classificação de crédito, tipo de propriedade imobiliária de domicílio, ocupação profissional	Baixa	Entendido como vínculo indireto a comportamentos de risco – elasticidade mais provável	
Distribuição	Vendas ou canal de distribuição	Baixa		
Sem-riscos (não captado)	Endereço de email,** preferência de não adesão do <i>marketing</i> ao cliente	Baixa		
Outros	Diversos	Baixa	Não evidente, excluído	

Nos seguros de saúde, os fatores classificatórios que foram relatados pelas empresas foram agrupados conforme indica a Figura 28.

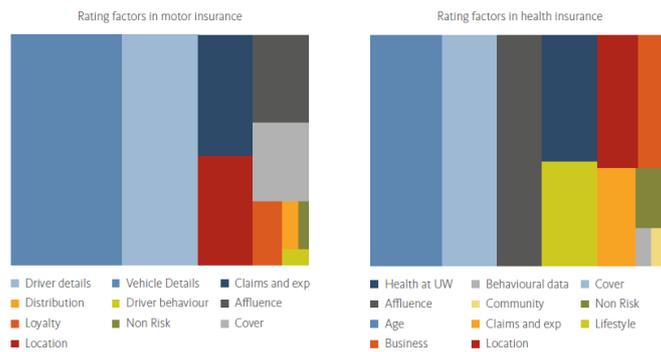
Figura 28 – Tipos de fatores classificatórios utilizados nos seguros de saúde.

Grupo	Exemplos de fator de classificação incluídos na categoria	Influência sobre prêmio (aproximação)	sobre final fornecidas	Tipo de informações
A saúde no ato de subscrição	Situação médica no período de subscrição	Alta		
Idade	Idade do cliente	Alta		
Dados de comportamentos	Dados sobre o comportamento	Baixa		
Acionamentos a seguros e experiência	Histórico de acionamentos a seguros	Alta	Entendido como vínculo direto causal	
Cobertura	Quantia segurada, quantidade de pessoas seguradas, dedutíveis	Alta		
Estilo de vida	Fumante, esportes, atividades com perigos, consume de álcool	Alta		
Condição das finanças	Profissão, salário, periodicidade de pagamentos, formação educacional	Alta		
Negócio	Quantidade de empregados, tipo de atividade de negócios	Alta	Entendido como vínculo indireto a comportamentos de risco – elasticidade mais provável	
Comunidade	Classificação da comunidade	Alta		
Localização	Código de endereçamento postal, área de uso, cidade de domicílio.	Alta		
Sem-risco(s)	Concorrência, segmentação, canal de vendas	Baixa		
Outros	Diversos	Baixa	Não evidente, excluído	

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

Figura 29 – fatores classificatórios utilizados em todos os seguros da UE, de autos e de saúde *

Figure 29 - Rating factors used across the EU for motor and health insurance*



Source: EIOPA BDA thematic review

*Note: Category "Other" (circa 8% of the number of rating factors) has been excluded from the chart

Com base nestas amplas categorias, a maioria dos fatores classificatórios utilizados por empresas de seguros é relacionada aos detalhes do motorista (ex.: idade), seguidos de detalhes do veículo (ex.: cavalos de forças, tipo de veículo, etc.) e aos detalhes do histórico de sinistros (ex.: malus). Nos seguros de saúde, a idade é o fator de classificação mais comumente empregado, seguido do tipo de cobertura (ex.: dedutíveis).

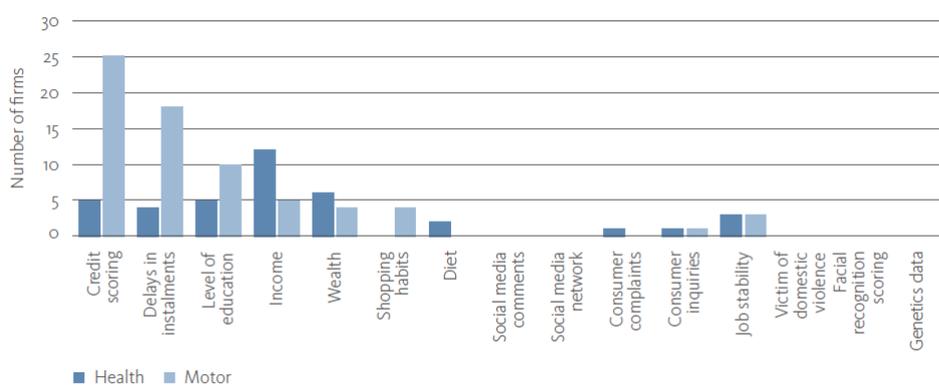
É importante destacar que os gráficos acima mostram a distribuição dos diferentes grupos de fatores classificatórios e não de fatores individuais de classificação, tampouco seus respectivos pesos no modelo de precificação. Com respeito a esse modelo, a maioria das empresas seguradoras de autos incluem os fatores de idade do motorista, endereço, experiência em acionamentos e forças cavalos, nos modelos de definição de preços com uma alta influência no prêmio final. Nos seguros de saúde, a idade e endereço são os fatores classificatórios adotados mais comumente, e com maior frequência, têm um alto impacto sobre o prêmio.

Deve-se observar também que a maioria dos fatores classificatórios utilizados (80% nos seguros de autos e 67% nos seguros de saúde) são considerados como acompanhados de um vínculo causal direto. Esse é o caso das categorias como motorista e detalhes do veículo nos seguros de autos, ou idade e cobertura, nos seguros de saúde. Outros fatores classificatórios tais como localização ou situação das finanças (ex.: a classificação de crédito do cliente ou a ocupação profissional), com frequência têm uma alta influência no prêmio final e são entendidos como um vínculo indireto a comportamentos de risco, com maior probabilidade de elasticidade.

Outrossim, até o presente momento muito poucas empresas usam fatores classificatórios "alternativos" para determinarem os preços que os clientes pagam, em todos os seguros de saúde e de autos. A "renda" é utilizada com maior frequência por empresas de seguros de saúde, porém ainda relativamente pouco em toda a indústria. A "classificação do crédito" e "atrasos em parcelamentos" são empregados com mais alta frequência nos seguros de autos, embora ainda relativamente pouco em toda a indústria.

Figura 30 – Uso de fatores classificatórios “alternativos”

Figure 30 – Use of ‘alternative’ rating factors



Source: EIOPA BDA thematic review

Source: EIOPA BDA thematic review

Levando em consideração que 222 empresas seguradoras participaram na revisão temática da EIOPA, a quantidade de empresas utilizando técnicas de enriquecimentos de dados para captarem esses fatores classificatórios é consideravelmente baixa. No entanto, algumas empresas observaram que embora podem não utilizar esses fatores específicos, algumas deles podem ser inferidos a partir de outros fatores mais comumente adotados por empresas seguradoras.⁴⁴ Por exemplo, a profissão ou endereço de um cliente podem ser fatores largamente utilizados, que podem ser correlatos com o grau de escolaridade, renda ou situação financeira do cliente, dentre outros (as) fatores/características.

4.3. MICRO-SEGMENTAÇÃO E OFERTAS DE RENOVAÇÕES

Enquanto poucas empresas declararam que serão capazes de utilizar a analítica de BDA com vistas a avançarem até preços de apólices individualizados, poucas delas já alcançaram esse patamar de sofisticação. Algumas empresas afirmam que já são capazes de estabelecerem preços no âmbito do indivíduo, utilizando-se BDA. Uma empresa explicou este fenômeno da seguinte maneira: “Como há muito mais combinações possíveis de fatores classificatórios, há também uma grande quantidade de preços diferentes.”

Diversas empresas deram alguns exemplos específicos dos benefícios que surgirão a partir da analítica de BDA, na precificação e nas subscrições, quando citaram a capacidade de se identificar fraudes com maior exatidão, ou quando citaram que a analítica de BDA trará aprimoramentos no uso de variáveis sociodemográficas e financeiras, assim como informações valiosas dos comportamentos, a partir de analítica de comportamentos na Web. Diversas outras empresas mencionaram o uso de BDA para dados geográficos de maior exatidão (isto é, a substituição de códigos de endereços postais por “micro-zoneamentos” mais apurados) e que a analítica de BDA é capaz de suportar melhor a análise em *clusters*.

Uma segunda porção de profissionais, nas empresas, acredita que enquanto o BDA melhorará a granularidade de preços e conduzirá a maior segmentação, não será possível (ou desejável) alternar para uma segmentação de um BDA. Em algumas empresas acredita-se que preços totalmente individualizados somente podem ser alcançados por meio de monitoramento direto dos comportamentos, a citar, via uma caixa de dispositivos de telemática para seguros de autos, ou o uso de dispositivos vestíveis (*wearables*) nos seguros de saúde. Ainda, inúmeras empresas tem a opinião

de que a regulação GDPR – Regulamento Geral de Proteção de Dados (*General Data Protection Regulation*) efetivamente irá restringir a utilização de dados pessoais e que será essa restrição, que será o impeditivo às classificações individualizadas.

Uma terceira porção das entrevistadas vincula a questão de micro-segmentação e precificações individuais, às práticas de otimização de preços; essas empresas vêem a analítica de BDA como um meio de elevar e aprimorar, ao invés de substituir técnicas existentes de definição de preços, baseadas em métodos actuariais⁴⁵ e estatísticos. Elas explicam como, para algumas, a micro-segmentação é atualmente restrita a fatores e curvas de modelos lineares generalizados (GLM – *Generalised Linear Models*⁴⁶), mas que a otimização de tarifas com o uso de BDA, como algoritmos de ML projetados a construir modelos de riscos e de comportamentos de clientes (ex.: estimar a propensão do *churn*⁴⁷ ou das pesquisas de preços) podem possibilitar o aprimoramento de preços individuais.

Isto poderia ser particularmente relevante nos seguros de autos e nas fases de renovações, onde empresas podem tentar compensar o esforços dos preços iniciais, durante a etapa de integração do cliente, em um ambiente altamente competitivo.

PRÁTICAS DE OTIMIZAÇÃO DE PREÇOS

O potencial em expansão e o uso de BDA no setor de seguridade pode aumentar a capacidade das empresas identificarem oportunidades, com vistas a cobrarem quantias diferentes a grupos de clientes que são similares, em termos de riscos e custos de entrega. Conforme as empresas aumentem a variação de dados que valorizam e conforme utilizem técnicas analíticas, mais sofisticadas em suas práticas de definição de preços, elas são melhor capacitadas a compreenderem aspectos como a sensibilidade do cliente aos preços e suas probabilidades de pesquisarem preços, como também de acenarem uma renovação. Isso pode aumentar a capacidade das companhias de seguros de utilizarem práticas de otimização de preços ao definirem os prêmios.

A otimização de preços é referente à prática de ajustar os prêmios pagos por diferentes grupos de clientes, para se atingir alguns objetivos de negócios. Tendo-se uma compreensão dos comportamentos de características econômicas dos clientes no mercado, e uma percepção dos comportamentos de seus concorrentes, as companhias de seguros são capazes de focalizar ajustes de prêmios pagos, por diferentes grupos de clientes de formas não relacionadas a seus riscos ou custos, para execução maximizada do lucro geral. Uma crescente capacidade de se apresentar mais preços personalizados aos clientes, confere às companhias de seguros o potencial de se tornarem mais competitivas com clientes que estão sensíveis aos preços de maneira especial e que consideram trocas frequentes por razões de preços mais baixos; também o potencial para aumentar os preços à etapa de renovações para outros grupos de clientes, que têm menor tendência à troca de seguradora.

⁴⁵ Segundo dicionário online Priberam: “**actuarial**: Relativo a atuário ou à sua atividade” (“actuarial”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/actuarial> [consultado em 18-09-2020]).

“**actuário**: 2. Pessoa que faz os cálculos respeitantes a seguros.” (“atuário”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/atu%C3%A1rio> [consultado em 18-09-2020]).

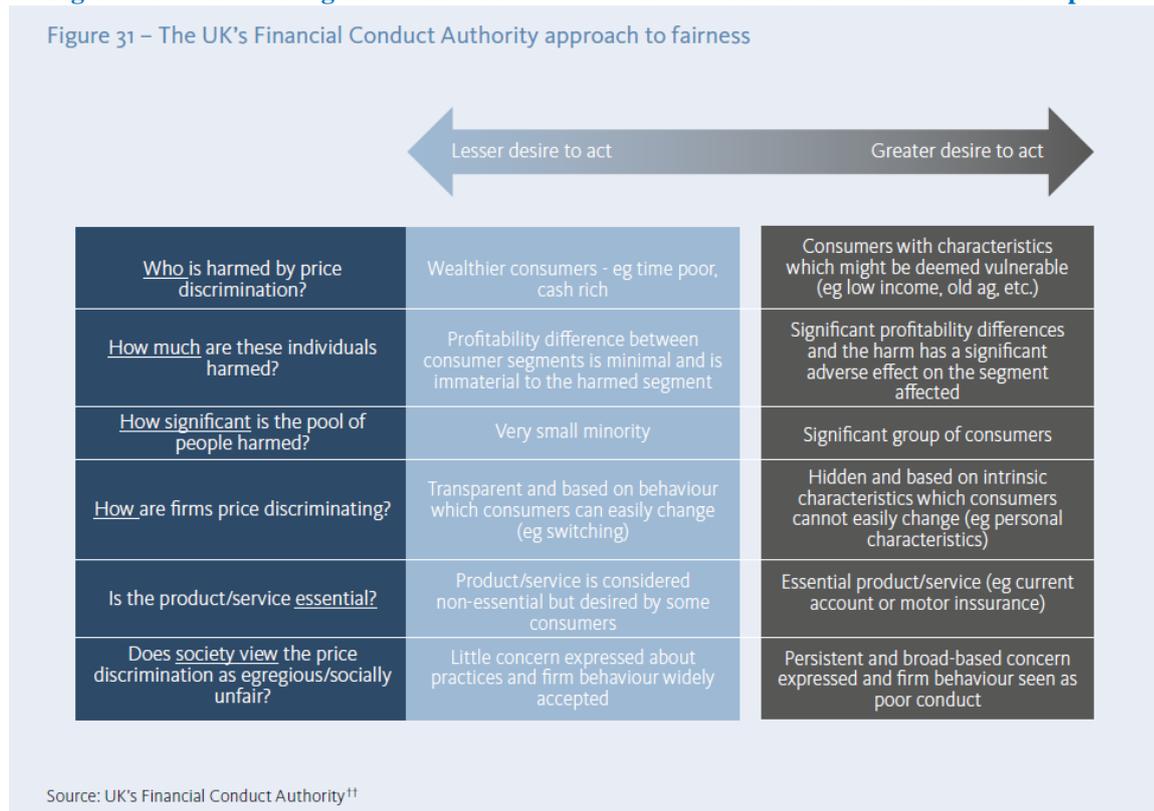
⁴⁶ Em resumo, o modelo linear generalizado (GLM) é uma generalização flexível de regressão linear ordinária que permite variáveis de resposta cotendo distribuição de erros, que não de uma distribuição normal. O GLM generaliza a regressão linear ao permitir que o modelo linear seja relacionado à variável de respostas via uma função de vínculo (link) e ao permitir que a magnitude da variância de cada medida seja uma função de seu valor previsto.

⁴⁷ * (*Insurance: Sales and distribution*): If a bank or broker **churns** a **contract** or policyholder, they encourage a **client** to change investments or policies in order to increase commissions at the client's expense. (Dicionário Collins Cobuild: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/churn>; acessado em: 13/08/2020)

Os clientes mais predispostos a pesquisarem por melhores negociações e trocarem em momento de renovação são mais prováveis de se beneficiarem das práticas de otimização (ou ao menos têm menor probabilidade de incorrerem em desvantagem), em comparação aos clientes com riscos e custos similares, para se ofertar itens, porém com propensão menor de troca. Por outro lado, os clientes que são menos cuidadosos com preços, menos propensos a trocarem de seguradora e com maiores possibilidades de renovarem seus produtos de seguros, sem pesquisarem por uma alternativa, têm maior probabilidade de perderem, devido a otimização de preços. Empresas de seguros podem identificar que são capazes de cobrar mais desses clientes, do que cobriam de clientes similares em termos de riscos e custos da execução, e também são capazes de aumentar os preços adequadamente no momento da renovação.

Práticas de otimização de preços atraíram uma atenção expressiva de reguladores, da indústria e de comentadores, dado o potencial tratamento injusto a alguns grupos de clientes, em razão da otimização de preços. Isto poderia ser particularmente preocupante quando os grupos de clientes que são mais penalizados, são clientes mais vulneráveis (ex.: idade avançada, baixa renda), ou estão sofrendo em função de práticas potencialmente injustas e discriminatórias. Pode ser factual também que a vulnerabilidade de clientes seja o que esteja causando-os sofrimento, por exemplo, se não têm tempo para pesquisar e trocarem por um provedor mais barato, devido às circunstâncias de vida particulares em que estejam inseridas (os). Também, informações tais como código de endereço postal (ou o crescente uso de micro-zoneamento de maior exatidão) podem discriminá-los em detrimento às pessoas em uma área carente, para obterem seguro de autos compulsórios, o que pode reforçar a desigualdade já existente.

Nos EUA, a Associação Nacional dos Comissários de Seguros (NAIC – *National Association of Insurance Commissioners*) publicou uma Nota Técnica que analisou a otimização de preços e seu uso nas definições de preços e taxas em seguros, com um enfoque primário sobre linhas pessoais, em novembro de 2015.* Muitos estados subsequentemente emitiram notificações proibindo ou restringindo o uso da otimização de preços ou o conceito de classificações baseado na elasticidade de preços em linhas pessoais, o que indica que a otimização de preços resulta em taxas que são injustamente discriminatórias. No Reino Unido, a Autoridade de Conduta Financeira (*Financial Conduct Authority*, ou FCA) recentemente conduziu uma revisão temática sobre abordagens** gerais de precificações em seguros no varejo, e como prosseguimento, iniciou um estudo† de mercado para posterior avaliação de práticas de definições de preços nos mercados de seguridade em geral (não apenas relacionados ao uso de BDA). A tabela abaixo resume seis questões fundamentais que a FCA considera quando avalia equidade nos mercados.

Figura 31 – A abordagem da Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido para a equidade

Fonte: Autoridade de Conduta Financeira (Financial Conduct Authority, ou FCA) do Reino Unido

Continuação: PRÁTICAS DE OTIMIZAÇÃO DE PREÇOS

O efeito da otimização de preços em mercados europeus de seguros e o alcance em que essa está acontecendo são incertos, a partir de resultados da revisão da EIOPA, e não necessariamente vinculados ao uso de BDA; mas poderia ser mais fácil, se conduzida com ferramentas de analítica BDA. Baseando-se nas informações fornecidas à EIOPA, 59 empresas já utilizam ou planejam utilizar ferramentas BDA nos próximos 3 anos para definições de preços e para subscrições. Todavia, apenas 19 delas fez referência explícita aos usos voltados à otimização de preços e/ou modelos *churn*⁴⁸ (as 40 restantes não especificaram nem negaram este propósito). Outrossim, realmente temos conhecimento a partir de descobertas em pesquisas, da variedade de fontes de dados e faixa de técnicas de BDA para se obter maiores *insights* sobre os comportamentos de clientes na Europa, e com isso o potencial de um aumento na extensão e sofisticação de práticas de otimização de preços. É fato, empresas seguradoras terão uma compreensão cada vez maior da elasticidade de demanda, e mais especialmente, da propensão de diferentes clientes ao *churn*⁴⁹, possibilitando às empresas ajustarem prêmios de maneira correspondente.

* https://www.naic.org/documents/committees_c_catf_related_price_optimization_white_paper.pdf

** <https://www.fca.org.uk/publication/thematic-reviews/tr18-4.pdf>

† <https://www.fca.org.uk/publication/market-studies/ms18-1-1.pdf>

†† <https://www.fca.org.uk/publications/research/price-discrimination-financial-services>

⁴⁸ * (**Seguros: Vendas e distribuição - Insurance: Sales and distribution**): If a bank or broker **churns** a **contract** or policyholder, they encourage a **client** to change investments or policies in order to increase commissions at the client's expense. (Dicionário Collins Cobuild: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/churn>; acessado em: 13/08/2020)

⁴⁹ Veja nota No. 9 acima.

Muitas empresas fazem referência a diferenças entre dados usados em um novo negócio e em etapas de renovação. Entretanto, é com frequência, incerto se os dados adicionais usados na renovação constituem ou não BDA. Ainda, uma proporção significativa (30%) de empresas afirmam que não utilizam BDA de forma alguma ou que não há diferença entre os fatores classificatórios utilizados para calcularem prêmios novos e prêmios de renovação.

Seis empresas de seguros de autos fazem referência à otimização de preços ou à análise de elasticidade nas etapas de renovação, determinadas pelo uso de um modelo de retenção, ou de conversão (ex.: acréscimo à taxa de cotação com base naquilo que o cliente provavelmente deseja pagar, ao invés de simplesmente baseada na probabilidade de que enviarão um acionamento de seguro). Embora não seja explicitamente declarado pelas empresas entrevistadas na pesquisa, é provável que essas abordagens de otimização fazem uso de BDA.

Um tema consistente na etapa de renovação é que as empresas de seguros exigem informações adicionais acerca de seus clientes, que não estavam disponíveis na etapa da nova negociação. Exemplos comuns destacados incluem experiência com acionamentos, comportamentos com os pagamentos (ex.: datas definidas de pagamentos de acordos, para aqueles que pagam em parcelas) e se já foram inadimplentes com alguns pagamentos, ou se adquiriram produtos incorporados adicionais.

Houve empresas que também observaram que há diferenças simples e inevitáveis entre novos clientes e clientes em renovação (em maior evidência, a idade do titular da apólice e (para seguro de autos) o veículo). Ademais, algumas empresas se expressam quanto a ofertarem descontos de fidelidade para clientes em renovação e outros descontos, sobre o estabelecimento de garantias de taxas de juros máximas e mínimas – *caps and collars* – para o prêmio, sugeridos por ferramentas de BDA com a finalidade de evitarem um “preço inesperado – *price shock*”, que por sua vez reduziria a probabilidade de retenção do cliente com devido êxito. Essas ofertas poderiam também dirimir bastantes resultados injustos para com clientes vulneráveis.

5. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE BDA

Existe uma clara tendência conduzindo a modelos de negócios cada vez mais originados em dados para seguros, com muitas empresas já tendo desenvolvido suas próprias estratégias de BDA ou trajetórias de *roadmaps* (roteiros de percursos), ou já incluíram projetos de BDA em seus planos de negócios estratégicos. Isso inclui o desenvolvimento de ferramentas “ativadoras” voltadas à melhoria da qualidade e da quantidade da conjuntos de dados, políticas de governança, infraestruturas, software e competências em recursos humanos necessários para administrar a analítica com BDA.

Empresas de seguros que participaram na revisão temática da EIOPA foram solicitadas a explicarem especificamente como lidam com a exatidão de dados em potencial, com a equidade e com as questões de transparência inerentes à BDA. Ao responderem a essas questões, as empresas forneceram uma visão geral, porém detalhada, das providências em governança que possuem, concernentes ao uso de BDA.

Neste sentido, as empresas reconheceram que a calibração matemática e validação de modelos de BDA são um passo crucial e bem estabelecido no setor de seguros. Em particular, as exigências do modelo de supervisão Solvência 2 e o papel executado pelas diferentes funções chaves (isto é, auditoria, técnica actuarial, funções de manutenção das conformidades e da administração de riscos) foram mencionadas por muitas empresas de seguros, na forma que fornecem diversas “linhas de defesa” para se lidar com questões potenciais, advindas de BDA.

Houve companhias de seguros que também fizeram, com frequência, referências às novas exigências apresentadas pela GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados – *General Data Protection Regulation*). Inclusive, nas empresas, mencionou-se com frequência, a exigência de se designar oficiais encarregados da proteção de dados, de se desenvolver avaliações de impactos sobre a proteção de dados (DPIA - *data privacy impact assessments*) e de se respeitar os princípios chaves da proteção de dados, tais como o princípio de responsabilidade final, minimização de dados, exatidão de dados ou proteção aos dados, de forma padrão já de fábrica e do projeto.

Neste sentido, diversas empresas afirmaram que estão atualmente no processo de definição de novos processos de governança de dados, especificamente para BDA. Por exemplo, em algumas empresas, afirmaram que recentemente designaram Oficiais Diretores de Dados. Outras já possuem políticas de governança de dados aprovadas pelo Conselho de Diretores, e ainda, outras estabeleceram comitês de governança de dados, os quais regularmente se reúnem para discutirem questões relacionadas a dados. As empresas também explicaram que auditores externos revisam seus processos de governança de dados periodicamente.

Alem disso, diversas empresas de seguros estão atualmente desenvolvendo novas infraestruturas/estruturas para implementarem “ativadores” de BDA, tais como lagos de dados/armazéns de dados/repositórios *DataMart*, destinados à qualidade de dados e limpeza definitiva de dados. Utilizar um *pool de dados* (agregado ou conjunto de dados) para várias aplicações de software garante ainda mais que diferentes usuários do negócio estejam realizando verificações de qualidade de dados e fornecendo suas avaliações (*feedback*) cíclicas, segundo o “princípio dos quatro olhos”. Ainda, algumas empresas desenvolveram inventários de dados a fim de revelarem como coletam, compartilham e utilizam os dados de forma legal.

De fato, as empresas que participaram da revisão temática esclareceram que os processos de governança de dados são geralmente feitos de forma contínua, e não são um exercício exclusivo, de uma única vez; as empresas explicaram que novos modelos tais como aqueles que empregam algoritmos de ML, comumente passam por um treinamento e testagem, e são revisados por diferentes departamentos antes de serem colocados em produção. Por exemplo, a fim de impedir discriminação ou resultados injustos advindos de processos de BDA, uma empresa descreveu como ela cuidadosamente revisa o impacto de algumas variáveis no modelo treinado, antes de decidirem se as utilizam ou não. Uma vez que o modelo esteja introduzido no sistema, sua performance é monitorada ainda mais.

Por fim, poderia haver também diferentes estruturas de governança dependendo do tamanho da organização; uma empresa admitiu que sendo uma empresa de pequeno porte, não possuem um departamento ou grupo na organização, para trabalharem especificamente neste tema. Além disso, algumas empresas explicaram que somente utilizam informações em anonimato ou com pseudo-anonimato em seus processos de BDA, ou que limitaram consideravelmente o uso de dados não anônimos.

a. EXATIDÃO DAS ENTRADAS E RESULTADOS EM BDA

A maioria das empresas que participaram da revisão temática da EIOPA declarou que não encontraram questões relativas à exatidão de dados, ou que possuam processos robustos de governança, para lidarem com esses dados. As empresas de seguridade reiteraram que não utilizam variáveis discriminatórias em seus processos de BDA, e que suas ferramentas de BDA são projetadas de tal maneira, que os resultados não são tendenciosos e são baseados apenas em evidências estatísticas. Algumas também mencionaram explicitamente que não utilizam variáveis que poderiam sugerir características discriminatórias por meio de correlações ilegítimas.

No entanto, algumas empresas admitiram que é um desafio encontrar dados comprados de terceiros, com os mesmos padrões de qualidade dos conjuntos de dados que utilizam internamente. A respeito disso, algumas empresas esclareceram que somente utilizam dados internos em seus processos de BDA. Outras também apenas empregam dados externos a partir de fontes altamente confiáveis, tais como órgãos públicos, ou fornecedores de dados que provêm para todo o setor em uma dada jurisdição.

Algumas empresas somente utilizam dados a partir de terceiros, para propósitos de *marketing*, onde a exatidão dos dados é vista como menos relevante. As empresas que utilizam dados de fornecedores afirmaram que garantem a exatidão e legalidade, via cláusulas específicas incluídas nos acordos contratuais, assinados com os fornecedores dos dados, em conformidade com as exigências legais de contratação externa (*outsourcing*).

Com pertinência à exatidão das ferramentas de analítica BDA, muitas empresas especificamente declararam que não utilizam soluções de caixa preta, que poderiam potencialmente introduzir características discriminatórias individuais. Outras, apenas adotam esses algoritmos como apoio a seus trabalhos analíticos regulares, não em processos centrais de produção, com todos os resultados sendo revisados por analistas (humanos) antes de serem utilizados. Por fim, algumas empresas também explicaram que não administram diretamente as ferramentas de BDA por si mesmas; optam pela contratação externa (*outsourcing*) do uso dessas ferramentas a terceiros que com frequência suprem às várias partes atuantes no setor.

5.2. ÉTICA E EQUIDADE NA ANALÍTICA DE BDA

As empresas declararam que mantêm conformidade com a legislação existente, e portanto, não identificaram quaisquer questões relativas a equidade, ou éticas. Explicaram que não coletam dados sensíveis, tais como gênero, origem étnica, religião, etc. e algumas também especificaram que as entradas ou resultados de dados que poderiam levar a uma inferência ou proximidade de informações de tais características, também não eram usados. Além disso, algumas empresas afirmaram que possuem em vigência, inúmeras ferramentas internas de governança, como códigos de conduta, painéis consultivos de privacidade de dados, ou procedimentos de delação para impedirem comportamentos discriminatórios.

Uma quantidade reduzida de empresas argumentou que suas práticas de estabelecimento de preços e de subscrições eram justas porque não adotam práticas de otimização de preços, onde os prêmios pagos pelo cliente dependem de fatores diferentes do risco. A respeito disso, uma empresa explicou que negociações de seguridades mutualistas não objetivam maximizar os lucros, e portanto, não empregam práticas de otimização de preços para identificarem quais clientes desejariam pagar mais.

Algumas empresas reconheceram que assegurar resultados justos e éticos poderia tornar-se cada mais mais desafiador, se algoritmos de ML de caixas pretas como as redes neurais artificiais, fossem empregados nas precificações e subscrições. Algumas empresas declararam que “amenizaram” os resultados de tais algoritmos, por exemplo, ao não aplicarem aprendizagem por máquina sem a intervenção humana, ou ao estabelecerem tetos de garantias de taxas de juros (*caps*) para os resultados dessas ferramentas, no intuito de assegurarem resultados éticos (ex.: não cobrando excessivamente dos clientes vulneráveis).

Com relação às potenciais dificuldades do acesso a seguros por clientes de alto risco, diversas empresas citaram que sistemas de saúde pública ou classificações comunitárias obrigatórias, existentes em algumas jurisdições, deveriam prover “redes de segurança” suficientes nesses casos. Empresas de seguros de autos também fizeram referência a mecanismos já existentes em algumas jurisdições, tais como regimes de segurabilidade (veja seção 4.1.2) ou a obrigação de empresas seguradoras de não rejeitarem clientes de seguros de autos, sob Seguros de Responsabilidade Civil Para Autos de Terceiros– *Motor Third-Party Liability Insurance* (MTPL), (ainda que não exista nenhum limite para o prêmio máximo). Por outro lado, algumas empresas entenderam que questões de acesso não podem ser resolvidas por mercados livres de concorrência, que porém, precisam ser solucionadas pelas autoridades públicas.

Houve pontos de vista mistos concernentes às práticas de subsidiação cruzada (ex.: cobrar menos de novos clientes, que daqueles existentes); diversas companhias entrevistadas citaram que não adotam essas práticas, nem são autorizadas por suas legislações nacionais.⁵⁰ Outras explicaram que isso é justificado porque novos clientes geralmente possuem maiores riscos que aqueles pré existentes, devido a menor quantidade de informações acerca das experiências de acionamentos a seguros, como também por razões e dinâmicas de concorrência e o esforço feito pelas empresas em atrair novos clientes. Outras, associaram o resultado de menor cobrança a novos clientes que aos pré existentes, às práticas de otimização de preços.

5.3. INFORMAÇÕES E TRANSPARÊNCIA

Empresas seguradoras devem informar aos clientes sobre os tipos, as fontes e propósitos do uso de dados pessoais em seus processos de BDA, em conformidade com as exigências estabelecidos no Artigo 13 e no Artigo 14 da GDPR.⁵¹ Em Seguros, isso é comumente feito, era até mesmo antes de a GDPR ser efetivada, por meio dos termos e condições da apólice de seguros, em mútuo acordo entre o cliente e a seguradora e/ou por meio de notificações exclusivas de privacidade. Essas informações também são disponibilizadas em websites das seguradoras. As empresas admitem que as notificações podem estender-se até diversas páginas, para que seja possível cobrir todas as exigências estabelecidas pela GDPR.

Além de explicarem aos clientes como seus dados são processados e para quais propósitos, as empresas declararam que também informam os clientes acerca dos direitos que possuem com relação ao processamento de seus dados pessoais, reconhecidos na GDPR. Isso inclui direitos tais como o direito a acessarem, a retificarem, restringirem ou apagarem suas respectivas informações pessoais. Os clientes são também informados da existência de processos automatizados das tomadas de decisão, assim como dos seus direitos a objeção àqueles processos.

Com respeito à objeção àqueles processos, explicaram que mantêm conformidades com a GDPR, ao explicarem aos clientes os resultados de processos complexos de BDA. No entanto, algumas empresas reconheceram que, se ferramentas de BDA, tais como algoritmos de aprendizagem por máquina, fossem ser utilizados para propósitos de precificações e de subscrições, seria muito difícil explicar aos clientes o resultado de tais ferramentas.

Por fim, algumas empresas seguradoras fizeram menção à exigência legal em suas jurisdições, de divulgarem em publicações, fatores classificatórios empregados em algumas linhas de negócios. Outras mencionaram que voluntariamente comunicam aos seus clientes os fatores de classificação utilizados, enquanto outras entenderam que tais divulgações poderiam afetar

desfavoravelmente os direitos e liberdades das empresas seguradoras, inclusive os segredos de negócios e a propriedade intelectual. Por outro lado, as duas Associações de Consumidores que forneceram dados para a EIOPA entenderam que os fatores de classificação, adotados por empresas seguradoras, deveriam ser divulgados no intuito de permitirem aos clientes a atuação com decisões bem informadas.

6. CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS

A EIOPA é da visão de que a revisão temática forneceu muitos exemplos concretos dos potenciais benefícios advindos de DBA, tanto para consumidores, quanto para empresas nos setores de seguridades de autos e de saúde. A EIOPA também reconhece que empresas seguradoras geralmente já têm em vigência ou estão desenvolvendo estruturas ideais de governança para mitigarem os riscos oriundos a analítica de BDA, embora esta revisão temática não tenha avaliado a efetividade de tais estruturas de governança.

Enquanto já existe uma estrutura regulatória abrangente nesta área (veja Anexo 3 para demais detalhes), a EIOPA entende que há riscos provenientes de BDA, que precisam ser melhor abordados pragmaticamente. Alguns desses riscos não são novos, porém, são ampliados no contexto de BDA. Isto é, particularmente nas questões de ética e equidade, do uso de BDA, assim como em relação à exatidão, transparência, auditabilidade e justificativas de ferramentas de BDA, como a IA – Inteligência Artificial – e algoritmos de aprendizado por máquina (ML – *Machine Learning*).

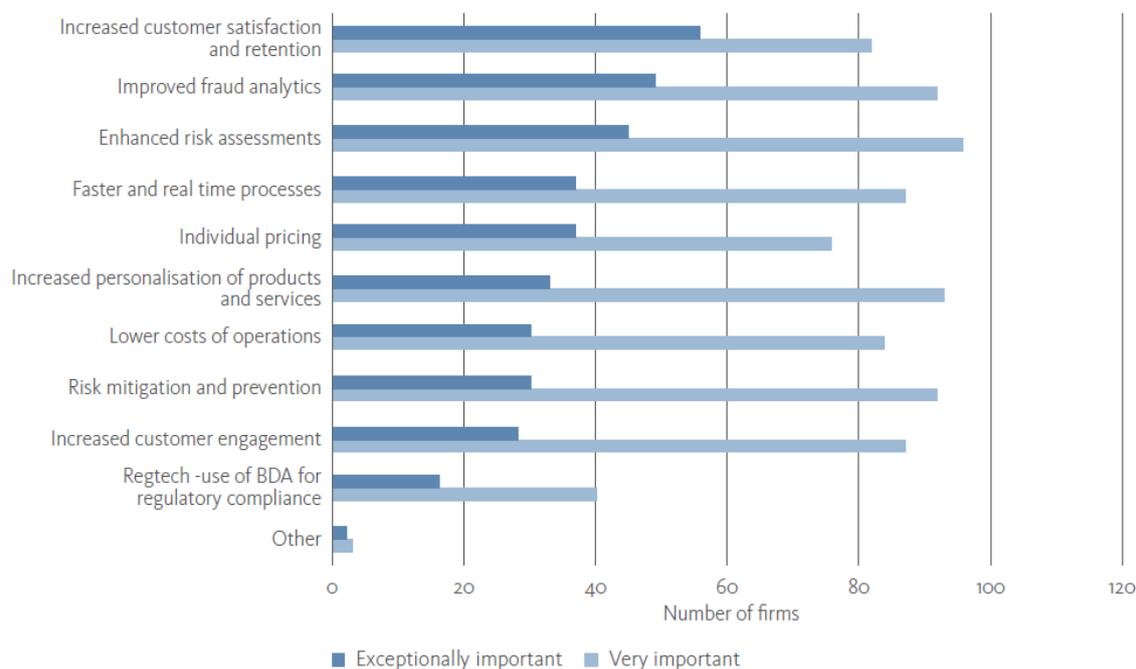
6.1. OPORTUNIDADES

A analítica de BDA capacita as empresas para melhor compreenderem as necessidades, características e estilos de vida de clientes, ao possibilitarem que os clientes desenvolvam análises de riscos mais exatas. Isso também permite às empresas desenvolverem produtos e serviços mais customizados e mais convenientes, para os clientes; o fato de que possam ser executados de uma maneira mais personalizada e em um tempo mais conveniente, segundo relataram, eleva o engajamento dos clientes e a experiência do usuário.

No contexto da Internet das Coisas – *Internet of Things* (IoT) –, o setor de seguros tem vivenciado o surgimento de produtos de seguros baseados no uso. Enquanto ainda está em um estágio inicial de desenvolvimento, clientes de seguros de autos e de saúde já podem obter melhores e mais exatos cálculos de seus prêmios em seguridade, baseando-se nas informações de direção coletadas por meio de dispositivos de telemática, instalados em seus carros, ou por meio de dispositivos vestíveis direcionados à saúde (*wearables*). Algumas empresas também adotam esses dispositivos de telemática com a finalidade de ofertarem aos clientes inúmeros serviços de prevenção e atenuação de riscos, tais como serviços de acompanhamento e orientação (*coaching*), ou assistência automatizada em casos de acidentes.

Figura 32 – Oportunidades com BDA, de acordo com as empresas de seguros

Figure 32 – BDA opportunities according to insurance firms



Source: EIOPA BDA thematic review

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA.

O uso de BDA permite às empresas desenvolverem análises de riscos com maior exatidão; e novos fatores de classificação, os quais podem ser empregados para se introduzir novos produtos para objetivos específicos, mercados e grupos de cobertura específicos, onde anteriormente não era possível. Dentre outras coisas, isso pode propiciar a inclusão financeira de alguns grupos de clientes, os quais eram previamente excluídos. Exemplificando, motoristas jovens com experiência limitada de direção, conforme relatado, têm acesso a seguros de autos mais viáveis financeiramente, se instalarem dispositivos de telemática em seus carros. Além disso, a exatidão e objetividade dos cálculos de provisionamentos técnicos podem ser aprimorados com a utilização de BDA.

Sob a perspectiva de vendas e distribuição, o desenvolvimento de sistemas de CRM – *Customer Relationship Management*: sistemas de gerenciamentos de relacionamentos com o consumidor, que incorporam todas as informações de clientes em uma única plataforma, permite que as empresas desenvolvam campanhas de *marketing* personalizados e orientadas a metas. Também é interessante o desenvolvimento da abordagem “Nova Ação Ideal”, em que ferramentas de BDA tais como o aprendizado por máquina (ML) podem ser utilizadas por empresas na elaboração de modelos centrados nos clientes, visando múltiplas vendas (vendas cruzadas) e que objetivem *upselling*⁵², por exemplo, ao seguirem a abordagem que envolve “clientes que adquiriram aquilo, poderiam também adquirir isto”.

A inserção de consultores robotizados (*robo-advisors*) poderia potencialmente possibilitar que os clientes acessassem consultoria mais viáveis financeiramente. Todavia, o grau de inserção dessas ferramentas ainda é limitado, quando comparado aos bate-papos robotizados (*Chatbots*), que utilizam processamento de linguagem natural e outros algoritmos de ML. Os *Chatbots* estão cada vez mais populares, em vista da grande variedade de possibilidades que oferecem em atendimentos ao

⁵²⁵² Definição na plataforma *Termium*: [Tentativa] de se persuadir um cliente que já está comprando algo, a comprar mais, ou comprar algo de maior custo. **Original**: “Trying] to persuade a customer who is already buying something to buy more, or to buy something more expensive.

cliente, com procedimentos simples e não críticos (ex.: atender às perguntas e respostas Q&As, ou orientar clientes ao longo do processo de cotações). Suas disponibilidades na modalidade 24 horas e a possibilidade de recorrer a eles a partir de qualquer localização, são segundo relatado, aceitos pelos clientes como serviços bem convenientes.

A EIOPA acredita que um desenvolvimento-chave na área de BDA é o crescente uso de tecnologias de telefones móveis, para se coletar novas fontes de dados e interagir com clientes; inclusive, a revisão temática reuniu exemplos detalhados de como empresas seguradoras provêm diferentes tipos de serviços a seus clientes por meio de aplicativos de telefones móveis. Exemplificando, clientes podem enviar acionamentos de seguros (anexando fotografias de faturas, ou de algum dano ao carro), ou comprar serviços e/ou apólices de seguros de autos de curto prazo, sob demanda, ou realizar agendamentos médicos ou de tratamentos odontológicos via seus aplicativos de telefones móveis.

No âmbito da administração de acionamentos de seguros, a analítica de BDA pode dar apoio à detecção de reivindicações fraudulentas de diferentes formas. A maioria das empresas utilizam ferramentas de pontuação e de detecções de anomalias, em que ferramentas como algoritmos de ML são treinados para procurarem por padrões de fraudes, com base em centenas de atributos distintos (ex.: localização do incidente, prêmio do contrato, quantidade de acionamentos anteriores pelo titular, etc.). Ao marcarem reivindicações potencialmente fraudulentas, os investigadores podem dar ênfase aos acionamentos que provavelmente são fraudes e podem reduzir a quantidade de falsos positivos.

6.2. DESAFIOS

Conforme observado na Declaração de Proteção de Dados e Ética, para a inteligência artificial, durante a 40ª Conferência Internacional de Comissários para a Proteção dos Dados e da Vida Privada, que ocorreu em Bruxelas, em outubro de 2018²², alguns conjuntos de dados utilizados em processos de BDA podem ser tendenciosos ou parciais e mascaram algumas formas de discriminações proibitivas. Dado que as ferramentas de BDA tais como IA e algoritmos de ML dependem de dados históricos para “treinamentos”, qualquer parcialidade (ex.: alusiva a sociedade, ou ética) inerente nos dados históricos será refletida nos resultados desses algoritmos.

Figure 33 – BDA challenges according to insurance firms

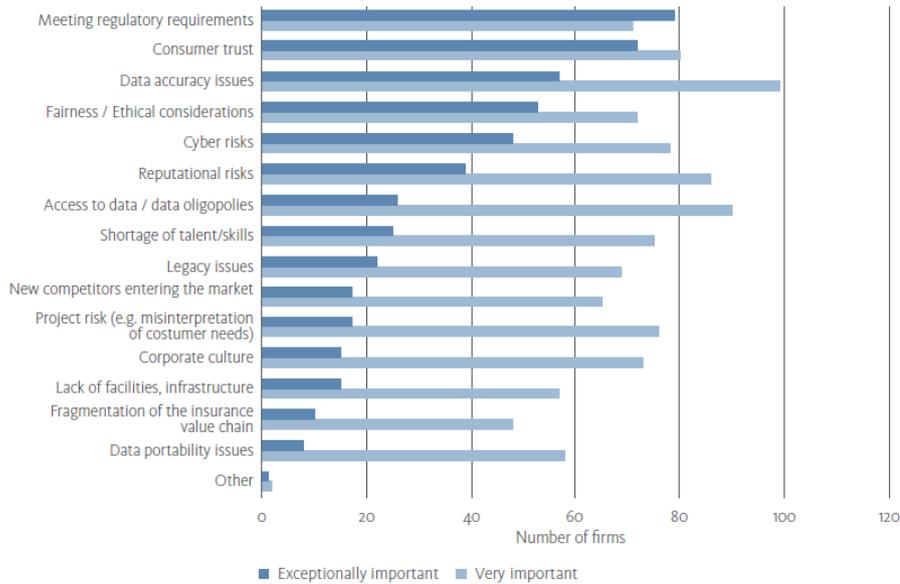


Figura 33 – Desafios com BDA, segundo companhias de seguros

Essa questão se torna mais expressiva, quando julgamentos específicos a partir de um algoritmo de (caixa preta), não pode ser especificamente explicado de uma maneira significativa, o que evidencia questões fundamentais acerca da responsabilidade dessas empresas ao os utilizarem. Argumenta-se, que isso seja menos relevante em áreas como campanhas de *marketing*, em que análises de BDA são utilizadas para lançamentos de campanhas de comunicação mais customizadas e de ofertas personalizadas aos clientes. Não obstante, no contexto de precificações e de subscrições, se os algoritmos dependerem de conjuntos de dados tendenciosos, ou de fatores de classificação, isso poderia potencialmente resultar em práticas ilegais de discriminação em preços, caso não sejam tratadas com a diligência adequada e de acordo com os princípios actuariais⁵³ geralmente aceitos. Além disso, caso o resultado seja baseado em correlações que sejam falsas, pressupostas como princípios de causalidade, então o processo de tomadas de decisão também será tendencioso.

Ainda, um algoritmo que não esteja suficientemente justificável, auditável ou exato, é capaz de prejudicar a situação geral de solvência de um negócio em seguridade. Por exemplo, caso as provisões técnicas ou preços sejam calculados incorretamente, e devida à abordagem de caixa preta, assim como a uma carência de mecanismos de controle interno, tal situação permaneceria despercebida; isso pode impactar negativamente a solvência dos negócios de seguridade.

A EIOPA também entende que práticas atuais, tais como otimização de preços, isto é, quando os prêmios pagos aos clientes não somente dependem dos riscos, mas também da consciência quanto aos preços e a probabilidade do cliente pesquisar preços, as práticas poderiam também ser desafiadoras sob uma perspectiva justa e ética. Isso poderia ser particularmente importante em relação aos impactos desfavoráveis, para clientes vulneráveis (ex.: idade avançada, baixa renda, pouca escolaridade). Esse seria o caso das práticas de otimização de preços, em que a compensação

⁵³ Segundo dicionário *online* Priberam: “**actuarial**: Relativo a atuário ou à sua atividade” (“actuarial”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/actuarial> [consultado em 18-09-2020]).

“**actuário**: 2. Pessoa que faz os cálculos respeitantes a seguros.” (“atuário”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/atu%C3%A1rio> [consultado em 18-09-2020]).

paga ao cliente que sofre uma perda, não apenas dependa de fatos objetivos como os danos, custo de reparos, despesas médicas, etc. A potencial falha de correspondência entre as expectativas do cliente e as práticas actuariais, poderia ter um impacto prejudicial sobre a confiança do cliente, o qual poderia por fim, se tornar um desafio à estabilidade do setor de seguridade.

Ademais, o uso de novas fontes de dados, como dados genéticos, cartão de crédito e dados de conta bancária, ou outros tipos de informações de comportamentos e socio-demográficos, tanto a partir de fontes internas, quanto externas, também precisam ser cuidadosamente monitoradas. Em especial, conjuntos de dados de fontes externas e outras, que refletem os estilos de vida dos clientes (ex.: hábitos de compras, conta bancária e dados de cartão de crédito) são vistos como riscos maiores frente a questões de exatidão, ou vistos como provendo correlações com critérios proibidos, e portanto, precisam ser tratados com cuidado especial.⁵⁴

Também, a utilização de dados genéticos para definição de preços e para subscrições em seguros de saúde, a qual é atualmente, na prática, inexistente no setor de seguros europeus, com base nas respostas da revisão temática, poderia também potencialmente conduzir a questões de exclusão de clientes de alto risco. Pertinente à exclusão, a revisão temática da EIOPA não encontrou evidências de que a granularidade elevada de análises de risco estejam causando problemas de exclusão para clientes de alto risco, nem nos seguros de saúde, nem de autos. Ainda, instituições já existentes em alguns Estados Membros, tais como regimes de segurabilidade, sistemas de saúde pública, ou classificações por comunidade, podem de fato, naqueles Estados Membros específicos, onde há essas instituições, prover “redes de segurança” por enquanto.

A EIOPA observa que a questão de informações e transparência *vis-à-vis* com os clientes, inerentes aos tipos de dados pessoais empregados pelas empresas de seguros, já está amplamente trabalhada pelas exigências de transparência da GDPR. É questionável, todavia, e pode merecer uma reflexão mais atenciosa, se os clientes são totalmente cientes de como seus dados pessoais estão sendo utilizados, quando aceitam os termos e condições de suas apólices de seguros e/ou as notificações exclusivas de privacidade. Inclusive, se estes documentos estendem-se até diversas páginas de comprimento e se não são comparáveis entre empresas diferentes. Também é questionável, com grande relevância, o funcionamento de ferramentas de BDA no contexto de algoritmos de “caixas pretas”.

A crescente exposição a riscos de segurança virtual (segurança cibernética/segurança da Informação) também é vista como um enorme risco, por parte da EIOPA, ao observar que isto pode ser considerado uma oportunidade para o setor de seguridade, via comercialização de apólices⁵⁵ de seguros cibernéticos, isto é, serviços de seguro virtual.

O crescente uso da computação em nuvem poderia certamente revelar algumas questões de segurança de dados e da concentração de riscos para as seguradoras. A EIOPA reconhece que a crescente atividade de *outsourcing* (contratação externa) no setor, permite às empresas seguradoras aprimorarem a eficiência de seus processos internos e obterm rápido acesso a novas tecnologias e a novos modelos de negócios. Contudo, uma concentração excessiva em quantidade de algumas tecnologias/serviços estratégicos pode significativamente destruir o eficiente funcionamento de cadeias de valor, levando a situações de “*outsourcing* reverso”, isto é, a reversão da relação tradicional de poderes entre seguradoras e os terceirizados. Esses por sua vez, poderiam potencialmente fragilizar a eficácia das regras que hodiernamente norteiam a contratação externa por *outsourcing* de “serviços essenciais”.

6.3. PRÓXIMOS PASSOS

A velocidade dos desenvolvimentos nas inovações, dinâmicas de concorrência nos mercados e os planos estratégicos de negócios de uma empresa, indicam que embora o uso de novas fontes de dados e a adoção de ferramentas BDA, no setor de seguros, podem ainda não ser uma ampla realidade, é esperado contudo, que certamente aumente expressivamente nos próximos três anos. Isso já chamou muito a atenção de reguladores, da indústria e de comentaristas, haja vista os inúmeros benefícios potenciais para a sociedade, advindos da analítica BDA. Porém, também pelo fato do potencial prejuízo a alguns grupos de clientes, mediante essas práticas sem as devidas estruturas de governança em vigência.

Como prosseguimento à revisão temática, a EIOPA analisará ainda mais a questão de supervisão de IA/ML em algoritmos de caixas pretas. Por outro lado, o Comitê Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão (ESAs) examinará o tema de inteligência artificial sob uma perspectiva intre-setorial em 2019. Em paralelo, a EIOPA buscará analisar em profundidade como a IA e ML melhor podem ser supervisionadas na prática, incluindo avaliar como a supervisão dessas difere de outros modelos comumente utilizados em seguridade, tais como o modelo linear generalizado (GLM – *Generalised Linear Model*), o modelo generalizado Bayesian, ou o modelo de árvores de decisões.

Neste sentido, diferentes opiniões serão consideradas, tais como a introdução de exigências em governança específicas para ferramentas e algoritmos específicos de BDA. Isto poderia incluir revisar qual o papel das funções-chaves da Solvência 2 (e em especial, a função actuária) que atuam neste contexto. Outras opções incluem promover uma transparência mais aprimorada, justificativa e auditabilidade de algoritmos e/ou restrições sobre as entradas e/ou resultados, e exigências de intervenção humana, especialmente naquelas áreas em que ferramentas de BDA poderiam trazer impactos significativos aos consumidores. Diferentes atividades de capacitação, tais como oficinas ou seminários para as NCAs (Autoridades Nacionais Competentes), também serão promovidas.

A EIOPA também discutirá com a indústria, associações de consumidores, a comunidade acadêmica e outros acionistas interessados, sobre a questão de ética e equidade relativas ao uso de BDA em seguridade. A EIOPA reconhece que diferentes acionistas já solicitaram maior clareza acerca das expectativas em supervisão nesta área. Portanto, a EIOPA iniciará um debate sobre ética e equidade em BDA, a fim de se aprofundar quanto a hipótese da necessidade de maior convergência e consistência a partir de uma perspectiva setorial específica.

Além disso, no contexto do diálogo entre UE-EUA, a EIOPA se aprofundará mais sobre as questões dos fornecedores terceirizados; suas supervisões regulatórias atuais e se ou até mesmo como, essa estruturação enfatiza as questões em torno das preocupações com a exatidão em BDA; e analisará profundamente até onde o âmbito regulatório atual está lidando com a capacidade de supervisão regulatória. Possíveis revelações também serão discutidas, quanto aos fatores classificatórios e relatórios de terceiros, para serem anunciados aos requerentes e titulares segurados.

Na área de *outsourcing* (contratação externa), a EIOPA emitirá diretivas sobre contratação externa de serviços de computação em nuvem, pelo negócios de seguros, a fim de promover a convergência supervisora entre as NCAs e a transparência, considerando-se as exigências regulatórias. A EIOPA também iniciará um novo fluxo de trabalho sobre novos modelos de negócios e ecossistemas provenientes da Força Tarefa InsurTech⁵⁶.

Por fim, A EIOPA continuará seu trabalho vigente sobre os seguros cibernéticos e segurança cibernética. Esses incluem consultorias conjuntas das ESAs para a Comissão Europeia,

⁵⁶ InsurTech: insurance technology; tecnologia dos seguros; tecnoseguros.

sobre testagens de resiliência cibernética (conforme a Segurança da Informação). As ESAs também desenvolverão consultorias conjuntas para a Comissão Europeia, sobre possíveis melhorias legislativas na área de segurança cibernética e de Segurança da Informação. Ainda, a EIOPA está atualmente desenvolvendo um relatório que utiliza dados granulares do teste de resistência para seguros de 2018, com a finalidade de analisar as vulnerabilidades de empresas seguradoras com relação aos riscos cibernéticos e também aos desafios e riscos envolvendo subscrições virtuais (cibernéticas).

ANEXO I: METODOLOGIA

Em 15 de março de 2018, o Comitê Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão, ESAs, publicaram suas descobertas chaves em sua revisão intersetorial, acerca do uso de Mega Dados por instituições financeiras⁵⁷. O relatório destacou que há uma grande variedade de benefícios potenciais advindos de Mega Dados. Contudo, inúmeros riscos também foram identificados, que exigem análises em maior profundidade e vigilância de supervisões mais aprofundadas.

Neste contexto, o Conselho de Supervisores da EIOPA decidiu lançar uma revisão temática acerca do uso da Analítica de Mega Dados especificamente por parte das seguradoras. O objetivo da revisão temática foi reunir evidências empíricas adicionais sobre os benefícios e riscos provenientes de BDA nas linhas de negócios⁵⁸ de seguros de autos e de saúde. Foi decidido o enfoque nestas duas linhas de negócios a fim de se manter o exercício proporcional, e porque o potencial impacto de BDA nessas duas linhas de negócios, segundo relatado, é alto. A revisão temática foi oficialmente lançada durante os meses de junho a setembro, de 2018.

Os questionários que a EIOPA circulou com as autoridades nacionais competentes, associações de consumidores e empresas seguradoras, podem ser consultados no website⁵⁹ da EIOPA. As respostas não estão publicadas em razão da natureza comercialmente delicada, das informações reunidas. Os questionários essencialmente consistiram de uma quantidade de perguntas qualitativas e quantitativas, as quais reuniram todas as evidências necessárias a partir de tipos diferentes de fontes que permitiriam à EIOPA, confirmar até onde os riscos e benefícios de BDA foram realidade ou não, e/ou se exigiriam mais ações regulatórias e supervisórias.

Para este propósito, cada NCA foi solicitada a distribuir o questionário da indústria às companhias seguradoras, que cobriam ao menos 60% das ações de mercados, em cada um de seus respectivos mercados de seguridade de autos e de saúde. Também foram solicitadas a fornecerem dados a partir de no mínimo de duas empresas iniciantes⁶⁰ (caso existissem em suas jurisdições). Desde que tivessem mandato para supervisionar intermediários em seguros, as NCAs foram solicitadas a circularem a pesquisa entre quatro intermediários de seguros, de uma maneira ideal, combinando entidades de pequeno e maiores portes, como também as inovadoras com aquelas que contam com modelos de negócios mais tradicionais.

Uma vez que tivessem coletados os dados de suas respectivas jurisdições, foi solicitado das NCAs que enviassem as respostas com animato à EIOPA. As pesquisas da NCA e das associações de consumidores foram distribuídas e coletadas diretamente pela EIOPA. No caso das pesquisas das associações de consumidores, a EIOPA contatou o BEUC (*European Consumer Organisation – Secretariado Europeu das Uniões de Consumidores*) e *Better Finance*⁶¹ e os solicitou que distribuíssem as pesquisas a seus respectivos membros (isto é, associações de consumidores nacionais).

No total, 222 empresas do setor de seguros de 28 Estados Membros responderam ao questionário da EIOPA. Além disso, 24 NCAs e duas associações de consumidores (da Holanda e

⁶¹ “ *‘Better Finance’* é a organização não governamental de interesse público, que atua em prol de e defendendo os interesses dos cidadãos europeus como usuários dos serviços financeiros no âmbito europeu. (disponível em: <https://betterfinance.eu/>, acesso em 18/08/2020)

Portugal) enviaram uma resposta à EIOPA. Este relatório é em essência descritivo, das informações coletadas a partir desses acionistas. Também, fontes externas de informações, tais como pesquisas e estudos de entidades privadas e públicas foram utilizadas (e a elas referências foram feitas) a fim de se fornecer algumas informações contextuais acerca dos assuntos descritos nas caixas azuis (*blue boxes*). A seção de conclusões do relatório representa a visão da EIOPA.

Demais detalhes quanto às empresas que participaram na revisão temática são dadas abaixo:

Figura 34 – Visão geral das companhias de seguros participantes

Participantes Totais		
Estados Membros		28
Respostas		222
Incumbent versus start-up		
Incumbentes		170
Empresas Start-ups (ano 2010 ou posterior)		20
Ano não informado		32
Tipo de licença/autorização		
Licença de atuação em seguros		134
Licença de intermediário em seguros		50
Ambos		25
Licença/autorização não informada	não	13
Linha de negócios		
Seguros de autos		69
Seguros de saúde		35
Ambos		105
Linha de negócios não informada	não	13

Um fluxo de trabalho multidisciplinar com representantes das NCAs e da EIOPA foi criado com a finalidade de se analisar todas as informações reunidas pela revisão temática de BDA. Durante a análise das informações, o fluxo de trabalho encontrou inúmeras questões de qualidade de dados, tais como respostas incompletas ou inconsistentes. Entretanto, a maior parte das respostas enviadas foi em média, de boa qualidade, e ofereceram informações muito valiosas quanto ao impacto de BDA nos seguros de autos e de saúde.

Não é surpreendente que, a parte quantitativa da pesquisa da indústria tenha sido onde as respostas foram de menor qualidade; algumas companhias tiveram dificuldades em obterem as informações solicitadas e outras argumentaram que a pergunta não fora suficientemente granularizada para a obtenção de informações úteis. Portanto, o uso de informações quantitativas nas conclusões da revisão temática foi limitado (para demais detalhes, veja o Anexo 2).

Ainda, algumas companhias ficaram relutantes em proverem as informações quanto aos fatores classificatórios utilizados em seus modelos de precificações, sob o argumento de que essas informações eram parte da propriedade intelectual da companhia. A EIOPA havia tentado mitigar

isso, ao não requisitar a influência exata de cada um dos fatores de classificação usados nos modelos, em contrário, solicitou que as empresas os classificassem em duas amplas categorias (alta = um dos 50% dos fatores classificatórios mais influentes que utilizam; baixo = é um dos 50% dos fatores menos influentes usados).

Os resultados das análises das informações reunidas na revisão temática foram apresentados e discutidos anteriormente à Força Tarefa InsurTech, da EIOPA. A EIOPA também discutiu as descobertas com a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (*European Data Protection Supervisor*). O relatório foi, por fim, aprovado pelo Conselho de Supervisores da EIOPA.

ANEXO II: ANALISANDO O IMPACTO DE BDA NA DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS

O questionário da EIOPA, para a indústria de BDA, incluiu uma pergunta quantitativa voltada à avaliação da hipótese de precificações, entre titulares de apólices, estarem se tornando mais diferenciadas ao longo do tempo (tanto a partir de uma análise dos riscos inerentes, como também do preço final pago pelo cliente). A ideia foi encontrar evidências do uso de BDA, ao aplicar-se informações referentes ao prêmio médio e pela aplicação de desvio padrão em combinação com outros indicadores qualitativos, tais como agrupamentos de riscos (pools de riscos) ou quantidade de fatores classificatórios.

Alguns desses indicadores foram similares àqueles utilizados pelo “Observatório de Solidariedade”, desenvolvido pela Associação Holandesa de Seguros em 2017, o qual monitora o impacto de BDA, nas precificações de seguros na Holanda.⁶² Contudo, as informações reunidas pela EIOPA continham diferentes perspectivas daquelas do observatório de solidariedade holandês e solicitou-se dados às companhias de seguros, de maneira menos granularizada (em especial, a EIOPA não coletou dados quanto às “pessoas representativas”, haja vista que provavelmente não seriam comparáveis entre Estados Membros diferentes na UE).

É relevante destacar que, semelhantes à observância de solidariedade, os dados coletados pela EIOPA não revelam se a potencial diferenciação de preços é causada por BDA, ou se por algo a mais. Por exemplo, mudanças no desvio padrão podem ser afetadas pelas dinâmicas de concorrência ou pela inflação. Portanto, não é possível provar as questões de inclusão/exclusão financeira a partir desses indicadores. Apenas se todos os indicadores apontassem na mesma direção, poderiam revelar sinais (isto é, não propriamente uma prova) do impacto de BDA.

Até onde concerne a qualidade dos dados quantitativos fornecidos pelas companhias, muitas empresas tiveram que ser deixadas de fora da análise devido às questões de qualidade das informações, tal como pontos de informação ausentes ou a má interpretação das perguntas. Portanto, uma parcela das perguntas quantitativas de cerca de 70 a 120 companhias poderia ser utilizada para os seguros de autos. Para os seguros de saúde, a quantidade de pontos de informações úteis, combinados à qualidade, foram na maioria dos casos, demasiadamente baixas para uma análise apropriada. A maior parte da análise exibida abaixo é portanto, baseada na pesquisa de seguros de autos.

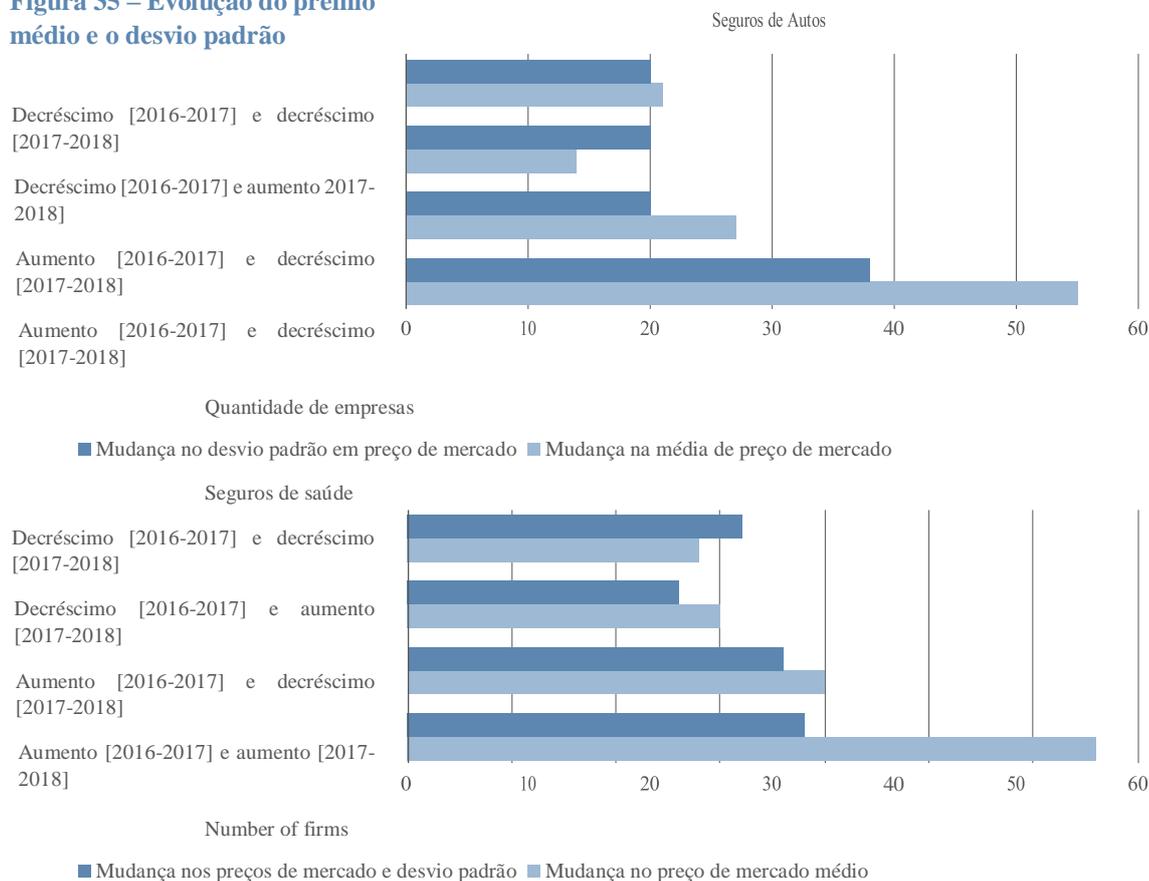
Em geral, os resultados são muito sensíveis quanto a qualidade dos dados relatados, da interpretação das companhias sobre o questionamento, de definições dos diferentes termos e qualidade da diversidade do portfólio (autos e saúde). Assim sendo, é importante tratar essa informação com muita cautela e não chegar a conclusões somente baseadas nessas informações. De fato, até mesmo com o buso de um portfólio menor ou com pessoas representativas, ainda será difícil provar que uma mudança no desvio padrão seja unicamente ocasionada por BDA.

Evolução de prêmios médios e o desvio padrão

O desvio padrão do prêmio médio mensura o alastramento entre os prêmios menor e maior (isto é, conjunto de posições de riscos menor e maior, ou clientes de menor e maior risco). A hipótese

consiste em que o desvio padrão aumentará ao longo do tempo em razão da analítica de BDA. A EIOPA coletou das companhias de seguros, os dados sobre o desvio padrão nas linhas de negócios de seguros de autos e de saúde, referentes aos anos 2016, 2017 e 2018. Os resultados são mostrados no gráfico abaixo.

Figura 35 – Evolução do prêmio médio e o desvio padrão



Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

Há mais empresas que não mostram um aumento no desvio padrão em ambos os anos consecutivos, que empresas que mostram aumento em ambos os anos. No entanto, nos seguros de autos, é muito significativo o grupo de empresas que tiveram a experiência de aumento no desvio padrão em anos consecutivos. Baseando-se nessas informações e levando em consideração que outros fatores tais como inflação ou dinâmicas de concorrência também podem afetar a evolução do desvio padrão, não é possível concluir que um aumento em desvio padrão seja derivado de BDA.

Quantidade de fatores de classificação, *pools* de risco (conjuntos de posições de riscos) e mudança em desvio padrão nos seguros de autos

A hipótese consiste em um aumento na quantidade de conjuntos de posições de risco e fatores classificatórios conduzirem a um aumento no desvio padrão. A seguinte análise é realizada com a combinação de informações quantitativas, sobre desvio padrão com informações qualitativas, fornecidas por companhias, com relação à evolução da quantidade de *pools* de riscos e classificações ao longo dos últimos três anos.

Poderia-se argumentar que um aumento na quantidade de fatores classificatórios também causaria um aumento na quantidade de *pools* de risco. Desse modo, foi esperado notar-se que um aumento na quantidade de fatores classificatórios deveria ter ao menos um aumento na quantidade de conjuntos de posições de riscos. Por exemplo, se uma empresa tem apenas 3 fatores de resposta sim/não, a quantidade de *pools* de risco é $2 \times 2 \times 2 = 8$, caso a quantidade de fatores de classificação aumente para 4, a quantidade de *pools* de riscos dobra para $2 \times 2 \times 2 \times 2 = 16$.

Na tabela abaixo, encontra-se uma visão geral da quantidade de companhias e suas respostas. Algumas empresas relataram um aumento no número de fatores de classificação, porém reportaram “sem mudanças” no número de *pools* de risco (nove empresas), ou até mesmo uma redução no número de *pools* de risco (três empresas). Esse resultado não está em acordo com aquilo que esperávamos encontrar. Portanto, é relevante não chegar a quaisquer conclusões advindas dos dados.

Figura 36 – Relação entre pools de risco e fatores de classificação

Figure 36 – Relationship between risk-pools and rating factors

Change in risk-pools	Change in rating-factors		
	Less	No-change	More
Less	2	1	3
No-change	1	21	9
More	1	11	32

Source: EIOPA BDA thematic review

Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

A mudança na quantidade de *pools* de risco (conjuntos de posições de risco) com a mudança no desvio padrão também foi comparada. Teoricamente, um aumento na quantidade de *pools* de risco aumentará o desvio padrão do “preço de mercado” de novas apólices de seguros de autos. As mudanças potenciais foram aglomeradas em três amplas categorias: decréscimo, sem mudanças e aumento, no número de *pools* de risco ou de fatores classificatórios. A análise é exibida na Figura 37.

Figura 37 – Relação entre a quantidade de pools de risco e o desvio padrão

Figure 37 – Relationship between number of risk pools and standard deviation

Change in number of risk pools	Number of firms	Average change	Lowest value in the data	Highest value in the data	Standard deviation
Decrease	5	1.1%	-26.4%	35.9%	23.2%
Increase	46	6.4%	-56.5%	68.9%	19.9%
No change	40	1.8%	-100.0%	68.8%	23.1%

Source: EIOPA BDA thematic review

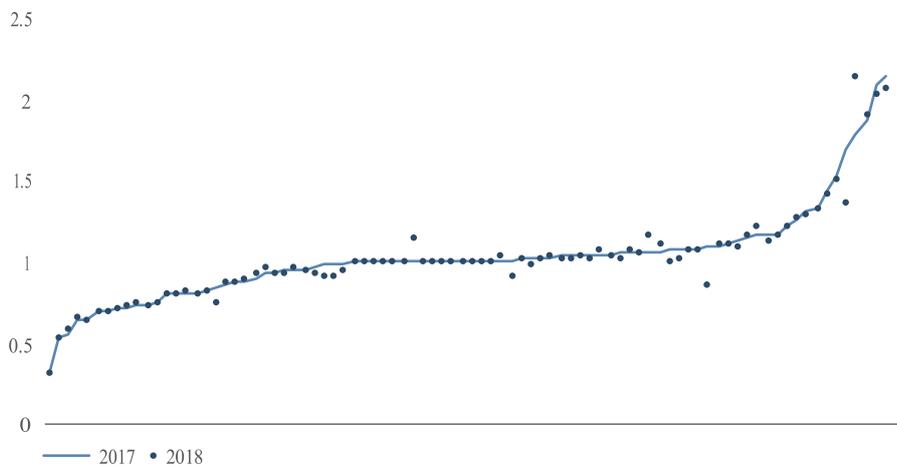
No total, 46 empresas relataram um aumento na quantidade de *pools* de risco e a mudança média no desvio padrão foi de 6.4%. Assim sendo, poderia-se potencialmente afirmar que um aumento na quantidade de *pools* de risco conduz a um aumento no desvio padrão (e vice versa). No entanto, os dados são muito divergentes e mostram uma alta variabilidade. Também, a mudança

média é altamente contingente a um valor de crescimento anual individual alto ou baixo. Outrossim, quando o mesmo exercício foi realizado com “preço técnico” ao invés do “preço de mercado” os resultados foram muito diferentes.

A relação entre os preços técnicos e de mercado, para os seguros de autos

Teoricamente, poderia-se presumir que o preço de mercado seria mais alto que o preço técnico, que diferentemente, uma empresa venderia apólices e serviços de seguros com uma perda esperada. Os dados relatados demonstram outro cenário. Na figura abaixo, foi feita a plotagem de distribuições de frequências de 85 empresas, comparando-se os preços de mercado e técnico (taxa – “ratio”) das novas apólices e serviços de seguros vendidos em 2017 (linha azul), com a mesma taxa em 2018 (pontilhados pretos).

Figura 38 – Taxas de preços técnicos vs. preços de mercado



Fonte: Revisão temática de BDA, EIOPA

A Figura de número 38 mostra que há muitas empresas de seguros com um preço técnico (muito) maior que o preço de mercado. Houve 34 empresas com uma taxa abaixo de 100% (preço de mercado excede o preço técnico), 14 empresas que não contém uma diferença e contém o mesmo preço para ambos; e 38 empresas com a taxa acima de 100% [preço de mercado está abaixo do preço técnico].

A mudança na taxa, de ano a ano, não aponta em uma direção nem demonstra uma tendência (veja tabela abaixo), 39 companhias mostram um decréscimo na taxa e 30 companhias demonstram um aumento na taxa. Estatisticamente, não é possível comprovar algo quando os dados não demonstram uma direção ou padrão em particular. A mesma análise baseada nos preços de mercado e técnico do total de serviços e seguros (isto é, não somente novas apólices ou os novos serviços de seguros) mostraram os mesmos resultados exíguos.

ANEXO III: QUADRO REGULAMENTAR PARA BDA

Legislação transsetorial

Os relatórios conjuntos da ESAs quanto ao uso de Mega Dados por parte de instituições financeiras fornecem uma visão geral abrangente do quadro legislativo intersetorial na área de BDA.⁶³ Isto inclui:

- › Regulamento Geral de Proteção de Dados – *General Data Protection Regulation* (GDPR),
- › Diretiva de Segurança das Redes e da Informação – *Network and Information Systems Directive* (NIS),⁶⁴
- › Diretivas de comercialização à distância de serviços financeiros – *Directive on Distance Marketing of Financial Services*⁶⁵
- › Regulamentação da estrutura orientada ao livre fluxo de informações não pessoais na União Europeia,⁶⁶
- › A iminente Diretiva de Privacidade Eletrônica – *E-Privacy Directive*,⁶⁷ ou
- › Diretivas contra práticas comerciais desleais – *Unfair Commercial Practices Directive* (UCPD).⁶⁸

Também são relevantes neste contexto: A Diretiva do Conselho 2004/113/EC, relativa ao tratamento igualitário entre homens e mulheres, para o acesso e fornecimento de bens e serviços⁶⁹ e a Regulamentação para um quadro regulamentar recentemente publicada para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia⁷⁰.

Não é o propósito desta revisão temática repetir a análise regulatória já inclusa nos relatórios das ESAs Conjuntas; portanto, esta seção tem como enfoque analisar algumas das provisões chaves da GDPR, que entre as empresas seguradoras, foi mencionado quando foram questionadas como o GDPR os auxiliaria para abordar alguns dos desafios advindos de BDA. De fato, os diretores nas diversas empresas de seguros acreditam que a qualidade/exatidão das informações, equidade de forma justa e considerações éticas já eram relevantes perante a legislação de privacidade anterior, que todavia, a GDPR os possibilitou a aumentarem seus processos de governança de dados e a transparência *vis-à-vis* com os clientes.

A respeito disso, diversas empresas de seguros fizeram referências aos princípios relativos ao processamento de dados pessoais incluídos no Artigo 5(1) da GDPR. Esse artigo inclui princípios muito importantes, tais como o princípio de limitação da finalidade, que exige que as empresas tenham e que também informem aos indivíduos as finalidades específicas de processamentos de dados, e que assegurem, que qualquer posterior processamento esteja compatível com a finalidade original. As companhias também apenas coletam e processam os dados pessoais que sejam necessários para cumprirem aquela finalidade (princípio de minimização de dados).⁷¹

O Artigo 5(1) da GDPR também abrange o princípio de integridade e de confidencialidade: as companhias devem instalar proteções técnicas e organizacionais para garantirem a segurança dos dados pessoais. Outrossim, as companhias também devem assegurar que os dados pessoais estejam armazenados por um período de tempo não maior que o necessário, para as finalidades às quais foram coletadas (princípio de limitação de armazenamento) e assegurar que os dados pessoais utilizados estejam exatos e atualizados (princípio de exatidão dos dados).

Também, as empresas devem sempre tratar os clientes com honesta equidade e com transparência, quando processarem seus dados (princípio de equidade e transparência) e devem ser responsáveis por e serem capazes de refletirem dentro da conformidade com os princípios citados acima (princípio de responsabilidade final). Ademais, as empresas devem ter em vigência as medidas de governança adequadas que assegurem a proteção do direito de privacidade do cliente, desde o início do processamento (princípio de proteção de dados desde a concepção e por padrão: *principle of data protection by design and by default*). N. T.: “*principle of privacy by design and by default*”, está definida pela plataforma IATE desta forma: “princípio da privacidade de raiz e predefinida”

Até onde compete a justa equidade nos processamentos de dados pessoais, as empresas de explicaram que os clientes geralmente dão consentimento (Artigo 6 (1)(a) GDPR) para o processamento de seus dados pessoais quando aceitam os termos e condições de suas apólices de seguros e/ou via avisos de privacidade exclusivos. No entanto, algumas companhias observaram que, exceto na obtenção de consentimento do cliente, tipicamente usam a maioria dos seis fundamentos legais reconhecidos perante o Artigo 6 da GDPR. Este seria o caso, por exemplo, na finalidade de se manter conformidade com obrigações legais; tais como aquelas advindas da Solvência II, ou a obrigação de se saldar acionamentos a seguros durante o período do contrato de seguridade. As companhias também podem processar dados pessoais com propósitos legítimos, por exemplo, em caso de prevenção contra fraudes.

As seguradoras entenderam que a GDPR já incluiu exigências relevantes pertinentes à transparência no processamento de dados pessoais (ex.: Artigos 13 e 14 GDPR).⁷² As empresas explicaram como os clientes são informados prontamente, apropriada e transparentemente, desde seu contato inicial com a empresa, acerca de como seus dados pessoais são processados, incluindo tanto dados a partir de fontes internas, quanto externas. Isso também incluía a exigência de informá-los quanto a existência de processos de tomadas de decisão (ex.: BDA), assim como a exigência de fornecê-los informações significativas acerca da lógica envolvida, como também o significado e consequências pretendidas de tais processamentos.

Ainda, as empresas explicaram que a GDPR reconheceu que os clientes possuem inúmeros direitos relevantes no contexto de BDA, inclusive o direito ao acesso a seus dados, a fim de verificarem a exatidão dos dados e a justa equidade do processamento (Artigo 15 GDPR). Os clientes também podem solicitar modificações (Artigo 16 da GDPR) ou até mesmo fazer objeção às tomadas de decisões automatizadas em algumas circunstâncias (Artigo 18 GDPR). Conforme o Artigo 22 da GDPR, os clientes também deverão ser capazes de (i) solicitarem às instituições financeiras que uma pessoa intervenha no trabalho voltado aos perfis, (ii) expressarem seus pontos de vista e (iii) contestarem uma decisão baseada em perfis.

Ademais, diversas companhias de seguros destacaram a importância das exigências de se nomear um encarregado da proteção de dados exclusivo – *Data Protection Officer* (Artigo 37 GDPR) e a importância da exigência de se desenvolver uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados (DPIA: *Data Protection Impact Assessment*) (Artigo 35 GDPR); a DPIA é o processo que avalia o impacto sobre os direitos e liberdades de indivíduos, antes do lançamento de atividades de

processamentos de quaisquer novos dados. DPIAs examinam questões relativas à exatidão dos dados, tanto em termos de novos dados recebidos, a forma como os dados são combinados a algum registro pré-existente do cliente, quanto em termos de poderem garantir que os resultados também sejam exatos.⁷³

É de relevância, também, fazer menção ao fato de que o Artigo 9 da GDPR acrescenta algumas restrições concernentes ao processamento de categorias pessoais de dados. Essas restrições estão de acordo com o Artigo 21 (1) da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia⁷⁴, a qual estabelece que “qualquer discriminação baseada em qualquer cunho de gênero, raça, tom de pele, origem étnica ou social, características genéticas, idioma, religião ou crença, opiniões políticas ou qualquer outra, inclusão em minoria nacional, propriedades, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual são efetivamente proibidas”. Conforme o Artigo 21 (2), discriminação com fundamentação na nacionalidade também é efetivamente proibida.

Não menos relevante, o Artigo 5 (2) da Diretiva Contra Práticas Comerciais Desleais, define práticas comerciais desleais como aquelas que estejam contrárias às exigências da diligência profissional e que provavelmente causarão distorção no comportamento econômico de um consumidor comum (consumidor médio, na UE). Além disso, o Artigo 5 (3) da mesma Diretiva especifica que considerações especiais devam ser conferidas aos consumidores vulneráveis.

Legislação de seguros

No âmbito internacional, os Princípios Básicos de Seguros (ICP – *Insurance Core Principles*) desenvolvidos pela Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS – *International Association of Insurance Supervisors*) contém provisões relevantes. Em especial, o ICP 19 afirma que supervisores em seguridade devam garantir que “companhias de seguros e intermediários, em suas condutas na empresa de seguridade tratem seus clientes de formas justas e equitativas, tanto previamente à entrada em contrato, quanto em prosseguimento, até o momento no qual todas as obrigações perante o contrato sejam cumpridas”.

No âmbito europeu, o Artigo 41 da Diretiva de Solvência II requer que todas as companhias de seguros e re-seguros, “tenham em vigência um sistema de governança eficaz que promova a administração favorável e prudente do negócio”. Os Artigos 38 e 49 da Diretiva de Solvência II também define as exigências referentes ao *outsourcing* (contratação externa), de funções e atividades (ex.: colaboração com provedores de dados).

Ainda, o Artigo 19 do Regulamento Delegado (UE) 2015/35⁷⁵ que contém a implementação de regras para Solvência II, estabelece detalhadas exigências de exatidão/qualidade de dados, porém apenas em relação aos dados utilizados nos cálculos das provisões técnicas.

As exigências contidas na Governança e Monitorização de Produtos (adaptado⁷⁶ da UE: *Product Oversight And Governance – POG*), ante a Diretiva de Distribuição de Seguros (IDD)⁷⁷ também são relevantes (por ex.: a identificação do mercado alvo). Por fim, também é importante

⁷³ Article 29 Working has provided further guidance on how to develop a DPIA, which does not necessarily include an anti-discrimination nor compliance with the principle of fair treatment assessment: https://ec.europa.eu/newsroom/article29/item-detail.cfm?item_id=611236

⁷⁴ A carta, com título original: Charter of Fundamental Rights of the European Union

ressaltar que o Artigo 17 (1) da Diretiva IDD exige dos distribuidores de seguros, que atuem honestamente, de forma justa e equitativamente de acordo com os melhores interesses de seus clientes.

Provisões relevantes também podem ser encontradas na legislação nacional de seguridade; por exemplo, na França, a Lei *Evin* especifica quais dados podem ou não podem ser empregados por negociações de seguros de saúde. Além disso, a Bélgica aprovou uma lei, em abril de 2014, na qual as empresas autantes em seguridade devem publicar os critérios de segmentação, para 6 (seis) tipos de contratos de seguros.

ANEXO IV: COMO AS GRANDES EMPRESAS TECNOLÓGICAS PODERIAM INSERIR-SE NO MERCADO SEGURADOR

Uma das questões no questionário à indústria indagou aos integrantes nas seguradoras, até que ponto essas vêm as grandes empresas tecnológicas (*Big Tech Firms*) inserindo-se no mercado de seguros, nos próximos três anos, e como isso poderia impactar seus processos de BDA. A maioria das empresas que responderam afirmaram que vêm observando um crescente interesse das grandes empresas tecnológicas, em entrarem no mercado de seguros, embora houve visões divergentes quanto a hipótese de efetivamente ingressarem, em momento futuro, de qual forma e quando.

As consultadas, que responderam, reconhecem que grandes empresas tecnológicas (*Big Tech Firms*) possuem cartas de clientes distintas e expressivamente grandes, e acesso a grandes quantidades de diferentes tipos de dados, que não estão disponíveis a companhias de seguros tradicionais; elas podem equilibrar dados coletados a partir de diversas fontes e diferentes tipos de mercados. Caso as *Big Techs* (grandes empresas de tecnologias) decidam inserir-se no mercado de seguridade, segundo opiniões em muitas companhias de seguros, isso aconteceria na forma de intermediários/corretores/*websites* de comparações de preços; pois entendem também que as empresas *Big Techs* poderiam romper a distribuição de produtos de seguros, por venderem produtos de seguros em todas as suas plataformas.⁷⁸

Neste cenário, as grandes empresas tecnológicas (*Big Techs*) obteriam uma licença de distribuição de seguros e então colaborariam com as companhias de seguros, que por sua vez, dariam enfoque nas atividades reguladas de tomadas de risco. Os argumentos nas empresas de seguros consultadas é que grandes plataformas com grande poder de barganha poderiam potencialmente empenhar-se em orquestração e em práticas de filtragens (práticas de *gatekeeping*); ex.: definindo as “regras do jogo” ao favorecerem alguns produtos, dentro dos critérios de nivelamentos (*ranking*) de suas plataformas, ou ao controlarem as entidades/órgãos que possam vender produtos por meio de suas plataformas.

Além disso, se as empresas *Big Tech* se tornarem cada vez mais ativas na distribuição de apólices e serviços de seguros, em algumas companhias de seguros, há o entendimento de que por fim chegariam a ter menor contato com os clientes, e portanto, menos acesso aos dados comportamentais chaves de clientes. Isso então afetaria seus próprios processos de BDA, haja vista que essas informações são comumente utilizadas para apoio nas operações de seguridade em diferentes processos, por toda a cadeia de valores de seguros.

Outro grupo de companhias entrevistadas considera que as empresas *Big Tech* poderiam tentar manipular os dados mais vastos, que já possuem, sobre os comportamentos de seus clientes (ex.: hábitos de compras, buscas na *Web*, dados da saúde de cada um, etc.) a fim de preverem acionamentos futuros e portanto, entrarem no mercado com uma licença de atuação em seguros. Mais especialmente, algumas das empresas entrevistadas têm o entendimento de que as empresas *Big Tech* mais provavelmente farão isso, no prímimo momento, no setor de seguros de saúde. Outras companhias de seguros demonstram a percepção de que as grandes empresas tecnológicas poderiam dar ênfase em nichos e em produtos de finalidades especiais, tais como a Internet das Coisas (IoT) ou produtos baseados em *Blockchain*⁷⁹.

⁷⁹ Definição no dicionário online Collins: Blockchain é um sistema para armazenamento de registros de transações com o uso de moedas digitais, que podem ser acessadas por computadores conectados.

Em opinião contrária, algumas pessoas dentre as empresas entrevistadas, afirmaram que têm pouca expectativa de que as Grandes Empresas de Tecnologia entrem no mercado de seguridade. Há o sentimento de que as empresas *Big Tech* geralmente tendem a evitar mercados altamente regulados porque a questão de transparência para como os regulamentadores é alta demais. Além disso, as altas incidências de fragmentação e de complexidade do quadro regulamentar de seguros europeu e nacional, poderiam ser vistas como outro enorme obstáculo. Ainda, a ausência de dados históricos de acionamentos, também poderia impedi-los de entrarem no mercado de seguros, embora algumas empresas entrevistadas tenham o argumento de que elas poderiam dirimir essa lacuna via fusões corporativas e via aquisições de companhias de seguros já estabelecidas.

É interessante, que, na consulta a uma empresa de seguros, foi observado que as Grandes Empresas Tecnológicas não entrarão no mercado de seguros porque seus negócios são integralmente “dados” e não “seguros”. Argumentam que embora as grandes empresas tecnológicas tenham acesso a conjuntos de dados relevantes e expertise tecnológica excepcional, não têm conhecimento em seguridade. Portanto, algumas pessoas dentre as empresas de seguros consideram que as *Big Techs*, em contrário, darão ênfase no provimento de dados e de soluções tecnológicas (ex.: computação em nuvem, tecnologias de IA/ML, publicidade) para as companhias de seguros, na modalidade *B2B* - transações empresas-empresas⁸⁰.

⁸⁰ Original na plataforma IATE – EU: business-to-business

ANEXO V: GLOSSÁRIO

Os termos que seguem foram utilizados com a finalidade de se apresentar a revisão temática, levando em consideração o trabalho das instituições internacionais, tais como o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS – *Bank of International Settlements*). A EIOPA reconhece que não há uma única definição para estes termos e/ou que estão constantemente evoluindo. Portanto, a EIOPA poderia utilizar uma terminologia diferente em algum trabalho futuro nesta área.

Inteligência Artificial (Artificial intelligence)	Sistemas de Tecnologia da Informação que executam funções usualmente realizadas por atuação humana. A IA pode fazer perguntas, descobrir e testar hipóteses e tomar decisões automaticamente, baseando-se em analítica avançada e operando sobre conjuntos de dados extensos. A Aprendizagem por Máquina (veja abaixo) é uma subcategoria de IA.*
Redes Neurais/Neurais Artificiais (Artificial Neural Networks) (ANNs)	Redes Neurais Artificiais (ANNs) são um tipo de algoritmo de aprendizagem por máquina que são geralmente representados de forma similar ao cérebro humano; elas operam com uma camada de entradas, uma ou mais camadas ocultas não definidas e uma camada de resultados. Conforme o que se conhece por ser uma “rede <i>feedforward</i> ⁸¹ ”, as informações fluem desde a camada de entradas, perpassam a camada oculta até a camada de resultados (para mais informações, por favor vá ao ponto 2.2.1)
Analítica de Mega Dados (Big Data Analytics) (BDA)	Grandes volumes de dados que podem ser gerados, processados e cada vez mais empregados por ferramentas digitais e por sistemas de informação, para realizarem análise de previsões, descritivas e prescritivas. Esta capacidade é efetivamente ativada pela crescente disponibilidade de dados estruturados, pela capacidade de se processar dados não estruturados, pela crescente capacidade de armazenamento e avanços em desempenho computacional.
Analítica Descritiva (Descriptive analytics)	O uso de agregação de dados e mineração de dados para se fornecer descobertas novas de eventos passados e responder àquilo que já tenha ocorrido.
Seguro de Saúde (Health insurance)	“(29) Obrigações dos seguros de saúde, em que o negócio inerente é cumprido da mesma maneira técnica que o seguro de vida, ao invés de anuidades provenientes de contratos de seguros não-vida e relacionados às obrigatoriedades de seguros de saúde. **
Internet das Coisas (Internet of Things) (IoT)	Consiste em interconexões de dispositivos de telemática, veículos, edifícios e outros itens embarcados com eletrônica, <i>software</i> , sensores, acionadores vestíveis (<i>wearables</i>) e conectividade de rede que permitem a esses objetos (a) coletar e trocarem dados e (b) enviar, receber e executar comandos.
Produtos de seguros Baseados em IoT (IoT-based insurance products)	Produtos de seguros baseados em dispositivos de sensores IoT que mensuram o comportamento do cliente e o ambiente, para realizarem avaliações de risco e para definição de recompensas com descontos em preços. Por exemplo, esse seria o caso de produtos de seguros de autos: “Pague-Conforme-Dirige” e “Pague-Como-Dirige” ou nos seguros de saúde: “Pague-Confome-Você-Atua-e-Vive”. Na sequência, em inglês: <i>Pay-As-You-Drive</i> (PAYD); <i>Pay-How-You-Drive</i> (PHYD) ou <i>Pay-As-You-Live</i> (PAYL).
Aprendizado⁸²/Aprendizagem por Máquina (Machine learning)	ML – Aprendizagem/Aprendizado por máquina consiste na capacidade dos computadores aprenderem a partir de dados, via algoritmos apropriados. Isso permite que eles construam um modelo de seu mundo e melhor solucionem suas tarefas projetadas. Abordagens como ML podem ser caracterizadas pelas dimensões da tarefa (diferenciando-se principalmente entre classificação, regressão e <i>clustering</i> – agrupamentos), pelos conjuntos de dados (abordagens especiais que existem, por exemplo, para para texto, linguagem e dados de imagens) e caracterizados pelos algoritmos (como o problema é solucionado tecnicamente) . †

⁸¹ Feedforward neural network: rede de neurônios de alimentação de avanço (disponível na plataforma IATE – UE).

⁸² Esta tradução adotou variadamente duas alternativas, pois a plataforma IATE – EU tem em registro “aprendizagem por máquina”, já uma corporação (IBM - International Business Machines) líder em mercado utiliza “aprendizado por máquina” Fonte da IBM: **Machine Learning**: <https://www.ibm.com/br-pt/analytics/machine-learning>

Seguro de Auto (Motor insurance)	“(4) Obrigações em seguros que abrangem todas as responsabilidades advindas do uso de veículos motorizados, que operem sobre a terra (inclusive responsabilidades de transportadoras) e obrigações de seguros que abrangem todos os danos ou perdas de veículos terrestres (incluindo material circulante). [†] ”
Novos Serviços Seguros/Novas Apólices Período (New policies in period)	de Novos serviços/Novas apólices de seguros concluídos em um dado período, sem se levar em consideração apólices renovadas.
Dados Não Pessoais (Non-personal data)	Quaiquer tipos de dados que não sejam informações pessoais.
Dados Pessoais (Personal data)	Dados pessoais significam quaisquer informações relativas a ou identificadas a uma pessoa física; uma pessoa física identificável é alguém que possa ser identificado, direta ou indiretamente, particularmente por referência de um nome, algum registro de número(s), dados de localização identificadora <i>online</i> , ou por um ou mais fatores específicos de identidade física, psicológica, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de um ser humano. ^{††}
Análise de Previsões (Predictive analysis)	Realizar previsões futuras por meio do estudo de dados recentes e de histórico.
Análítica Prescritiva (Prescriptive analytics)	O uso de agregação de dados e mineiração de dados, para fornecer recomendações de uma ou mais vias de ação e exibindo o resultado provável de cada decisão.
Otimização de Preços (Price optimization)	Ajustes ao preço técnico para criar um preço de praça, com o uso de fatores que não estejam relacionados aos riscos de perdas (incluindo os adicionais de custos discricionários, tais como taxas, cobranças e comissões).
Precificação, ou Práticas de precificação (Pricing or pricing practices)	O método de se estabelecer o preço. Isso inclui definir o preço técnico e realizar quaisquer ajustes de otimização, inclusive os adicionais de custos discricionários, tais como taxas, cobranças e comissões, a fim de se determinar o preços de praça/preço de mercado.
Fator Classificatório (Rating factor)	Qualquer fator que esteja envolvido no processo de precificação de uma apólice de seguros e que influencie o prêmio pago pelo consumidor.
Aconselhamento Automatizado (Robo-advisors)	O fenômeno em que algum aconselhamento ou orientação seja prestada aos clientes com ou nenhuma intervenção humana, e que os provedores tenham como apoio e confiança, em contraste à atuação humana, algoritmos baseados em computação e/ou em árvores de decisões.
Preço de Mercado/Rua (Street price)	O preço real ou final, pago pelo cliente.
Preço Técnico (Technical price)	Precificação com o uso de fatores de classificação atuariais ⁸³ , tais como custos de acionamentos esperados, comissões, quantias de lucro e custo de capital.
Serviços de seguros/apólices totais ao término do período (Total policies at the end of period)	Quantidade de apólices ao final de um período, incluindo ambas novas apólices e apólices renovadas.
Assistente Virtual/Chatbot (Virtual assistant / Chatbot)	Um programa de computador que simula conversas humanas, por meio de comandos ou falas em texto, ou por meio de ambos. Os <i>Chatbots</i> (<i>software</i> para diálogos) tipicamente são embutidos em aplicações de <i>software</i> de mensagens.

⁸³ Atuária [Fem. de *atuário*².] Substantivo feminino. 1. Parte da estatística que investiga problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros numa coletividade

ANEXO VI: LISTA DE ACRÔNIMOS

AI	<i>Artificial Intelligence</i> – Inteligência Artificial
ANNs	<i>Artificial Neural Networks</i> – Redes Neurais/Neurais Artificiais
BDA	<i>Big Data Analytics</i> – Análise de Mega Dados
BIS	<i>Bank of International Settlements</i> – Banco de Pagamentos Internacionais
CRM	<i>Customer Relationship Management systems</i> – Sistemas de Gerenciamentos de Relacionamentos com o Consumidor
CUI	<i>Customer User Interfaces</i> – Interfaces de Usuário Cliente
DPIA	<i>Data Protection Impact Assessments</i> – Avaliação de Impacto Sobre a Proteção de Dados
DPO	<i>Data Protection Officer</i> – Oficial Encarregado da Proteção de Dados
EBA	<i>European Banking Authority</i> – Autoridade Bancária Europeia
EEA	<i>European Economic Area</i> – Espaço Econômico Europeu
EIOPA	<i>European Insurance and Occupational Pensions Authority</i> – Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma
ESAs	<i>European Supervisory Authorities</i> (EBA, ESMA and EIOPA) – Autoridades Europeias de Supervisão (EBA, ESMA e EIOPA)
ESMA	<i>European Securities and Markets Authority</i> – Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados
FNOL	<i>First Notice of Loss</i> – Primeira Notificação de Perdas
GDPR	<i>General Data Protection Regulation</i> – Regulamento Geral de Proteção de Dados
GLM	<i>Generalised Linear Models</i> – Modelos Lineares Generalizados
GWP	<i>Gross Written Premiums</i> – Prêmios Brutos Emitidos
IaaS	<i>Infrastructure as a Service</i> – Infraestrutura como Serviço
IAIS	<i>International Association of Insurance Supervisors</i> – Associação Internacional de Supervisores de Seguros
ICP	<i>Insurance Core Principles</i> – Princípios Básicos de Seguros
IDD	<i>Insurance Distribution Directive</i> – Diretiva de Distribuição de Seguros
IoT	<i>Internet of Things</i> – Internet das Coisas
IVR	<i>Interactive Voice Response</i> – Resposta Interativa por Voz
JC	<i>Joint Committee of the ESAs</i> – Comitê Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão
ML	<i>Machine Learning</i> – Aprendizagem por Máquina / Aprendizado por Máquina (vide Nota 50)
MTPL	<i>Motor Third-Party Liability Insurance</i> – Seguro de Responsabilidades de Terceiros para Autos
NAIC	<i>National Association of Insurance Commissioners</i> – Associação Nacional dos Comissários de Seguros
NCA	<i>National Competent Authority</i> – Autoridade Competente Nacional
NLP	<i>Natural Language Processing</i> – Processamento de Linguagem Natural
OBD	<i>On Board Device</i> – Dispositivo Incorporado (acoplado)
OCR	<i>Optical Character Recognition</i> – Reconhecimento Óptico de Caracteres
PaaS	<i>Platform as a Service</i> – Plataforma como Serviço

PAYD	<i>Pay-As-You-Drive</i> – Pague-Conforme-Dirige
PAYL	<i>Pay-As-You-Live</i> – Pague-Confome-Você-Atua-E-Vive
PHYD	<i>Pay-How-You Drive</i> – Pague-Como-Dirige
RPA	<i>Robotic Process Automation</i> – Automação Robótica de Processos
SaaS	<i>Software as a Service</i> – Software Como Serviço
UBI	<i>Usage-based insurance</i> – Seguro Baseado No Uso

PARA ENTRAR EM CONTATO COM A UE – União Europeia

Presencialmente:

Em toda a União Europeia, há centenas de Centros de Informação *Europe Direct* (“Centros de Informações Diretas na Europa”). Pode-se localizar o endereço do centro mais próximo via: https://europa.eu/european-union/contact_en

Por telefone ou por email:

Europe Direct é um serviço que responde suas perguntas acerca da União Europeia. Pode-se contactar este serviço:

- pelo número de telephone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (algumas operadoras telefônicas podem cobrar taxas para essas chamadas),
- via o número padrão: +32 22999696, ou
- por email, via: https://europa.eu/european-union/contact_en

PARA ENCONTRAR INFORMAÇÕES SOBRE A UE:

Online

Informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais da UE estão disponíveis no *website* da Europa em: https://europa.eu/european-union/index_en

Publicações da UE

Pode-se transferir por download ou realizar-se pedidos gratuitamente e outros com cobrança, das publicações da UE, via: <https://publications.europa.eu/en/publications>. Múltiplas cópias das publicações gratuitas podem ser obtidas entrando em contato com *Europe Direct*, ou via seu Centro de Informações local (veja https://europa.eu/european-union/contact_en).

Legislação da UE e documentos relacionados

Para obter acesso a informações jurídicas da UE, incluindo toda a legislação da UE desde 1952 em todas as versões para todas as línguas oficiais, vá para o portal EUR-Lex em: <http://eur-lex.europa.eu>

Dados abertos da UE

O portal de Dados Abertos da UE (<http://data.europa.eu/euodp/en>), em inglês: *EU Open Data Portal* fornece acesso a conjuntos de dados da UE. Os dados podem ser transferidos por download e reutilizados gratuitamente, tanto para fins comerciais, quanto não comerciais.

Lista de Tabelas

(Seções da pesquisa teórica e discussões)

Tabela 1 – Documentos	41
Tabela 2 – Especialidades	41
Tabela 3 – Equivalência vs. Adequação	51
Tabela 4 – Germanic & Latinate Equivalents in the English Language	78
Tabela 5 – Extraído de: Translation Bureau (plataforma canadense, <i>online</i>)	84
Tabela 6 – Comparativos	101
Tabela 7 – Resultados da plataforma IATE	112
Tabela 8 – Dificuldades com sintaxes ou níveis de linguagem	115
Tabela 9 – Anexo 3: Unid. De tradução de documento: New EU-Mercosur trade agreement (The agreement in principle)	203
Tabela 10 – Anexo 4: Unidades de tradução extraídas do Anexo A9, de Código de Redação Interinstitucional (UE)	206
Tabela 11 – Anexo 5: Consultas ao corpus COCA por frequências de termos ou de vocabulário	209

Anexos - Documentos que contruíram para informar minhas escolhas e decisões tradutórias

Anexo 1

Portal Internacional lança glossário jurídico em três idiomas

Publicado por Supremo Tribunal Federal
há 9 anos
252 visualizações

O Portal Internacional do Supremo Tribunal Federal (STF) lançou hoje (14) um glossário jurídico em três idiomas. Elaborado em português, inglês e espanhol, o glossário busca apresentar à comunidade internacional, de maneira sistematizada e simplificada, institutos jurídicos brasileiros, com destaque para o vocabulário mais utilizado nas notícias sobre a atuação do STF.

Ao todo, 180 verbetes compõem o glossário do Portal Internacional, que levou cerca de um ano para ser elaborado e contou com a colaboração de servidores e estagiários políglotas da Assessoria de Assuntos Internacionais do STF. O trabalho incluiu pesquisa, seleção, definição, tradução, revisão e publicação dos verbetes no site. A meta da Assessoria Internacional do STF é ampliar o número de expressões publicadas, de modo a auxiliar o leitor na compreensão do conteúdo jurídico do Portal Internacional.

Canal de diálogo

Com versões em português, inglês e espanhol, o Portal busca concentrar todas as informações relativas à atuação internacional do STF, a fim de estabelecer um canal de diálogo com outros países sobre a Constituição e a corte constitucional brasileira.

Além da descrição da estrutura e das funções do STF, a página apresenta relatos das principais decisões do tribunal e reúne a jurisprudência da corte constitucional brasileira presente nos principais bancos de dados internacionais, como a Comissão de Veneza, o Global Legal International Network (GLIN), o Mercosul e a Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa. O site dá destaque especial para os projetos de cooperação em desenvolvimento pelo Tribunal e para os eventos que compõem a agenda internacional do STF.

O usuário pode ainda se manter atualizado com o Clipping internacional, que traz informações publicadas nos principais jornais do mundo sobre constitucionalismo e supremas cortes. Também é possível acompanhar o desenvolvimento da jurisprudência dos países membros e associados do Mercosul, por meio do informe MercoJur. Por fim, com a nova seção de Glossário, o público estrangeiro pode ter acesso à definição de institutos jurídicos nacionais. Lançado em setembro de 2010, o Portal Internacional obteve no último ano mais de 44 mil visitas, oriundas de todas as regiões do planeta. De acordo com o *Google Analytics*, dentre os 134 países que visitaram o Portal Internacional em 2011, os que mais buscam conhecer a Suprema Corte brasileira são, pela ordem, Estados Unidos, Argentina, México, Chile, Colômbia, Espanha, Peru, Portugal e Itália. Entre os países de língua portuguesa, destacam-se Moçambique e Angola.

Portal Internacional do STF no Twitter: http://twitter.com/stf_intl.

Com informações da Assessoria Internacional do STF.

Fonte: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/3054141/portal-internacional-lanca-glossario-juridico-em-tres-idiomas>

(acessado em: 25/10/2020)

Anexo 2

Notícias STF

Quarta-feira, 14 de março de 2012

Portal Internacional lança glossário jurídico em três idiomas

O Portal Internacional do Supremo Tribunal Federal (STF) lançou hoje (14) um glossário jurídico em três idiomas. Elaborado em português, inglês e espanhol, o glossário busca apresentar à comunidade internacional, de maneira sistematizada e simplificada, institutos jurídicos brasileiros, com destaque para o vocabulário mais utilizado nas notícias sobre a atuação do STF.

Ao todo, 180 verbetes compõem o glossário do Portal Internacional, que levou cerca de um ano para ser elaborado e contou com a colaboração de servidores e estagiários políglotas da Assessoria de Assuntos Internacionais do STF. O trabalho incluiu pesquisa, seleção, definição, tradução, revisão e publicação dos verbetes no site. A meta da Assessoria Internacional do STF é ampliar o número de expressões publicadas, de modo a auxiliar o leitor na compreensão do conteúdo jurídico do Portal Internacional.

Canal de diálogo

Com versões em português, inglês e espanhol, o Portal busca concentrar todas as informações relativas à atuação internacional do STF, a fim de estabelecer um canal de diálogo com outros países sobre a Constituição e a corte constitucional brasileira.

Além da descrição da estrutura e das funções do STF, a página apresenta relatos das principais decisões do tribunal e reúne a jurisprudência da corte constitucional brasileira presente nos principais bancos de dados internacionais, como a Comissão de Veneza, o Global Legal International Network (GLIN), o Mercosul e a Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa. O site dá destaque especial para os projetos de cooperação em desenvolvimento pelo Tribunal e para os eventos que compõem a agenda internacional do STF.

O usuário pode ainda se manter atualizado com o Clipping internacional, que traz informações publicadas nos principais jornais do mundo sobre constitucionalismo e supremas cortes. Também é possível acompanhar o desenvolvimento da jurisprudência dos países membros e associados do Mercosul, por meio do informe MercoJur. Por fim, com a nova seção de “Glossário”, o público estrangeiro pode ter acesso à definição de institutos jurídicos nacionais.

Lançado em setembro de 2010, o Portal Internacional obteve no último ano mais de 44 mil visitas, oriundas de todas as regiões do planeta. De acordo com o *Google Analytics*, dentre os 134 países que visitaram o Portal Internacional em 2011, os que mais buscam conhecer a Suprema Corte brasileira são, pela ordem, Estados Unidos, Argentina, México, Chile, Colômbia, Espanha, Peru, Portugal e Itália. Entre os países de língua portuguesa, destacam-se Moçambique e Angola.

Portal Internacional do STF no Twitter: http://twitter.com/stf_intl.

Com informações da Assessoria Internacional do STF.

Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202635>

(acesso em 26/10/2020)

Anexo 3

Unidades de tradução extraídas do documento:
New EU-Mercosur trade agreement
The agreement in principle
 (Brussels, 1 July 2019)

Léxico no original	Alternativas em divergências: com latinismos ou similaridades ao português	A adoção de latinismos ou uso de léxico similar excluiria:
<i>global safeguards</i>	global safeguards x global securities/guarantees	safeguards
<i>key figures</i>	key figures X key quantities	figures
<i>trade agreement</i>	trade X commerce agreement	trade
<i>trade deal</i>	trade deal X trade negotiations	deal
<i>lower (lower tariff and non-tariff trade barriers)</i>	lower X reduce	lower
<i>rules for trade</i>	rules for trade x rules for negotiations/rules for commerce	trade
<i>food safety standards</i>	safety x food security standards	safety
<i>uphold (and uphold high food safety standards)</i>	uphold X maintain safety standards	uphold
<i>Overall market access</i>	Overall X general market access	overall
<i>Mercosur will fully remove duties in key offensive sectors</i>	fully x totally remove	fully
<i>After the grace period, duties will come down at an accelerated pace to reach zero at the end of the dismantling period.</i>	grace period X extension period; come down X will be reduced	Grace period; come down
<i>The volume will be phased in in six equal annual stages</i>	phased in X will be introduced	phased in
<i>and measures with equivalent effect to ensure fair competition in trade between the EU and Mercosur.</i>	ensure X guarantee	ensure
<i>As regards Section B on Origin Procedures, this section specifies that claims for preferential tariff treatment must be based on a statement on origin by the exporter (with a transitional period of maximum 5 years for Mercosur).</i>	As regards X In relation to / with respect to Concerning	As regards
<i>There are only limited exceptions or deviations to the normal rules, which take into account the nature of Mercosur's agricultural exports to the EU (e.g. coffee, soya) and some specific requests (e.g. iron and steel sector and some plastics), which also draw on examples in earlier EU FTAs.</i>	draw on X originate in / be based on	Draw on

<i>The agreement is positive for traders from both sides as it goes further than the WTO Trade Facilitation Agreement of 2017.</i>	Traders: positive for negotiators fom both parts; from both sides x both parts	traders; sides
<i>The rules in force will be reviewed regularly to meet the needs of business and reduce red tape.</i>	red tape X bureaucracy; meet the needs X satisfy	red tape; meet the needs
<i>The rules in force will be reviewed regularly to meet the needs of business and reduce red tape.</i>	in force X in effect	in force
<i>The chapter aims to boost EU-Mercosur trade by providing enhanced rules of good governance for customs procedures.</i>	boost X reinvigorate; stimulate; enhanced X advanced	to boost; enhanced rules
<i>carefully crafted / safeguard: It is a very good result, in particular due to carefully crafted bilateral safeguard clauses, which will apply to both industrial and agricultural goods subject to preferential treatment.</i>	Carefully crafted X carefully designed/planned structures; Safeguards X securities/guarantees.	crafted; safeguards
<i>This clause is limited in time (up to 18 years from the entry into force of the agreement) and allows for the suspension of preferences during a period of up to two years, with a possible extension of another two years.</i>	another two years X two more years	another two years
<i>A provision is also included to cater for the specific circumstances of the outermost regions of the EU and it ensures that there is no risk of disrupting the markets in these regions through imports from Mercosur.</i>	to cater for X to provide for the specific circumstances; outermost X exterior regions of the EU; ensures X guarantees	to cater for; ensure
<i>As regards antimicrobial resistance, the Parties recognise the importance of tackling this global threat that knows no borders.</i>	tackle X treat/manage/address	tackle
<i>For scientific matters related to food safety, animal and plant health, the Parties will foster cooperation between their respective official scientific bodies responsible for food safety (e.g. on maximum residue levels), and animal and plant health.</i>	foster X stimulate; scientific bodies X scientific organs	foster; bodies
<i>The EU and Mercosur negotiated a progressive and forward-looking chapter on Technical Barriers to Trade (TBT), building on the obligations in the WTO TBT Agreement. The aim of the chapter is to facilitate trade by eliminating unnecessary barriers and to create the framework conditions for more convergence on technical regulations and standards in future, leading to decreased adaption costs.</i>	forward-looking X future centered	forward looking
<i>On conformity assessment, the chapter establishes general principles in a number of ways.</i>	ways/forms/manners	ways

<p><i>It will give a better deal to consumers and EU firms can access rapidly expanding and dynamic markets in services in Mercosur countries, building upon the existing €20 billion of EU exports in services to the bloc.</i></p>	<p>building upon X based on :</p>	<p>building upon</p>
<p><i>At the same time, the agreement strongly protects the Parties' 'right to regulate'. In no way does it limit the opportunity for EU Member States or for Mercosur to provide public services.</i></p>	<p>in no way X not in any form; not in any manner:</p>	<p>way</p>
<p><i>Horizontal rules applying to all trade in services include provisions to reaffirm the Parties' right to regulate. In particular, as in all EU agreements, public authorities in the EU retain full freedom to continue to regulate on matters concerning public services, at all levels of government.</i></p>	<p>freedom X liberty</p>	<p>freedom</p>
<p><i>The agreement will open markets on both sides and will provide, in the area of goods and services (including construction services), secure reciprocal legal access to government procurement markets where public procurement contracts are above specified thresholds.</i></p>	<p>on both sides X on both parts; thresholds X limits; specifications/boundaries:</p>	<p>thresholds; boundaries</p>
<p><i>The agreement also sets standards of fairness throughout the whole procurement process. These include for example high standards for the remedies available to bidding companies that feel they have been treated unfairly.</i></p>	<p>treated unfairly X treated unjustly</p>	<p>unfairly</p>
<p><i>Subsidies are a growing problem at international level and the agreement furthers this objective. The agreement's provisions on this are valuable and stipulate that subsidies may be necessary to achieve public policy objectives, but that they may also distort markets. Furthermore, it establishes a cooperation mechanism that provides for further development and joint work and exchange of information on transparency and subsidy control systems. It will thereby allow the EU and Mercosur to continue addressing this issue of mutual interest jointly as well as in the WTO.</i></p>	<p>to further X advance; promote: jointly X together</p>	<p>to further ; jointly</p>
<p><i>The rules only concern SOEs' commercial activities and only apply to the largest SOEs. This chapter does not seek to curtail opportunities for countries to provide public services.</i></p>	<p>curtail opportunities X diminish; reduce:</p>	<p>curtail</p>

Anexo 4

Unidades de tradução extraídas do Anexo A9, de Código de Redação Interinstitucional (2011; UE; p. 273)

Instituições na UE: português	Instituições na UE: inglês	Possíveis divergências
Academia Europeia de Polícia	European Police College	Termo “Academy”
Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia	Agency for the Cooperation of Energy Regulators	Cooperation for
Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes	Trans-European Transport Network Executive Agency	execution
Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores	Executive Agency for Health and Consumers	execution
Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura	Education, Audiovisual and Culture Executive Agency	Agency for ...
Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia	European Union Agency for Fundamental Rights	Agency of ...
Agência Europeia da Segurança Marítima	European Maritime Safety Agency	security
Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	European Agency for Safety and Health at Work	Workplace health
Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança	High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy	High rank/executive representative/Major representative
Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia	Translation Centre for the Bodies of the European Union	Organs of the European Union
Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças	European Centre for Disease Prevention and Control	Centre of
Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional	European Centre for the Development of Vocational Training	Professional learning
Empresa Comum Fusion for Energy	Fusion for Energy Joint Undertaking	Common enterprise
Escola Europeia de Administração	European Administrative School	
Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho	European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions	Life and work conditions
Fundo Europeu de Investimento	European Investment Fund	Fund for investment
Presidente do Conselho Europeu	President of the European Council	chairman
Provedor de Justiça Europeu	European Ombudsman	provider
Serviço Europeu de Polícia (Europol)	European Police Office	
Serviço Europeu de Seleção do Pessoal	European Personnel Selection Office	Service X office
Serviço Europeu para a Ação Externa	European External Action Service	Service for external action
Tribunal da Função Pública	Civil Service Tribunal	Civil service tribunal
Tribunal de Contas Europeu	European Court of Auditors	European Accounts Tribunal
Tribunal de Justiça da União Europeia/Tribunal de Justiça	Court of Justice of the European Union (CJEU, Luxembourg)/Court of Justice (until 30.11.2009: Court of Justice of the European Communities)	European Union Court of Justice

Outros apontamentos: possibilidades de divergências		
SIMPLES Law (<i>Integrated Tax and Contribution Payment System for Micro and Small Enterprises</i>)	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)	Small Businesses
SENAC – <i>National Service for Commercial Apprenticeship,</i>	(Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Commercial Learning
SESC (<i>Commerce’s Social Service</i>)	Serviço Social do Comércio	Social Service Office
SENAI (<i>National Service for Industrial Apprenticeship</i>)	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Industrial Learning/Industrial Training
SESI (<i>Industry’s Social Service</i>),	Serviço Social da Indústria	Industry’s Social Service Office
SENAT (<i>National Service for Transport Apprenticeship</i>)	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	Transports Training
SEST (<i>Transport’s Social Service</i>)	Serviço Social do Transporte	Social Service of Transport
SENAR (National Service for Agricultural Apprenticeship)	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Learning
SESCOOP (<i>National Service for Co-operative Apprenticeship</i>).	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	Learning/Training
<i>Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents</i>	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Municipality Council
BIS (<i>Bank for International Settlements</i>)	Banco de Pagamentos Internacionais (BPI)	International Payments Bank

Extraídos do portal do Governo Brasileiro em língua inglesa (ênfase em análises lexicais)	
<i>The President of the Republic may, by way of special laws, create, modify the structure, and extinguish ministries, secretariats and public administration organs</i>	organs bodies/entities/authorities X
<i>Only the head of the Ministry of State for Defense is restricted to native born Brazilians.</i>	Natural-born citizen of Brazil; Natural-born Brazilian. Fonte: usa.gov (U.S. Constitutional Requirements for Presidential candidates)
<i>The holders must be over the age of 21 and possess their full political rights.</i>	Wield their full political rights; Wield eligible political rights; Wield qualified political rights.
<i>In the current government, two organs fit this profile. The Government Secretariat assists the President of the Republic in political social coordination, particularly in relation to the National Congress, political parties, and in dialogue with the States, the Federal District and municipalities.</i>	Organizations; Entities; Bodies;

<i>The Secretariat is also responsible for acting in the prevention and management of institutional crises, and the formulation of policies to support micro and small businesses.</i>	Setting of policies; Devising/framing of policies.
<i>The Institutional Security Cabinet is responsible for analyzing and monitoring questions regarding potential risks for institutional stability; for coordinating federal intelligence activities, and for providing advice for military and security issues, in addition to other supporting functions for the President of the republic.</i>	intelligence tasks; intelligence undertakings; intelligence workstreams; intelligence efforts; intelligence taskworks. safety issues X security matters
<i>They are responsible for proposing guidelines, taking decisions related to the policies as well as looking after the administration of the programs.</i>	safeguarding; overlooking; overseeing; tending to; etc.
<i>the Conselho Nacional do Meio Ambiente - National Council for the Environment - (Conama) is composed of representatives from workers' organizations, civil society, employer organizations as well as those from the federal, state, and municipal governments.</i>	comprised of ; made up of

Órgãos governamentais ou funções	– apontamentos que evidenciam a questão da ausência de normatizações:
<i>The Chamber of Deputies and Senate make up the Legislative Power</i>	House of Representatives; House of Deputies; Lower House; Lower House of Deputies; Lower Chamber. Legislative Branch.
<i>The two Houses form the National Congress located in Brasília, where the senators and federal deputies work.</i>	Federal representatives; Federal congressmen/congresswomen; And Congressmen/Congresswomen work
<i>The Chamber of Deputies</i>	Vide acima, linhas 2 e 3.
<i>Federal Courts – rule on cases in which the Federal Union, autarchies (Banks, INSS, Ibama, etc.), public federal companies and foundations are involved;</i>	Public federal institutions; Public federal bodies; Public federal entities; Public federal organizations; Public federal agencies.
<i>National Institute of Social Security (INSS)</i>	Refere-se a: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Institute for Social Security
<i>Public defenders act in the following instances:</i>	Defense attorneys (USA); defence barristers (UK).

Anexo 5 – Consultas ao corpus COCA por frequências de termos ou de vocabulário

Tabela de frequências lexicais segundo COCA - *Corpus of Contemporary American English*.

45 Unidades de tradução extraídas dos documentos traduzidos neste trabalho:

Freq. do item preferencial	Termo ou unidade lexical	Freq. do item com latinismo	Termo ou unidade lexical
47.985	key figures	6.707	key quantities
100.296	trade (agreement)	20.627	Commerce (agreement)
100.296	trade (deal)	20.627	Commerce (negotiation)
10	lower tariff	0	Diminish tariff
2.212	food safety	998	food security
63.251	fully	totally	totally
457	grace period	19	Extension period
14.425	come down	5.034	diminish
255.467	within	255.917	along
348	phased in		Introduced ?
26.833	Both sides	7.498	both parties
8.963	fulfill	10.556	satisfy
43.122	ensure	21.860	guarantee
21	Flow: trade flows between the EU and Mercosur	0	trade successions 0 X trade continuity 0
86.733	statement	13.633	declaration
5.763 / 72	undertaken / Activities undertaken	0	activities executed
1.033	as regards	28	as pertains
2.386	draw on	551	originate in
6.085	traders	2.544	negotiators
6.940	bureaucracy	1.612	red tape
1.432	streamlin(e) ing	932	simplifying
43.122	ensure	24	guarantee
112.862	due justification	11	valid justification
22.446	Ease	11.179	facilitate
67.480	features	31.629	characteristics
50.509	matters	???	problems
3.170	fostering	3.650	stimulating
2.306	undue	302	unjustifiable
2306	undue	4.225	improper
81.822	freedom	27.307	liberty
29	binding rules	2	obligatory rules
3.358	treated unfairly	955	treated unjustly

614	undertakings	-	-
8.621	to further	6.857	to advance
592	for further development	155	for more development
1.643	curtail opportunities	5.034	diminish
254	building upon	188	being based on

Casos em que há razoável* frequência,
porém inferior às de latinismos.

*Justificados por frequência perceptível

4013	and uphold high food safety standards	45632/11057	Maintain/sustain
69771	Overall market access	231933	general market access
8963	fulfill	10556	satisfy
13684	to take place	35879	occur
50509	matters	N/A	Problems
3170	fostering	3650	stimulating
2306	undue	4225	improper
11234	thresholds	35195	limits